

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**TVR**  
**N.º 277, DE 2021**  
**(Do Poder Executivo)**  
**MSC 293/2021**  
**OF 533/2021**

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.706, de 17 de setembro de 2019, que renova a autorização outorgada à Conselho Comunitário de Desenvolvimento Social Educacional e Econômico de Mauá - CODESEM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Mauá da Serra, Estado do Paraná.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).. REGIME DE TRAMITAÇÃO : ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA(PARECER 09/90 - CCJR))

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, portarias que renovam autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 2.840, de 30 de julho de 2015 - Associação Comunitária do Periperi e Adjacências, no município de Caetité - BA;
- 2 - Portaria nº 2.967, de 30 de julho de 2015 - Associação Comunitária e Cultural para o Progresso de Itarema, no município de Itarema - CE;
- 3 - Portaria nº 589, de 7 de junho de 2017 – Associação Francisco de Assis Dantas, no município de Penaforte - CE;
- 4 - Portaria nº 592, de 7 de junho de 2017 - Rádio Comunitária Educativa e Cultural Arinense, no município de Arinos - MG;
- 5 - Portaria nº 2.001, de 7 de junho de 2017 – Associação Comunitária Farol do Saber, no município de Restinga Seca - RS;
- 6 - Portaria nº 2.185, de 7 de junho de 2017 – Associação Comunitária de Apoio às Entidades de Bocaína, no município de Bocaína - SP;
- 7 - Portaria nº 2.928, de 4 de janeiro de 2017 - Fundação Técnico Científico para o Desenvolvimento Comunitário de Alhandra, no município de Alhandra - PB;
- 8 - Portaria nº 1.697, de 4 de abril de 2018 - Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito, no município de São José do Cerrito - SC;
- 9 - Portaria nº 5.179, de 8 de novembro de 2018 - Rádio Comunitária Maria Rosa FM, no município de Curitibaanos - SC;
- 10 - Portaria nº 5.952, de 22 de novembro de 2018 - Associação Novo Milênio de Desenvolvimento e Radiodifusão Comunitária, no município de Casca - RS;
- 11 - Portaria nº 5.957, de 22 de novembro de 2018 - Associação de Moradores da Quadra 404 Norte (ARNE 51), no município de Palmas - TO;
- 12 - Portaria nº 5.958, de 22 de novembro de 2018 - Associação de Moradores Comunidade Cristalinense, no município de Cristalina - GO;
- 13 - Portaria nº 6.036, de 22 de novembro de 2018 - Associação Comunitária Barra-Cordense, no município de Barra do Corda - MA;
- 14 - Portaria nº 6.039, de 22 de novembro de 2018 - Associação de Desenvolvimento Comunitário Lagoanovense - ADESCOL, no município de Lagoa Nova - RN;
- 15 - Portaria nº 6.132, de 27 de dezembro de 2018 - Sociedade Amiga dos Moradores da Vila Nova, no município de Macatuba - SP;
- 16 - Portaria nº 6.633, de 27 de dezembro de 2018 - Associação Arauto Cultural de Boqueirão do Leão, no município de Boqueirão do Leão - RS;

17 - Portaria nº 6.634, de 27 de dezembro de 2018 - Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Flor da Serra do Sul, no município de Flor da Serra do Sul - PR;

18 - Portaria nº 6.639, de 27 de dezembro de 2018 - Associação Comunitária Cultural de Avanhadava, no município de Avanhadava - SP;

19 - Portaria nº 6.642, de 27 de dezembro de 2018 - Associação de Amigos do Município de Nova Guarita, no município de Nova Guarita - MT;

20 - Portaria nº 4.706, de 17 de setembro de 2019 - Conselho Comunitário de Desenvolvimento Social Educacional e Econômico de Mauá - CODESEM, no município de Mauá da Serra - PR;

21 - Portaria nº 4.707, de 17 de setembro de 2019 - Associação Comunitária da Ponte Para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico, no município de Ponte Serrada - SC;

22 - Portaria nº 4.710, de 17 de setembro de 2019 - Associação Comunitária do Município de Laranjal, no município de Laranjal - PR;

23 - Portaria nº 4.712, de 17 de setembro de 2019 - Associação Beneficente Comunitária e Social Ajuda Fraterna, no município de Torrinha - SP;

24 - Portaria nº 4.713, de 17 de setembro de 2019 - Associação Comunitária de Abadia de Goiás, no município de Abadia de Goiás - GO;

25 - Portaria nº 4.715, de 17 de setembro de 2019 - Fundação de Ação Cultural Educacional e Social de Panambi, no município de Panambi - RS;

26 - Portaria nº 4.718, de 17 de setembro de 2019 - Associação Rádio FM Comunitária Tropical, no município de Votorantim - SP;

27 - Portaria nº 4.719, de 17 de setembro de 2019 - Associação de Integração Comunitária Novos Tempos, no município de Antonio João - MS;

28 - Portaria nº 4.721, de 17 de setembro de 2019 - Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária, no município de Picuí - PB;

29 - Portaria nº 4.751, de 17 de setembro de 2019 - Associação Cultural de Heliadora - ACHÉ, no município de Heliadora - MG; e

30 - Portaria nº 4.752, de 17 de setembro de 2019 - Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Humaitá, no município de Humaitá - AM.

Brasília, 23 de junho de 2021.

Brasília, 27 de Novembro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.041686/2015-04, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Conselho Comunitário de Desenvolvimento Social Educacional e Econômico de Mauá - CODESEM, inscrita no CNPJ nº 02.797.500/0001-21, explore pelo prazo de dez anos a partir de 29 de novembro de 2015, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Mauá da Serra, estado do Paraná, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 5204/2019/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 4.706-SEI, de 17 de Setembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 19 de setembro de 2019.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes*





**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
**GABINETE DO MINISTRO**

**PORTARIA Nº 4706/2019/SEI-MCTIC**  
**DE 11 DE SETEMBRO DE 2019**

**O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53740.001385/1998 e nº 53900.041686/2015-04, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 29 de novembro de 2015, a autorização outorgada ao Conselho Comunitário de Desenvolvimento Social Educacional e Econômico de Mauá - CODESEM, inscrito no CNPJ nº 02.797.500/0001-21, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Mauá da Serra, estado do Paraná.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCOS CESAR PONTES**



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Cesar Pontes, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 17/09/2019, às 12:36 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4622420** e o código CRC **F3C015FE**.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 533/2021/SG/PR/SG/PR

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Luciano Bivar  
Primeiro Secretário  
Câmara dos Deputados – Edifício Principal  
70160-900 Brasília/DF

**Assunto: Radiodifusão.**

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional os atos que renovam as autorizações outorgadas para executar, sem direito de exclusividade, serviços da radiodifusão comunitária, constantes das Portarias nºs 2.840, 2.967, de 2015; 589, 592, 2.001, 2.185, 2.928, de 2017; 1.697, 5.179, 5.952, 5.957, 5.958, 6.036, 6.039, 6.132, 6.633, 6.634, 6.639, 6.642, de 2018; 4.706, 4.707, 4.710, 4.712, 4.713, 4.715, 4.718, 4.719, 4.721, 4.751 e 4.752, de 2019.

Atenciosamente,



ONYX LORENZONI  
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral  
da Presidência da República

**Referência:** Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53000.068456/2013-66

SEI nº 2668414

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
Gabinete do Ministro  
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 45699/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor  
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53900.041686/2015-04.**

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA  
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 02/12/2019, às 15:14 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4908370** e o código CRC **5451F36B**.

## INFORME PROCESSUAL

DADOS DO INFORME	
<b>Nº Processo:</b>	53900.041686/2015-04
<b>Interessado:</b>	Conselho Comunitário de Desenvolvimento Social Educacional e Econômico de Mauá - CODESEM
<b>Setor:</b>	Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
<b>CNPJ:</b>	02.797.500/0001-21
<b>Serviço:</b>	Radiodifusão Comunitária
<b>UF:</b>	PR
<b>Localidade:</b>	Mauá da Serra
<b>Tipo:</b>	Renovação - Rádio Comunitária
<b>Número do Tipo:</b>	427

TABELA DE TIPOS DE TVR	
Número do Tipo	Tipo
417	Autorização - Rádio Comunitária
418	Concessão - Rádio Ondas Curtas
419	Concessão - Rádio Ondas Médias
420	Concessão Rádio Ondas Médias Educativa
421	Concessão Rádio Ondas Tropicais
422	Concessão Radiodifusão Sons e Imagens
423	Concessão TV Educativa
627	Perempção de Rádio/TV
424	Permissão Frequência Modulada Educativa
425	Permissão Rádio Frequência Modulada
426	Permissão Rádio Ondas Médias Local
427	Renovação Rádio Comunitária
428	Renovação Rádio Frequência Modulada
429	Renovação Rádio Frequência Modulada Educativa
430	Renovação Rádio Ondas Curtas
431	Renovação Rádio Ondas Médias
433	Renovação Rádio Ondas Médias Educativa
432	Renovação Rádio Ondas Médias Local
434	Renovação Rádio Ondas Tropicais

436	Renovação TV Educativa
435	Renovação TV Sons e Imagens
628	Revogação ou Anulação de Portaria de Rádio/TV
629	Transferência de Controle Societário



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Analista**, em 24/09/2019, às 08:28 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4656322** e o código CRC **59C26400**.

**Referência:** Processo nº 53900.041686/2015-04

SEI nº 4656322

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

**NOTA TÉCNICA Nº 18569/2015/SEI-MC**

Processo de Renovação nº: **53900.041686/2015-04.**

Processo de Outorga nº: 53740.001385/1998-94.

Assunto: Renovação de Outorga.

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de processo de interesse da **CONSELHO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, EDUCACIONAL E ECONÔMICO DE MAUÁ CODESEM**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Mauá da Serra**, estado do **Paraná**, por meio da Portaria nº 166, publicada no DOU de 6/5/2004, e Decreto Legislativo nº 1074, publicado no DOU de 29/11/2005.

**ANÁLISE**

2. Vale consignar que a vigência da referida outorga terá seu termo final em 29/11/2015. Dessa forma, caso a entidade tenha interesse em solicitar a renovação, deverá apresentar, impreterivelmente, até o dia **29/10/2015**, os itens dispostos abaixo, na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 1/2011:

I. Declaração, firmada pelo representante legal, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

II. Certidão negativa de débitos das receitas administradas pela Anatel;

III. Cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ, válido e atual;

IV. Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto, devidamente registrado, conforme subitens 8.2 e 8.3 da Norma nº 01/2011;

V. Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

VI. Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento), de acordo com o subitem 8.1, alínea “e”, da Norma nº 01/2011. Não serão aceitos, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH) e a inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídicas (CPF), em atenção às restrições dispostas nos subitens 8.4.1 e 8.4.2;

VII. CPF de todos os dirigentes; e

VIII. Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 01/2011, versando sobre a programação veiculada pela emissora.

**CONCLUSÃO**

3. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para, caso tenha interesse em renovar sua outorga, **apresentar** a documentação elencada no item 2 desta Nota Técnica, no prazo fixado no item 2, sob pena de extinção da

autorização.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Letícia Barbosa Duarte Miele, Chefe de Serviço**, em 18/08/2015, às 17:12, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária - Substituta**, em 19/08/2015, às 09:14, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0670193** e o código CRC **C77087D0**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar  
CEP: 70044-900 / Brasília-DF  
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 26869/2015/SEI-MC

Brasília, 18 de agosto de 2015

Ao(À) Senhor(a)  
Representante Legal do **CONSELHO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, EDUCACIONAL E ECONÔMICO DE MAUÁ CODESEM**.  
Avenida Ponta Grossa, nº 550 - Centro  
86.828-000 - Mauá da Serra - PR

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.041686/2015-04.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 18569/2015/SEI-MC**, desta Secretaria, que trata da renovação da outorga da entidade.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo fixado no item 2 da referida Nota Técnica, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto, sob pena da **extinção da outorga**.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária - Substituta**, em 19/08/2015, às 09:14, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0670203** e o código CRC **6037CF5B**.



PREENCHER COM LETRA DE FORMA

**AR**

NOME OU RAZÃO	SCE/CGRC		
ENDEREÇO / ADDRESS	Of. nº 26869/2015/SEI-MC, 18 de agosto de 2015		
CEP / CODE POSTAL	53900.041686/2015-04		
	Conselho Comunitário De Desenv. Social, Educacional E Econômico De Mauá Codesem.		
	Avenida Ponta Grossa, nº 550 - Centro		
	86.828-000	Mauá da Serra - PR	
DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION		NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI	
		<input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE <input type="checkbox"/> EMS <input type="checkbox"/> SEGURO / VALEUR DÉCLARÉ	
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR		DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRATION	CARIMBO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR 		01/09/15	
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDOR RUBRICA DE MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT  claudia C. P. Moreno Matr. nº 15.631-1 Mauá da Serra - PR			
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO 75240203-0			

114 x 100 mm



CORREIOS  
BRASIL

AVISO DE  
RECEBIMENTO

AVIS CN07

AR

JO 22679621 6 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA MINICOM

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

:	h	:
	h	:
	h	

PREENCHER COMPLETAMENTE EM FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

Serviço Público Federal  
Ministério das Comunicações  
Secretaria de Comunicação Eletrônica  
Departamento de Regulação e Padronização Técnica  
Espaço das Mídias, Bloco R, Anexo 5 Sala 304-0  
70064-900 - Brasília - DF

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL

ENDEREÇO PARA  
DEVOLUÇÃO  
RETOUR

--	--	--	--	--	--	--	--



028

Ata da Assembléia Ordinária para a reorganização, alteração do artigo 36 do Estatuto da entidade, Eleição, aprovação e posse da nova Diretoria do CODESEM – Conselho Comunitário de Desenvolvimento Social, educacional e Econômico do município de Mauá da Serra – Estado do Paraná. Aos vinte e cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e doze, sito à Rua Presbítero João Pereira dos Santos s/nº - Centro, na cidade de Mauá da Serra, Estado do Paraná. Reuniram-se famílias Mauá serranas com objetivo pautados, conforme Estatuto em caráter de Assembléia Ordinária para deliberar assuntos da entidade e da comunidade, que são os seguintes: a) Reorganização da Entidade, b) Alteração do Artigo 36 do Estatuto da entidade, c) Eleição, d) Aprovação e e) Posse da Nova Diretoria. A reunião foi convocada pelo Presidente Srº Nilson Gonçalves dos Santos que na oportunidade disse aos presentes ainda os demais membros que compõem os Conselhos que será necessária e muito importante a reorganização da entidade, alteração do estatuto e a nova eleição para o mandato de 05(cinco) anos. O presidente então nomeou um secretario “ad hoc” para a presente reunião o Senhor Marcos Antonio de Macedo e declarou aberta a presente assembléia geral ordinária, esclarecendo detalhadamente os itens da pauta e inicia os trabalhos com o primeiro item que é a reorganização da entidade, onde o senhor presidente explanou que a diretoria da entidade estava com os mandatos vencidos desde o dia treze de julho do ano de dois mil e onze, e o mesmo propõe para a comunidade a prorrogação do referido mandato até a presente data. Em seguida foi colocada em discussão e muitos membros se manifestaram suas opiniões, em seguida o Srº Presidente submeteu a votação por aclamação a proposta de reorganização da entidade ou seja prorrogação do mandato da diretoria para até a presente data (25/10/2012), sendo aprovada por unanimidade de votos, o Senhor Presidente passa para o segundo item da pauta que é a alteração do artigo 36 do Estatuto da entidade, conforme constou do edital de convocação, o qual passará a ter a seguinte redação: **“ART. 36. O mandato dos membros efetivos e suplentes dos órgãos da Administração do CODESEM será de cinco (5) anos, podendo ser reconduzidos por igual período, uma única vez.”** Em seguida foi colocada a proposta de alteração à discussão, oportunidade em que alguns membros manifestaram suas opiniões e que a alteração somente trará benefícios em razão de que aqueles que estão investidos dos mandatos terão melhores condições de desenvolverem um bom trabalho à frente do Conselho Comunitário. Encerrada a fase de discussão o Sr. Presidente submeteu a proposta de alteração acima à votação, por aclamação, sendo aprovada por unanimidade de votos. De consequência, o Sr. Presidente determinou que se procedesse a alteração ocorrida no Estatuto, bem como o devido registro junto ao Cartório de Títulos e Documentos para os devidos fins, o Senhor Presidente Passa para o terceiro item da pauta que é a Eleição da Nova Diretoria, pediu ao Srº Secretário que apresentasse as chapas. Sendo assim foi apresentada chapa única para o mandato de 05(cinco) anos ou seja até 25 de Outubro de 2017, composta pelos seguintes membros efetivos e suplentes, conforme rege o Estatuto da Entidade. A composição da chapa ora apresentada ficou assim constituída, Conselho Administrativo: 1º Presidente: Antonio Batista de Macedo, 1º Vice-Presidente: Luiz Cesar Amaral de Souza, 2º Vice-Presidente: Paulo Lourenço da Silva, 3º Vice-Presidente: Claudio Donizete dos Santos, Secretário: Marcos Antonio de Macedo, Tesoureiro: Nilson Gonçalves dos Santos. Posteriormente o Presidente pediu para que fossem apresentados os Conselhos, o Deliberativo e o Fiscal, conforme Estatuto da Entidade, com a seguinte constituição: Paulo Cesar de Almeida, Erminda dos Passos, Marcio Moraes, Solange Gonçalves dos Santos, Elma Lúcia de Macedo, Paulo Mendes de Aguiar, Tânia Cristina de Macedo, Mario Henrique Ferreira de Melo, Maria Odete da Cruz, Gláucia Favoreto de Melo, este conselho acima mencionado é o Conselho Deliberativo com seus



028

Ata da Assembléia Ordinária para a reorganização, alteração do artigo 36 do Estatuto da entidade, Eleição, aprovação e posse da nova Diretoria do CODESEM – Conselho Comunitário de Desenvolvimento Social, educacional e Econômico do município de Mauá da Serra – Estado do Paraná. Aos vinte e cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e doze, sito à Rua Presbítero João Pereira dos Santos s/nº - Centro, na cidade de Mauá da Serra, Estado do Paraná. Reuniram-se famílias Mauá serranas com objetivo pautados, conforme Estatuto em caráter de Assembléia Ordinária para deliberar assuntos da entidade e da comunidade, que são os seguintes: a) Reorganização da Entidade, b) Alteração do Artigo 36 do Estatuto da entidade, c) Eleição, d) Aprovação e e) Posse da Nova Diretoria. A reunião foi convocada pelo Presidente Srº Nilson Gonçalves dos Santos que na oportunidade disse aos presentes ainda os demais membros que compõem os Conselhos que será necessária e muito importante a reorganização da entidade, alteração do estatuto e a nova eleição para o mandato de 05(cinco) anos. O presidente então nomeou um secretário “ad hoc” para a presente reunião o Senhor Marcos Antonio de Macedo e declarou aberta a presente assembléia geral ordinária, esclarecendo detalhadamente os itens da pauta e inicia os trabalhos com o primeiro item que é a reorganização da entidade, onde o senhor presidente explanou que a diretoria da entidade estava com os mandatos vencidos desde o dia treze de julho do ano de dois mil e onze, e o mesmo propõe para a comunidade a prorrogação do referido mandato até a presente data. Em seguida foi colocada em discussão e muitos membros se manifestaram suas opiniões, em seguida o Srº Presidente submeteu a votação por aclamação a proposta de reorganização da entidade ou seja prorrogação do mandato da diretoria para até a presente data (25/10/2012), sendo aprovada por unanimidade de votos, o Senhor Presidente passa para o segundo item da pauta que é a alteração do artigo 36 do Estatuto da entidade, conforme constou do edital de convocação, o qual passará a ter a seguinte redação: **“ART. 36. O mandato dos membros efetivos e suplentes dos órgãos da Administração do CODESEM será de cinco (5) anos, podendo ser reconduzidos por igual período, uma única vez.”** Em seguida foi colocada a proposta de alteração à discussão, oportunidade em que alguns membros manifestaram suas opiniões e que a alteração somente trará benefícios em razão de que aqueles que estão investidos dos mandatos terão melhores condições de desenvolverem um bom trabalho à frente do Conselho Comunitário. Encerrada a fase de discussão o Sr. Presidente submeteu a proposta de alteração acima à votação, por aclamação, sendo aprovada por unanimidade de votos. De consequência, o Sr. Presidente determinou que se procedesse a alteração ocorrida no Estatuto, bem como o devido registro junto ao Cartório de Títulos e Documentos para os devidos fins, o Senhor Presidente Passa para o terceiro item da pauta que é a Eleição da Nova Diretoria, pediu ao Srº Secretário que apresentasse as chapas. Sendo assim foi apresentada chapa única para o mandato de 05(cinco) anos ou seja até 25 de Outubro de 2017, composta pelos seguintes membros efetivos e suplentes, conforme rege o Estatuto da Entidade. A composição da chapa ora apresentada ficou assim constituída, Conselho Administrativo: 1º Presidente: Antonio Batista de Macedo, 1º Vice-Presidente: Luiz Cesar Amaral de Souza, 2º Vice-Presidente: Paulo Lourenço da Silva, 3º Vice-Presidente: Claudio Donizete dos Santos, Secretário: Marcos Antonio de Macedo, Tesoureiro: Nilson Gonçalves dos Santos. Posteriormente o Presidente pediu para que fossem apresentados os Conselhos, o Deliberativo e o Fiscal, conforme Estatuto da Entidade, com a seguinte constituição: Paulo Cesar de Almeida, Erminda dos Passos, Marcio Moraes, Solange Gonçalves dos Santos, Elma Lúcia de Macedo, Paulo Mendes de Aguiar, Tânia Cristina de Macedo, Mario Henrique Ferreira de Melo, Maria Odete da Cruz, Gláucia Favoreto de Melo, este conselho acima mencionado é o Conselho Deliberativo com seus



028

Ata da Assembléia Ordinária para a reorganização, alteração do artigo 36 do Estatuto da entidade, Eleição, aprovação e posse da nova Diretoria do CODESEM – Conselho Comunitário de Desenvolvimento Social, educacional e Econômico do município de Mauá da Serra – Estado do Paraná. Aos vinte e cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e doze, sito à Rua Presbítero João Pereira dos Santos s/nº - Centro, na cidade de Mauá da Serra, Estado do Paraná. Reuniram-se famílias Mauá serranas com objetivo pautados, conforme Estatuto em caráter de Assembléia Ordinária para deliberar assuntos da entidade e da comunidade, que são os seguintes: a) Reorganização da Entidade, b) Alteração do Artigo 36 do Estatuto da entidade, c) Eleição, d) Aprovação e e) Posse da Nova Diretoria. A reunião foi convocada pelo Presidente Srº Nilson Gonçalves dos Santos que na oportunidade disse aos presentes ainda os demais membros que compõem os Conselhos que será necessária e muito importante a reorganização da entidade, alteração do estatuto e a nova eleição para o mandato de 05(cinco) anos. O presidente então nomeou um secretário “ad hoc” para a presente reunião o Senhor Marcos Antonio de Macedo e declarou aberta a presente assembléia geral ordinária, esclarecendo detalhadamente os itens da pauta e inicia os trabalhos com o primeiro item que é a reorganização da entidade, onde o senhor presidente explanou que a diretoria da entidade estava com os mandatos vencidos desde o dia treze de julho do ano de dois mil e onze, e o mesmo propõe para a comunidade a prorrogação do referido mandato até a presente data. Em seguida foi colocada em discussão e muitos membros se manifestaram suas opiniões, em seguida o Srº Presidente submeteu a votação por aclamação a proposta de reorganização da entidade ou seja prorrogação do mandato da diretoria para até a presente data (25/10/2012), sendo aprovada por unanimidade de votos, o Senhor Presidente passa para o segundo item da pauta que é a alteração do artigo 36 do Estatuto da entidade, conforme constou do edital de convocação, o qual passará a ter a seguinte redação: **“ART. 36. O mandato dos membros efetivos e suplentes dos órgãos da Administração do CODESEM será de cinco (5) anos, podendo ser reconduzidos por igual período, uma única vez.”** Em seguida foi colocada a proposta de alteração à discussão, oportunidade em que alguns membros manifestaram suas opiniões e que a alteração somente trará benefícios em razão de que aqueles que estão investidos dos mandatos terão melhores condições de desenvolverem um bom trabalho à frente do Conselho Comunitário. Encerrada a fase de discussão o Sr. Presidente submeteu a proposta de alteração acima à votação, por aclamação, sendo aprovada por unanimidade de votos. De consequência, o Sr. Presidente determinou que se procedesse a alteração ocorrida no Estatuto, bem como o devido registro junto ao Cartório de Títulos e Documentos para os devidos fins, o Senhor Presidente Passa para o terceiro item da pauta que é a Eleição da Nova Diretoria, pediu ao Srº Secretário que apresentasse as chapas. Sendo assim foi apresentada chapa única para o mandato de 05(cinco) anos ou seja até 25 de Outubro de 2017, composta pelos seguintes membros efetivos e suplentes, conforme rege o Estatuto da Entidade. A composição da chapa ora apresentada ficou assim constituída, Conselho Administrativo: 1º Presidente: Antonio Batista de Macedo, 1º Vice-Presidente: Luiz Cesar Amaral de Souza, 2º Vice-Presidente: Paulo Lourenço da Silva, 3º Vice-Presidente: Claudio Donizete dos Santos, Secretário: Marcos Antonio de Macedo, Tesoureiro: Nilson Gonçalves dos Santos. Posteriormente o Presidente pediu para que fossem apresentados os Conselhos, o Deliberativo e o Fiscal, conforme Estatuto da Entidade, com a seguinte constituição: Paulo Cesar de Almeida, Erminda dos Passos, Marcio Moraes, Solange Gonçalves dos Santos, Elma Lúcia de Macedo, Paulo Mendes de Aguiar, Tânia Cristina de Macedo, Mario Henrique Ferreira de Melo, Maria Odete da Cruz, Gláucia Favoreto de Melo, este conselho acima mencionado é o Conselho Deliberativo com seus



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 4.297.439-0 DATA DE EXPIRAÇÃO 05/03/1985

NOME LUIZ CESAR AHARAL DE SOUZA

FILIAÇÃO NILTON AHARAL DE SOUZA  
NILDA DE OLIVEIRA SOUZA

NATURALIDADE ARAPONGAS/PR DATA DE NASCIMENTO 11/09/1965

DOC. ORDEM COMARCA=FAXINAL/PR, DA SEDE  
C.CAS 1461, LIVRO=48, FOLHA=2870

CPF

CURITIBA-PR

ASSINATURA DO TITULAR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

ROSTRO

IMPRESSÃO DIGITAL

ASSINATURA

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal

**CPE**

Cadastro de Pessoas Físicas

Número de Inscrição  
**517.090.909-87**

Nome  
LUIZ CESAR AHARAL DE SOUZA

Nascimento  
11/09/1965

Cartão de uso pessoal e intransferível.  
Deve ser apresentado, junto com um documento de identificação.

VALIDADE  
NOV/2000

BANCO DO BRASIL







REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
 MINISTÉRIO DAS CIDADES  
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO  
 CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME  
 MARCOS ANTONIO DE MACEDO

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF  
 7309752-1 SESP PR

CPF DATA NASCIMENTO  
 028.499.059-09 12/12/1979

FILIAÇÃO  
 ANTONIO BATISTA DE MACEDO  
 ELISA LUCIA DE MACEDO

PERMISSÃO: ☐ A1 ☐ A2 ☐ A3 ☐ A4 ☐ A5 ☐ A6 ☐ A7 ☐ A8 ☐ A9 ☐ A10 ☐ A11 ☐ A12 ☐ A13 ☐ A14 ☐ A15 ☐ A16 ☐ A17 ☐ A18 ☐ A19 ☐ A20 ☐ A21 ☐ A22 ☐ A23 ☐ A24 ☐ A25 ☐ A26 ☐ A27 ☐ A28 ☐ A29 ☐ A30 ☐ A31 ☐ A32 ☐ A33 ☐ A34 ☐ A35 ☐ A36 ☐ A37 ☐ A38 ☐ A39 ☐ A40 ☐ A41 ☐ A42 ☐ A43 ☐ A44 ☐ A45 ☐ A46 ☐ A47 ☐ A48 ☐ A49 ☐ A50 ☐ A51 ☐ A52 ☐ A53 ☐ A54 ☐ A55 ☐ A56 ☐ A57 ☐ A58 ☐ A59 ☐ A60 ☐ A61 ☐ A62 ☐ A63 ☐ A64 ☐ A65 ☐ A66 ☐ A67 ☐ A68 ☐ A69 ☐ A70 ☐ A71 ☐ A72 ☐ A73 ☐ A74 ☐ A75 ☐ A76 ☐ A77 ☐ A78 ☐ A79 ☐ A80 ☐ A81 ☐ A82 ☐ A83 ☐ A84 ☐ A85 ☐ A86 ☐ A87 ☐ A88 ☐ A89 ☐ A90 ☐ A91 ☐ A92 ☐ A93 ☐ A94 ☐ A95 ☐ A96 ☐ A97 ☐ A98 ☐ A99 ☐ A100

Nº REGISTRO 02709571328 VALIDADE 22/11/2018 1ª HABILITAÇÃO 07/04/1998

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO DETENTOR

LOCAL MAUA DA SERRA, PR DATA EMISSÃO 22/11/2013

ASSINATURA DO EMISSOR 95194562446 PR906681253

DETRAN, PR (PARANÁ)

VÁLIDA EM TODOS OS TERRITÓRIOS NACIONAIS  
 833913273

PROTOCO PLASTIFICAR  
 833913273

CONSELHO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL,  
EDUCACIONAL E ECONÔMICO DE MAUÁ DA SERRA  
CODESEM

ESTATUTO

CAPÍTULO I

- Denominação
- Sede e foro
- Duração e finalidade
- Execução de serviço de radiodifusão comunitária

Art. 1º. O CONSELHO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, EDUCACIONAL E ECONÔMICO DE MAUÁ DA SERRA CODESEM, pessoa jurídica de direito privado, instituído pelos moradores de Mauá da Serra, Estado do Paraná, de fins não econômicos, de caráter social, educacional e cultural, com sede em Mauá da Serra, na Rua Presbítero João Pereira dos Santos, s/nº, na cidade de Mauá da Serra e foro na Comarca de Marilândia do Sul, Estado do Paraná, tem duração por tempo indeterminado, aqui denominado simplesmente de **CODESEM**.

Art. 2º. O **CODESEM** promoverá atendimento, sem distinção de raça, credo religioso, sexo, cor e política.

Art. 3º. O **CODESEM** tem por finalidade:

- I- Congregar as famílias residentes e ou domiciliados na cidade de Mauá da Serra e adjacências, de modo a contribuir para o atendimento dos interesses e necessidades comuns;
- II- Representar os interesses gerais dos moradores ou individuais de seus associados perante as autoridades;
- III- Criar e implantar serviços assistenciais e cooperativos, inclusive, através de convênios e contratos firmados com organismos públicos e privados;
- IV- Organizar e implementar sistema de atendimento cultural, educacional e de saúde médico-odontológico.

**Parágrafo único.** O serviço de Radiodifusão Comunitária tem por finalidade o atendimento à comunidade beneficiada com vistas a:

- I- Dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- II- Oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- III- Prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de Defesa Civil, sempre que necessário;



Luiz Antonio Zanlorenzi  
Advogado  
OAB/PR 10000



- IV- Contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas de conformidade com a legislação profissional vigente;
- V- Permitir a capacitação dos cidadãos dos exercícios de direitos de expressão da forma mais acessível possível.

## **CAPÍTULO II** **DOS ÓRGÃOS DIRETIVOS**

Art. 4º. São órgãos diretivos da Administração do **CODESEM**:

- I- Assembléia Geral – AG;
- II- Conselho Deliberativo – CD;
- III- Conselho Administrativo – CA;
- IV- Conselho Fiscal – CF;
- V- Departamentos – DP.

Art. 5º. A Assembléia Geral é o órgão máximo do **CODESEM**, reunindo-se em caráter ordinário 1 (uma) vez por ano e em caráter extraordinário sempre que for necessário.

Art. 6º. O Conselho Deliberativo é o órgão que orienta e supervisiona as atividades do **CODESEM** e se constitui de 5 (cinco) membros efetivos e 5 (cinco) membros suplentes, eleitos pela Assembléia Geral.

Art. 7º. O Conselho Administrativo é o órgão que operacionaliza toda a administração econômica e social do **CODESEM**, sendo composto de:


- I- Um presidente;
- II- Três Vice-Presidentes;
- III- Um Secretário;
- IV- Um tesoureiro

Art. 8º. O Conselho Fiscal é o órgão responsável pela fiscalização e controle indireto da situação econômica e financeira do **CODESEM**, opina sobre matéria atinente a esse setor, constituindo-se de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes, eleitos pela Assembléia Geral.

Art. 9º. São Departamentos do **CODESEM**:

- I- Departamento de Planejamento e Organização – DPO;
- II- Departamento de Desenvolvimento Social e Educacional – DSE;
- III- Departamento de Cultura, Recreação e Lazer – DURL;
- IV- Departamento de Profissionalização e Colocação de Mão-de-obra – DPCMO;
- V- Departamento de Saúde Médico-Odontológico – DSMO;
- VI- Departamento Econômico-Financeiro – DEF.

§ 1º. Os Departamentos serão dirigidos por Diretores, indicados pelo Conselho Administrativo.

  
Luiz Antonio Zanlorenzi  
Advogado  
OAB/PR 10310

§ 2º. As atribuições dos Departamentos constam do Regimento Interno elaborado pelo Conselho Administrativo e aprovado pelo Conselho Deliberativo.

### CAPÍTULO III DA COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 10. A Assembléia Geral é o mais alto poder decisório do **CODESEM**, constituída pelos moradores da cidade de Mauá da Serra e adjacências e que reúnem-se em caráter ordinário e extraordinário para ouvir, analisar e decidir sobre matéria atinente ao desenvolvimento do **CODESEM**.

§ 1º. As Assembléias Gerais Ordinárias serão convocadas pelo Presidente do Conselho Administrativo, com 30 (trinta) dias de antecedência e que funcionará em primeira convocação com 2/3 de seus sócios, em segunda convocação, com a maioria simples de seus sócios presentes e em terceira convocação com a presença mínima de 30 (trinta) sócios.

§ 2º. As Assembléias Gerais extraordinárias serão convocadas pelo Presidente do Conselho Deliberativo, com 10 (dez) dias de antecedência e que funcionará com a maioria simples de seus sócios.

§ 3º. Haverá no local das Assembléias Gerais instaladas, um livro para proceder ao registro dos sócios presentes.

Art. 11. As Assembléias Gerais uma vez constituídas têm competência para:

- a. Resolver todos os casos de interesse do **CODESEM**;
- b. Apreçar, discutir e aprovar todos os atos praticados pela administração da entidade;
- c. Tomar conhecimento das transmissões de cargos, documentos e haveres da entidade nas substituições de qualquer membro dos órgãos diretivos;
- d. Anular atos da administração da entidade ou dos demais órgãos diretivos contrários ao disposto neste estatuto;
- e. Promover a responsabilidade de qualquer membro dos órgãos diretivos do **CODESEM**, determinando o afastamento, caso necessário;
- f. Esclarecer as omissões deste Estatuto estabelecendo normais e critério a respeito;
- g. Eleger em escrutínio secreto os membros efetivos e suplentes dos órgãos diretivos da entidade.

Art. 12. Ao Conselho Deliberativo compete:

- a. Exarar, no máximo até o dia 15 de fevereiro de cada ano, para fins de apreciação pela Assembléia Geral, parecer sobre o relatório de atividade, prestação de contas e Balanço Geral do **CODESEM**, correspondente ao exercício anterior;
- b. Eleger, dentro de seus membros o Presidente do Conselho;
- c. Elaborar, para apreciação e deliberação da Assembléia Geral o anteprojeto de alteração do Estatuto do **CODESEM**;

TITULO III  
REG. CIVIL P.C. - JUIZADO  
a Fis: \_\_\_\_\_

Luiz Antonio Zanlorenzi



- d. Deliberar sobre a alienação de bens do **CODESEM**;
- e. Deliberar sobre os planos de trabalhos e proposto orçamentárias, elaboradas pelos Departamentos e encaminhados pelo Conselho Administrativo;
- f. Deliberar sobre a admissão de sócios;
- g. Representar a Assembléia Geral sobre qualquer irregularidade contratada no funcionamento do **CODESEM**, sugerindo medidas para correção.

Art. 13. O Conselho Deliberativo reunir-se-á bimestralmente para as convocações ordinárias e para as convocações extraordinárias quando se fizer necessário.

Art. 14. Perderá a condição de membro do Conselho Deliberativo aquele que faltar, sem justificativa por escrito e aceita pelo colegiado, a 3 (três) reuniões ordinárias, dando-se disso conhecimento à Assembléia Geral para que eleja seu substituto.

Art. 15. Ao Conselho Administrativo compete:

- a. Elaborar plano de trabalho das atividades e executá-lo;
- b. Elaborar e apresentar à Assembléia Geral, relatório anual das atividades da entidade;
- c. Entrosar-se com instituições públicas e privadas para mútua colaboração em atividades de interesse comum;
- d. Contratar e demitir empregados;
- e. Desenvolver campanhas de interesse geral da entidade;
- f. Encaminhar ao Conselho Deliberativo no máximo até o dia 15 de janeiro de cada ano, os planos de trabalhos e propostas orçamentárias;
- g. (excluído conforme solicitação contida no ofício nº 3273/03 - DOS/SSCE-MC);
- h. Encaminhar ao Conselho Deliberativo até o dia 15 de janeiro de cada ano, o relatório de atividades, prestação de contas e Balanço Geral, correspondentes ao exercício anterior;
- i. Elaborar, para apreciação do Conselho Deliberativo, o Regimento Interno do **CODESEM**, encaminhando, com parecer, àquele Conselho os regulamentos, instruções e normais elaboradas pelos diversos órgãos da entidade.

Art. 16. O Conselho Administrativo reunir-se-á uma vez por mês.

Art. 17. Compete ao Presidente do CA:

- a. Representar o **CODESEM**, ativa, passiva, judicial e extrajudicialmente;
- b. Cumprir e fazer cumprir este Estatuto e o Regimento Interno;
- c. Convocar e presidir as reuniões do Conselho Administrativo;
- d. Convocar as Assembléias Gerais Ordinárias;
- e. Assinar com o Secretário e o Tesoureiro os livros, documentos de identidade, cheques, bem como a quaisquer outros documentos atinentes a entidade.



Luiz Antonio Zahlorenzi  
Advogado  
OAB/PR 10310



Art. 18. Compete ao Primeiro Vice-Presidente do CA:

- a. Substituir o Presidente em suas faltas e impedimentos;
- b. Assumir o mandato em caso de vacância, até o seu término;
- c. Prestar de modo geral sua colaboração ao Presidente.

Art. 19. Compete ao Segundo Vice-Presidente do CA:

- a. Substituir o Primeiro Vice-Presidente em suas faltas e impedimentos;
- b. Assumir o mandato em caso de vacância, até o seu término;
- c. Auxiliar o Secretário em suas funções e substituí-lo em suas faltas e impedimentos.

Art. 20. Compete ao Terceiro Vice-Presidente do CA:

- a. Substituir o Segundo Vice-Presidente em suas faltas e impedimentos;
- b. Assumir o mandato em caso de vacância, até o seu término;
- c. Auxiliar o Tesoureiro em suas funções e substituí-lo em suas faltas e impedimentos.

Art. 21. Compete ao Secretário do CA:

- a. Secretariar as reuniões do Conselho Administrativo e Assembléias Gerais e redigir as competentes atas;
- b. Publicar todas as notícias das atividades da entidade;
- c. Redigir toda correspondência de interesse da entidade e atinentes à sua função, organizar fichários e registros de Leis;
- d. Assinar com o Presidente do Conselho Administrativo documentos de interesse do **CODESEM**.

Art. 22. Compete ao Tesoureiro do CA:

- a. Arrecadar e contabilizar toda receita do **CODESEM**;
- b. Manter em bancos indicados pelo Conselho Administrativo os haveres da entidade;
- c. Pagar as contas autorizadas pelo Presidente do Conselho Administrativo;
- d. Apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que for solicitado pelo Conselho;
- e. Apresentar relatórios financeiros para ser submetidos à Assembléia Geral;
- f. Conservar sob sua guarda e responsabilidade, o numerário e documentos relativos à tesouraria, inclusive, contas bancárias;
- g. Apresentar semestralmente balancete ao Conselho Fiscal;
- h. Elaborar Balanço Geral, submetendo à aprovação do Conselho Fiscal e Assembléia Geral;
- i. Assinar com o Presidente do Conselho Administrativo os documentos atinentes à sua área de trabalho.

Art. 23. Compete ao Conselho Fiscal:

- a. Fiscalizar contábil e financeiramente a execução orçamentária do **CODESEM**;
- b. Emitir parecer sobre demonstrações financeiras, balancetes e balanço geral da entidade;



*Lulz Antonio Zanlorenzi*  
Advogado  
OAB/PR 10310

- c. Opinar sobre assuntos de natureza contábil e financeira de interesse do **CODESEM**, quando solicitado pela Assembléia Geral ou Conselho Deliberativo.

#### CAPÍTULO IV DOS SÓCIOS DO CODESEM

Art. 24. O **CODESEM** terá no seu quadro social as seguintes categorias de sócios:

- I- Fundador;
- II- Contribuinte;
- III- Benemérito
- IV- Honorário.

Art. 25. São sócios fundados aqueles que assinaram a ata de fundação da entidade.

Art. 26. São sócios contribuintes todos os moradores de Mauá da Serra e adjacências.

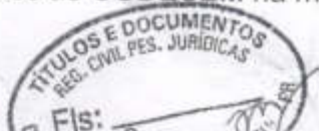
Art. 27. São sócios beneméritos todos aqueles que prestarem relevantes serviços ao **CODESEM**, ficando a concessão do Título a critério da Assembléia Geral.

Art. 28. São sócios honorários todos aqueles que doarem expressiva importância, representada em dinheiro ou espécie, ficando a concessão do título a critério da Assembléia Geral.

#### CAPÍTULO V DOS DIREITOS E DEVERES DOS SÓCIOS DO CODESEM

Art. 29. São direitos dos sócios:

- a. Votar e ser votado para cargos eletivos, desde que esteja quite com a tesouraria e filiado há mais de 6 (seis) meses ao **CODESEM**;
- b. Desligar-se da entidade uma vez quite com a tesouraria, mediante solicitação por escrito;
- c. Fazer parte das comissões de trabalhos ou Departamentos do **CODESEM**;
- d. Pedir dispensa do pagamento das mensalidades quando estiver desempregado e sem recursos, não perdendo seus direitos de sócios, no período de 6 (seis) meses;
- e. Tomar parte nas Assembléias Gerais;
- f. Tomar parte nas reuniões dos órgãos diretivos da entidade quando para isto for convocado;
- g. Comunicar por escrito qualquer irregularidade verificada na administração da entidade, ao Presidente do Conselho Deliberativo;
- h. Solicitar ao Conselho Deliberativo a convocação da Assembléia Geral Extraordinária, mediante requerimento firmado por 2/3 dos sócios quite com a tesouraria e filiados ao **CODESEM** há mais de 6 (seis) meses.



Luiz Antonio Zanlorenzi  
Advogado



Art. 30. São deveres dos sócios:

- a. Cumprir as disposições deste Estatuto, Regimento Interno e demais regulamentos da entidade;
- b. Manter-se quite com a tesouraria da entidade;
- c. Aceitar os cargos para os quais forem escolhidos, ressalvados os casos de força maior;
- d. Comunicar a Secretaria do **CODESEM**, quando mudar sua residência.

#### **CAPÍTULO VI** **DO PATRIMÔNIO DO CODESEM**

Art. 31. O patrimônio do **CODESEM** será constituído de:

- a. móveis, imóveis e semoventes;
- b. doações de pessoas físicas e jurídicas;
- c. doações e subvenções de órgãos públicos;
- d. subvenções advindas de celebração de convênios e contratos;
- e. contribuições de sócios;
- f. receitas provenientes de recursos próprios resultantes de trabalhos executados pela própria entidade.

#### **CAPÍTULO VII** **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 32. Os valores e critérios de reajustes das mensalidades a serem cobradas dos sócios serão fixados pela Assembléia Geral.

Art. 33. As eleições do **CODESEM**, para eleger os membros efetivos e suplentes dos órgãos diretivos, serão realizadas na segunda quinze do mês de janeiro do que vencer os respectivos mandatos.

Art. 34. Os membros dos órgãos da administração do **CODESEM** tomarão posse imediatamente a eleição, em solenidade estabelecida para tal fim.

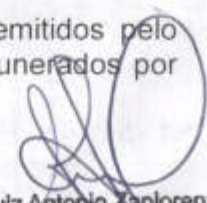
Art. 35. Os membros efetivos e suplentes dos órgãos diretivos do **CODESEM**, da primeira Diretoria, serão eleitos por aclamação por ocasião da realização da primeira Assembléia Geral Extraordinária

Art. 36. O mandato dos membros efetivos e suplentes dos órgãos da Administração do **CODESEM**, será de 5 (cinco) anos, podendo ser reconduzidos por igual período por uma única vez.<sup>1</sup>

Art. 37. Todos os trabalhos do **CODESEM** serão desenvolvidos gratuitamente através de voluntários, dos sócios e de seus Diretores, bem como de outras pessoas que assim desejarem participar.

Art. 38. Os empregados, quando houver, serão admitidos e demitidos pelo Presidente do Conselho Administrativo da Entidade e serão remunerados por meio de gratificações e outras formas previstas em lei.

<sup>1</sup> Alterado por decisão em Assembléia Geral

  
Luiz Antonio Zanlorenzi  
Advogado  
OAB/PR 10310



Art. 39. As regalias, distinções e privilégios outorgados aos sócios são irrevogáveis, respeitando as restrições estabelecidas neste Estatuto.

Art. 40. Os sócios não responderão pelas obrigações que os representantes da entidade assumirem expressa ou intencionalmente em seu nome. Respondem apenas pelo pagamento das mensalidades, taxas, ou quaisquer outros compromissos assumidos com a tesouraria.

Art. 41. O Conselho Administrativo adotará como data de comemoração do aniversário do **CODESEM**, a data de sua instituição.

Art. 42. Os bens patrimoniais do **CODESEM**, não poderão ser vendidos, alugados, cedidos ou doados sem anuência da Assembléia Geral.

Art. 43. Este Estatuto poderá ser reformado por proposição do Conselho Deliberativo com a aprovação da Assembléia Geral.

#### **CAPÍTULO VIII** **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 44. Terão direito aos benefícios oferecidos pelo **CODESEM**, os filhos inválidos e as viúvas que viverem sob a dependência sócio-econômica do sócio, desde que este esteja quite com a tesouraria.

Art. 45. Os Títulos do Presidente de Honra, Sócios Beneméritos e Honorários, serão concedidos pela Assembléia Geral e os critérios de concessão estão definidos no Regimento Interno.

Art. 46. As penalidades: advertência, suspensão e exclusão, a serem aplicadas aos sócios que infringirem os Estatutos, Regimento Interno e regulamentos da entidade, terão os critérios definidos no Regimento Interno e serão de competência do Conselho Deliberativo suas aplicabilidades.


Art. 47. O **CODESEM**, não distribui lucros, bonificações ou dividendos sob qualquer forma ou pretexto a sócios ou Diretores e aplicará integralmente seu patrimônio dentro do País.

Art. 48. A regularização de funcionamento e elaboração de critérios para a realização das eleições gerais do **CODESEM**, consta do Regimento Interno.

Art. 49. As Assembléias Gerais Ordinárias, convocadas de acordo com o artigo 10, § 1º, haverá tolerância de 30 (trinta) minutos entre a primeira e a segunda convocação e de 15 (quinze) minutos entre a segunda e a terceira convocação.

Art. 50. Serão definidos no Regimento Interno os casos e assuntos omissos no presente Estatuto e serão resolvidos pela Assembléia Geral.

Art. 51. Os Presidentes e Secretários dos Conselhos Deliberativo e Fiscal serão eleitos dentre os seus membros.

  
Luiz Antonio Zanlorenzi  
Advogado



Art. 52. Que "Em caso de extinção da pessoa jurídica os bens patrimoniais serão transferidos a entidade congênere" (reformulado de acordo com a solicitação do ofício nº 3273/03 – DOS/SSCE – MC).

Art. 53. O ano civil do **CODESEM**, iniciar-se-á a primeiro de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano.

Art. 54. Os princípios contábeis a serem adotados pelo **CODESEM**, para os registros dos atos e fatos do Conselho Administrativo, serão pelo regime de competência.

Art. 55. A contabilidade do **CODESEM** será registrada em livros revestidos das formalidades legais e de acordo com as leis que regem este setor.

Art. 56. Os filhos dos sócios maiores de 18 (dezoito) anos pagarão as mensalidades do **CODESEM**.

Art. 57. O primeiro mandato dos membros dos órgãos diretivos do **CODESEM** será de 19 (dezenove) meses, isto é, de 16 de junho de 1985 a 15 de janeiro de 1987.

Art. 58. Todos os familiares dos sócios terão direito de frequentar a sede da entidade.

Art. 59. "Excluído conforme solicitação do ofício nº 3273/03 – DOS/SSCE – MC".

Art. 60. A sede da entidade poderá ser cedida para realizações de qualquer evento, com anuência do Conselho Deliberativo, que decidirá a cobrança ou não de taxas.

Art. 61. O presente Estatuto foi aprovado pela Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 16 de junho de 1985, e que depois de publicado em Diário Oficial do Estado, foi encaminhado ao Cartório de Registro de Títulos e Documentos para o respectivo registro, entrando em vigor na data do mesmo, revogando as disposições em contrário, o presente Estatuto foi reformado conforme rege o artigo 43 deste Estado, conforme a solicitação do Ministério das Comunicações, Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, Departamento de Outorga de Serviços conforme ofício 3273/03/DUS/SSCE MC.

Mauá da Serra, 25 de outubro de 2012.

**REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS**  
**MARILÂNDIA DO SUL - PR**

REG. Nº 456 fs. 192 Lº 4/05  
PROT. Nº 7119 fs. 131 Lº 4-04

Reg-pessoa jurídica  
Em 12 de dezembro de 2012

Marcia da F. Gogola  
Oficial

Antonio Batista de Macedo  
**PRESIDENTE**

Marcos Antonio de Macedo  
**SECRETÁRIO**

Lei 13.228-2011  
**SELO**  
**FUNARPEN**  
TÍT. E DOC. E PESSOAS JURÍDICAS  
MARILÂNDIA DO SUL - PR  
Civil das Pessoas Naturais e Jurídicas e Títulos e Documentos  
LUCIA MARTINELLI  
Oficial  
MARCIA DE FÁTIMA FERRO GOGOLA  
EED28414

Lutz Antonio Zanlorenz  
Advogado  
OAB/PR 10310  
CPF 157.885.529-34



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÁ DA SERRA**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**CNPJ Nº 95548400/0001-42**

**LEI Nº 299/2012**

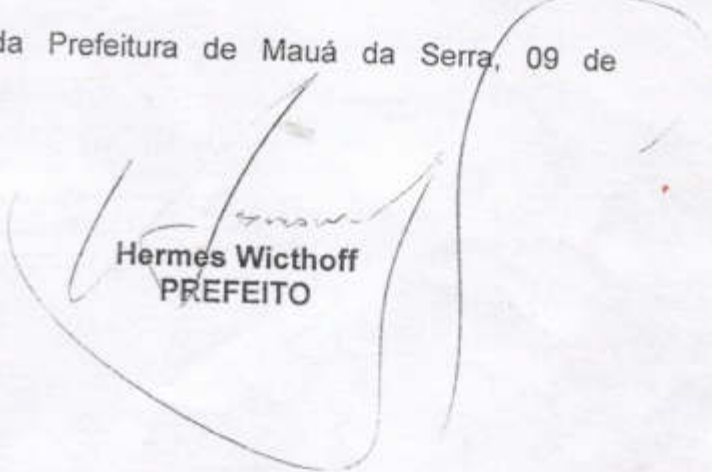
**SÚMULA:-** Declara de utilidade pública o Conselho Comunitário de Desenvolvimento Social, Educacional e Econômico de Mauá da Serra - CODESEM.

A Câmara Municipal de Mauá da Serra aprovou e eu Prefeito sanciono a seguinte,

**LEI**

**Art. 1º** - Fica declarado de utilidade pública municipal o Conselho Comunitário de Desenvolvimento Social, Educacional e Econômico de Mauá da Serra – CODESEM, pessoa jurídica de direito privado devidamente cadastrada no CNPJ/MF sob nº 02.797.500/0001-21, sem fins lucrativos, com sede na Rua Presbítero João Pereira dos Santos, s/nº, nesta cidade de Mauá da Serra.

**Art. 2º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.  
Edifício da Prefeitura de Mauá da Serra, 09 de novembro 2012.

  
**Hermes Wicthoff**  
**PREFEITO**

**Avenida Ponta Grossa, 480 – Fone: (43)3464-1265**  
**86828-000 – MAUÁ DA SERRA – PR**







**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA**  
**DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS**  
Esplanada dos Ministérios – Bloco “R” – 3º andar - anexo oeste - sala 300 – 70044-900 – Brasília/DF  
Fone: (61) 311-6890 – Fax: (61) 311-6617

Ofício nº 7026 /2006/RADCOM/DOS/SSCE-MC

Brasília, 25 de outubro de 2006.

Ao Senhor

**Paulo Lourenço da Silval**

CONSELHO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL EDUCACIONAL E  
ECONÔMICO DE MAUÁ – CODESEM

Avenida Ponta Grossa, 550 – Centro  
86828-000 Mauá da Serra/PR

**Assunto:** Encaminhamento de Licença para funcionamento

**Processo nº 53740.001385/98**

Prezado Senhor,

Estamos encaminhando, anexo a este ofício, a Licença Definitiva para funcionamento de Estação de Radiodifusão Comunitária do **CONSELHO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL EDUCACIONAL E ECONÔMICO DE MAUÁ - CODESEM**, na localidade de Mauá da Serra, no Estado do Paraná.

Atenciosamente,

  
**JOANILSON L. B. FERREIRA**  
Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica

vfm/DOS/SSCE/MC

REPUBLICA DO BRASIL  
MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES  
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

Nº: 000053/2006-PR

LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

FLS: 001/001

NOME/RAZÃO SOCIAL CONSELHO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, EDUCACIONAL E ECONÔMICO DE MAUÁ CODESEM - CNPJ: 02.797.500/0001-21		Nº DA ENTIDADE 50400849607	
Nº DA ESTAÇÃO 687236436	SERVIÇO Radiodifusão Comunitária	NAT. SERV. *****	LATITUDE 23S533400
		LONGITUDE 51W134200	

ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO AVENIDA PONTA GROSSA 550	DISTRITO *****
BAIRRO CENTRO	MUNICÍPIO MAUÁ DA SERRA
UF PR	

CIDADE DA OUTORGA : Mauá da Serra/PR  
NOME FANTASIA : RÁDIO MAUÁ FM  
FREQUÊNCIA : 87,9 MHz  
HORÁRIO FUNCIONAMENTO : 06:00 a 24:00 - Dom. a Sáb.  
INDICATIVO DA ESTAÇÃO : ZYT852

ESTÚDIO  
ENDEREÇO : AVENIDA PONTA GROSSA 550 CENTRO  
MUNICÍPIO : Mauá da Serra  
TRANSMISSOR PRINCIPAL : José Wilson Rocha - EPP  
CÓDIGO : 024598XXX0580  
TRANSMISSOR AUXILIAR : \*\*\*\*\*  
CÓDIGO : \*\*\*\*\*

ANTENA  
FABRICANTE : IDEAL INDUSTRIA E COMERCIO DE ANTENAS LTDA.  
GANHO : 0.00 dBi  
DESCRIÇÃO : PLANO TERRA  
COTA BASE DA TORRE : \*\*\*\*\* m

Número Processo : 537400013851998

CANAL : 200  
RAIO DA ÁREA DE SERVIÇO : 1.00 KM  
PERP MÁXIMA : \*\*\*\*\* W

LOCALIDADE : \*\*\*\*\*  
UF : PR  
MODELO : STR 25  
POTÊNCIA : 25,000 W  
MODELO : \*\*\*\*\*  
POTÊNCIA : \*\*\*\*\* W

MODELO : PT 0 dB  
POLARIZAÇÃO : Vertical  
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO : 30.0 m

**A EMISSORA DO RADCOM OPERARÁ SEM DIREITO A PROTEÇÃO CONTRA EVENTUAIS INTERFERÊNCIAS CAUSADAS POR ESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES E DE RADIODIFUSÃO REGULARMENTE INSTALADAS.**

IMPRESSA EM 02/10/2006

OBSERVAÇÕES 02.797.500/0001-21	Licenciada Em	VÁLIDA ATÉ
	02/10/2006	29/11/2015

*[Assinatura]*  
Helio Costa  
Ministro das Comunicações



028

Ata da Assembléia Ordinária para a reorganização, alteração do artigo 36 do Estatuto da entidade, Eleição, aprovação e posse da nova Diretoria do CODESEM – Conselho Comunitário de Desenvolvimento Social, educacional e Econômico do município de Mauá da Serra – Estado do Paraná. Aos vinte e cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e doze, sito à Rua Presbítero João Pereira dos Santos s/nº - Centro, na cidade de Mauá da Serra, Estado do Paraná. Reuniram-se famílias Mauá serranas com objetivo pautados, conforme Estatuto em caráter de Assembléia Ordinária para deliberar assuntos da entidade e da comunidade, que são os seguintes: a) Reorganização da Entidade, b) Alteração do Artigo 36 do Estatuto da entidade, c) Eleição, d) Aprovação e e) Posse da Nova Diretoria. A reunião foi convocada pelo Presidente Srº Nilson Gonçalves dos Santos que na oportunidade disse aos presentes ainda os demais membros que compõem os Conselhos que será necessária e muito importante a reorganização da entidade, alteração do estatuto e a nova eleição para o mandato de 05(cinco) anos. O presidente então nomeou um secretário “ad hoc” para a presente reunião o Senhor Marcos Antonio de Macedo e declarou aberta a presente assembléia geral ordinária, esclarecendo detalhadamente os itens da pauta e inicia os trabalhos com o primeiro item que é a reorganização da entidade, onde o senhor presidente explanou que a diretoria da entidade estava com os mandatos vencidos desde o dia treze de julho do ano de dois mil e onze, e o mesmo propõe para a comunidade a prorrogação do referido mandato até a presente data. Em seguida foi colocada em discussão e muitos membros se manifestaram suas opiniões, em seguida o Srº Presidente submeteu a votação por aclamação a proposta de reorganização da entidade ou seja prorrogação do mandato da diretoria para até a presente data (25/10/2012), sendo aprovada por unanimidade de votos, o Senhor Presidente passa para o segundo item da pauta que é a alteração do artigo 36 do Estatuto da entidade, conforme constou do edital de convocação, o qual passará a ter a seguinte redação: **“ART. 36. O mandato dos membros efetivos e suplentes dos órgãos da Administração do CODESEM será de cinco (5) anos, podendo ser reconduzidos por igual período, uma única vez.”** Em seguida foi colocada a proposta de alteração à discussão, oportunidade em que alguns membros manifestaram suas opiniões e que a alteração somente trará benefícios em razão de que aqueles que estão investidos dos mandatos terão melhores condições de desenvolverem um bom trabalho à frente do Conselho Comunitário. Encerrada a fase de discussão o Sr. Presidente submeteu a proposta de alteração acima à votação, por aclamação, sendo aprovada por unanimidade de votos. De consequência, o Sr. Presidente determinou que se procedesse a alteração ocorrida no Estatuto, bem como o devido registro junto ao Cartório de Títulos e Documentos para os devidos fins, o Senhor Presidente Passa para o terceiro item da pauta que é a Eleição da Nova Diretoria, pediu ao Srº Secretário que apresentasse as chapas. Sendo assim foi apresentada chapa única para o mandato de 05(cinco) anos ou seja até 25 de Outubro de 2017, composta pelos seguintes membros efetivos e suplentes, conforme rege o Estatuto da Entidade. A composição da chapa ora apresentada ficou assim constituída, Conselho Administrativo: 1º Presidente: Antonio Batista de Macedo, 1º Vice-Presidente: Luiz Cesar Amaral de Souza, 2º Vice-Presidente: Paulo Lourenço da Silva, 3º Vice-Presidente: Claudio Donizete dos Santos, Secretário: Marcos Antonio de Macedo, Tesoureiro: Nilson Gonçalves dos Santos. Posteriormente o Presidente pediu para que fossem apresentados os Conselhos, o Deliberativo e o Fiscal, conforme Estatuto da Entidade, com a seguinte constituição: Paulo Cesar de Almeida, Erminda dos Passos, Marcio Moraes, Solange Gonçalves dos Santos, Elma Lúcia de Macedo, Paulo Mendes de Aguiar, Tânia Cristina de Macedo, Mario Henrique Ferreira de Melo, Maria Odete da Cruz, Gláucia Favoreto de Melo, este conselho acima mencionado é o Conselho Deliberativo com seus



membros efetivos e suplentes na ordem escrita. Em seguida o Conselho Fiscal, os três primeiros efetivos e os três últimos suplentes, Dimair de Oliveira dos Santos, Aparecido de Jesus Mattos dos Santos, Silvia Mendes Aguiar, Hilda de Oliveira, Nilson Gonçalves dos Santos Junior, Alexandre Mendes Aguiar. O Srº Presidente deu prosseguimentos dos trabalhos, como não houve chapa concorrente evidenciando-se chapa-única, conforme o Estatuto da Entidade, o Srº Presidente perguntou aos presentes se a eleição da chapa apresentada poderia ser por aclamação. No entanto como nenhum dos presentes se opôs, ficou aprovada a eleição por aclamação. E em sequência o Presidente pôs em votação a Eleição da Nova Diretoria, onde a comunidade aprovou por unanimidade, portanto ficou eleita e empossada de imediato a chapa apresentada, para o próximo mandato de 05(cinco) anos, o Conselho Administrativo, conselho Deliberativo e o Fiscal, com seus membros efetivos e seus respectivos suplentes, conforme rege o Estatuto da Entidade. Após o Srº Presidente eleito Antonio Batista de Macedo, fez breves comentários de toda a eleição e outros comentários de interesse da entidade e agradeceu a presença de todos e passou a palavra ao Senhor Nilson Gonçalves dos Santos, o qual também efetuou comentário sobre assuntos do interesse geral, e após Agradeceu a presença e participação de todos, declarando encerrada a presente assembléia geral ordinária. Do que para constar foi lavrada a presente ata que lida e achada conforme vai devidamente assinada. Eu \_\_\_\_\_  
(Marcos Antonio de Macedo), Secretário que a escrevi.

Antonio Batista de Macedo – Presidente

Marcos Antonio de Macedo - Secretário

**REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS**  
MARILÂNDIA DO SUL - PR  
REG. Nº 9539 fs. 54 Lº 0154  
PROT. Nº 7120 Lº 131 Lº A-04  
Res. Integral  
Em 12 de dezembro de 2014  
Mauricio de F. J. Gogola  
Escritório

**COMARCA DE MARILÂNDIA DO SUL - PR**  
Registro Civil das Pessoas  
Naturais e Jurídicas e  
Documentos  
SELO  
FUNAMPEN  
MARCIA DE FÁTIMA FERRO GOGOLA  
TIT. E INT. E PESSOAS  
JURÍDICAS  
EED28415



**CODESEM - CONSELHO COMUNITARIO DE DESENVOLVIMENTO  
SOCIAL, EDUCACIONAL E ECONOMICO DE MAUÁ DA SERRA  
MAUA DA SERRA - ESTADO DO PARANÁ**

LISTA DE PRESENÇA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINARIA DO CONSELHO COMUNITARIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, EDUCACIONAL, E ECONOMICO DE MAUA DA SERRA - CODESEM, REALIZADA NO DIA 25 DE OUTUBRO DE 2012, COM A SEGUINTE ORDEM DO DIA: A) REORGANIZAÇÃO DA ENTIDADE, B) ALTERAÇÃO DO ARTIGO 36 DO ESTATUTO DA ENTIDADE, C) ELEIÇÃO, D) APROVAÇÃO E E) POSSE DA NOVA DIRETORIA.

NOME	ASSINATURA
01- Helio Custódio	
02- ALBARI RISEIN FRANÇA	
03- FRANCISCO JUNIOR DOS SANTOS	
04- Marcio Dias de Almeida	
05- Roger A. Franco	
06- Agnaldo Rodrigues Carneiro	
07- Moacyr Gonçalves Rodrigues	
08- Rosângela Ap. Loren	
09- Gilmert Santos	
10- Benedito Ramalho de Santos	
11- Edison Tulinio da Silva	
12- Jose Gomes Arcanjo	
13- Cíntia Cristina Macedo	
14- Adilson Maciel Carneiro	
15- Selange Gonçalves	
16- Nerey A. Souza e Silva	
17- José Antônio Rodrigues	
18- Stefania Javonete de Melo	
19- Ezequiel Gomes	
20- Olma Lucia Macedo	
21- Helen de Abreu Marques Siqueira	
22- Lúcia C. J. de Oliveira	
23- Maria do Socorro Sales	
24- Nelson da Silva	
25- Nelson da Silva	



26. Paulo Lourenço da SILVA - ✓ ~~27.4~~
27. Esmirinda dos Santos Santos
28. Nelson Gonçalves
29. MARIO Henrique F. de Melo - ~~Mario~~ ~~Henrique~~
30. ~~GRACIA~~
31. ~~Maria~~
32. ~~Maria~~ ~~Antônio~~ ~~Junior~~ ~~Mário~~
33. ~~Walter~~ ~~Alves~~ ~~Amador~~ ~~do~~ ~~Paulo~~
34. Zeila Juliana
35. ~~Maria~~ ~~Maria~~
36. Douglas Managó
37. Manoel Oliveira dos Santos
38. Taciana Moreira Machado
39. Amanda Cristina da Silva
40. Andréia J. Cortizo
41. Lourdes Pessin Rocha
42. Celia Cristina Braga
43. Jocelyne Gode dos Santos
44. Vera Gonçalves do Souza
45. João Luiz Lima
46. ~~Henrique~~ ~~do~~ ~~Almeida~~
47. João Carneiro
48. ~~João~~ ~~Mário~~ ~~do~~ ~~Paulo~~
49. Ang. Claudia Santos
50. Thais Lopes Gonçalves
51. João Pedro Raimundo Leite
52. João Rodrigues Pinto
53. ~~Mário~~ ~~do~~ ~~Almeida~~ ~~do~~ ~~Paulo~~
54. João Rodrigues Carneiro
55. Antônio Botuto de macêdo
56. José ~~do~~ ~~Paulo~~
57. ~~João~~ ~~do~~ ~~Almeida~~ ~~do~~ ~~Paulo~~
58. ~~Mário~~ ~~do~~ ~~Almeida~~ ~~do~~ ~~Paulo~~
59. Adão da Silva

- 60 - João Alar Rosa ~~João Rosa~~
- 61 - Arnaldo Mendes de Aguiar. Arnaldo
- 62 - Alisson José de Lima Rosa
- 63 - Paulo Melo Aguiar
- 64 - Bomila Souza Lima
- 65 - Maria Aparecida de Aguiar
- 66 - ~~Diogo~~ Diogo Soares de Brito
- 67 - ~~Sebastião~~ SEBASTIÃO GABRIEL DA SILVA
- 68 - Danilo de Souza Rosa
- 69 - Janyssa Janyssa
- 70 - Edvaldo de Oliveira
- 71 - Leonice Aparecida Machado Machado
- 72 - Rosana Wiethoff Kuhl Kuhl
- 73 - Dominga S. S. de Oliveira
- 74 - Nilson do Silva
- 75 - ~~João~~ João de Brito



# GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 197, DE 1º DE JULHO DE 2013

Estabelece data limite para a apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária e altera a Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e

Considerando a necessidade de fixar data limite para o recebimento de pedidos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, tendo em vista o prazo previsto na legislação em vigor, bem como a simplificação do procedimento decorrente das alterações na Norma nº 01/2011 estabelecidas por esta Portaria, e

Considerando a necessidade de conferir tratamento isonômico às prestadoras dos diversos serviços de radiodifusão, resolve:

Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30 de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011 - Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação.

Art. 2º A Norma nº 1/2011 - Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela Portaria nº 462, de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

3.1.1 O apoio cultural poderá ser realizado por entidades de direito privado e de direito público.

3.2.1A depender de características geográficas e urbanísticas e mantidas as condições técnicas da autorização, o sinal da emissora poderá ultrapassar o raio de um quilômetro.

5.2 Respeitada a atribuição de um canal exclusivo para a execução do serviço por município e a disponibilidade de frequências na região, a Anatel poderá atribuir canais diferentes à execução do serviço de radiodifusão comunitária em municípios vizinhos, nos casos de manifesta impossibilidade técnica ou como forma de tornar mais eficiente o uso do espectro, observadas as necessidades específicas do serviço.

8.1

b) Estatuto Social e Ata de Constituição da entidade devidamente registrados no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

f) que todos os seus dirigentes residem na área a ser coberta pelo sinal da emissora, nos termos do Projeto Técnico.

8.1.3. O estabelecimento ou manutenção de vínculos que subordinem a entidade e seus dirigentes à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais, implicará o imediato indeferimento do pedido de outorga e o consequente arquivamento do processo.

8.3.1. Serão indeferidos os processos de pedido de outorga das entidades cujos estatutos não observem o disposto nas alíneas, "f" e "g" do subitem 8.2.

11.2.2 Nos casos que a entidade recorrente concorrer sozinho e quando o seu processo for o único em andamento na localidade, o Ministério das Comunicações poderá acatar a documentação encaminhada na fase recursal.

15.3.4 A alteração do local de instalação da estação somente poderá ocorrer após a expedição da autorização em caráter provisório.

20.2.3. A alteração do local de instalação da estação que esteja operando em caráter precário somente poderá ocorrer após a aprovação do ato de renovação da outorga pelo Congresso Nacional e publicação de Decreto Legislativo correspondente, ressalvados os casos de força maior e caso fortuito.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br> pelo código 00012013070200041

o c

con

\* f

pel

In

PE

1 -

12 -

1 -

con

sig

1 -

4 -

5 -

out

6 -

7 -

em

8 -

out

sua

out

for

pel

DO

Mix

nza

exo

tabe

Jau

Bair

AC

cus

junt

S/A

\*DE

DE

SIG

TA

BAR

FAT

CO

CO

NO

CO

SEC

CU

AGI

DE

avali

acoli

121/

do (

sion

cion

FL-1

**RELATÓRIO DE CONFORMIDADE DE ESTAÇÃO TRANSMISSORA**  
**RESOLUÇÃO 303 DE 02/07/2002**

RELATÓRIO Nº

011/2006

**1.0 - NOME DA ENTIDADE:**

CONSELHO COMUNITÁRIO DE DES. SÓCIAL, EDUC. ECON. DE MAUÁ

**2.0 - ENDEREÇO:**

AVENIDA PONTA GROSSA, 550 - CENTRO

MAUÁ DA SERRA/PR

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

23°53'34"S

51°13'42"W

**3.0 - TIPO DE SERVIÇO:**

RADIODIFUSÃO EM FREQUÊNCIA MODULADA - RADCOM

**4.0 - PARÂMETROS TÉCNICOS:**

4.1 - FREQUÊNCIA DE OPERAÇÃO: (f)

87,9 MHz

4.2 - POTÊNCIA ERP MÁXIMA: (erp)

25 Watts

4.3 - COMPRIMENTO DA ANTENA: (L)

2,04 Metros

4.4 - COMPRIMENTO DE ONDA: (\*)

3,41 Metros

4.5 - CAMPO DISTANTE: (d)

2,44 Metros

**5.0 - MEDIÇÕES**

5.1 - MEDIDAS PARA SITUAÇÃO OCUPACIONAL

30 m

5.1.1 - CAMPO ELÉTRICO MEDIDO: (E)

0 V/m

5.1.2 - DENSIDADE DE POTÊNCIA (Seq)

0 W/m2

5.1.3 - CAMPO MAGNÉTICO CALCULADO: (H)

0 A/m

5.2 - MEDIDAS PARA A SITUAÇÃO POPULACIONAL

30 m

5.2.1 - CAMPO ELÉTRICO MEDIDO: (E)

0 V/m

5.2.2 - DENSIDADE DE POTÊNCIA (Seq):

0 W/m2

5.2.3 - CAMPO MAGNÉTICO CALCULADO: (H)

0 A/m

**6.0 - CONDIÇÕES DE AVALIAÇÃO:**

6.1 - EXPOSIÇÃO OCUPACIONAL:

E (V/m)

H(A/m)

Seq(W/m2)

(0,065 MHz a 1 MHz)

(1 MHz a 10 MHz)

(10 MHz a 400 MHz)

61

0,16

10

(400 MHz a 2000MHz)

6.2 - EXPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO:

E (V/m)

H(A/m)

Seq(W/m2)

(0,15 MHz a 1 MHz)

(1 MHz a 10 MHz)

(10 MHz a 400 MHz)

28

0,073

2

(400 MHz a 2000MHz)

6.3 - MEDIDAS DE CAMPO ELÉTRICO:

DIST. LEGAL

DIST. MED.

SITUAÇÃO

MEDIDA OCUPACIONAL (ITEM 5)

#DIV/0!

30,0000

#DIV/0!

MEDIDA POPULACIONAL (ITEM 5)

#DIV/0!

30,0000

#DIV/0!

6.4 - CÁLCULO DO CAMPO ELÉTRICO TEÓRICO PARA DISTÂNCIA MEDIDA:

CAMPO ELÉTRICO OCUPACIONAL

1,870 V/m

CAMPO ELÉTRICO POPULACIONAL

1,870 V/m

VIABILIDADE OCUPACIONAL:

VIÁVEL

N C

VIABILIDADE POPULACIONAL:

VIÁVEL

N C

**ROBERTO LANG**

ENGENHEIRO

CPF 345668309-00

CREA-SC 14707 CREA-PR 9559-D

<b>7.0 - CÁLCULOS TEÓRICOS:</b>		FL-2	
7.1 - DISTÂNCIA MÍNIMA PARA A POPULAÇÃO EM GERAL: (r.)		Metros	
(1 MHz a 10 MHz)			
(10 MHz a 400 MHz)		2,05	
(400 MHz a 2000 MHz)			
7.2 - DISTÂNCIA MÍNIMA OCUPACIONAL: (r.)		Metros	
(1 MHz a 10 MHz)			
(10 MHz a 400 MHz)		0,92	
(400 MHz a 2000 MHz)			
7.3 - CÁLCULO DA DENS. DE POTÊNCIA P/POLULAÇÃO: (Sp)		W/m2	
1/10 MHz			
10/400 MHz		1,997221892	
400/2000 MHz			
7.4- CÁLCULO DA DENS. DE POTÊNCIA OCUPACIONAL: (So)		W/m2	
1/10 MHz			
10/400 MHz		9,868499239	
400/2000 MHz			
<b>8.0 - CONCLUSÃO TEÓRICA:</b>	<b>Calculado</b>	<b>Verificado</b>	<b>Situação</b>
<b>8.1 - SITUAÇÃO OCUPACIONAL:</b>			
8.1.1 - CAMPO ELÉTRICO	1,870	0	
8.1.2 - SITUAÇÃO DE VIABILIDADE			<b>VIÁVEL</b>
8.1.2 - DISTÂNCIA	0,92	30,0000	
8.1.3 - SITUAÇÃO DE VIABILIDADE			<b>VIÁVEL</b>
8.1.4 - CAMPO MAGNÉTICO	0,161791194	0	
8.1.5 - SITUAÇÃO DE VIABILIDADE			<b>VIÁVEL</b>
<b>8.2 - SITUAÇÃO POPULACIONAL:</b>	<b>Calculado</b>	<b>Verificado</b>	<b>Situação</b>
8.2.1 - CAMPO ELÉTRICO	1,870	0	
8.2.2 - SITUAÇÃO DE VIABILIDADE			<b>VIÁVEL</b>
8.2.2 - DISTÂNCIA	2,045	30,0000	
8.2.3 - SITUAÇÃO DE VIABILIDADE			<b>VIÁVEL</b>
8.2.4 - CAMPO MAGNÉTICO	0,0727851	0	
8.2.5 - SITUAÇÃO DE VIABILIDADE			<b>VIÁVEL</b>
<b>8.3 - VERIFICAÇÃO DO ART. 19 (2/3 DO LIMITE):</b>		<b>2/3 limite</b>	<b>Condição</b>
8.3.1 - CAMPO ELÉTRICO: OCUP.		40,66666667	DISPENSADO
8.3.2 - DENSIDADE OCUP.		6,66666667	DISPENSADO
8.3.3 - CAMPO MAGNÉTICO OCUP.		0,106666667	DISPENSADO
8.3.4 - CAMPO ELÉTRICO POP.		18,66666667	DISPENSADO
8.3.5 - DENSIDADE POP.		1,333333333	DISPENSADO
8.3.6 - CAMPO MAGNÉTICO POP.		0,048666667	DISPENSADO
<b>9.0 - INFORMAÇÕES DA INSTALAÇÃO:</b>			
9.1 - ALTURA DA TORRE SUPORTE:		30,00 Metros	
9.2 - DISTÂNCIA DA CASA DO TRANSMISSOR A ANTENA		30,00 Metros	
9.3 - DISTÂNCIA DE RESIDÊNCIAS A ANTENA:		30,00 Metros	
9.4 - ACESSO DE PESSOAS NA CASA DO TRANSMISSOR		10 Quantidade	
9.5 - ÁREA TOTAL DO TERRENO:		0,00 M2	
9.6 - OUTROS:			



## ROBERTO LANG

ENGENHEIRO

CPF 345668309-00

CREA-SC 14707 CREA-PR 9559-D

FL.3

### 10.0 - EQUIPAMENTOS UTILIZADOS:

- 10.1 - MEDIDOR DE INTENSIDADE DE CAMPO MARCA POTOMAC, MODELO FIM-41, NÚMERO DE SÉRIE 143.154, COM PRECISÃO DETERMINADA DE +/- 2,0%.
- 10.2 - ANALISADOR DE ESPECTRO MARCA AGILENT MODELO 4411-B, SÉRIE NÚMERO US39441302, PRECISÃO DETERMINADA DE +/- 0,1%. EQUIPADO COM PROGRAMA ESPECIAL PARA ANÁLISE DE DADOS.
- 10.3 - ANTENA PADRÃO MARCA POTOMAC, MODELO ANT-71, NÚMERO DE SÉRIE 1489.
- 10.4 - ANTENA "LOOP" PARA FAIXA DE AM MARCA BELAR, MODELO LP-1A, ALIMENTADA NA FAIXA DE 530 A 1610 Khz (OM).
- 10.5 - ANALISADOR DE ESPECTRO PORTÁTIL, MARCA PROTEK, MODELO 3201, NÚMERO DE SÉRIE 320007480 (FAIXA 9KHZ A 2 GHZ).
- 10.6 - TELÊMETRO MARCA TASCOS MODELO LEASERSITE 800, NÚMERO DE SÉRIE 01765.
- 10.7 - FITA MÉTRICA DE PRECISÃO MARCA STANTLEY DE 2,00m6,0'.
- 10.8 - GPS MARCA GARMIN, MODELO III-PLUS, SÉRIE NÚMERO 03456
- 10.9 -

### 11.0 - PARECER CONCLUSIVO:

COM BASE NOS VALORES CALCULADOS E MEDIDOS PELAS CONDIÇÕES DE LOCAIS VERIFICADOS, DECLARO QUE, AS EMISSÕES PROVENIENTES DA ESTAÇÃO DO SERVIÇO -FM- REFERIDA NO ITEM "1.0" NÃO SUBMETERÃO TRABALHADORES E POPULAÇÃO EM GERAL A CEMRF DE VALORES ESTABELECIDOS NA RESOLUÇÃO Nº 303 DE 02 DE JULHO DE 2002.

### 12.0 - PROFISSIONAL HABILITADO:

- 12.1 - NOME: ROBERTO LANG
- 12.2 - CPF: 345668309-00
- 12.3 - CREA: 9559- PR E 14707-SC

Coronel Vivida, 15 de fevereiro de 2.006

ROBERTO LANG  
ENG. ELETRICISTA  
CREA-PR 9559-D  
CPF 345668309-00





GANHO max (Gt) 0 0 , 0 dB ALTURA EM RELAÇÃO AO SOLO 3 0 , 0 m ALTURA DA TORRE 3 0 , 0 m ALTITUDE DO LOCAL 1 0 3 4 , 0 m

### 9 - LINHA DE TRANSMISSÃO

FABRICANTE K M P C A B O S E S P . E S I S T . MODELO R G 2 1 3 U

COMPRIMENTO(L) 3 0 , 0 m ATENUAÇÃO EM 100 m (At) 0 4 , 5 dB PERDAS NA LINHA (PL) 0 1 , 3 5 dB EFICIÊNCIA DA LINHA (η) 0 , 7 3

$$\text{Perdas na linha (PL)} = \frac{L \cdot A_t}{100} \quad \text{Eficiência da linha (E}_f\text{)} = 10 \frac{-(PL)}{10}$$

### 10 - POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA (ERP)

$$\text{ERP (dBk)} = 10 \log (\text{Pt} \cdot \text{Ght} \cdot \text{Gvt} \cdot \eta) = 10 \log (0,025 \times 1,0 \times 1,0 \times 0,73) = -17,38 \text{ dBk}$$

Pt = Potência do transmissor, em kW.  
Ght = Ganho da antena, no plano horizontal, em vezes.  
Gvt = Ganho da antena, no plano vertical, em vezes  
η = Eficiência da linha de transmissão

Obs.: A potência efetiva irradiada (ERP) por emissora do RadCom deverá ser igual ou inferior a 25 Watts.

### 11 - INTENSIDADE DE CAMPO NO LIMITE DA ÁREA DE SERVIÇO

$$E(\text{dB}\mu) = 107 + \text{ERP}(\text{dBk}) - 20 \log d \text{ (km)}$$

ERP(dBk) [] potência efetiva irradiada

d (km) = distância da antena transmissora ao limite da área de serviço (raio da área de serviço)

$$E(\text{dB}\mu) = 107 + (-17,38) - 20 \log 1,0 = 89,62 \text{ (dB}\mu\text{)}$$

Obs.: O máximo valor de intensidade de campo no limite da área de serviço será de 91 dBμ.

### 12 - OUTRAS INFORMAÇÕES DE INTERESSE

### 13 - DADOS DO ENGENHEIRO PROJETISTA

NOME COMPLETO R O B E R T O L A N G  
REG CREA 9 5 5 9 D P R ENDEREÇO R U A R O S A S T E D I L E , 6 5 1  
ENDEREÇO (CONTINUAÇÃO) BAIRRO C E N T R O  
CIDADE C O R O N E L V I V I D A UF P R  
CEP 8 5 5 5 0 - 0 0 0 TELEFONE 0 4 6 - 3 2 3 2 1 8 0 4 FAX 0 4 6 - 3 2 3 2 1 4 0 5  
E-MAIL F O R C E L @ W L N C O R O N E L . C O m  
LOCAL C O R O N E L V I V I D A DATA 1 5 / 0 2 / 2 0 0 6  
ASSINATURA



Agilent Technologies

Operation PART C  
1212 Valley House Drive  
Rohnert Park, CA 94928  
(707) 794-1212

## Certificate of Calibration

### STANDARD CALIBRATION

Certificate No: E4411BUS39441302

Manufacturer: Agilent Technologies

Model No: E4411B

Options installed: HD3

Description: Spectrum Analyzer

Serial No: US39441302

Date Calibrated: 17-May-2000

Temperature: 23  $\pm$  5  $^{\circ}$ C

Humidity: 10-80% RH

Procedure Used: E4411B 17-MAY-2000

This calibration certificate documents that the instrument identified above was calibrated under a quality system in compliance with requirements in ISO-9002 (1994), using applicable Agilent Technologies procedures.

As Received Condition: New

As Shipped Condition: This product meets published specifications

These calibration procedures and test points are those recommended in a procedure developed by Agilent. Performance verification during manufacturing may use measurement points that differ from an equivalent set described in published Agilent performance verification procedures.

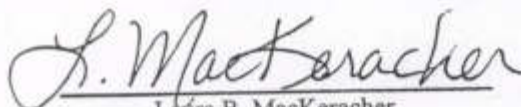
Remarks or special requirements:

#### Traceability Information:

Agilent measurement standards are traceable to national standards, intrinsic standards, consensus standards, or by ratio type measurements. The national standards used by this lab are administered by NIST.

Documentation relative to specific traceability paths is on file and can be viewed as the calibration facility listed at the top of this page. This report shall not be reproduced, except in full, without prior written approval of the calibration facility.

Report Issued: 17-May-2000



Laura B. MacKeracher  
Inspector



5962-0476



028

Ata da Assembléia Ordinária para a reorganização, alteração do artigo 36 do Estatuto da entidade, Eleição, aprovação e posse da nova Diretoria do CODESEM – Conselho Comunitário de Desenvolvimento Social, educacional e Econômico do município de Mauá da Serra – Estado do Paraná. Aos vinte e cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e doze, sito à Rua Presbítero João Pereira dos Santos s/nº - Centro, na cidade de Mauá da Serra, Estado do Paraná. Reuniram-se famílias Mauá serranas com objetivo pautados, conforme Estatuto em caráter de Assembléia Ordinária para deliberar assuntos da entidade e da comunidade, que são os seguintes: a) Reorganização da Entidade, b) Alteração do Artigo 36 do Estatuto da entidade, c) Eleição, d) Aprovação e e) Posse da Nova Diretoria. A reunião foi convocada pelo Presidente Srº Nilson Gonçalves dos Santos que na oportunidade disse aos presentes ainda os demais membros que compõem os Conselhos que será necessária e muito importante a reorganização da entidade, alteração do estatuto e a nova eleição para o mandato de 05(cinco) anos. O presidente então nomeou um secretario “ad hoc” para a presente reunião o Senhor Marcos Antonio de Macedo e declarou aberta a presente assembléia geral ordinária, esclarecendo detalhadamente os itens da pauta e inicia os trabalhos com o primeiro item que é a reorganização da entidade, onde o senhor presidente explanou que a diretoria da entidade estava com os mandatos vencidos desde o dia treze de julho do ano de dois mil e onze, e o mesmo propõe para a comunidade a prorrogação do referido mandato até a presente data. Em seguida foi colocada em discussão e muitos membros se manifestaram suas opiniões, em seguida o Srº Presidente submeteu a votação por aclamação a proposta de reorganização da entidade ou seja prorrogação do mandato da diretoria para até a presente data (25/10/2012), sendo aprovada por unanimidade de votos, o Senhor Presidente passa para o segundo item da pauta que é a alteração do artigo 36 do Estatuto da entidade, conforme constou do edital de convocação, o qual passará a ter a seguinte redação: **“ART. 36. O mandato dos membros efetivos e suplentes dos órgãos da Administração do CODESEM será de cinco (5) anos, podendo ser reconduzidos por igual período, uma única vez.”** Em seguida foi colocada a proposta de alteração à discussão, oportunidade em que alguns membros manifestaram suas opiniões e que a alteração somente trará benefícios em razão de que aqueles que estão investidos dos mandatos terão melhores condições de desenvolverem um bom trabalho à frente do Conselho Comunitário. Encerrada a fase de discussão o Sr. Presidente submeteu a proposta de alteração acima à votação, por aclamação, sendo aprovada por unanimidade de votos. De consequência, o Sr. Presidente determinou que se procedesse a alteração ocorrida no Estatuto, bem como o devido registro junto ao Cartório de Títulos e Documentos para os devidos fins, o Senhor Presidente Passa para o terceiro item da pauta que é a Eleição da Nova Diretoria, pediu ao Srº Secretário que apresentasse as chapas. Sendo assim foi apresentada chapa única para o mandato de 05(cinco) anos ou seja até 25 de Outubro de 2017, composta pelos seguintes membros efetivos e suplentes, conforme rege o Estatuto da Entidade. A composição da chapa ora apresentada ficou assim constituída, Conselho Administrativo: 1º Presidente: Antonio Batista de Macedo, 1º Vice-Presidente: Luiz Cesar Amaral de Souza, 2º Vice-Presidente: Paulo Lourenço da Silva, 3º Vice-Presidente: Claudio Donizete dos Santos, Secretário: Marcos Antonio de Macedo, Tesoureiro: Nilson Gonçalves dos Santos. Posteriormente o Presidente pediu para que fossem apresentados os Conselhos, o Deliberativo e o Fiscal, conforme Estatuto da Entidade, com a seguinte constituição: Paulo Cesar de Almeida, Erminda dos Passos, Marcio Moraes, Solange Gonçalves dos Santos, Elma Lúcia de Macedo, Paulo Mendes de Aguiar, Tânia Cristina de Macedo, Mario Henrique Ferreira de Melo, Maria Odete da Cruz, Gláucia Favoreto de Melo, este conselho acima mencionado é o Conselho Deliberativo com seus



membros efetivos e suplentes na ordem escrita. Em seguida o Conselho Fiscal, os três primeiros efetivos e os três últimos suplentes, Dimair de Oliveira dos Santos, Aparecido de Jesus Mattos dos Santos, Silvia Mendes Aguiar, Hilda de Oliveira, Nilson Gonçalves dos Santos Junior, Alexandre Mendes Aguiar. O Srº Presidente deu prosseguimentos dos trabalhos, como não houve chapa concorrente evidenciando-se chapa-única, conforme o Estatuto da Entidade, o Srº Presidente perguntou aos presentes se a eleição da chapa apresentada poderia ser por aclamação. No entanto como nenhum dos presentes se opôs, ficou aprovada a eleição por aclamação. E em sequência o Presidente pôs em votação a Eleição da Nova Diretoria, onde a comunidade aprovou por unanimidade, portanto ficou eleita e empossada de imediato a chapa apresentada, para o próximo mandato de 05(cinco) anos, o Conselho Administrativo, conselho Deliberativo e o Fiscal, com seus membros efetivos e seus respectivos suplentes, conforme rege o Estatuto da Entidade. Após o Srº Presidente eleito Antonio Batista de Macedo, fez breves comentários de toda a eleição e outros comentários de interesse da entidade e agradeceu a presença de todos e passou a palavra ao Senhor Nilson Gonçalves dos Santos, o qual também efetuou comentário sobre assuntos do interesse geral, e após Agradeceu a presença e participação de todos, declarando encerrada a presente assembléia geral ordinária. Do que para constar foi lavrada a presente ata que lida e achada conforme vai devidamente assinada. Eu \_\_\_\_\_  
(Marcos Antonio de Macedo), Secretário que a escrevi.

Antonio Batista de Macedo – Presidente

Marcos Antonio de Macedo - Secretário

**REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS**  
MARILÂNDIA DO SUL - PR  
REG. Nº 9539 fs. 54 Lº 0154  
PROT. Nº 7120 1º 131 Lº A-04  
Res. Integral  
Em 12 de dezembro de 2014  
Mauricio de F. J. Gogola  
Escritório

**COMARCA DE MARILÂNDIA DO SUL - PR**  
Registro Civil das Pessoas  
Naturais e Jurídicas e  
Documentos  
SELO  
FUNAMPEN  
MARCIA DE FÁTIMA FERRO GOGOLA  
TIT. E INT. E PESSOAS  
JURÍDICAS  
EED28415



**CODESEM - CONSELHO COMUNITARIO DE DESENVOLVIMENTO  
SOCIAL, EDUCACIONAL E ECONOMICO DE MAUÁ DA SERRA  
MAUA DA SERRA - ESTADO DO PARANÁ**

LISTA DE PRESENÇA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINARIA DO CONSELHO COMUNITARIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, EDUCACIONAL, E ECONOMICO DE MAUA DA SERRA - CODESEM, REALIZADA NO DIA 25 DE OUTUBRO DE 2012, COM A SEGUINTE ORDEM DO DIA: A) REORGANIZAÇÃO DA ENTIDADE, B) ALTERAÇÃO DO ARTIGO 36 DO ESTATUTO DA ENTIDADE, C) ELEIÇÃO, D) APROVAÇÃO E E) POSSE DA NOVA DIRETORIA.

NOME	ASSINATURA
01- Helio Custódio	
02- ALBARI RISEIN FRANÇA	
03- FRANCISCO JUNIOR DOS SANTOS	
04- marcio Dias de Almeida	
05- Roger A. Franco	
06- Agnaldo Rodrigues Carneiro	
07- Moacyr Gonçalves Rodrigues	
08- Rosângela Apª Correr	
09- Gilmir Santos	
10- Benedito Ramalho de Santos	
11- Edison Taurino da Silva	
12- Jozé Gomes Araújo	
13- Cíntia Cristina Macedo	
14- Adilson Maciel Carneiro	
15- Selange Gonçalves	
16- Nerey de Souza Correr	
17- José Antônio Rodrigues	
18- Stefania Javonete de Melo	
19- Ezequiel Gomes	
20- Olma Lucia Macedo	
21- Helen de Abreu Marques Siqueira	
22- Lúcia C. J. de Oliveira	
23- Cláudio José de Sales	
24- Nelson da Silva Gonçalves	



26. Paulo Lourenço da SILVA - ~~Paulo~~
27. Esmirinda dos Santos Santos
28. Nelson Gonçalves
29. MARIO Henrique F. de Melo - ~~Mario~~
30. ~~Francisco~~
31. ~~Marcelo~~
32. ~~Manoel~~ Manoel Antonio Junior
33. ~~Walter~~ Walter Amador de Souza
34. Zeila Juliana
35. ~~Manoel~~ Manoel
36. Douglas Managó
37. Manoel Oliveira dos Santos
38. Taciana Moreira Machado
39. Amanda Cristina da Silva
40. Andréia J. Cortizo
41. Lourdes Pessin Rocha
42. Celia Cristina Braga
43. Jocelyne Góes dos Santos
44. Vera Gonçalves de Souza
45. João Luiz Lima
46. ~~Henrique~~ Henrique Lima
47. João Carneiro
48. ~~João~~ João de Souza
49. Ang. Claudia Santos
50. Thais Lopes Gonçalves
51. João Pedro Raimundo Leite
52. João Rodrigues Pinto
53. ~~Manoel~~ Manoel Chelhi Chico Louco
54. João Rodrigues Carneiro
55. Antonio Botuto de macêdo
56. José Luis de Paula
57. ~~João~~ Alexandre Vaz
58. Manoel de Souza Carneiro
59. Adão da Silva



- 60 - João Alar Rosa ~~João Alar Rosa~~
- 61 - Arnaldo Mendes de Aguiar. Arnaldo
- 62 - Alisson José de Lima Rosa
- 63 - Paulo Melo Aguiar
- 64 - Bomila Souza Lima
- 65 - Maria Aparecida de Aguiar
- 66 - ~~Diogo~~ Diogo Soares de Brito
- 67 - ~~Sebastião~~ SEBASTIÃO GABRIEL DA SILVA
- 68 - Danilo de Souza Rosa
- 69 - Janyssa Janyssa
- 70 - Edvaldo de Oliveira
- 71 - Leonice Aparecida Machado Machado
- 72 - Rosana Wiethoff Kuhl Kuhl
- 73 - Dominga S. S. de Oliveira
- 74 - ~~Alvaro do Silva~~ Alvaro do Silva
- 75 - ~~Alvaro do Silva~~ Alvaro do Silva

CONSELHO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL,  
EDUCACIONAL E ECONÔMICO DE MAUÁ DA SERRA  
CODESEM

ESTATUTO

CAPÍTULO I

- Denominação
- Sede e foro
- Duração e finalidade
- Execução de serviço de radiodifusão comunitária

Art. 1º. O CONSELHO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, EDUCACIONAL E ECONÔMICO DE MAUÁ DA SERRA CODESEM, pessoa jurídica de direito privado, instituído pelos moradores de Mauá da Serra, Estado do Paraná, de fins não econômicos, de caráter social, educacional e cultural, com sede em Mauá da Serra, na Rua Presbítero João Pereira dos Santos, s/nº, na cidade de Mauá da Serra e foro na Comarca de Marilândia do Sul, Estado do Paraná, tem duração por tempo indeterminado, aqui denominado simplesmente de **CODESEM**.

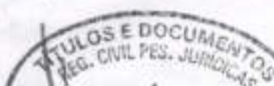
Art. 2º. O **CODESEM** promoverá atendimento, sem distinção de raça, credo religioso, sexo, cor e política.

Art. 3º. O **CODESEM** tem por finalidade:

- I- Congregar as famílias residentes e ou domiciliados na cidade de Mauá da Serra e adjacências, de modo a contribuir para o atendimento dos interesses e necessidades comuns;
- II- Representar os interesses gerais dos moradores ou individuais de seus associados perante as autoridades;
- III- Criar e implantar serviços assistenciais e cooperativos, inclusive, através de convênios e contratos firmados com organismos públicos e privados;
- IV- Organizar e implementar sistema de atendimento cultural, educacional e de saúde médico-odontológico.

**Parágrafo único.** O serviço de Radiodifusão Comunitária tem por finalidade o atendimento à comunidade beneficiada com vistas a:

- I- Dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- II- Oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- III- Prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de Defesa Civil, sempre que necessário;



Luiz Antonio Zanlorenzi  
Advogado



- IV- Contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas de conformidade com a legislação profissional vigente;
- V- Permitir a capacitação dos cidadãos dos exercícios de direitos de expressão da forma mais acessível possível.

## **CAPÍTULO II** **DOS ÓRGÃOS DIRETIVOS**

Art. 4º. São órgãos diretivos da Administração do **CODESEM**:

- I- Assembléia Geral – AG;
- II- Conselho Deliberativo – CD;
- III- Conselho Administrativo – CA;
- IV- Conselho Fiscal – CF;
- V- Departamentos – DP.

Art. 5º. A Assembléia Geral é o órgão máximo do **CODESEM**, reunindo-se em caráter ordinário 1 (uma) vez por ano e em caráter extraordinário sempre que for necessário.

Art. 6º. O Conselho Deliberativo é o órgão que orienta e supervisiona as atividades do **CODESEM** e se constitui de 5 (cinco) membros efetivos e 5 (cinco) membros suplentes, eleitos pela Assembléia Geral.

Art. 7º. O Conselho Administrativo é o órgão que operacionaliza toda a administração econômica e social do **CODESEM**, sendo composto de:


- I- Um presidente;
- II- Três Vice-Presidentes;
- III- Um Secretário;
- IV- Um tesoureiro

Art. 8º. O Conselho Fiscal é o órgão responsável pela fiscalização e controle indireto da situação econômica e financeira do **CODESEM**, opina sobre matéria atinente a esse setor, constituindo-se de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes, eleitos pela Assembléia Geral.

Art. 9º. São Departamentos do **CODESEM**:

- I- Departamento de Planejamento e Organização – DPO;
- II- Departamento de Desenvolvimento Social e Educacional – DSE;
- III- Departamento de Cultura, Recreação e Lazer – DURL;
- IV- Departamento de Profissionalização e Colocação de Mão-de-obra – DPCMO;
- V- Departamento de Saúde Médico-Odontológico – DSMO;
- VI- Departamento Econômico-Financeiro – DEF.

§ 1º. Os Departamentos serão dirigidos por Diretores, indicados pelo Conselho Administrativo.

  
Luiz Antonio Zanlorenzi  
Advogado  
OAB/PR 10310

§ 2º. As atribuições dos Departamentos constam do Regimento Interno elaborado pelo Conselho Administrativo e aprovado pelo Conselho Deliberativo.

### CAPÍTULO III DA COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 10. A Assembléia Geral é o mais alto poder decisório do **CODESEM**, constituída pelos moradores da cidade de Mauá da Serra e adjacências e que reúnem-se em caráter ordinário e extraordinário para ouvir, analisar e decidir sobre matéria atinente ao desenvolvimento do **CODESEM**.

§ 1º. As Assembléias Gerais Ordinárias serão convocadas pelo Presidente do Conselho Administrativo, com 30 (trinta) dias de antecedência e que funcionará em primeira convocação com 2/3 de seus sócios, em segunda convocação, com a maioria simples de seus sócios presentes e em terceira convocação com a presença mínima de 30 (trinta) sócios.

§ 2º. As Assembléias Gerais extraordinárias serão convocadas pelo Presidente do Conselho Deliberativo, com 10 (dez) dias de antecedência e que funcionará com a maioria simples de seus sócios.

§ 3º. Haverá no local das Assembléias Gerais instaladas, um livro para proceder ao registro dos sócios presentes.

Art. 11. As Assembléias Gerais uma vez constituídas têm competência para:

- a. Resolver todos os casos de interesse do **CODESEM**;
- b. Apreçar, discutir e aprovar todos os atos praticados pela administração da entidade;
- c. Tomar conhecimento das transmissões de cargos, documentos e haveres da entidade nas substituições de qualquer membro dos órgãos diretivos;
- d. Anular atos da administração da entidade ou dos demais órgãos diretivos contrários ao disposto neste estatuto;
- e. Promover a responsabilidade de qualquer membro dos órgãos diretivos do **CODESEM**, determinando o afastamento, caso necessário;
- f. Esclarecer as omissões deste Estatuto estabelecendo normais e critério a respeito;
- g. Eleger em escrutínio secreto os membros efetivos e suplentes dos órgãos diretivos da entidade.

Art. 12. Ao Conselho Deliberativo compete:

- a. Exarar, no máximo até o dia 15 de fevereiro de cada ano, para fins de apreciação pela Assembléia Geral, parecer sobre o relatório de atividade, prestação de contas e Balanço Geral do **CODESEM**, correspondente ao exercício anterior;
- b. Eleger, dentro de seus membros o Presidente do Conselho;
- c. Elaborar, para apreciação e deliberação da Assembléia Geral o anteprojeto de alteração do Estatuto da **CODESEM**;

2 Fis: \_\_\_\_\_

Luiz Antonio Zanlorenzi



- d. Deliberar sobre a alienação de bens do **CODESEM**;
- e. Deliberar sobre os planos de trabalhos e proposto orçamentárias, elaboradas pelos Departamentos e encaminhados pelo Conselho Administrativo;
- f. Deliberar sobre a admissão de sócios;
- g. Representar a Assembléia Geral sobre qualquer irregularidade contratada no funcionamento do **CODESEM**, sugerindo medidas para correção.

Art. 13. O Conselho Deliberativo reunir-se-á bimestralmente para as convocações ordinárias e para as convocações extraordinárias quando se fizer necessário.

Art. 14. Perderá a condição de membro do Conselho Deliberativo aquele que faltar, sem justificativa por escrito e aceita pelo colegiado, a 3 (três) reuniões ordinárias, dando-se disso conhecimento à Assembléia Geral para que eleja seu substituto.

Art. 15. Ao Conselho Administrativo compete:

- a. Elaborar plano de trabalho das atividades e executá-lo;
- b. Elaborar e apresentar à Assembléia Geral, relatório anual das atividades da entidade;
- c. Entrosar-se com instituições públicas e privadas para mútua colaboração em atividades de interesse comum;
- d. Contratar e demitir empregados;
- e. Desenvolver campanhas de interesse geral da entidade;
- f. Encaminhar ao Conselho Deliberativo no máximo até o dia 15 de janeiro de cada ano, os planos de trabalhos e propostas orçamentárias;
- g. (excluído conforme solicitação contida no ofício nº 3273/03 - DOS/SSCE-MC);
- h. Encaminhar ao Conselho Deliberativo até o dia 15 de janeiro de cada ano, o relatório de atividades, prestação de contas e Balanço Geral, correspondentes ao exercício anterior;
- i. Elaborar, para apreciação do Conselho Deliberativo, o Regimento Interno do **CODESEM**, encaminhando, com parecer, àquele Conselho os regulamentos, instruções e normais elaboradas pelos diversos órgãos da entidade.

Art. 16. O Conselho Administrativo reunir-se-á uma vez por mês.

Art. 17. Compete ao Presidente do CA:

- a. Representar o **CODESEM**, ativa, passiva, judicial e extrajudicialmente;
- b. Cumprir e fazer cumprir este Estatuto e o Regimento Interno;
- c. Convocar e presidir as reuniões do Conselho Administrativo;
- d. Convocar as Assembléias Gerais Ordinárias;
- e. Assinar com o Secretário e o Tesoureiro os livros, documentos de identidade, cheques, bem como a quaisquer outros documentos atinentes a entidade.



Luiz Antonio Zahlorenzi  
Advogado  
OAB/PR 10310



Art. 18. Compete ao Primeiro Vice-Presidente do CA:

- a. Substituir o Presidente em suas faltas e impedimentos;
- b. Assumir o mandato em caso de vacância, até o seu término;
- c. Prestar de modo geral sua colaboração ao Presidente.

Art. 19. Compete ao Segundo Vice-Presidente do CA:

- a. Substituir o Primeiro Vice-Presidente em suas faltas e impedimentos;
- b. Assumir o mandato em caso de vacância, até o seu término;
- c. Auxiliar o Secretário em suas funções e substituí-lo em suas faltas e impedimentos.

Art. 20. Compete ao Terceiro Vice-Presidente do CA:

- a. Substituir o Segundo Vice-Presidente em suas faltas e impedimentos;
- b. Assumir o mandato em caso de vacância, até o seu término;
- c. Auxiliar o Tesoureiro em suas funções e substituí-lo em suas faltas e impedimentos.

Art. 21. Compete ao Secretário do CA:

- a. Secretariar as reuniões do Conselho Administrativo e Assembléias Gerais e redigir as competentes atas;
- b. Publicar todas as notícias das atividades da entidade;
- c. Redigir toda correspondência de interesse da entidade e atinentes à sua função, organizar fichários e registros de Leis;
- d. Assinar com o Presidente do Conselho Administrativo documentos de interesse do **CODESEM**.

Art. 22. Compete ao Tesoureiro do CA:

- a. Arrecadar e contabilizar toda receita do **CODESEM**;
- b. Manter em bancos indicados pelo Conselho Administrativo os haveres da entidade;
- c. Pagar as contas autorizadas pelo Presidente do Conselho Administrativo;
- d. Apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que for solicitado pelo Conselho;
- e. Apresentar relatórios financeiros para ser submetidos à Assembléia Geral;
- f. Conservar sob sua guarda e responsabilidade, o numerário e documentos relativos à tesouraria, inclusive, contas bancárias;
- g. Apresentar semestralmente balancete ao Conselho Fiscal;
- h. Elaborar Balanço Geral, submetendo à aprovação do Conselho Fiscal e Assembléia Geral;
- i. Assinar com o Presidente do Conselho Administrativo os documentos atinentes à sua área de trabalho.

Art. 23. Compete ao Conselho Fiscal:

- a. Fiscalizar contábil e financeiramente a execução orçamentária do **CODESEM**;
- b. Emitir parecer sobre demonstrações financeiras, balancetes e balanço geral da entidade;



*Lulz Antonio Zanlorenzi*  
Advogado  
OAB/PR 10310



- c. Opinar sobre assuntos de natureza contábil e financeira de interesse do **CODESEM**, quando solicitado pela Assembléia Geral ou Conselho Deliberativo.

#### CAPÍTULO IV DOS SÓCIOS DO CODESEM

Art. 24. O **CODESEM** terá no seu quadro social as seguintes categorias de sócios:

- I- Fundador;
- II- Contribuinte;
- III- Benemérito
- IV- Honorário.

Art. 25. São sócios fundados aqueles que assinaram a ata de fundação da entidade.

Art. 26. São sócios contribuintes todos os moradores de Mauá da Serra e adjacências.

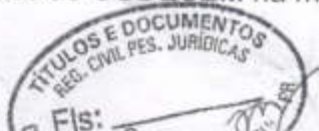
Art. 27. São sócios beneméritos todos aqueles que prestarem relevantes serviços ao **CODESEM**, ficando a concessão do Título a critério da Assembléia Geral.

Art. 28. São sócios honorários todos aqueles que doarem expressiva importância, representada em dinheiro ou espécie, ficando a concessão do título a critério da Assembléia Geral.

#### CAPÍTULO V DOS DIREITOS E DEVERES DOS SÓCIOS DO CODESEM

Art. 29. São direitos dos sócios:

- a. Votar e ser votado para cargos eletivos, desde que esteja quite com a tesouraria e filiado há mais de 6 (seis) meses ao **CODESEM**;
- b. Desligar-se da entidade uma vez quite com a tesouraria, mediante solicitação por escrito;
- c. Fazer parte das comissões de trabalhos ou Departamentos do **CODESEM**;
- d. Pedir dispensa do pagamento das mensalidades quando estiver desempregado e sem recursos, não perdendo seus direitos de sócios, no período de 6 (seis) meses;
- e. Tomar parte nas Assembléias Gerais;
- f. Tomar parte nas reuniões dos órgãos diretivos da entidade quando para isto for convocado;
- g. Comunicar por escrito qualquer irregularidade verificada na administração da entidade, ao Presidente do Conselho Deliberativo;
- h. Solicitar ao Conselho Deliberativo a convocação da Assembléia Geral Extraordinária, mediante requerimento firmado por 2/3 dos sócios quite com a tesouraria e filiados ao **CODESEM** há mais de 6 (seis) meses.



Luiz Antonio Zanlorenzi  
Advogado

Art. 30. São deveres dos sócios:

- a. Cumprir as disposições deste Estatuto, Regimento Interno e demais regulamentos da entidade;
- b. Manter-se quite com a tesouraria da entidade;
- c. Aceitar os cargos para os quais forem escolhidos, ressalvados os casos de força maior;
- d. Comunicar a Secretaria do **CODESEM**, quando mudar sua residência.

#### **CAPÍTULO VI** **DO PATRIMÔNIO DO CODESEM**

Art. 31. O patrimônio do **CODESEM** será constituído de:

- a. móveis, imóveis e semoventes;
- b. doações de pessoas físicas e jurídicas;
- c. doações e subvenções de órgãos públicos;
- d. subvenções advindas de celebração de convênios e contratos;
- e. contribuições de sócios;
- f. receitas provenientes de recursos próprios resultantes de trabalhos executados pela própria entidade.

#### **CAPÍTULO VII** **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 32. Os valores e critérios de reajustes das mensalidades a serem cobradas dos sócios serão fixados pela Assembléia Geral.

Art. 33. As eleições do **CODESEM**, para eleger os membros efetivos e suplentes dos órgãos diretivos, serão realizadas na segunda quinze do mês de janeiro do que vencer os respectivos mandatos.

Art. 34. Os membros dos órgãos da administração do **CODESEM** tomarão posse imediatamente a eleição, em solenidade estabelecida para tal fim.

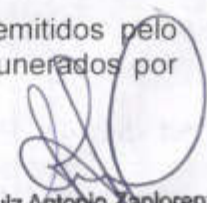
Art. 35. Os membros efetivos e suplentes dos órgãos diretivos do **CODESEM**, da primeira Diretoria, serão eleitos por aclamação por ocasião da realização da primeira Assembléia Geral Extraordinária

Art. 36. O mandato dos membros efetivos e suplentes dos órgãos da Administração do **CODESEM**, será de 5 (cinco) anos, podendo ser reconduzidos por igual período por uma única vez.<sup>1</sup>

Art. 37. Todos os trabalhos do **CODESEM** serão desenvolvidos gratuitamente através de voluntários, dos sócios e de seus Diretores, bem como de outras pessoas que assim desejarem participar.

Art. 38. Os empregados, quando houver, serão admitidos e demitidos pelo Presidente do Conselho Administrativo da Entidade e serão remunerados por meio de gratificações e outras formas previstas em lei.

<sup>1</sup> Alterado por decisão em Assembléia Geral

  
Luiz Antonio Zanlorenzi  
Advogado  
OAB/PR 10310



Art. 39. As regalias, distinções e privilégios outorgados aos sócios são irrevogáveis, respeitando as restrições estabelecidas neste Estatuto.

Art. 40. Os sócios não responderão pelas obrigações que os representantes da entidade assumirem expressa ou intencionalmente em seu nome. Respondem apenas pelo pagamento das mensalidades, taxas, ou quaisquer outros compromissos assumidos com a tesouraria.

Art. 41. O Conselho Administrativo adotará como data de comemoração do aniversário do **CODESEM**, a data de sua instituição.

Art. 42. Os bens patrimoniais do **CODESEM**, não poderão ser vendidos, alugados, cedidos ou doados sem anuência da Assembléia Geral.

Art. 43. Este Estatuto poderá ser reformado por proposição do Conselho Deliberativo com a aprovação da Assembléia Geral.

#### **CAPÍTULO VIII** **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 44. Terão direito aos benefícios oferecidos pelo **CODESEM**, os filhos inválidos e as viúvas que viverem sob a dependência sócio-econômica do sócio, desde que este esteja quite com a tesouraria.

Art. 45. Os Títulos do Presidente de Honra, Sócios Beneméritos e Honorários, serão concedidos pela Assembléia Geral e os critérios de concessão estão definidos no Regimento Interno.

Art. 46. As penalidades: advertência, suspensão e exclusão, a serem aplicadas aos sócios que infringirem os Estatutos, Regimento Interno e regulamentos da entidade, terão os critérios definidos no Regimento Interno e serão de competência do Conselho Deliberativo suas aplicabilidades.


Art. 47. O **CODESEM**, não distribui lucros, bonificações ou dividendos sob qualquer forma ou pretexto a sócios ou Diretores e aplicará integralmente seu patrimônio dentro do País.

Art. 48. A regularização de funcionamento e elaboração de critérios para a realização das eleições gerais do **CODESEM**, consta do Regimento Interno.

Art. 49. As Assembléias Gerais Ordinárias, convocadas de acordo com o artigo 10, § 1º, haverá tolerância de 30 (trinta) minutos entre a primeira e a segunda convocação e de 15 (quinze) minutos entre a segunda e a terceira convocação.

Art. 50. Serão definidos no Regimento Interno os casos e assuntos omissos no presente Estatuto e serão resolvidos pela Assembléia Geral.

Art. 51. Os Presidentes e Secretários dos Conselhos Deliberativo e Fiscal serão eleitos dentre os seus membros.

  
Luiz Antonio Zanlorenzi  
Advogado



Art. 52. Que "Em caso de extinção da pessoa jurídica os bens patrimoniais serão transferidos a entidade congênere" (reformulado de acordo com a solicitação do ofício nº 3273/03 – DOS/SSCE – MC).

Art. 53. O ano civil do **CODESEM**, iniciar-se-á a primeiro de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano.

Art. 54. Os princípios contábeis a serem adotados pelo **CODESEM**, para os registros dos atos e fatos do Conselho Administrativo, serão pelo regime de competência.

Art. 55. A contabilidade do **CODESEM** será registrada em livros revestidos das formalidades legais e de acordo com as leis que regem este setor.

Art. 56. Os filhos dos sócios maiores de 18 (dezoito) anos pagarão as mensalidades do **CODESEM**.

Art. 57. O primeiro mandato dos membros dos órgãos diretivos do **CODESEM** será de 19 (dezenove) meses, isto é, de 16 de junho de 1985 a 15 de janeiro de 1987.

Art. 58. Todos os familiares dos sócios terão direito de frequentar a sede da entidade.

Art. 59. "Excluído conforme solicitação do ofício nº 3273/03 – DOS/SSCE – MC".

Art. 60. A sede da entidade poderá ser cedida para realizações de qualquer evento, com anuência do Conselho Deliberativo, que decidirá a cobrança ou não de taxas.

Art. 61. O presente Estatuto foi aprovado pela Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 16 de junho de 1985, e que depois de publicado em Diário Oficial do Estado, foi encaminhado ao Cartório de Registro de Títulos e Documentos para o respectivo registro, entrando em vigor na data do mesmo, revogando as disposições em contrário, o presente Estatuto foi reformado conforme rege o artigo 43 deste Estado, conforme a solicitação do Ministério das Comunicações, Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, Departamento de Outorga de Serviços conforme ofício 3273/03/DUS/SSCE MC.

Mauá da Serra, 25 de outubro de 2012.

**REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS**  
**MARILÂNDIA DO SUL - PR**

REG. Nº 456 fs. 192 Lº 4/05  
PROT. Nº 7119 fs. 131 Lº 4-04

Reg-pessoa jurídica

Em 12 de dezembro de 2012

Marcia da F. Gogola  
Oficial

Antonio Batista de Macedo  
**PRESIDENTE**

Marcos Antonio de Macedo  
**SECRETÁRIO**

**SECRETARIA DE MARILÂNDIA DO SUL - PR**  
**SELO FUNARPEN**  
TÍTULOS E DOCUMENTOS  
NATURAS E JURÍDICAS  
TÍTULOS E DOCUMENTOS  
TIT. E DOC. E PESSOAS JURÍDICAS  
LUCIA MARTINELLI  
Oficial  
MARCIA DE FÁTIMA FERRO GOGOLA  
EED28414

Lutz Antonio Zanlorenz  
Advogado  
OAB/PR 10310  
CPF 157.885.529-34



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA**  
**DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS**  
Esplanada dos Ministérios – Bloco “R” – 3º andar - anexo oeste - sala 300 – 70044-900 – Brasília/DF  
Fone: (61) 311-6890 – Fax: (61) 311-6617

Ofício nº 7026 /2006/RADCOM/DOS/SSCE-MC

Brasília, 25 de outubro de 2006.

Ao Senhor

**Paulo Lourenço da Silval**

CONSELHO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL EDUCACIONAL E  
ECONÔMICO DE MAUÁ – CODESEM

Avenida Ponta Grossa, 550 – Centro  
86828-000 Mauá da Serra/PR

**Assunto:** Encaminhamento de Licença para funcionamento

**Processo nº 53740.001385/98**

Prezado Senhor,

Estamos encaminhando, anexo a este ofício, a Licença Definitiva para funcionamento de Estação de Radiodifusão Comunitária do **CONSELHO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL EDUCACIONAL E ECONÔMICO DE MAUÁ - CODESEM**, na localidade de Mauá da Serra, no Estado do Paraná.

Atenciosamente,

  
**JOANILSON L. B. FERREIRA**  
Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica

vfm/DOS/SSCE/MC

REPUBLICA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

Nº: 000053/2006-PR

LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

FLS: 001/001

NOME/RAZÃO SOCIAL CONSELHO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, EDUCACIONAL E ECONÔMICO DE MAUÁ CODESEM - CNPJ: 02.797.500/0001-21		Nº DA ENTIDADE 50400849607	
Nº DA ESTAÇÃO 687236436	SERVIÇO Radiodifusão Comunitária	NAT. SERV. *****	LATITUDE 23S533400
		LONGITUDE 51W134200	

ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO AVENIDA PONTA GROSSA 550	DISTRITO *****
BAIRRO CENTRO	MUNICÍPIO MAUÁ DA SERRA
UF PR	

CIDADE DA OUTORGA : Mauá da Serra/PR  
NOME FANTASIA : RÁDIO MAUÁ FM  
FREQÜÊNCIA : 87,9 MHz  
HORÁRIO FUNCIONAMENTO : 06:00 a 24:00 - Dom. a Sáb.  
INDICATIVO DA ESTAÇÃO : ZYT852

ESTÚDIO  
ENDEREÇO : AVENIDA PONTA GROSSA 550 CENTRO  
MUNICÍPIO : Mauá da Serra  
TRANSMISSOR PRINCIPAL : José Wilson Rocha - EPP  
CÓDIGO : 024598XXX0580  
TRANSMISSOR AUXILIAR : \*\*\*\*\*  
CÓDIGO : \*\*\*\*\*

ANTENA  
FABRICANTE : IDEAL INDUSTRIA E COMERCIO DE ANTENAS LTDA.  
GANHO : 0.00 dBi  
DESCRIÇÃO : PLANO TERRA  
COTA BASE DA TORRE : \*\*\*\*\* m

Número Processo : 537400013851998

CANAL : 200  
RAIO DA ÁREA DE SERVIÇO : 1.00 KM  
PERP MÁXIMA : \*\*\*\*\* W

LOCALIDADE : \*\*\*\*\*  
UF : PR  
MODELO : STR 25  
POTÊNCIA : 25,000 W  
MODELO : \*\*\*\*\*  
POTÊNCIA : \*\*\*\*\* W

MODELO : PT 0 dB  
POLARIZAÇÃO : Vertical  
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO : 30.0 m

**A EMISSORA DO RADCOM OPERARÁ SEM DIREITO A PROTEÇÃO CONTRA EVENTUAIS INTERFERÊNCIAS CAUSADAS POR ESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES E DE RADIODIFUSÃO REGULARMENTE INSTALADAS.**

IMPRESSA EM 02/10/2006

OBSERVAÇÕES 02.797.500/0001-21	Licenciada Em	VÁLIDA ATÉ
	02/10/2006	29/11/2015

*[Assinatura]*  
Helio Costa  
Ministro das Comunicações





**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÁ DA SERRA**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**CNPJ Nº 95548400/0001-42**

**LEI Nº 299/2012**

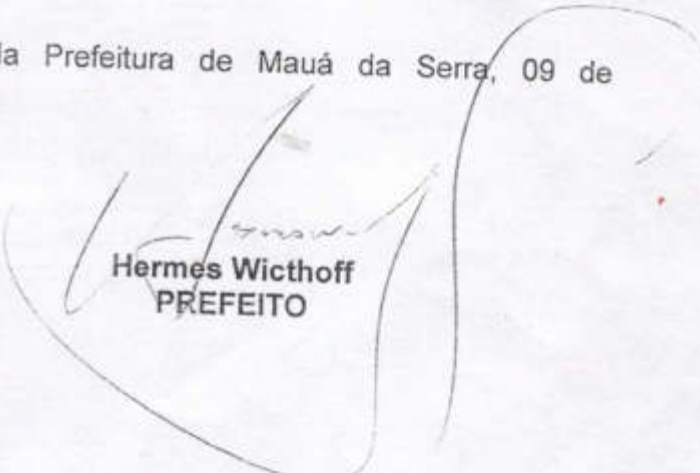
**SÚMULA:-** Declara de utilidade pública o Conselho Comunitário de Desenvolvimento Social, Educacional e Econômico de Mauá da Serra - CODESEM.

A Câmara Municipal de Mauá da Serra aprovou e eu Prefeito sanciono a seguinte,

**LEI**

**Art. 1º** - Fica declarado de utilidade pública municipal o Conselho Comunitário de Desenvolvimento Social, Educacional e Econômico de Mauá da Serra – CODESEM, pessoa jurídica de direito privado devidamente cadastrada no CNPJ/MF sob nº 02.797.500/0001-21, sem fins lucrativos, com sede na Rua Presbítero João Pereira dos Santos, s/nº, nesta cidade de Mauá da Serra.

**Art. 2º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.  
Edifício da Prefeitura de Mauá da Serra, 09 de novembro 2012.

  
**Hermes Wicthoff**  
**PREFEITO**

**Avenida Ponta Grossa, 480 – Fone: (43)3464-1265**  
**86828-000 – MAUÁ DA SERRA – PR**







# GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 197, DE 1º DE JULHO DE 2013

Estabelece data limite para a apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária e altera a Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e

Considerando a necessidade de fixar data limite para o recebimento de pedidos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, tendo em vista o prazo previsto na legislação em vigor, bem como a simplificação do procedimento decorrente das alterações na Norma nº 01/2011 estabelecidas por esta Portaria; e

Considerando a necessidade de conferir tratamento isonômico às prestadoras dos diversos serviços de radiodifusão, resolve:

Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30 de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011 - Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação.

Art. 2º A Norma nº 1/2011 - Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela Portaria nº 462, de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

3.1.1 O apoio cultural poderá ser realizado por entidades de direito privado e de direito público.

3.2.1A depender de características geográficas e urbanísticas e mantidas as condições técnicas da autorização, o sinal da emissora poderá ultrapassar o raio de um quilômetro.

5.2 Respeitada a atribuição de um canal exclusivo para a execução do serviço por município e a disponibilidade de frequências na região, a Anatel poderá atribuir canais diferentes à execução do serviço de radiodifusão comunitária em municípios vizinhos, nos casos de manifesta impossibilidade técnica ou como forma de tornar mais eficiente o uso do espectro, observadas as necessidades específicas do serviço.

8.1

b) Estatuto Social e Ata de Constituição da entidade devidamente registrados no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

f) que todos os seus dirigentes residem na área a ser coberta pelo sinal da emissora, nos termos do Projeto Técnico.

8.1.3. O estabelecimento ou manutenção de vínculos que subordinem a entidade e seus dirigentes à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais, implicará o imediato indeferimento do pedido de outorga e o consequente arquivamento do processo.

8.3.1. Serão indeferidos os processos de pedido de outorga das entidades cujos estatutos não observem o disposto nas alíneas, "f" e "g" do subitem 8.2.

11.2.2 Nos casos que a entidade recorrente concorrer sozinho e quando o seu processo for o único em andamento na localidade, o Ministério das Comunicações poderá acatar a documentação encaminhada na fase recursal.

15.3.4 A alteração do local de instalação da estação somente poderá ocorrer após a expedição da autorização em caráter provisório.

20.2.3. A alteração do local de instalação da estação que esteja operando em caráter precário somente poderá ocorrer após a aprovação do ato de renovação da outorga pelo Congresso Nacional e publicação de Decreto Legislativo correspondente, ressalvados os casos de força maior e caso fortuito.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br> pelo código 00012013070200041

o c

con

\* f

pel

In

PE

1 -

12 -

1 -

con

sig

1 -

4 -

5 -

out

6 -

7 -

em

8 -

out

sua

out

for

pel

DO

Mix

nza

exo

tabe

Jau

Bair

AC

cus

junt

S/A

\*DE

DE

SIG

TA

BAR

FAT

CO

CO

NO

CO

SEC

CU

AGI

DE

avali

acoli

121/

do (

sion

cion

**DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM OS NÍVEIS DE IRRADIAÇÃO NÃO  
IONIZANTE**

Declaro, em conformidade com as normas vigentes, que a estação transmissora da estação de RADCOM de propriedade do **Conselho Comunitário de Desenvolvimento Social e Econômico de Mauá**, em Mauá da Serra, Estado do Paraná, atenderá, quando do licenciamento da estação e como condição indispensável para sua entrada em funcionamento, ao Regulamento sobre Limitação da Exposição a Campos Elétricos, Magnéticos e Eletromagnéticos na Faixa de Radiofrequência entre 9 KHz e 300GHz, aprovado pela Resolução Anatel nº303, de 02/07/2002, publicada NO D.O.U. de 10/07/2002, não expondo a população a campos eletromagnéticos de radiofrequência de valores superiores aos estabelecidos na tabela constante da referida Resolução.

Mauá da Serra, 20 de novembro de 2015.





## EXTRATO PARA FINS DE REGISTRO

Devolução ao CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMUNITÁRIO DE MARILÂNDIA DO SUL - CODESCOM, com sede e foro na cidade de Marilândia do Sul, Estado do Paraná, seu tempo de duração será indeterminado. O CODESCOM, tem por finalidade: a) Condições de trabalho, de modo a contribuir para o atendimento dos interesses do Sul e da sociedade; b) Representar os interesses gerais dos associados ou ligadas e necessidades comuns; c) Promover a integração e o desenvolvimento social, econômico, cultural, educacional e de saúde médico-odontológico; d) Organizar e implementar projetos de atendimento social, cultural, educacional e de saúde médico-odontológico; e) Promover a integração e o desenvolvimento social, econômico, cultural, educacional e de saúde médico-odontológico; f) Promover a integração e o desenvolvimento social, econômico, cultural, educacional e de saúde médico-odontológico; g) Promover a integração e o desenvolvimento social, econômico, cultural, educacional e de saúde médico-odontológico; h) Promover a integração e o desenvolvimento social, econômico, cultural, educacional e de saúde médico-odontológico; i) Promover a integração e o desenvolvimento social, econômico, cultural, educacional e de saúde médico-odontológico; j) Promover a integração e o desenvolvimento social, econômico, cultural, educacional e de saúde médico-odontológico; k) Promover a integração e o desenvolvimento social, econômico, cultural, educacional e de saúde médico-odontológico; l) Promover a integração e o desenvolvimento social, econômico, cultural, educacional e de saúde médico-odontológico; m) Promover a integração e o desenvolvimento social, econômico, cultural, educacional e de saúde médico-odontológico; n) Promover a integração e o desenvolvimento social, econômico, cultural, educacional e de saúde médico-odontológico; o) Promover a integração e o desenvolvimento social, econômico, cultural, educacional e de saúde médico-odontológico; p) Promover a integração e o desenvolvimento social, econômico, cultural, educacional e de saúde médico-odontológico; q) Promover a integração e o desenvolvimento social, econômico, cultural, educacional e de saúde médico-odontológico; r) Promover a integração e o desenvolvimento social, econômico, cultural, educacional e de saúde médico-odontológico; s) Promover a integração e o desenvolvimento social, econômico, cultural, educacional e de saúde médico-odontológico; t) Promover a integração e o desenvolvimento social, econômico, cultural, educacional e de saúde médico-odontológico; u) Promover a integração e o desenvolvimento social, econômico, cultural, educacional e de saúde médico-odontológico; v) Promover a integração e o desenvolvimento social, econômico, cultural, educacional e de saúde médico-odontológico; w) Promover a integração e o desenvolvimento social, econômico, cultural, educacional e de saúde médico-odontológico; x) Promover a integração e o desenvolvimento social, econômico, cultural, educacional e de saúde médico-odontológico; y) Promover a integração e o desenvolvimento social, econômico, cultural, educacional e de saúde médico-odontológico; z) Promover a integração e o desenvolvimento social, econômico, cultural, educacional e de saúde médico-odontológico.

Genê - F. 10736

## ASSOCIAÇÃO E OFICINAS DE CANTINHO SANTA RITA DE CÁSSIA

BALANÇO EM 31.12.85

0-1-1-1-1-1-1

## CIRCULANTE

Caixa	6.275,033	12.825,545
Bancos	0.510,512	12.825,545

TOTAL DO ATIVO ..... R.0-8-8-1-1-1-1

## PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Patrimônio	12.825,545
------------	------------

TOTAL DO PASSIVO ..... 12.825,545

## Demonstrativo da Conta de Resultado Patrimonial

## RECEITAS

Doativos	110.237,916	303.348,174
Anuidades	12.292,000	
Promoções	180.818,258	

## DESPESAS

Filantropia	290.298,300	293.242,077
Mat. expediente	968,980	
Desp. diversas	795,600	
Desp. bancárias	4.500	
Desp. c/promoções	1.176,697	293.242,077

Sub-total ..... 10.106,097

## EXTRATO DO DEPARTAMENTO DO CENTRO DE CIÊNCIAS DE UMARUAMA - CECIUM

O Centro de Ciências de Umaruama, que adotará a sigla "CECIUM", é uma entidade de caráter científico-cultural com sede e foro na cidade de Umaruama - Estado do Paraná, criada nos vinte (20) dias do mês de fevereiro de 1985, oficialmente instalada nos 20 (vinte) dias do mês de fevereiro de 1985, em sessão solene do referido Centro de Ciências, o qual terá prazo de duração por tempo indeterminado. O Centro de Ciências de Umaruama, será administrado por um Coordenador Geral, um Coordenador Auxiliar, Primeiro Secretário, Segundo Secretário, Primeiro Tesoureiro, Segundo Tesoureiro, Coordenador do Setor de Física, Coordenador do Setor de Química, Coordenador do Setor de Matemática e Coordenador do Setor de Biologia. O Coordenador Geral do Centro de Ciências de Umaruama, Cabe ao Coordenador Geral do Centro de Ciências de Umaruama, a coordenação de todas as atividades, presidir reuniões, inclusive representando o Centro de Ciências de Umaruama, perante a Diretoria Administrativa, perceberá qualquer tipo de remuneração. Em caso de dissolução do Centro de Ciências de Umaruama - CECIUM - seu patrimônio será dividido entre os estabelecimentos de ensino da rede pública ou particular do município de Umaruama, desde que o estabelecimento tenha professores ou alunos sócios e em caso de seus plenos direitos. O presente estatuto poderá ser alterado em parte ou no seu todo, através da assembleia geral dos seus membros associados, após aprovação de pelo menos 50% mais um dos associados. A dissolução do Centro de Ciências de Umaruama, só poderá ser efetivada em assembleia geral com a presença de 50% mais um dos associados. Os membros da entidade não respondem nem mesmo subsidiariamente pelas obrigações contraídas em nome da mesma. Umaruama, 16 de abril de 1985.

Alice do Carmo de Oliveira  
-Coord. Geral-

F. 63474 - F. 6859  
Aparecido Antônio Henrique  
Primeiro Secretário

FL-1

**RELATÓRIO DE CONFORMIDADE DE ESTAÇÃO TRANSMISSORA**  
**RESOLUÇÃO 303 DE 02/07/2002**

RELATÓRIO Nº

011/2006

**1.0 - NOME DA ENTIDADE:**

CONSELHO COMUNITÁRIO DE DES. SÓCIAL, EDUC. ECON. DE MAUÁ

**2.0 - ENDEREÇO:**

AVENIDA PONTA GROSSA, 550 - CENTRO

MAUÁ DA SERRA/PR

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

23°53'34"S

51°13'42"W

**3.0 - TIPO DE SERVIÇO:**

RADIODIFUSÃO EM FREQUÊNCIA MODULADA - RADCOM

**4.0 - PARÂMETROS TÉCNICOS:**

4.1 - FREQUÊNCIA DE OPERAÇÃO: (f)

87,9 MHz

4.2 - POTÊNCIA ERP MÁXIMA: (erp)

25 Watts

4.3 - COMPRIMENTO DA ANTENA: (L)

2,04 Metros

4.4 - COMPRIMENTO DE ONDA: (\*)

3,41 Metros

4.5 - CAMPO DISTANTE: (d)

2,44 Metros

**5.0 - MEDIÇÕES**

5.1 - MEDIDAS PARA SITUAÇÃO OCUPACIONAL

30 m

5.1.1 - CAMPO ELÉTRICO MEDIDO: (E)

0 V/m

5.1.2 - DENSIDADE DE POTÊNCIA (Seq)

0 W/m2

5.1.3 - CAMPO MAGNÉTICO CALCULADO: (H)

0 A/m

5.2 - MEDIDAS PARA A SITUAÇÃO POPULACIONAL

30 m

5.2.1 - CAMPO ELÉTRICO MEDIDO: (E)

0 V/m

5.2.2 - DENSIDADE DE POTÊNCIA (Seq):

0 W/m2

5.2.3 - CAMPO MAGNÉTICO CALCULADO: (H)

0 A/m

**6.0 - CONDIÇÕES DE AVALIAÇÃO:**

6.1 - EXPOSIÇÃO OCUPACIONAL:

E (V/m)

H(A/m)

Seq(W/m2)

(0,065 MHz a 1 MHz)

(1 MHz a 10 MHz)

(10 MHz a 400 MHz)

61

0,16

10

(400 MHz a 2000MHz)

6.2 - EXPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO:

E (V/m)

H(A/m)

Seq(W/m2)

(0,15 MHz a 1 MHz)

(1 MHz a 10 MHz)

(10 MHz a 400 MHz)

28

0,073

2

(400 MHz a 2000MHz)

6.3 - MEDIDAS DE CAMPO ELÉTRICO:

DIST. LEGAL

DIST. MED.

SITUAÇÃO

MEDIDA OCUPACIONAL (ITEM 5)

#DIV/0!

30,0000

#DIV/0!

MEDIDA POPULACIONAL (ITEM 5)

#DIV/0!

30,0000

#DIV/0!

6.4 - CÁLCULO DO CAMPO ELÉTRICO TEÓRICO PARA DISTÂNCIA MEDIDA:

CAMPO ELÉTRICO OCUPACIONAL

1,870 V/m

CAMPO ELÉTRICO POPULACIONAL

1,870 V/m

VIABILIDADE OCUPACIONAL:

VIÁVEL

N C

VIABILIDADE POPULACIONAL:

VIÁVEL

N C



**ROBERTO LANG**

ENGENHEIRO

CPF 345668309-00

CREA-SC 14707 CREA-PR 9559-D

<b>7.0 - CÁLCULOS TEÓRICOS:</b>			FL-2
7.1 - DISTÂNCIA MÍNIMA PARA A POPULAÇÃO EM GERAL: (r.)			Metros
(1 MHz a 10 MHz)			
(10 MHz a 400 MHz)			2,05
(400 MHz a 2000 MHz)			
7.2 - DISTÂNCIA MÍNIMA OCUPACIONAL: (r.)			Metros
(1 MHz a 10 MHz)			
(10 MHz a 400 MHz)			0,92
(400 MHz a 2000 MHz)			
7.3 - CÁLCULO DA DENS. DE POTÊNCIA P/POPULAÇÃO: (Sp)			W/m2
1/10 MHz			
10/400 MHz			1,997221892
400/2000 MHz			
7.4- CÁLCULO DA DENS. DE POTÊNCIA OCUPACIONAL: (So)			W/m2
1/10 MHz			
10/400 MHz			9,868499239
400/2000 MHz			
<b>8.0 - CONCLUSÃO TEÓRICA:</b>	<b>Calculado</b>	<b>Verificado</b>	<b>Situação</b>
<b>8.1 - SITUAÇÃO OCUPACIONAL:</b>			
8.1.1 - CAMPO ELÉTRICO	1,870	0	
8.1.2 - SITUAÇÃO DE VIABILIDADE			<b>VIÁVEL</b>
8.1.2 - DISTÂNCIA	0,92	30,0000	
8.1.3 - SITUAÇÃO DE VIABILIDADE			<b>VIÁVEL</b>
8.1.4 - CAMPO MAGNÉTICO	0,161791194	0	
8.1.5 - SITUAÇÃO DE VIABILIDADE			<b>VIÁVEL</b>
<b>8.2 - SITUAÇÃO POPULACIONAL:</b>	<b>Calculado</b>	<b>Verificado</b>	<b>Situação</b>
8.2.1 - CAMPO ELÉTRICO	1,870	0	
8.2.2 - SITUAÇÃO DE VIABILIDADE			<b>VIÁVEL</b>
8.2.2 - DISTÂNCIA	2,045	30,0000	
8.2.3 - SITUAÇÃO DE VIABILIDADE			<b>VIÁVEL</b>
8.2.4 - CAMPO MAGNÉTICO	0,0727851	0	
8.2.5 - SITUAÇÃO DE VIABILIDADE			<b>VIÁVEL</b>
<b>8.3 - VERIFICAÇÃO DO ART. 19 (2/3 DO LIMITE):</b>		<b>2/3 limite</b>	<b>Condição</b>
8.3.1 - CAMPO ELÉTRICO: OCUP.		40,66666667	DISPENSADO
8.3.2 - DENSIDADE OCUP.		6,66666667	DISPENSADO
8.3.3 - CAMPO MAGNÉTICO OCUP.		0,106666667	DISPENSADO
8.3.4 - CAMPO ELÉTRICO POP.		18,66666667	DISPENSADO
8.3.5 - DENSIDADE POP.		1,333333333	DISPENSADO
8.3.6 - CAMPO MAGNÉTICO POP.		0,048666667	DISPENSADO
<b>9.0 - INFORMAÇÕES DA INSTALAÇÃO:</b>			
9.1 - ALTURA DA TORRE SUPORTE:			30,00 Metros
9.2 - DISTÂNCIA DA CASA DO TRANSMISSOR A ANTENA			30,00 Metros
9.3 - DISTÂNCIA DE RESIDÊNCIAS A ANTENA:			30,00 Metros
9.4 - ACESSO DE PESSOAS NA CASA DO TRANSMISSOR			10 Quantidade
9.5 - ÁREA TOTAL DO TERRENO:			0,00 M2
9.6 - OUTROS:			

## ROBERTO LANG

ENGENHEIRO

CPF 345668309-00

CREA-SC 14707 CREA-PR 9559-D

FL.3

### 10.0 - EQUIPAMENTOS UTILIZADOS:

- 10.1 - MEDIDOR DE INTENSIDADE DE CAMPO MARCA POTOMAC, MODELO FIM-41, NÚMERO DE SÉRIE 143.154, COM PRECISÃO DETERMINADA DE +/- 2,0%.
- 10.2 - ANALISADOR DE ESPECTRO MARCA AGILENT MODELO 4411-B, SÉRIE NÚMERO US39441302, PRECISÃO DETERMINADA DE +/- 0,1%. EQUIPADO COM PROGRAMA ESPECIAL PARA ANÁLISE DE DADOS.
- 10.3 - ANTENA PADRÃO MARCA POTOMAC, MODELO ANT-71, NÚMERO DE SÉRIE 1489.
- 10.4 - ANTENA "LOOP" PARA FAIXA DE AM MARCA BELAR, MODELO LP-1A, ALIMENTADA NA FAIXA DE 530 A 1610 Khz (OM).
- 10.5 - ANALISADOR DE ESPECTRO PORTÁTIL, MARCA PROTEK, MODELO 3201, NÚMERO DE SÉRIE 320007480 (FAIXA 9KHZ A 2 GHZ).
- 10.6 - TELÊMETRO MARCA TASCOS MODELO LEASERSITE 800, NÚMERO DE SÉRIE 01765.
- 10.7 - FITA MÉTRICA DE PRECISÃO MARCA STANTLEY DE 2,00m6,0'.
- 10.8 - GPS MARCA GARMIN, MODELO III-PLUS, SÉRIE NÚMERO 03456
- 10.9 -

### 11.0 - PARECER CONCLUSIVO:

COM BASE NOS VALORES CALCULADOS E MEDIDOS PELAS CONDIÇÕES DE LOCAIS VERIFICADOS, DECLARO QUE, AS EMISSÕES PROVENIENTES DA ESTAÇÃO DO SERVIÇO -FM- REFERIDA NO ITEM "1.0" NÃO SUBMETERÃO TRABALHADORES E POPULAÇÃO EM GERAL A CEMRF DE VALORES ESTABELECIDOS NA RESOLUÇÃO Nº 303 DE 02 DE JULHO DE 2002.

### 12.0 - PROFISSIONAL HABILITADO:

- 12.1 - NOME: ROBERTO LANG
- 12.2 - CPF: 345668309-00
- 12.3 - CREA: 9559- PR E 14707-SC

Coronel Vivida, 15 de fevereiro de 2.006

ROBERTO LANG  
ENG. ELETRICISTA  
CREA-PR 9559-D  
CPF 345668309-00



ALTERAÇÃO NA INSTALAÇÃO DA ESTAÇÃO



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – Departamento de Outorga de Serviços

FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES TÉCNICAS

1 - SERVIÇO

**RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA - RadCom**

2 - REGISTRO FISTEL

USO EXCLUSIVO DA ANATEL

3 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

DENOMINAÇÃO SOCIAL

CONSELHO COMUNIT. DE DES. SOCIAL, EDU

DENOMINAÇÃO SOCIAL (CONTINUAÇÃO)

CAC. E ECON. DE MAUÁ

CGC

0 2 7 9 7 5 0 0 0 0 0 1 2 1

DENOMINAÇÃO DE FANTASIA

RÁDIO MAUÁ FM

4 - ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

LOGRADOURO

AV. PONTA GROSSA, 550

LOGRADOURO (CONTINUAÇÃO)

BAIRRO

CENTRO

CIDADE

UF

MAUÁ DA SERRA SC

CEP

86828 - 000

FONE

043 - 34641290

FAX

E-MAIL

5 - LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR E SISTEMA IRRADIANTE

LOGRADOURO

AV. PONTA GROSSA, 550

BAIRRO

CIDADE

CENTRO MAUÁ DA SERRA

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

PR 23° 53' 34" S 51° 13' 42" W

6 - ENDEREÇO DO ESTÚDIO

LOGRADOURO

AV. PONTA GROSSA, 550

BAIRRO

CIDADE

CENTRO MAUÁ DA SERRA

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

PR

7 - TRANSMISSOR

FABRICANTE

JOSÉ WILSON ROCHA - ME

MODELO

STR 25

POTÊNCIA

025,0 Watts

CERTIFICAÇÃO

0245 / 98

8 - ANTENA/TORRE

FABRICANTE DA ANTENA

IDEAL ANTENAS LTDA

MODELO

PT0DB

GANHO max (Gt) 0 0 , 0 dB ALTURA EM RELAÇÃO AO SOLO 3 0 , 0 m ALTURA DA TORRE 3 0 , 0 m ALTITUDE DO LOCAL 1 0 3 4 , 0 m

### 9 - LINHA DE TRANSMISSÃO

FABRICANTE K M P C A B O S E S P . E S I S T . MODELO R G 2 1 3 U

COMPRIMENTO(L) 3 0 , 0 m ATENUAÇÃO EM 100 m (At) 0 4 , 5 dB PERDAS NA LINHA (PL) 0 1 , 3 5 dB EFICIÊNCIA DA LINHA (η) 0 , 7 3

$$\text{Perdas na linha (PL)} = \frac{L \cdot A_t}{100} \quad \text{Eficiência da linha (E}_f\text{)} = 10 \frac{-(PL)}{10}$$

### 10 - POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA (ERP)

$$\text{ERP (dBk)} = 10 \log (\text{Pt} \cdot \text{Ght} \cdot \text{Gvt} \cdot \eta) = 10 \log (0,025 \times 1,0 \times 1,0 \times 0,73) = -17,38 \text{ dBk}$$

Pt = Potência do transmissor, em kW.  
Ght = Ganho da antena, no plano horizontal, em vezes.  
Gvt = Ganho da antena, no plano vertical, em vezes  
η = Eficiência da linha de transmissão

Obs.: A potência efetiva irradiada (ERP) por emissora do RadCom deverá ser igual ou inferior a 25 Watts.

### 11 - INTENSIDADE DE CAMPO NO LIMITE DA ÁREA DE SERVIÇO

$$E(\text{dB}\mu) = 107 + \text{ERP}(\text{dBk}) - 20 \log d \text{ (km)}$$

ERP(dBk) [] potência efetiva irradiada

d (km) = distância da antena transmissora ao limite da área de serviço (raio da área de serviço)

$$E(\text{dB}\mu) = 107 + (-17,38) - 20 \log 1,0 = 89,62 \text{ (dB}\mu\text{)}$$

Obs.: O máximo valor de intensidade de campo no limite da área de serviço será de 91 dBμ.

### 12 - OUTRAS INFORMAÇÕES DE INTERESSE

### 13 - DADOS DO ENGENHEIRO PROJETISTA

NOME COMPLETO R O B E R T O L A N G  
REG CREA 9 5 5 9 D P R ENDEREÇO R U A R O S A S T E D I L E , 6 5 1  
ENDEREÇO (CONTINUAÇÃO) BAIRRO C E N T R O  
CIDADE C O R O N E L V I V I D A UF P R  
CEP 8 5 5 5 0 - 0 0 0 TELEFONE 0 4 6 - 3 2 3 2 1 8 0 4 FAX 0 4 6 - 3 2 3 2 1 4 0 5  
E-MAIL F O R C E L @ W L N C O R O N E L . C O m  
LOCAL C O R O N E L V I V I D A DATA 1 5 / 0 2 / 2 0 0 6  
ASSINATURA





Agilent Technologies

Operation PART C  
1212 Valley House Drive  
Rohnert Park, CA 94928  
(707) 794-1212

## Certificate of Calibration

### STANDARD CALIBRATION

Certificate No: E4411BUS39441302

Manufacturer: Agilent Technologies

Model No: E4411B

Options installed: HD3

Description: Spectrum Analyzer

Serial No: US39441302

Date Calibrated: 17-May-2000

Temperature: 23  $\pm$  5  $^{\circ}$ C

Humidity: 10-80% RH

Procedure Used: E4411B 17-MAY-2000

This calibration certificate documents that the instrument identified above was calibrated under a quality system in compliance with requirements in ISO-9002 (1994), using applicable Agilent Technologies procedures.

As Received Condition: New

As Shipped Condition: This product meets published specifications

These calibration procedures and test points are those recommended in a procedure developed by Agilent. Performance verification during manufacturing may use measurement points that differ from an equivalent set described in published Agilent performance verification procedures.

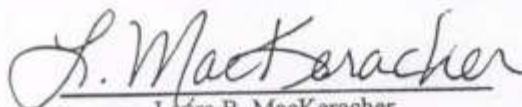
Remarks or special requirements:

#### Traceability Information:

Agilent measurement standards are traceable to national standards, intrinsic standards, consensus standards, or by ratio type measurements. The national standards used by this lab are administered by NIST.

Documentation relative to specific traceability paths is on file and can be viewed as the calibration facility listed at the top of this page. This report shall not be reproduced, except in full, without prior written approval of the calibration facility.

Report Issued: 17-May-2000



Laura B. MacKeracher  
Inspector



5962-0476







VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 4.297.439-0 DATA DE EXPIRAÇÃO 05/03/1985

NOME LUIZ CESAR AHARAL DE SOUZA

FILIAÇÃO NILTON AHARAL DE SOUZA  
NILDA DE OLIVEIRA SOUZA

NATURALIDADE ARAPONGAS/PR DATA DE NASCIMENTO 11/09/1965

DOC. ORDEM COMARCA=FAXINAL/PR, DA SEDE  
C.CAS 1461, LIVRO=48, FOLHA=2870

CPF

CURITIBA-PR

ASSINATURA DO DETENTOR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

FOTOGRAFIA

IMPRESSÃO DIGITAL

ASSINATURA

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal

**CPE**

Cadastro de Pessoas Físicas

Número de Inscrição  
**517.090.909-87**

Nome  
LUIZ CESAR AHARAL DE SOUZA

Nascimento  
11/09/1965

Cartão de uso pessoal e intransferível.  
Deve ser apresentado, junto com um documento de identificação.

VALIDADE  
NOV/2000

BANCO DO BRASIL



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
 MINISTÉRIO DAS CIDADES  
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO  
 CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

COPIA

NOME  
 MARCOS ANTONIO DE MACEDO

DOC. IDENTIDADE / ORIG. EMISSOR / UF  
 7309752-1 SESP PR

CNPJ  
 028.499.059-09 DATA NASCIMENTO  
 12/12/1979

RELACAO  
 ANTONIO BATISTA DE  
 MACEDO  
 ELISA LUCIA DE MACEDO

PERMISSÃO  
 AEE CAT. HAB.  
 AE

NP REGISTRO  
 02709571328 VALIDADE  
 22/11/2018 IP HABILITACAO  
 07/04/1998

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO DETRAN

LOCAL  
 MAUA DA SERRA, PR DATA EMISSÃO  
 22/11/2013

ASSINATURA DO EMISSOR  
 95194562446  
 PR906681253

DETRAN, PR (PARANÁ)

VÁLIDA EM TODOS  
 O TERRITÓRIOS NACIONAIS  
 833913273

PROIBIDO PLASTIFICAR  
 833913273

**Processo nº:** 53900.041686/2015-04

**Município/UF:** Mauá da Serra/PR

Diante da análise dos autos, verificou-se a existência dos seguintes documentos pertinentes à renovação:

1. **Requerimento de Renovação (Anexo V): a entidade não encaminhou o requerimento.** Documento dispensável, uma vez que é possível identificar a entidade pelos documentos encaminhados.

2. Estatuto social: fl. 01 dos anexos (0780181) ao (0780190) inseridos no Processo nº 53900.055620/2015-93 (anexo aos presentes autos)

3. Ata de eleição da Diretoria em exercício: fl. 01 dos anexos (0780196) (0780197) (0780198) (0780199) (0780200) inseridos no Processo nº 53900.055620/2015-93 (anexo aos presentes autos). **A Ata não foi registrada em cartório.**

4. **Prova de maioria e nacionalidade de todos os dirigentes PENDENTE**

- PRESIDENTE: Antônio Batista de Macedo (12/01/1957) fl. 01 dos anexos (0780177)/(0780178)

- 1º VICE-PRESIDENTE: Luiz Cesar Amaral de Souza (17/09/1965) fl. 01 do anexo (0780176)

- 2º VICE-PRESIDENTE: Paulo Lourenço da Silva (17/10/1964)

- 3º VICE-PRESIDENTE: Cláudio Donizete dos Santos

- SECRETÁRIO: Marcos Antônio de Macedo (12/12/1979) (mandou cópia da CNH) (filho do presidente).

- TESOUREIRO: Nilson Gonçalves dos Santos

5. **CPF de todos os dirigentes PENDENTE**

-PRESIDENTE: Antônio Batista de Macedo (367.289.349-87) fl. 01 dos anexos (0780177)/(0780178)

- 1º VICE-PRESIDENTE: Luiz Cesar Amaral de Souza (517.090.909-87) fl. 01 do anexo (0780176)

- 2º VICE-PRESIDENTE: Paulo Lourenço da Silva (527.979.619-00)

- 3º VICE-PRESIDENTE: Cláudio Donizete dos Santos

- SECRETÁRIO: Marcos Antônio de Macedo (028.499.059-09) (mandou cópia da CNH)

- TESOUREIRO: Nilson Gonçalves dos Santos

6. **Declaração atestando que as instalações estão de acordo com a autorização:** não consta dos autos.



7. Características do Estatuto:

- Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: art. 3º, parágrafo único.

- Ingresso gratuito, como associado, de toda pessoa física e jurídica: Pendente.

- Direito de voz e voto: art. 29, alínea “a” (votar) e alínea “e” (voz).

- Direito, concedido às pessoas físicas, de serem votadas: art. 29, alínea “a” .

- Cargos que compõem a estrutura administrativa: art. 7º.

- Tempo de mandato da Diretoria, limitado ao máximo de 4 anos e uma recondução: Pendente. O estatuto não prevê. Na última ata de eleição ficou previsto o mandato de 5 anos, permitida uma recondução.

8. Último relatório do Conselho Comunitário, com a grade de programação, nos moldes do art.131, inciso V, da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC: pendente.

9. Certidão negativa de débitos de receita administradas pela Anatel: ok. Entidade não devedora, certidão anexada.

10. CNPJ: ok. Certidão obtida na internet e anexada aos autos.

11. Análise de vínculos:

MEMBRO	FILIADO	PARTIDO	PARTICIPA DE ÓRGÃO PARTIDÁRIO	VÍNCULO RELIGIOSO	POSSUI PARENTES MEMBROS DA DIRETORIA
<b>Antônio Batista Macedo</b>	<b>Sim</b>	<b>DEM</b>	<b>Sim</b>	Não	Sim
<b>Luiz Cesar Amaral de Souza</b>	<b>Sim</b>	<b>PMDB</b>	<b>Sim</b>	Não	
Paulo Lourenço da Silva***	Sim	DEM	Não	Não	
Cláudio Donizete dos Santos				Não	
Marcos Antônio de Macedo	Sim	PTB	Não	Não	Sim
<b>Nilson Gonçalves dos Santos</b>	<b>Sim</b>	<b>DEM</b>	<b>Sim</b>	Não	
*** Confirmar pesquisa quando do recebimento dos documentos. Dados obtidos na internet.					

**OBSERVAÇÕES:**

- O processo **não** está completamente instruído.
- O estatuto social **não** está conforme com a Portaria nº 4334/2015.
- Foi feita pesquisa de vínculo, exceto quanto ao Sr. Cláudio Donizete dos Santos.

**CONCLUSÃO:**

- Será elaborada Nota Técnica requerendo o cumprimento de exigências.





## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:** CONSELHO COM.DE DES.S.EDUC.E ECON.DE MAUA DA SERRA -  
CODESEM  
**CNPJ:** 02.797.500/0001-21

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:13:53 do dia 10/11/2015 (hora e data de Brasília).

Válida até 10/12/2015.

Certidão expedida gratuitamente.



## JUSTIÇA ELEITORAL

## CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos da Justiça Eleitoral, o(a) Senhor(a) **ANTONIO BATISTA DE MACEDO (Título Eleitoral: 021011360620 )** é **PRESIDENTE (exercício 17/07/2015 a 28/02/2017)** do órgão partidário, abaixo discriminado:

Partido Político: **DEM - 25 DEMOCRATAS**  
Orgão Partidário: **Comissão Provisória**  
Abrangência: **MUNICIPAL - MAUÁ DA SERRA/PR**  
Vigência: **Início: 17/07/2015 Final: 28/02/2017**  
Código: **2Z1I.E2\$4.DB9N.HFI3.**  
Certidão emitida às: **09/11/2015 18:22:37**

- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço:  
<http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/validar-certidao>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nestas informações.**
- Os dados partidários de abrangência nacional são de responsabilidade do TSE e os de abrangência regional/municipal são de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.





## JUSTIÇA ELEITORAL

## CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos da Justiça Eleitoral, o(a) Senhor(a) **NILSON GONÇALVES DOS SANTOS (Título Eleitoral: 045709110647 )** é **VICE-PRESIDENTE (exercício 17/07/2015 a 28/02/2017)** do órgão partidário, abaixo discriminado:

Partido Político: **DEM - 25 DEMOCRATAS**  
Órgão Partidário: **Comissão Provisória**  
Abrangência: **MUNICIPAL - MAUÁ DA SERRA/PR**  
Vigência: **Início: 17/07/2015 Final: 28/02/2017**  
Código: **YJLG.L/\$#.7HWV.2U\$S.**  
Certidão emitida às: **09/11/2015 18:23:12**

- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço:  
<http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/validar-certidao>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nestas informações.**
- Os dados partidários de abrangência nacional são de responsabilidade do TSE e os de abrangência regional/municipal são de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Superior Eleitoral**  
**Certidão**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Sistema de Filiação Partidária e com o que dispõe a Res.-TSE nº 23.117/2009, o eleitor abaixo qualificado **NÃO ESTÁ FILIADO A PARTIDO POLÍTICO.**

**Nome do Eleitor:** LUIZ CESAR AMARAL DE SOUZA

**Inscrição:** 034852050604

Certidão emitida às 18:25:37 de 09/11/2015

Esta certidão de filiação partidária é expedida gratuitamente e os dados nela contidos refletem os registros oficiais de filiação, na forma da lei. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço:

**<http://www.tse.gov.br>**, por meio do código de autenticação: **KJZY.CSB7.ZBIH.Y++0**





## JUSTIÇA ELEITORAL

## CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos da Justiça Eleitoral, o(a) Senhor(a) **LUIZ CESAR AMARAL DE SOUZA (Título Eleitoral: 034852050604 )** é **TESOUREIRO (exercício 06/10/2015 a 26/09/2017)** do órgão partidário, abaixo discriminado:

Partido Político: **PMDB - 15 PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**  
Órgão Partidário: **Diretório**  
Abrangência: **MUNICIPAL - MAUÁ DA SERRA/PR**  
Vigência: **Início: 06/10/2015 Final: 26/09/2017**  
Código: **EZSM.KBLZ.RWMR.FI2D.**  
Certidão emitida às: **09/11/2015 18:26:56**

- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço:  
<http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/validar-certidao>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nestas informações.**
- Os dados partidários de abrangência nacional são de responsabilidade do TSE e os de abrangência regional/municipal são de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



## Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>02.797.500/0001-21</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA <b>16/10/1998</b>
NOME EMPRESARIAL <b>CONSELHO COMUNITARIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, EDUCACIONAL E ECONOMICO DE MAUA - CODESEM.</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>CODESEM.</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte</b> <b>94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA</b>			
LOGRADOURO <b>R IVAL.</b>	NÚMERO <b>S/N.</b>	COMPLEMENTO <b>QUADRA 11, LOT 02,03.</b>	
CEP <b>86.828-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CENTRO</b>	MUNICÍPIO <b>MAUA DA SERRA</b>	UF <b>PR</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>03/11/2005</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia **10/11/2015** às **11:52:20** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta QSA / Capital Social

Voltar



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

**NOTA TÉCNICA Nº 25123/2015/SEI-MC**

Processo nº: **53900.041686/2015-04**

Assunto: **Constatação de pendências.**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de requerimento da **Conselho Comunitário de Desenvolvimento Social Educacional e Econômico de Mauá – CODESEM**, executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária no município de **Mauá da Serra**, estado do Paraná.

**ANÁLISE**

2. Após a análise realizada no processo, observou-se a existência de pendências, conforme descrição a seguir:

O não atendimento, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, de qualquer das solicitações listadas abaixo, caracteriza hipótese de <b>indeferimento</b> .			
	Dispositivo	Descrição	Análise
	Artigo 131, Inciso VI	Declaração atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.	Essa declaração deverá ser assinada pelo representante legal da entidade.
	Artigo 42	Cópia do comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CPF.	A entidade deverá encaminhar cópia do comprovante de inscrição dos seguintes membros da Diretoria: 1. Sr. Paulo Lourença da Silva; 2. Sr. Cláudio Donizete dos Santos; 3. Sr. Marcos Antônio de Macedo; e 4. Sr. Nilson Gonçalves dos Santos.
			Em análise do estatuto social da entidade observou-se que existem certas contrariedades com o que determina a Portaria nº 4334/2015, conforme o que

<p>Portaria nº. 4334/2015</p>	<p>Artigo 131, inciso II</p>	<p>Estatuto social adequado ao art. 40.</p>	<p>se expõe abaixo:</p> <p>a. O estatuto social não especifica a forma de ingresso de novos associados. Para tanto, deverá a entidade prever no estatuto social a garantia do ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, nos termos do art. 40, inciso II, da Portaria nº 4334/2015.</p> <p>b. O estatuto social não prevê o tempo de mandato para os membros que compõe a Diretoria. Todavia, constatou-se que na Ata da Assembleia Geral ocorrida em 25/10/2012, restou decidido que o tempo de mandato seria de 05 (cinco) anos, permitida uma recondução. Segundo o art. 40, inciso V, alínea "b", no entanto, o tempo máximo permitido para o mandato de membros da Diretoria é de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução apenas.</p> <p>Em razão disso, é necessário que o estatuto social seja alterado para se adequar ao que determina a mencionada Norma.</p> <p><b>Observação:</b> Eventuais alterações estatutárias deverão ser averbadas junto ao registro inicial do Estatuto, no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.</p>
	<p>Artigo 131, Inciso III e Parágrafo 1º</p>	<p>Ata de eleição.</p>	<p>A ata de eleição correspondente á Diretoria em <b>exercício não foi devidamente registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas.</b> Assim, a entidade deverá proceder ao registro, encaminhando, em seguimento, a ata em questão.</p>



Artigo 131, Inciso V	Último relatório do Conselho Comunitário	<p>Embora a entidade tenha encaminhado o relatório do Conselho Comunitário discorrendo sobre a programação veiculada pela emissora, não identificou as entidades representadas pelo referido Conselho.</p> <p>Logo, <b>é necessário que a entidade indique as entidades que compõe o Conselho Comunitário</b>, nos termos do artigo 114, da Portaria nº 4334/2015.</p> <p><b>Observação 1:</b> O relatório em questão é um resumo contendo a descrição da grade de programação, bem como a avaliação do Conselho a respeito desta programação, considerando as finalidades legais (art. 3º, Lei nº. 9.612/1998) do Serviço de Radiodifusão Comunitária.</p> <p><b>Observação 2:</b> Os dirigentes da entidade interessada não podem ser membros do Conselho Comunitário e, portanto, não podem assinar o relatório ora solicitado.</p>	
Art. 6º, parágrafo único combinado com o art. 9º, §2º, III e	Comprovante de maioridade/nacionalidade	<p>A entidade deverá enviar documento que demonstre a maioria e a nacionalidade dos seguintes Diretores:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Sr. Paulo Lourenço da Silva;</li> <li>2. Sr. Cláudio Donizete dos Santos;</li> <li>3. Sr. Marcos Antônio de Macedo; e</li> <li>4. Sr. Nilson Gonçalves dos Santos.</li> </ol>	

Lei nº. 9.612/1998	IV		<p><b>Observação:</b> serão aceitos como comprovantes de maioria e nacionalidade documentos como cópia do RG e certidão de casamento.</p> <p><b>Não</b> serão aceitos como comprovantes de maioria/nacionalidade a <b>Carteira Nacional de Habilitação (CNH)</b> e cópia da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).</p>
	Artigo 11	Vínculos de subordinação	<p>A partir da análise do processo foram feitas pesquisas que levaram aos seguintes fatos:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. O Sr. Antônio Batista de Macedo, atual presidente da entidade, exerce concomitantemente cargo de presidente da Comissão Provisória do Democratas (DEM), com exercício de 17/07/2015 a 28/02/2017, conforme certidão obtida no sítio eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral.</li> <li>2. O Sr. Luiz Cesar Amaral de Souza, atual tesoureiro da entidade, exerce concomitantemente o cargo de tesoureiro do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), com exercício de 06/10/2015 a 26/09/2017, conforme certidão obtida no sítio do Tribunal Superior Eleitoral.</li> <li>3. O Sr. Nilson Gonçalves dos Santos, atual 1º vice-presidente da entidade, exerce concomitantemente o cargo de vice-presidente da Comissão Provisória do Democratas (DEM), com exercício de 17/07/2015 a 28/02/2017, conforme certidão obtida no sítio do Tribunal Superior Eleitoral.</li> </ol> <p>Considerando que a legislação</p>

		<p>pertinente ao Serviço de Radiodifusão Comunitária veda o estabelecimento ou manutenção de vínculo político-partidário, notadamente quanto aos membros que compõe a Diretoria, faz-se necessária a substituição dos membros mencionados acima, por outros associados, com vistas ao regular prosseguimento do feito.</p>
--	--	--

**Observação 1:** Havendo as alterações indicadas, a entidade deverá encaminhar cópia da nova Ata de Eleição, devidamente registrada, bem como os documentos que comprovem a maioria/nacionalidade e CPF dos novos membros, para a correta instrução do feito.

**Observação 2:** A entidade deverá atentar-se para a vedação supramencionada, evitando situações que possam denotar a manutenção ou estabelecimento de vínculo político-partidário, religioso ou familiar, no que tange aos membros que compõe a Diretoria em exercício, sob pena de infração ao artigo 11 da Lei 9.612/1998 e aplicação da respectiva penalidade.

## CONCLUSÃO

3. Em face do exposto, **intima-se** a entidade para que se manifeste sobre o que acima exposto, apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.

4. Informa-se que a entidade deverá apresentar resposta no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica. Transcorrido esse prazo sem que haja manifestação por parte da entidade interessada, ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de renovação de outorga será indeferido.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Rebecca Rackell Oliveira**





**Quadrado de Araujo Linhares Martins, Técnico de Nível Superior - Direito**, em 12/11/2015, às 09:55, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

---



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 12/11/2015, às 16:47, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0813832** e o código CRC **043FF759**.

---

## Minutas e Anexos

Certidões obtidas via internet TSE 0812891



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar  
CEP: 70044-900 / Brasília-DF  
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 36747/2015/SEI-MC

Brasília, 09 de novembro de 2015

Ao Senhor

**PAULO LOURENÇO DA SILVA**

Representante Legal do CONSELHO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, EDUCACIONAL E ECONÔMICO DE MAUÁ CODESEM.

Avenida Ponta Grossa, nº 550, Centro.

86828-000 Mauá da Serra/PR

CNPJ nº: 02.797.500/0001-21

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.041686/2015-04.**

Senhor Representante Legal,

1. Cumprimentando-o cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 25123/2015/SEI-MC**, desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 12/11/2015, às 16:47, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0812919** e o código CRC **F66AE74A**.





**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 70044-900 Brasília-DF  
Tel.: (61) 2027-6000

Memorando nº 3984/2015/SEI-MC

Brasília, 09 de novembro de 2015

À Coordenação-Geral de Acompanhamento de Outorga

Assunto: **Solicitação de abertura de processo de apuração de infração.**

Processo nº: **53900.041686/2015-04.**

1. Foram encontrados indícios de que a Conselho Comunitário de Desenvolvimento Social Educacional e Econômico de Mauá - CODESEM, entidade que requer renovação de outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária no município de Mauá da Serra/ PR, estaria infringindo o art. 11 da Lei nº 9.612/1998, ao manter vínculo político-partidário, nos termos da Nota Técnica nº 25123/2015/SEI-ME 0813832 e das certidões anexas 0812891 .
2. Diante do exposto, solicita-se a abertura de processo de apuração de infração.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 12/11/2015, às 16:47, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0812920** e o código CRC **F8A88CED**.

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação  
Eletrônica

Coordenação-Geral de Acompanhamento de Outorgas

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3<sup>o</sup> andar, Anexo, Ala Oeste - 70044-900 - Brasília  
- DF

(61) 2027-6464

Memorando nº 4392/2015/SEI-MC

À Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC

Assunto: **Informação sobre a instauração de Processo de Apuração de Infração - PAI.**

Em atenção ao Memorando nº 3984/2015/SEI-MC, informamos que foi instaurado o Processo de Apuração de Infração - PAI nº 53900.068018/2015-16, em desfavor da CONSELHO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, EDUCACIONAL E ECONÔMICO DE MAUÁ CODESEM, autorizada para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Mauá da Serra/PR.



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira**, **Coordenador-geral de Acompanhamento de Outorgas**, em 04/12/2015, às 14:50, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0859469** e o código CRC **C8734148**.

NOME OU RAZÃO SOCIAL

SCE/CGRC

Of. nº 36747/2015/SEI-MC, 09 de novembro de 2015

53900.041686/2015-04

ENDEREÇO / ADDRESS

CONSELHO COM. DE DESENV. SOCIAL ED. E ECON.  
DE MAUÁ CODESEM

CEP / CODE POSTAL

Av. Ponta Grossa nº 550 - Centro

86.828-000

Mauá da Serra/PR

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE☐ EMS☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO  
DATE DE LIVRATION

30 / 11 / 2015

CARIMBO DE ENTREGA  
UNIDADE DE DESTINO  
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Maria Beatriz Gonçalves

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO  
RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDORRUBRICA / MAT DO EMPREGADOR  
SIGNATURE DE L'AGENTCláudio P. Moreno  
Matr. 8.915.681-1  
Mauá da Serra

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO





AVISO DE  
RECEBIMENTO

AVIS CN07

BRASIL

JH 00164467 3 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

<u>  </u> / <u>  </u> / <u>  </u>	<u>  </u> / <u>  </u> / <u>  </u>	<u>  </u> / <u>  </u> / <u>  </u>
: h	: h	: h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / RETOUR

Serviço de Atendimento ao Cidadão  
Ministério das Comunicações  
Secretaria de Políticas de Comunicação Eletrônica  
Departamento de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Endereço: Rua dos Correios, 100 - Centro, 70044-900 - Brasília - DF

CIDADE / LOCALITE

UF

BRASIL  
BRÉSIL

<u>  </u>	<u>  </u>	<u>  </u>	<u>  </u>	<u>  </u>	<u>  </u>	<u>  </u>	<u>  </u>
-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------

ENDEREÇO PARA  
DEVOLUÇÃO  
RETOUR

028

Ata da Assembléia Ordinária para a reorganização, alteração do artigo 36 do Estatuto da entidade, Eleição, aprovação e posse da nova Diretoria do CODESEM – Conselho Comunitário de Desenvolvimento Social, educacional e Econômico do município de Mauá da Serra – Estado do Paraná. Aos vinte e cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e doze, sito à Rua Presbítero João Pereira dos Santos s/nº - Centro, na cidade de Mauá da Serra, Estado do Paraná. Reuniram-se famílias Mauá serranas com objetivo pautados, conforme Estatuto em caráter de Assembléia Ordinária para deliberar assuntos da entidade e da comunidade, que são os seguintes: a) Reorganização da Entidade, b) Alteração do Artigo 36 do Estatuto da entidade, c) Eleição, d) Aprovação e e) Posse da Nova Diretoria. A reunião foi convocada pelo Presidente Srº Nilson Gonçalves dos Santos que na oportunidade disse aos presentes ainda os demais membros que compõem os Conselhos que será necessária e muito importante a reorganização da entidade, alteração do estatuto e a nova eleição para o mandato de 05(cinco) anos. O presidente então nomeou um secretário “ad hoc” para a presente reunião o Senhor Marcos Antonio de Macedo e declarou aberta a presente assembléia geral ordinária, esclarecendo detalhadamente os itens da pauta e inicia os trabalhos com o primeiro item que é a reorganização da entidade, onde o senhor presidente explanou que a diretoria da entidade estava com os mandatos vencidos desde o dia treze de julho do ano de dois mil e onze, e o mesmo propõe para a comunidade a prorrogação do referido mandato até a presente data. Em seguida foi colocada em discussão e muitos membros se manifestaram suas opiniões, em seguida o Srº Presidente submeteu a votação por aclamação a proposta de reorganização da entidade ou seja prorrogação do mandato da diretoria para até a presente data (25/10/2012), sendo aprovada por unanimidade de votos, o Senhor Presidente passa para o segundo item da pauta que é a alteração do artigo 36 do Estatuto da entidade, conforme constou do edital de convocação, o qual passará a ter a seguinte redação: **“ART. 36. O mandato dos membros efetivos e suplentes dos órgãos da Administração do CODESEM será de cinco (5) anos, podendo ser reconduzidos por igual período, uma única vez.”** Em seguida foi colocada a proposta de alteração à discussão, oportunidade em que alguns membros manifestaram suas opiniões e que a alteração somente trará benefícios em razão de que aqueles que estão investidos dos mandatos terão melhores condições de desenvolverem um bom trabalho à frente do Conselho Comunitário. Encerrada a fase de discussão o Sr. Presidente submeteu a proposta de alteração acima à votação, por aclamação, sendo aprovada por unanimidade de votos. De consequência, o Sr. Presidente determinou que se procedesse a alteração ocorrida no Estatuto, bem como o devido registro junto ao Cartório de Títulos e Documentos para os devidos fins, o Senhor Presidente Passa para o terceiro item da pauta que é a Eleição da Nova Diretoria, pediu ao Srº Secretário que apresentasse as chapas. Sendo assim foi apresentada chapa única para o mandato de 05(cinco) anos ou seja até 25 de Outubro de 2017, composta pelos seguintes membros efetivos e suplentes, conforme rege o Estatuto da Entidade. A composição da chapa ora apresentada ficou assim constituída, Conselho Administrativo: 1º Presidente: Antonio Batista de Macedo, 1º Vice-Presidente: Luiz Cesar Amaral de Souza, 2º Vice-Presidente: Paulo Lourenço da Silva, 3º Vice-Presidente: Claudio Donizete dos Santos, Secretário: Marcos Antonio de Macedo, Tesoureiro: Nilson Gonçalves dos Santos. Posteriormente o Presidente pediu para que fossem apresentados os Conselhos, o Deliberativo e o Fiscal, conforme Estatuto da Entidade, com a seguinte constituição: Paulo Cesar de Almeida, Erminda dos Passos, Marcio Moraes, Solange Gonçalves dos Santos, Elma Lúcia de Macedo, Paulo Mendes de Aguiar, Tânia Cristina de Macedo, Mario Henrique Ferreira de Melo, Maria Odete da Cruz, Gláucia Favoreto de Melo, este conselho acima mencionado é o Conselho Deliberativo com seus



membros efetivos e suplentes na ordem escrita. Em seguida o Conselho Fiscal, os três primeiros efetivos e os três últimos suplentes, Dimair de Oliveira dos Santos, Aparecido de Jesus Mattos dos Santos, Silvia Mendes Aguiar, Hilda de Oliveira, Nilson Gonçalves dos Santos Junior, Alexandre Mendes Aguiar. O Srº Presidente deu prosseguimentos dos trabalhos, como não houve chapa concorrente evidenciando-se chapa-única, conforme o Estatuto da Entidade, o Srº Presidente perguntou aos presentes se a eleição da chapa apresentada poderia ser por aclamação. No entanto como nenhum dos presentes se opôs, ficou aprovada a eleição por aclamação. E em sequência o Presidente pôs em votação a Eleição da Nova Diretoria, onde a comunidade aprovou por unanimidade, portanto ficou eleita e empossada de imediato a chapa apresentada, para o próximo mandato de 05(cinco) anos, o Conselho Administrativo, conselho Deliberativo e o Fiscal, com seus membros efetivos e seus respectivos suplentes, conforme rege o Estatuto da Entidade. Após o Srº Presidente eleito Antonio Batista de Macedo, fez breves comentários de toda a eleição e outros comentários de interesse da entidade e agradeceu a presença de todos e passou a palavra ao Senhor Nilson Gonçalves dos Santos, o qual também efetuou comentário sobre assuntos do interesse geral, e após Agradeceu a presença e participação de todos, declarando encerrada a presente assembléia geral ordinária. Do que para constar foi lavrada a presente ata que lida e achada conforme vai devidamente assinada. Eu \_\_\_\_\_  
(Marcos Antonio de Macedo), Secretário que a escrevi.

Antonio Batista de Macedo – Presidente

Marcos Antonio de Macedo - Secretário

**REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS**  
MARILÂNDIA DO SUL - PR  
REG. Nº 9539 fs. 54 Lº 0154  
PROT. Nº 7120 1º 131 Lº A-04  
Res. Integral  
Em 12 de dezembro de 2014  
Mauricio de F. J. Gogola  
Escritor

**COMARCA DE MARILÂNDIA DO SUL - PR**  
Registro Civil das Pessoas  
Naturais e Jurídicas e  
Documentos  
SELO  
FUNAMPEN  
MARCIA DE FÁTIMA FERRO GOGOLA  
TIT. E INT. E PESSOAS  
JURÍDICAS  
EED28415



**CODESEM - CONSELHO COMUNITARIO DE DESENVOLVIMENTO  
SOCIAL, EDUCACIONAL E ECONOMICO DE MAUÁ DA SERRA  
MAUA DA SERRA - ESTADO DO PARANÁ**

LISTA DE PRESENÇA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINARIA DO CONSELHO COMUNITARIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, EDUCACIONAL, E ECONOMICO DE MAUA DA SERRA - CODESEM, REALIZADA NO DIA 25 DE OUTUBRO DE 2012, COM A SEGUINTE ORDEM DO DIA: A) REORGANIZAÇÃO DA ENTIDADE, B) ALTERAÇÃO DO ARTIGO 36 DO ESTATUTO DA ENTIDADE, C) ELEIÇÃO, D) APROVAÇÃO E E) POSSE DA NOVA DIRETORIA.

NOME	ASSINATURA
01- Helio Custódio	
02- ALBARI RISEIN FRANÇA	
03- FRANCISCO JUNIOR DOS SANTOS	
04- marcio Dias de Oliveira	
05- Roger A. Franco	
06- Agnaldo Rodrigues Carneiro	
07- Moacyr Gonçalves Rodrigues	
08- Rosângela Apª Correr	
09- Gilmert Santos	
10- Benedito Ramalho de Santos	
11- Edison Tulinio da Silva	
12- Jose Gomes Arcanjo	
13- Cíntia Cristina Macedo	
14- Adilson Maciel Carneiro	
15- Selange Gonçalves	
16- Nerey A. Souza Correr	
17- José Antônio Rodrigues	
18- Stefania Javonete de Melo	
19- Ezequiel Gomes	
20- Olma Lucia Macedo	
21- Helen de Abreu Marques Siqueira	
22- Lidia C. J. de Oliveira	
23- Maria do Socz de Sales	
24- Nelson da Silva	
25- Nelson da Silva	



26. Paulo Lourenço da SILVA - ~~Paulo~~
27. Esmirinda dos Santos Santos
28. Nelson Gonçalves
29. MARIO Henrique F. de Melo - ~~Mario~~
30. ~~Francisco~~
31. ~~Marcelo~~
32. ~~Marcelo~~ Manoel Antonio Junior
33. ~~Wagner~~ Manoel de Souza
34. Zeila Juliana
35. Manoel Manoel
36. Douglas Managó
37. Manoel Oliveira dos Santos
38. Taciana Moreira Machado
39. Amanda Cristina da Silva
40. Andréia J. Cortizo
41. Lourdes Pessin Rocha
42. Celia Cristina Braga
43. Jocelyne Góes dos Santos
44. Vera Gonçalves do Souza
45. João Luiz Lima
46. Henrique Lima
47. João Carneiro
48. João Manoel da Silva
49. Ang. Claudia Santos
50. Thais Lopes Gonçalves
51. João Pedro Raimundo Leite
52. João Rodrigues Pinto
53. Manoel C. de Almeida - ~~Manoel~~
54. João Rodrigues Carneiro
55. Antonio Botuto de macêdo
56. José Carlos de Paula
57. ~~João~~ Alexandre Vaz
58. Manoel de Jesus Carneiro
59. Adão da Silva

- 60 - João Alar Rosa ~~João Rosa~~
- 61 - Arnaldo Mendes de Aguiar. Arnaldo
- 62 - Alisson José de Lima Rosa
- 63 - Paulo Melo Aguiar
- 64 - Bomila Souza Lima
- 65 - Maria Aparecida de Aguiar
- 66 - ~~Diogo~~ Diogo Soares de Brito
- 67 - ~~Sebastião~~ SEBASTIÃO GABRIEL DA SILVA
- 68 - Danilo de Souza Rosa
- 69 - Janyssa Janyssa
- 70 - Edvaldo de Oliveira
- 71 - Leonice Aparecida Machado Machado
- 72 - Rosana Wiethoff Kuhl Kuhl
- 73 - Dominga S. S. de Oliveira
- 74 - Nilson do Silva
- 75 - ~~João~~ João de Brito



CONSELHO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL,  
EDUCACIONAL E ECONÔMICO DE MAUÁ DA SERRA  
CODESEM

ESTATUTO

CAPÍTULO I

- Denominação
- Sede e foro
- Duração e finalidade
- Execução de serviço de radiodifusão comunitária

Art. 1º. O CONSELHO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, EDUCACIONAL E ECONÔMICO DE MAUÁ DA SERRA CODESEM, pessoa jurídica de direito privado, instituído pelos moradores de Mauá da Serra, Estado do Paraná, de fins não econômicos, de caráter social, educacional e cultural, com sede em Mauá da Serra, na Rua Presbítero João Pereira dos Santos, s/nº, na cidade de Mauá da Serra e foro na Comarca de Marilândia do Sul, Estado do Paraná, tem duração por tempo indeterminado, aqui denominado simplesmente de **CODESEM**.

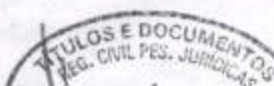
Art. 2º. O **CODESEM** promoverá atendimento, sem distinção de raça, credo religioso, sexo, cor e política.

Art. 3º. O **CODESEM** tem por finalidade:

- I- Congregar as famílias residentes e ou domiciliados na cidade de Mauá da Serra e adjacências, de modo a contribuir para o atendimento dos interesses e necessidades comuns;
- II- Representar os interesses gerais dos moradores ou individuais de seus associados perante as autoridades;
- III- Criar e implantar serviços assistenciais e cooperativos, inclusive, através de convênios e contratos firmados com organismos públicos e privados;
- IV- Organizar e implementar sistema de atendimento cultural, educacional e de saúde médico-odontológico.

**Parágrafo único.** O serviço de Radiodifusão Comunitária tem por finalidade o atendimento à comunidade beneficiada com vistas a:

- I- Dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- II- Oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- III- Prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de Defesa Civil, sempre que necessário;



Luiz Antonio Zanlorenzi  
Advogado

- IV- Contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas de conformidade com a legislação profissional vigente;
- V- Permitir a capacitação dos cidadãos dos exercícios de direitos de expressão da forma mais acessível possível.

## **CAPÍTULO II** **DOS ÓRGÃOS DIRETIVOS**

Art. 4º. São órgãos diretivos da Administração do **CODESEM**:

- I- Assembléia Geral – AG;
- II- Conselho Deliberativo – CD;
- III- Conselho Administrativo – CA;
- IV- Conselho Fiscal – CF;
- V- Departamentos – DP.

Art. 5º. A Assembléia Geral é o órgão máximo do **CODESEM**, reunindo-se em caráter ordinário 1 (uma) vez por ano e em caráter extraordinário sempre que for necessário.

Art. 6º. O Conselho Deliberativo é o órgão que orienta e supervisiona as atividades do **CODESEM** e se constitui de 5 (cinco) membros efetivos e 5 (cinco) membros suplentes, eleitos pela Assembléia Geral.

Art. 7º. O Conselho Administrativo é o órgão que operacionaliza toda a administração econômica e social do **CODESEM**, sendo composto de:

- I- Um presidente;
- II- Três Vice-Presidentes;
- III- Um Secretário;
- IV- Um tesoureiro

Art. 8º. O Conselho Fiscal é o órgão responsável pela fiscalização e controle indireto da situação econômica e financeira do **CODESEM**, opina sobre matéria atinente a esse setor, constituindo-se de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes, eleitos pela Assembléia Geral.

Art. 9º. São Departamentos do **CODESEM**:

- I- Departamento de Planejamento e Organização – DPO;
- II- Departamento de Desenvolvimento Social e Educacional – DSE;
- III- Departamento de Cultura, Recreação e Lazer – DURL;
- IV- Departamento de Profissionalização e Colocação de Mão-de-obra – DPCMO;
- V- Departamento de Saúde Médico-Odontológico – DSMO;
- VI- Departamento Econômico-Financeiro – DEF.

§ 1º. Os Departamentos serão dirigidos por Diretores, indicados pelo Conselho Administrativo.

  
Luiz Antonio Zanlorenzi  
Advogado  
OAB/PR 10310



§ 2º. As atribuições dos Departamentos constam do Regimento Interno elaborado pelo Conselho Administrativo e aprovado pelo Conselho Deliberativo.

### CAPÍTULO III DA COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 10. A Assembléia Geral é o mais alto poder decisório do **CODESEM**, constituída pelos moradores da cidade de Mauá da Serra e adjacências e que reúnem-se em caráter ordinário e extraordinário para ouvir, analisar e decidir sobre matéria atinente ao desenvolvimento do **CODESEM**.

§ 1º. As Assembléias Gerais Ordinárias serão convocadas pelo Presidente do Conselho Administrativo, com 30 (trinta) dias de antecedência e que funcionará em primeira convocação com 2/3 de seus sócios, em segunda convocação, com a maioria simples de seus sócios presentes e em terceira convocação com a presença mínima de 30 (trinta) sócios.

§ 2º. As Assembléias Gerais extraordinárias serão convocadas pelo Presidente do Conselho Deliberativo, com 10 (dez) dias de antecedência e que funcionará com a maioria simples de seus sócios.

§ 3º. Haverá no local das Assembléias Gerais instaladas, um livro para proceder ao registro dos sócios presentes.

Art. 11. As Assembléias Gerais uma vez constituídas têm competência para:

- a. Resolver todos os casos de interesse do **CODESEM**;
- b. Apreçar, discutir e aprovar todos os atos praticados pela administração da entidade;
- c. Tomar conhecimento das transmissões de cargos, documentos e haveres da entidade nas substituições de qualquer membro dos órgãos diretivos;
- d. Anular atos da administração da entidade ou dos demais órgãos diretivos contrários ao disposto neste estatuto;
- e. Promover a responsabilidade de qualquer membro dos órgãos diretivos do **CODESEM**, determinando o afastamento, caso necessário;
- f. Esclarecer as omissões deste Estatuto estabelecendo normais e critério a respeito;
- g. Eleger em escrutínio secreto os membros efetivos e suplentes dos órgãos diretivos da entidade.

Art. 12. Ao Conselho Deliberativo compete:

- a. Exarar, no máximo até o dia 15 de fevereiro de cada ano, para fins de apreciação pela Assembléia Geral, parecer sobre o relatório de atividade, prestação de contas e Balanço Geral do **CODESEM**, correspondente ao exercício anterior;
- b. Eleger, dentro de seus membros o Presidente do Conselho;
- c. Elaborar, para apreciação e deliberação da Assembléia Geral o anteprojeto de alteração do Estatuto do **CODESEM**;

TTT  
REG. CIVIL Pcs. JUIZADO  
a Fis: \_\_\_\_\_

Luiz Antonio Zanlorenzi



- d. Deliberar sobre a alienação de bens do **CODESEM**;
- e. Deliberar sobre os planos de trabalhos e proposto orçamentárias, elaboradas pelos Departamentos e encaminhados pelo Conselho Administrativo;
- f. Deliberar sobre a admissão de sócios;
- g. Representar a Assembléia Geral sobre qualquer irregularidade contratada no funcionamento do **CODESEM**, sugerindo medidas para correção.

Art. 13. O Conselho Deliberativo reunir-se-á bimestralmente para as convocações ordinárias e para as convocações extraordinárias quando se fizer necessário.

Art. 14. Perderá a condição de membro do Conselho Deliberativo aquele que faltar, sem justificativa por escrito e aceita pelo colegiado, a 3 (três) reuniões ordinárias, dando-se disso conhecimento à Assembléia Geral para que eleja seu substituto.

Art. 15. Ao Conselho Administrativo compete:

- a. Elaborar plano de trabalho das atividades e executá-lo;
- b. Elaborar e apresentar à Assembléia Geral, relatório anual das atividades da entidade;
- c. Entrosar-se com instituições públicas e privadas para mútua colaboração em atividades de interesse comum;
- d. Contratar e demitir empregados;
- e. Desenvolver campanhas de interesse geral da entidade;
- f. Encaminhar ao Conselho Deliberativo no máximo até o dia 15 de janeiro de cada ano, os planos de trabalhos e propostas orçamentárias;
- g. (excluído conforme solicitação contida no ofício nº 3273/03 - DOS/SSCE-MC);
- h. Encaminhar ao Conselho Deliberativo até o dia 15 de janeiro de cada ano, o relatório de atividades, prestação de contas e Balanço Geral, correspondentes ao exercício anterior;
- i. Elaborar, para apreciação do Conselho Deliberativo, o Regimento Interno do **CODESEM**, encaminhando, com parecer, àquele Conselho os regulamentos, instruções e normais elaboradas pelos diversos órgãos da entidade.

Art. 16. O Conselho Administrativo reunir-se-á uma vez por mês.

Art. 17. Compete ao Presidente do CA:

- a. Representar o **CODESEM**, ativa, passiva, judicial e extrajudicialmente;
- b. Cumprir e fazer cumprir este Estatuto e o Regimento Interno;
- c. Convocar e presidir as reuniões do Conselho Administrativo;
- d. Convocar as Assembléias Gerais Ordinárias;
- e. Assinar com o Secretário e o Tesoureiro os livros, documentos de identidade, cheques, bem como a quaisquer outros documentos atinentes a entidade.



Luiz Antonio Zahlorenzi  
Advogado  
OAB/PR 10310



Art. 18. Compete ao Primeiro Vice-Presidente do CA:

- a. Substituir o Presidente em suas faltas e impedimentos;
- b. Assumir o mandato em caso de vacância, até o seu término;
- c. Prestar de modo geral sua colaboração ao Presidente.

Art. 19. Compete ao Segundo Vice-Presidente do CA:

- a. Substituir o Primeiro Vice-Presidente em suas faltas e impedimentos;
- b. Assumir o mandato em caso de vacância, até o seu término;
- c. Auxiliar o Secretário em suas funções e substituí-lo em suas faltas e impedimentos.

Art. 20. Compete ao Terceiro Vice-Presidente do CA:

- a. Substituir o Segundo Vice-Presidente em suas faltas e impedimentos;
- b. Assumir o mandato em caso de vacância, até o seu término;
- c. Auxiliar o Tesoureiro em suas funções e substituí-lo em suas faltas e impedimentos.

Art. 21. Compete ao Secretário do CA:

- a. Secretariar as reuniões do Conselho Administrativo e Assembléias Gerais e redigir as competentes atas;
- b. Publicar todas as notícias das atividades da entidade;
- c. Redigir toda correspondência de interesse da entidade e atinentes à sua função, organizar fichários e registros de Leis;
- d. Assinar com o Presidente do Conselho Administrativo documentos de interesse do **CODESEM**.

Art. 22. Compete ao Tesoureiro do CA:

- a. Arrecadar e contabilizar toda receita do **CODESEM**;
- b. Manter em bancos indicados pelo Conselho Administrativo os haveres da entidade;
- c. Pagar as contas autorizadas pelo Presidente do Conselho Administrativo;
- d. Apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que for solicitado pelo Conselho;
- e. Apresentar relatórios financeiros para ser submetidos à Assembléia Geral;
- f. Conservar sob sua guarda e responsabilidade, o numerário e documentos relativos à tesouraria, inclusive, contas bancárias;
- g. Apresentar semestralmente balancete ao Conselho Fiscal;
- h. Elaborar Balanço Geral, submetendo à aprovação do Conselho Fiscal e Assembléia Geral;
- i. Assinar com o Presidente do Conselho Administrativo os documentos atinentes à sua área de trabalho.

Art. 23. Compete ao Conselho Fiscal:

- a. Fiscalizar contábil e financeiramente a execução orçamentária do **CODESEM**;
- b. Emitir parecer sobre demonstrações financeiras, balancetes e balanço geral da entidade;



Lulz Antonio Zanlorenzi  
Advogado  
OAB/PR 10310

- c. Opinar sobre assuntos de natureza contábil e financeira de interesse do **CODESEM**, quando solicitado pela Assembléia Geral ou Conselho Deliberativo.

#### CAPÍTULO IV DOS SÓCIOS DO CODESEM

Art. 24. O **CODESEM** terá no seu quadro social as seguintes categorias de sócios:

- I- Fundador;
- II- Contribuinte;
- III- Benemérito
- IV- Honorário.

Art. 25. São sócios fundados aqueles que assinaram a ata de fundação da entidade.

Art. 26. São sócios contribuintes todos os moradores de Mauá da Serra e adjacências.

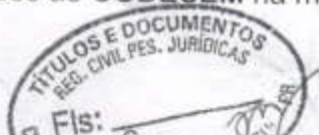
Art. 27. São sócios beneméritos todos aqueles que prestarem relevantes serviços ao **CODESEM**, ficando a concessão do Título a critério da Assembléia Geral.

Art. 28. São sócios honorários todos aqueles que doarem expressiva importância, representada em dinheiro ou espécie, ficando a concessão do título a critério da Assembléia Geral.

#### CAPÍTULO V DOS DIREITOS E DEVERES DOS SÓCIOS DO CODESEM

Art. 29. São direitos dos sócios:

- a. Votar e ser votado para cargos eletivos, desde que esteja quite com a tesouraria e filiado há mais de 6 (seis) meses ao **CODESEM**;
- b. Desligar-se da entidade uma vez quite com a tesouraria, mediante solicitação por escrito;
- c. Fazer parte das comissões de trabalhos ou Departamentos do **CODESEM**;
- d. Pedir dispensa do pagamento das mensalidades quando estiver desempregado e sem recursos, não perdendo seus direitos de sócios, no período de 6 (seis) meses;
- e. Tomar parte nas Assembléias Gerais;
- f. Tomar parte nas reuniões dos órgãos diretivos da entidade quando para isto for convocado;
- g. Comunicar por escrito qualquer irregularidade verificada na administração da entidade, ao Presidente do Conselho Deliberativo;
- h. Solicitar ao Conselho Deliberativo a convocação da Assembléia Geral Extraordinária, mediante requerimento firmado por 2/3 dos sócios quite com a tesouraria e filiados ao **CODESEM** há mais de 6 (seis) meses.



Luiz Antonio Zanlorenzi  
Advogado



Art. 30. São deveres dos sócios:

- a. Cumprir as disposições deste Estatuto, Regimento Interno e demais regulamentos da entidade;
- b. Manter-se quite com a tesouraria da entidade;
- c. Aceitar os cargos para os quais forem escolhidos, ressalvados os casos de força maior;
- d. Comunicar a Secretaria do **CODESEM**, quando mudar sua residência.

#### **CAPÍTULO VI** **DO PATRIMÔNIO DO CODESEM**

Art. 31. O patrimônio do **CODESEM** será constituído de:

- a. móveis, imóveis e semoventes;
- b. doações de pessoas físicas e jurídicas;
- c. doações e subvenções de órgãos públicos;
- d. subvenções advindas de celebração de convênios e contratos;
- e. contribuições de sócios;
- f. receitas provenientes de recursos próprios resultantes de trabalhos executados pela própria entidade.

#### **CAPÍTULO VII** **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 32. Os valores e critérios de reajustes das mensalidades a serem cobradas dos sócios serão fixados pela Assembléia Geral.

Art. 33. As eleições do **CODESEM**, para eleger os membros efetivos e suplentes dos órgãos diretivos, serão realizadas na segunda quinze do mês de janeiro do que vencer os respectivos mandatos.

Art. 34. Os membros dos órgãos da administração do **CODESEM** tomarão posse imediatamente a eleição, em solenidade estabelecida para tal fim.

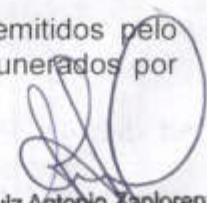
Art. 35. Os membros efetivos e suplentes dos órgãos diretivos do **CODESEM**, da primeira Diretoria, serão eleitos por aclamação por ocasião da realização da primeira Assembléia Geral Extraordinária

Art. 36. O mandato dos membros efetivos e suplentes dos órgãos da Administração do **CODESEM**, será de 5 (cinco) anos, podendo ser reconduzidos por igual período por uma única vez.<sup>1</sup>

Art. 37. Todos os trabalhos do **CODESEM** serão desenvolvidos gratuitamente através de voluntários, dos sócios e de seus Diretores, bem como de outras pessoas que assim desejarem participar.

Art. 38. Os empregados, quando houver, serão admitidos e demitidos pelo Presidente do Conselho Administrativo da Entidade e serão remunerados por meio de gratificações e outras formas previstas em lei.

<sup>1</sup> Alterado por decisão em Assembléia Geral

  
Luiz Antonio Zanlorenzi  
Advogado  
OAB/PR 10310



Art. 39. As regalias, distinções e privilégios outorgados aos sócios são irrevogáveis, respeitando as restrições estabelecidas neste Estatuto.

Art. 40. Os sócios não responderão pelas obrigações que os representantes da entidade assumirem expressa ou intencionalmente em seu nome. Respondem apenas pelo pagamento das mensalidades, taxas, ou quaisquer outros compromissos assumidos com a tesouraria.

Art. 41. O Conselho Administrativo adotará como data de comemoração do aniversário do **CODESEM**, a data de sua instituição.

Art. 42. Os bens patrimoniais do **CODESEM**, não poderão ser vendidos, alugados, cedidos ou doados sem anuência da Assembléia Geral.

Art. 43. Este Estatuto poderá ser reformado por proposição do Conselho Deliberativo com a aprovação da Assembléia Geral.

#### **CAPÍTULO VIII** **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 44. Terão direito aos benefícios oferecidos pelo **CODESEM**, os filhos inválidos e as viúvas que viverem sob a dependência sócio-econômica do sócio, desde que este esteja quite com a tesouraria.

Art. 45. Os Títulos do Presidente de Honra, Sócios Beneméritos e Honorários, serão concedidos pela Assembléia Geral e os critérios de concessão estão definidos no Regimento Interno.

Art. 46. As penalidades: advertência, suspensão e exclusão, a serem aplicadas aos sócios que infringirem os Estatutos, Regimento Interno e regulamentos da entidade, terão os critérios definidos no Regimento Interno e serão de competência do Conselho Deliberativo suas aplicabilidades.


Art. 47. O **CODESEM**, não distribui lucros, bonificações ou dividendos sob qualquer forma ou pretexto a sócios ou Diretores e aplicará integralmente seu patrimônio dentro do País.

Art. 48. A regularização de funcionamento e elaboração de critérios para a realização das eleições gerais do **CODESEM**, consta do Regimento Interno.

Art. 49. As Assembléias Gerais Ordinárias, convocadas de acordo com o artigo 10, § 1º, haverá tolerância de 30 (trinta) minutos entre a primeira e a segunda convocação e de 15 (quinze) minutos entre a segunda e a terceira convocação.

Art. 50. Serão definidos no Regimento Interno os casos e assuntos omissos no presente Estatuto e serão resolvidos pela Assembléia Geral.

Art. 51. Os Presidentes e Secretários dos Conselhos Deliberativo e Fiscal serão eleitos dentre os seus membros.

  
Luiz Antonio Zanlorenzi  
Advogado



Art. 52. Que "Em caso de extinção da pessoa jurídica os bens patrimoniais serão transferidos a entidade congênere" (reformulado de acordo com a solicitação do ofício nº 3273/03 – DOS/SSCE – MC).

Art. 53. O ano civil do **CODESEM**, iniciar-se-á a primeiro de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano.

Art. 54. Os princípios contábeis a serem adotados pelo **CODESEM**, para os registros dos atos e fatos do Conselho Administrativo, serão pelo regime de competência.

Art. 55. A contabilidade do **CODESEM** será registrada em livros revestidos das formalidades legais e de acordo com as leis que regem este setor.

Art. 56. Os filhos dos sócios maiores de 18 (dezoito) anos pagarão as mensalidades do **CODESEM**.

Art. 57. O primeiro mandato dos membros dos órgãos diretivos do **CODESEM** será de 19 (dezenove) meses, isto é, de 16 de junho de 1985 a 15 de janeiro de 1987.

Art. 58. Todos os familiares dos sócios terão direito de frequentar a sede da entidade.

Art. 59. "Excluído conforme solicitação do ofício nº 3273/03 – DOS/SSCE – MC".

Art. 60. A sede da entidade poderá ser cedida para realizações de qualquer evento, com anuência do Conselho Deliberativo, que decidirá a cobrança ou não de taxas.

Art. 61. O presente Estatuto foi aprovado pela Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 16 de junho de 1985, e que depois de publicado em Diário Oficial do Estado, foi encaminhado ao Cartório de Registro de Títulos e Documentos para o respectivo registro, entrando em vigor na data do mesmo, revogando as disposições em contrário, o presente Estatuto foi reformado conforme rege o artigo 43 deste Estado, conforme a solicitação do Ministério das Comunicações, Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, Departamento de Outorga de Serviços conforme ofício 3273/03/DUS/SSCE MC.

Mauá da Serra, 25 de outubro de 2012.

**REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS**  
**MARILÂNDIA DO SUL - PR**

REG. Nº 456 fs. 192 Lº 4/05  
PROT. Nº 7119 fs. 131 Lº 4-04

Reg-pessoa jurídica

Em 12 de dezembro de 2012

Marcia da F. Gogola  
Oficial

Antonio Batista de Macedo  
**PRESIDENTE**

Marcos Antonio de Macedo  
**SECRETÁRIO**

**SECRETARIA DE MARILÂNDIA DO SUL - PR**  
**SELO FUNARPEN**  
TÍTULOS E DOCUMENTOS  
NATURAS E JURÍDICAS  
TÍTULOS E DOCUMENTOS  
TIT. E DOC. E PESSOAS JURÍDICAS  
LUCIA MARTINELLI  
Oficial  
MARCIA DE FÁTIMA FERRO GOGOLA  
EED28414

Lutz Antonio Zanlorenz  
Advogado  
OAB/PR 10310  
CPF 157.885.529-34



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA**  
**DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS**  
Esplanada dos Ministérios - Bloco "R" - 3º andar - anexo oeste - sala 300 - 70044-900 - Brasília/DF  
Fone: (61) 311-6890 - Fax: (61) 311-6617

Ofício nº 7026 /2006/RADCOM/DOS/SSCE-MC

Brasília, 25 de outubro de 2006.

Ao Senhor

**Paulo Lourenço da Silval**

CONSELHO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL EDUCACIONAL E  
ECONÔMICO DE MAUÁ - CODESEM

Avenida Ponta Grossa, 550 - Centro  
86828-000 Mauá da Serra/PR

**Assunto:** Encaminhamento de Licença para funcionamento

**Processo nº 53740.001385/98**

Prezado Senhor,

Estamos encaminhando, anexo a este ofício, a Licença Definitiva para funcionamento de Estação de Radiodifusão Comunitária do **CONSELHO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL EDUCACIONAL E ECONÔMICO DE MAUÁ - CODESEM**, na localidade de Mauá da Serra, no Estado do Paraná.

Atenciosamente,

  
**JOANILSON L. B. FERREIRA**  
Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica

vfm/DOS/SSCE/MC

REPUBLICA DO BRASIL  
MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES  
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

Nº: 000053/2006-PR

LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

FLS: 001/001

NOME/RAZÃO SOCIAL CONSELHO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, EDUCACIONAL E ECONÔMICO DE MAUÁ CODESEM - CNPJ: 02.797.500/0001-21		Nº DA ENTIDADE 50400849607	
Nº DA ESTAÇÃO 687236436	SERVIÇO Radiodifusão Comunitária	NAT. SERV. *****	LATITUDE 23S533400
		LONGITUDE 51W134200	

ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO AVENIDA PONTA GROSSA 550	DISTRITO *****
BAIRRO CENTRO	MUNICÍPIO MAUÁ DA SERRA
UF PR	

CIDADE DA OUTORGA : Mauá da Serra/PR  
NOME FANTASIA : RÁDIO MAUÁ FM  
FREQUÊNCIA : 87,9 MHz  
HORÁRIO FUNCIONAMENTO : 06:00 a 24:00 - Dom. a Sáb.  
INDICATIVO DA ESTAÇÃO : ZYT852

ESTÚDIO  
ENDEREÇO : AVENIDA PONTA GROSSA 550 CENTRO  
MUNICÍPIO : Mauá da Serra  
TRANSMISSOR PRINCIPAL : José Wilson Rocha - EPP  
CÓDIGO : 024598XXX0580  
TRANSMISSOR AUXILIAR : \*\*\*\*\*  
CÓDIGO : \*\*\*\*\*

ANTENA  
FABRICANTE : IDEAL INDUSTRIA E COMERCIO DE ANTENAS LTDA.  
GANHO : 0.00 dBi  
DESCRIÇÃO : PLANO TERRA  
COTA BASE DA TORRE : \*\*\*\*\* m

Número Processo : 537400013851998

CANAL : 200  
RAIO DA ÁREA DE SERVIÇO : 1.00 KM  
PERP MÁXIMA : \*\*\*\*\* W

LOCALIDADE : \*\*\*\*\*  
UF : PR  
MODELO : STR 25  
POTÊNCIA : 25,000 W  
MODELO : \*\*\*\*\*  
POTÊNCIA : \*\*\*\*\* W

MODELO : PT 0 dB  
POLARIZAÇÃO : Vertical  
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO : 30.0 m

**A EMISSORA DO RADCOM OPERARÁ SEM DIREITO A PROTEÇÃO CONTRA EVENTUAIS INTERFERÊNCIAS CAUSADAS POR ESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES E DE RADIODIFUSÃO REGULARMENTE INSTALADAS.**

IMPRESSA EM 02/10/2006

OBSERVAÇÕES 02.797.500/0001-21	Licenciada Em	VÁLIDA ATÉ
	02/10/2006	29/11/2015

*[Assinatura]*  
Helio Costa  
Ministro das Comunicações



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÁ DA SERRA**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**CNPJ Nº 95548400/0001-42**

**LEI Nº 299/2012**

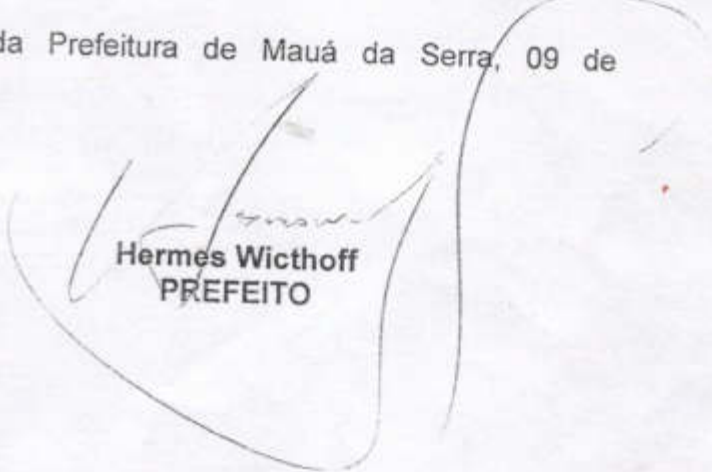
**SÚMULA:-** Declara de utilidade pública o Conselho Comunitário de Desenvolvimento Social, Educacional e Econômico de Mauá da Serra - CODESEM.

A Câmara Municipal de Mauá da Serra aprovou e eu Prefeito sanciono a seguinte,

**LEI**

**Art. 1º** - Fica declarado de utilidade pública municipal o Conselho Comunitário de Desenvolvimento Social, Educacional e Econômico de Mauá da Serra – CODESEM, pessoa jurídica de direito privado devidamente cadastrada no CNPJ/MF sob nº 02.797.500/0001-21, sem fins lucrativos, com sede na Rua Presbítero João Pereira dos Santos, s/nº, nesta cidade de Mauá da Serra.

**Art. 2º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.  
Edifício da Prefeitura de Mauá da Serra, 09 de novembro 2012.

  
**Hermes Wicthoff**  
**PREFEITO**

**Avenida Ponta Grossa, 480 – Fone: (43)3464-1265**  
**86828-000 – MAUÁ DA SERRA – PR**







# GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 197, DE 1º DE JULHO DE 2013

Estabelece data limite para a apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária e altera a Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e

Considerando a necessidade de fixar data limite para o recebimento de pedidos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, tendo em vista o prazo previsto na legislação em vigor, bem como a simplificação do procedimento decorrente das alterações na Norma nº 01/2011 estabelecidas por esta Portaria; e

Considerando a necessidade de conferir tratamento isonômico às prestadoras dos diversos serviços de radiodifusão, resolve:

Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30 de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011 - Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação.

Art. 2º A Norma nº 1/2011 - Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela Portaria nº 462, de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

3.1.1 O apoio cultural poderá ser realizado por entidades de direito privado e de direito público.

3.2.1A depender de características geográficas e urbanísticas e mantidas as condições técnicas da autorização, o sinal da emissora poderá ultrapassar o raio de um quilômetro.

5.2 Respeitada a atribuição de um canal exclusivo para a execução do serviço por município e a disponibilidade de frequências na região, a Anatel poderá atribuir canais diferentes à execução do serviço de radiodifusão comunitária em municípios vizinhos, nos casos de manifesta impossibilidade técnica ou como forma de tornar mais eficiente o uso do espectro, observadas as necessidades específicas do serviço.

8.1

b) Estatuto Social e Ata de Constituição da entidade devidamente registrados no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

f) que todos os seus dirigentes residem na área a ser coberta pelo sinal da emissora, nos termos do Projeto Técnico.

8.1.3. O estabelecimento ou manutenção de vínculos que subordinem a entidade e seus dirigentes à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais, implicará o imediato indeferimento do pedido de outorga e o consequente arquivamento do processo.

8.3.1. Serão indeferidos os processos de pedido de outorga das entidades cujos estatutos não observem o disposto nas alíneas, "f" e "g" do subitem 8.2.

11.2.2 Nos casos que a entidade recorrente concorrer sozinho e quando o seu processo for o único em andamento na localidade, o Ministério das Comunicações poderá acatar a documentação encaminhada na fase recursal.

15.3.4 A alteração do local de instalação da estação somente poderá ocorrer após a expedição da autorização em caráter provisório.

20.2.3. A alteração do local de instalação da estação que esteja operando em caráter precário somente poderá ocorrer após a aprovação do ato de renovação da outorga pelo Congresso Nacional e publicação de Decreto Legislativo correspondente, ressalvados os casos de força maior e caso fortuito.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br> pelo código 00012013070200041

o c

con

\* f

pel

In

PE

1 -

12 -

1 -

con

sig

1 -

4 -

5 -

out

6 -

7 -

em

8 -

out

sua

DO

Mix

nza

exo

tabe

Jau

Bair

AC

cus

junt

S/A

\*DE

DE

SIG

TA

BAR

FAT

CO

CO

NO

CO

SEC

CU

AGI

DE

avali

acoli

121/

do (

sion

cion

**DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM OS NÍVEIS DE IRRADIAÇÃO NÃO  
IONIZANTE**

Declaro, em conformidade com as normas vigentes, que a estação transmissora da estação de RADCOM de propriedade do **Conselho Comunitário de Desenvolvimento Social e Econômico de Mauá**, em Mauá da Serra, Estado do Paraná, atenderá, quando do licenciamento da estação e como condição indispensável para sua entrada em funcionamento, ao Regulamento sobre Limitação da Exposição a Campos Elétricos, Magnéticos e Eletromagnéticos na Faixa de Radiofrequência entre 9 KHz e 300GHz, aprovado pela Resolução Anatel nº303, de 02/07/2002, publicada NO D.O.U. de 10/07/2002, não expondo a população a campos eletromagnéticos de radiofrequência de valores superiores aos estabelecidos na tabela constante da referida Resolução.

Mauá da Serra, 20 de novembro de 2015.







FL-1

**RELATÓRIO DE CONFORMIDADE DE ESTAÇÃO TRANSMISSORA**  
**RESOLUÇÃO 303 DE 02/07/2002**

RELATÓRIO Nº

011/2006

**1.0 - NOME DA ENTIDADE:**

CONSELHO COMUNITÁRIO DE DES. SÓCIAL, EDUC. ECON. DE MAUÁ

**2.0 - ENDEREÇO:**

AVENIDA PONTA GROSSA, 550 - CENTRO

MAUÁ DA SERRA/PR

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

23°53'34"S

51°13'42"W

**3.0 - TIPO DE SERVIÇO:**

RADIODIFUSÃO EM FREQUÊNCIA MODULADA - RADCOM

**4.0 - PARÂMETROS TÉCNICOS:**

4.1 - FREQUÊNCIA DE OPERAÇÃO: (f)	87,9 MHz
4.2 - POTÊNCIA ERP MÁXIMA: (erp)	25 Watts
4.3 - COMPRIMENTO DA ANTENA: (L)	2,04 Metros
4.4 - COMPRIMENTO DE ONDA: (λ)	3,41 Metros
4.5 - CAMPO DISTANTE: (d)	2,44 Metros

**5.0 - MEDIÇÕES**

5.1 - MEDIDAS PARA SITUAÇÃO OCUPACIONAL	30 m
5.1.1 - CAMPO ELÉTRICO MEDIDO: (E)	0 V/m
5.1.2 - DENSIDADE DE POTÊNCIA (Seq)	0 W/m2
5.1.3 - CAMPO MAGNÉTICO CALCULADO: (H)	0 A/m
5.2 - MEDIDAS PARA A SITUAÇÃO POPULACIONAL	30 m
5.2.1 - CAMPO ELÉTRICO MEDIDO: (E)	0 V/m
5.2.2 - DENSIDADE DE POTÊNCIA (Seq):	0 W/m2
5.2.3 - CAMPO MAGNÉTICO CALCULADO: (H)	0 A/m

**6.0 - CONDIÇÕES DE AVALIAÇÃO:**

6.1 - EXPOSIÇÃO OCUPACIONAL:	E (V/m)	H(A/m)	Seq(W/m2)
(0,065 MHz a 1 MHz)			
(1 MHz a 10 MHz)			
(10 MHz a 400 MHz)	61	0,16	10
(400 MHz a 2000MHz)			
6.2 - EXPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO:	E (V/m)	H(A/m)	Seq(W/m2)
(0,15 MHz a 1 MHz)			
(1 MHz a 10 MHz)			
(10 MHz a 400 MHz)	28	0,073	2
(400 MHz a 2000MHz)			
6.3 - MEDIDAS DE CAMPO ELÉTRICO:	DIST. LEGAL	DIST. MED.	SITUAÇÃO
MEDIDA OCUPACIONAL (ITEM 5)	#DIV/0!	30,0000	#DIV/0!
MEDIDA POPULACIONAL (ITEM 5)	#DIV/0!	30,0000	#DIV/0!
6.4 - CÁLCULO DO CAMPO ELÉTRICO TEÓRICO PARA DISTÂNCIA MEDIDA:			
CAMPO ELÉTRICO OCUPACIONAL		1,870 V/m	
CAMPO ELÉTRICO POPULACIONAL		1,870 V/m	
VIABILIDADE OCUPACIONAL:	VIÁVEL		N C
VIABILIDADE POPULACIONAL:	VIÁVEL		N C



**ROBERTO LANG**

ENGENHEIRO

CPF 345668309-00

CREA-SC 14707 CREA-PR 9559-D

<b>7.0 - CÁLCULOS TEÓRICOS:</b>		FL-2	
7.1 - DISTÂNCIA MÍNIMA PARA A POPULAÇÃO EM GERAL: (r.)		Metros	
(1 MHz a 10 MHz)			
(10 MHz a 400 MHz)		2,05	
(400 MHz a 2000 MHz)			
7.2 - DISTÂNCIA MÍNIMA OCUPACIONAL: (r.)		Metros	
(1 MHz a 10 MHz)			
(10 MHz a 400 MHz)		0,92	
(400 MHz a 2000 MHz)			
7.3 - CÁLCULO DA DENS. DE POTÊNCIA P/POLULAÇÃO: (Sp)		W/m2	
1/10 MHz			
10/400 MHz		1,997221892	
400/2000 MHz			
7.4- CÁLCULO DA DENS. DE POTÊNCIA OCUPACIONAL: (So)		W/m2	
1/10 MHz			
10/400 MHz		9,868499239	
400/2000 MHz			
<b>8.0 - CONCLUSÃO TEÓRICA:</b>	<b>Calculado</b>	<b>Verificado</b>	<b>Situação</b>
<b>8.1 - SITUAÇÃO OCUPACIONAL:</b>			
8.1.1 - CAMPO ELÉTRICO	1,870	0	
8.1.2 - SITUAÇÃO DE VIABILIDADE			<b>VIÁVEL</b>
8.1.2 - DISTÂNCIA	0,92	30,0000	
8.1.3 - SITUAÇÃO DE VIABILIDADE			<b>VIÁVEL</b>
8.1.4 - CAMPO MAGNÉTICO	0,161791194	0	
8.1.5 - SITUAÇÃO DE VIABILIDADE			<b>VIÁVEL</b>
<b>8.2 - SITUAÇÃO POPULACIONAL:</b>	<b>Calculado</b>	<b>Verificado</b>	<b>Situação</b>
8.2.1 - CAMPO ELÉTRICO	1,870	0	
8.2.2 - SITUAÇÃO DE VIABILIDADE			<b>VIÁVEL</b>
8.2.2 - DISTÂNCIA	2,045	30,0000	
8.2.3 - SITUAÇÃO DE VIABILIDADE			<b>VIÁVEL</b>
8.2.4 - CAMPO MAGNÉTICO	0,0727851	0	
8.2.5 - SITUAÇÃO DE VIABILIDADE			<b>VIÁVEL</b>
<b>8.3 - VERIFICAÇÃO DO ART. 19 (2/3 DO LIMITE):</b>		<b>2/3 limite</b>	<b>Condição</b>
8.3.1 - CAMPO ELÉTRICO: OCUP.		40,66666667	DISPENSADO
8.3.2 - DENSIDADE OCUP.		6,66666667	DISPENSADO
8.3.3 - CAMPO MAGNÉTICO OCUP.		0,106666667	DISPENSADO
8.3.4 - CAMPO ELÉTRICO POP.		18,66666667	DISPENSADO
8.3.5 - DENSIDADE POP.		1,333333333	DISPENSADO
8.3.6 - CAMPO MAGNÉTICO POP.		0,048666667	DISPENSADO
<b>9.0 - INFORMAÇÕES DA INSTALAÇÃO:</b>			
9.1 - ALTURA DA TORRE SUPORTE:		30,00 Metros	
9.2 - DISTÂNCIA DA CASA DO TRANSMISSOR A ANTENA		30,00 Metros	
9.3 - DISTÂNCIA DE RESIDÊNCIAS A ANTENA:		30,00 Metros	
9.4 - ACESSO DE PESSOAS NA CASA DO TRANSMISSOR		10 Quantidade	
9.5 - ÁREA TOTAL DO TERRENO:		0,00 M2	
9.6 - OUTROS:			

## ROBERTO LANG

ENGENHEIRO

CPF 345668309-00

CREA-SC 14707 CREA-PR 9559-D

FL.3

### 10.0 - EQUIPAMENTOS UTILIZADOS:

- 10.1 - MEDIDOR DE INTENSIDADE DE CAMPO MARCA POTOMAC, MODELO FIM-41, NÚMERO DE SÉRIE 143.154, COM PRECISÃO DETERMINADA DE +/- 2,0%.
- 10.2 - ANALISADOR DE ESPECTRO MARCA AGILENT MODELO 4411-B, SÉRIE NÚMERO US39441302, PRECISÃO DETERMINADA DE +/- 0,1%. EQUIPADO COM PROGRAMA ESPECIAL PARA ANÁLISE DE DADOS.
- 10.3 - ANTENA PADRÃO MARCA POTOMAC, MODELO ANT-71, NÚMERO DE SÉRIE 1489.
- 10.4 - ANTENA "LOOP" PARA FAIXA DE AM MARCA BELAR, MODELO LP-1A, ALIMENTADA NA FAIXA DE 530 A 1610 Khz (OM).
- 10.5 - ANALISADOR DE ESPECTRO PORTÁTIL, MARCA PROTEK, MODELO 3201, NÚMERO DE SÉRIE 320007480 (FAIXA 9KHZ A 2 GHZ).
- 10.6 - TELÊMETRO MARCA TASCOS MODELO LEASERSITE 800, NÚMERO DE SÉRIE 01765.
- 10.7 - FITA MÉTRICA DE PRECISÃO MARCA STANTLEY DE 2,00m6,0'.
- 10.8 - GPS MARCA GARMIN, MODELO III-PLUS, SÉRIE NÚMERO 03456
- 10.9 -

### 11.0 - PARECER CONCLUSIVO:

COM BASE NOS VALORES CALCULADOS E MEDIDOS PELAS CONDIÇÕES DE LOCAIS VERIFICADOS, DECLARO QUE, AS EMISSÕES PROVENIENTES DA ESTAÇÃO DO SERVIÇO -FM- REFERIDA NO ITEM "1.0" NÃO SUBMETERÃO TRABALHADORES E POPULAÇÃO EM GERAL A CEMRF DE VALORES ESTABELECIDOS NA RESOLUÇÃO Nº 303 DE 02 DE JULHO DE 2002.

### 12.0 - PROFISSIONAL HABILITADO:

- 12.1 - NOME: ROBERTO LANG
- 12.2 - CPF: 345668309-00
- 12.3 - CREA: 9559- PR E 14707-SC

Coronel Vivida, 15 de fevereiro de 2.006

ROBERTO LANG  
ENG. ELETRICISTA  
CREA-PR 9559-D  
CPF 345668309-00





GANHO max (Gt) 0 0 , 0 dB ALTURA EM RELAÇÃO AO SOLO 3 0 , 0 m ALTURA DA TORRE 3 0 , 0 m ALTITUDE DO LOCAL 1 0 3 4 , 0 m

# 9 - LINHA DE TRANSMISSÃO

FABRICANTE K M P C A B O S E S P . E S I S T . MODELO R G 2 1 3 U

COMPRIMENTO(L) 3 0 , 0 m ATENUAÇÃO EM 100 m (At) 0 4 , 5 dB PERDAS NA LINHA (PL) 0 1 , 3 5 dB EFICIÊNCIA DA LINHA (η) 0 , 7 3

$$\text{Perdas na linha (PL)} = \frac{L \cdot A_t}{100} \quad \text{Eficiência da linha (E}_f\text{)} = 10 \frac{-(PL)}{10}$$

# 10 - POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA (ERP)

$$\text{ERP (dBk)} = 10 \log (\text{Pt} \cdot \text{Ght} \cdot \text{Gvt} \cdot \eta) = 10 \log (0,025 \times 1,0 \times 1,0 \times 0,73) = -17,38 \text{ dBk}$$

Pt = Potência do transmissor, em kW.  
Ght = Ganho da antena, no plano horizontal, em vezes.  
Gvt = Ganho da antena, no plano vertical, em vezes  
η = Eficiência da linha de transmissão

Obs.: A potência efetiva irradiada (ERP) por emissora do RadCom deverá ser igual ou inferior a 25 Watts.

# 11 - INTENSIDADE DE CAMPO NO LIMITE DA ÁREA DE SERVIÇO

$$E(\text{dB}\mu) = 107 + \text{ERP}(\text{dBk}) - 20 \log d \text{ (km)}$$

ERP(dBk) [] potência efetiva irradiada

d (km) = distância da antena transmissora ao limite da área de serviço (raio da área de serviço)

$$E(\text{dB}\mu) = 107 + (-17,38) - 20 \log 1,0 = 89,62 \text{ (dB}\mu\text{)}$$

Obs.: O máximo valor de intensidade de campo no limite da área de serviço será de 91 dBμ.

# 12 - OUTRAS INFORMAÇÕES DE INTERESSE

# 13 - DADOS DO ENGENHEIRO PROJETISTA

NOME COMPLETO R O B E R T O L A N G  
REG CREA 9 5 5 9 D P R ENDEREÇO R U A R O S A S T E D I L E , 6 5 1  
ENDEREÇO (CONTINUAÇÃO) BAIRRO C E N T R O  
CIDADE C O R O N E L V I V I D A UF P R  
CEP 8 5 5 5 0 - 0 0 0 TELEFONE 0 4 6 - 3 2 3 2 1 8 0 4 FAX 0 4 6 - 3 2 3 2 1 4 0 5  
E-MAIL F O R C E L @ W L N C O R O N E L . C O m  
LOCAL C O R O N E L V I V I D A DATA 1 5 / 0 2 / 2 0 0 6  
ASSINATURA





Agilent Technologies

Operation PART C  
1212 Valley House Drive  
Rohnert Park, CA 94928  
(707) 794-1212

## Certificate of Calibration

### STANDARD CALIBRATION

Certificate No: E4411BUS39441302

Manufacturer: Agilent Technologies

Model No: E4411B

Options installed: HD3

Description: Spectrum Analyzer

Serial No: US39441302

Date Calibrated: 17-May-2000

Temperature: 23  $\pm$  5 °C

Humidity: 10-80% RH

Procedure Used: E4411B 17-MAY-2000

This calibration certificate documents that the instrument identified above was calibrated under a quality system in compliance with requirements in ISO-9002 (1994), using applicable Agilent Technologies procedures.

As Received Condition: New

As Shipped Condition: This product meets published specifications

These calibration procedures and test points are those recommended in a procedure developed by Agilent. Performance verification during manufacturing may use measurement points that differ from an equivalent set described in published Agilent performance verification procedures.

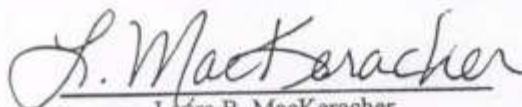
Remarks or special requirements:

#### Traceability Information:

Agilent measurement standards are traceable to national standards, intrinsic standards, consensus standards, or by ratio type measurements. The national standards used by this lab are administered by NIST.

Documentation relative to specific traceability paths is on file and can be viewed as the calibration facility listed at the top of this page. This report shall not be reproduced, except in full, without prior written approval of the calibration facility.

Report Issued: 17-May-2000



Laura B. MacKeracher  
Inspector



5962-0476







VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 4.297.439-0 DATA DE EXPIRAÇÃO 05/03/1985

NOME LUIZ CESAR AHARAL DE SOUZA

FILIAÇÃO NILTON AHARAL DE SOUZA  
NILDA DE OLIVEIRA SOUZA

NATURALIDADE ARAPONGAS/PR DATA DE NASCIMENTO 11/09/1965

DOC. ORDEM COMARCA=FAXINAL/PR, DA SEDE  
C.CAS 1461, LIVRO=48, FOLHA=2870

CPF

CURITIBA-PR

ASSINATURA DO DETENTOR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

FOTO

ASSINATURA

CPF

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal

**CPF**

Cadastro de Pessoas Físicas

Número de Inscrição  
**517.090.909-87**

Nome  
LUIZ CESAR AHARAL DE SOUZA

Nascimento  
11/09/1965

Plano de Uso Especial e Intermediária  
O usuário apresentando este com um documento de identificação

FIN 1650

NOV/2000

**BANCO DO BRASIL**



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
 MINISTÉRIO DAS CIDADES  
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO  
 CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME  
 MARCOS ANTONIO DE MACEDO

DOC. IDENTIDADE / CAC. EMISSOR / UF  
 7309752-1 SESP PR

CPF DATA NASCIMENTO  
 028.499.059-09 12/12/1979

FILIAÇÃO  
 ANTONIO BATISTA DE MACEDO  
 ELISA LUCIA DE MACEDO

PERMISSÃO  
 02709571328 22/11/2018 07/04/1998

OBSERVAÇÕES

LOCAL  
 MAUA DA SERRA, PR

DATA EMISSÃO  
 22/11/2013

ASSINATURA DO EMISSOR  
 95194562446  
 PR906681253

DETRAN, PR (PARANÁ)

VÁLIDA EM TODOS  
 O TERRITÓRIOS NACIONAIS  
 833913273

PROTOCO PLASTIFICAR  
 833913273

**OFICIO nº 10/2015 EM 21 DE DEZEMBRO DE 2015**

**SENHOR COORDENADOR**

Tenho a grata satisfação de dirigir-me a Vossa Excelência, em atenção aos Ofícios nº 36747/2015/SEI-MC e 39940/2015/SEI-MC, para esclarecer que o Conselho Comunitário através deste representante legal e demais membros estão tomando as medidas necessárias e providenciando os documentos apontados para sanar as irregularidades apontadas, para a devida regularização e renovação da outorga, vez que inclusive será necessária nova eleição da diretoria. Assim, requer-se prorrogação do prazo para o cumprimento de todos os itens apontados no ofício supra.

Contando com a compreensão de Vossa Senhoria, na oportunidade apresento a Vossa Excelência protesto de estima e consideração.

Atenciosamente

  
**PAULO LOURENÇO DA SILVA**  
*Rep. Legal*

**AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR  
SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA  
COORDENADOR-GERAL DE RADIODIVUSÃO COMUNITÁRIA  
BRASÍLIA - DF**

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO

Em 29/12/15 às 14:00 horas

Assinatura: Paulo Lourenço da Silva

**SENHOR COORDENADOR**

Tenho a grata satisfação de dirigir-me a Vossa Excelência, em atenção aos Ofícios nº 36747/2015/SEI-MC e 39940/2015/SEI-MC, para esclarecer que o Conselho Comunitário através deste representante legal e demais membros estão tomando as medidas necessárias e providenciando os documentos apontados para sanar as irregularidades apontadas, para a devida regularização e renovação da outorga, vez que inclusive será necessária nova eleição da diretoria. Assim, requer-se prorrogação do prazo para o cumprimento de todos os itens apontados no ofício supra.

Contando com a compreensão de Vossa Senhoria, na oportunidade apresento a Vossa Excelência protesto de estima e consideração.

Atenciosamente

  
**PAULO LOURENÇO DA SILVA**  
*Rep. Legal*

**AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR  
SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA  
COORDENADOR-GERAL DE RADIODIVUSÃO COMUNITÁRIA  
BRASÍLIA - DF**





**VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL**

REGISTRO GERAL 4.075.107-6 DATA DE EXPEDIÇÃO 28/07/1995

NOME PAULO LOURENCO DA SILVA

FILIAÇÃO MANOEL LOURENCO DA SILVA  
MARIA NADIA DE FREITAS DA SILVA

NATURALIDADE LONDRINA/PR DATA DE NASCIMENTO 17/10/1964

DOC. ORIGEM COMARCA=LONDRINA/PR, 1 OFICIO  
C.NASC 119309, LIVRO=A77, FOLHA=167

CPF 527.979.619-00

ASSINATURA DO DIRETOR  
*Renato Souza Lobo*  
Bel. Renato Souza Lobo

LEI N° 7.116 DE 29/08/83

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 4.297.439-0 DATA DE EXPEDIÇÃO 05/03/1985

NOME: LUIZ CESAR AMARAL DE SOUZA

FILIAÇÃO: NILTON AMARAL DE SOUZA  
NILDA DE OLIVEIRA SOUZA

NATURALIDADE: ARAPONGAS/PR DATA DE NASCIMENTO: 17/07/1965

DOC. ORIGIN. COMARCA=FAXINAL/PR, DA SEDE  
C.CAS 1461, LIVRO=48, FOLHA=2570

CPF: [assinatura]

CURITIBA/PR ASSINATURA DO TITULAR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

[impressão digital]

[fotografia]

[assinatura]

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria de Receita Federal

**CPF**

Cadastro de Pessoas Físicas

Número de Inscrição: **517.090.909-87**

Nome: LUIZ CESAR AMARAL DE SOUZA

Nascimento: 17/07/1965

Cartão de identificação e intransferível  
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade

Emissão: 05/03/2000

**BANCO DO BRASIL**



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTERIO DAS CIDADES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

ANTONIO BATISTA DE MACEDO

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF  
1572579-6 SESP PR

CPF 367.289.349-87 DATA NASCIMENTO 12/01/1957

FILIAÇÃO  
JOAO BATISTA DE MACEDO  
ROSA MARIA DA  
CONCEICAO

PERMISSÃO ☒ NCE ☐ CAT. HAB. ☐ D

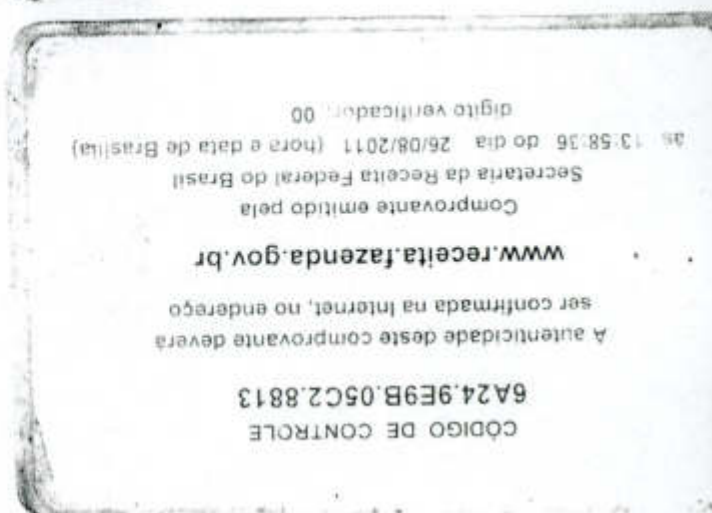
REGISTRO 02483561591 VALIDADE 01/12/2017 HABILITACAO 03/06/1976

LOCAL MAUA DA SERRA, PR DATA EMISSAO 03/12/2012

ASSINATURA DO EMISSOR 3235465349 PR905011116

VALIDA EM TODOS O TERRITORIO NACIONAL 667296035

PROUNDO PLASTIFICAR 667296035





**CLAUDIO DONIZETE DOS SANTOS**

AV PONTA GROSSA, 550 - MD01

CEP: 80829000

MAUA DA SERRA - PR

CPF: 79610196934

**65445872**

**Vencimento**

**20/11/2015**

**Valor a Pagar**

**R\$ 867,98**

Responsabilidade de Manutenção de Iluminação Pública - COPEL 00005100116

**Reaviso de Vencimento**

Ha debitos vencidos que sujeitam sua unidade consumidora ao corte de energia. Após o corte, caso não haja religação em 3 meses, seu contrato com a Copel será encerrado. Neste período, haverá cobrança conf. legislação. Se estiver pago, desconsidere esta mensagem. Existindo atividade acessoria, o valor pode ser excluído da fatura.

Referencia 10/2015  
Valor 779,76

**Informações Técnicas**

No. Medidor: 0260230393 - BIFASICO

Mes Referência: 11/2015

Letura Anterior	Letura Atual	Medido	Constante de Multiplicação	Total Faturado	Consumo Medio/Dia	Data Apresentação
01/10/2015	03/11/2015	33 dias	1,00	964 kWh	29,21 kWh	03/11/2015
99410	374	964 kWh				

Proxima Letura Prevista: 02/12/2015

RESIDENCIAL

**Indicadores de Qualidade**

FS [1.7.66.0]

Conjunto: FAXINAL

Mes 09/2015

Tensão Contratada:  
127 / 220 volts

	DIC	FIC	DMIC	EUSD (R\$)
Realizado Mensal:	1,77 h	1,00	1,77 h	156,46
Limite Mensal:	6,03 h	3,42	3,64 h	
Limite Trimestral:	12,06 h	6,86		
Limite Anual:	24,12 h	13,70		

Limite faixa adequada de Tensão:  
117 - 133 / 202 - 231 volts

**Histórico de Consumo e Pagamento**

Mes	Cons. (kWh)	Data Ppto.	Mes	Cons. (kWh)	Data Ppto.
OUT/16	939		AGO/16	627	28/09/2016
SET/16	740	28/10/2016			

Media 3 ultimos consumos: 736 kWh

**Valores Faturados**

**NOTA FISCAL CONTA DE ENERGIA ELETRICA no. 160978 Serie B**  
Emitida em 03/11/2015

Produto	Un.	Consumo	Valor Unitario	Valor Total	Base de Calculo	Aliq. ICMS
01 ENERGIA ELETRICA CONSUMO	kWh	964	0,748163	721,23	721,23	29,00%
02 ENERGIA CONS. B. VERMELHA	kWh			66,93	66,93	29,00%
03 CONT. ILMIN. PUBLICA MUNICIPI				63,62		
04 ACRESCIMO MORATORIO				7,09		
06 MULTA POR ATRASO NO PAGAMENT				12,39		
06 JUROS CONTA ANTERIOR				7,72		

Base de Calculo do ICMS 787,16 Valor ICMS 228,28 Valor Total da Nota Fiscal 967,98

Composicao dos Valores  
Energia 316,30  
Distribuicao 121,88  
Transmissao 18,90  
Tributos 268,21  
Encargos 81,06  
TOTAL 787,16

Reservado ao Fisco

1DB3.AE8D.2E77.CCC1.2B10.AC30.3D1C.F719

INCLUSO NA FATURA PIS/COFINS NO VALOR DE R\$ 40,93, CONFORME RES. ANEEL 93/2006.

A qualquer tempo pode ser solicitado o cancelamento de valores não relacionados a prestação do serviço de energia elétrica, como convênios e doações.

DEBITOS: 10/2015 R\$ 779,76

Periodos Band. Tarif.: Vermelha: 02/10-03/11

Telefone Ouvidoria Copel: 0800 547 0606 - Telefone ANEEL: 167 (Ligação gratuita de telefones fixos e tarifada na origem para celulares)

**Vencimento: 20/11/2015**

**Valor a pagar: R\$ 867,98**

Controle 01-20152701073207-07  
Numero de identificação 65445872

Mes 11/2015  
FS [1.7.66.0]

83620000008 8 67980111000 9 00101020152 1 70107320797 2





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ



POLEMAN OREIRO

*Claudio Donizete dos Santos*

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO 5.710.509-7 DATA DE EMISSÃO 18/04/1989

NOME CLAUDIO DONIZETE DOS SANTOS

FILIAÇÃO PAULO FERREIRA DOS SANTOS  
ONOFRA PEREIRA DOS SANTOS

NATURALIDADE MARILÂNDIA SUL/PR DATA DE NASCIMENTO 10/12/1971

SOC ORIGEM COMARCA=MARILÂNDIA SUL/PR

C.N.A.S. 22109, CIVILIDADE, TIPO DE

OFF

CURTEIA-PR

ASSINATURA DO DIRETOR Bel. Douglas Maquim

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL  
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nº DE INSCRIÇÃO NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CPF  
796101969 34

NOME COMPLETO  
CLAUDIO DONIZETE DOS SANTOS

NASCIMENTO  
10.12.71

ASSINATURA  
*Claudio Donizete dos Santos*

ESTA INSCRIÇÃO DEVE SER A REPRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO DE IDENTIDADE

VALIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

ESTE CARTÃO É O DOCUMENTO COMPROBATORIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CF  
DE USO OBRIGATORIO NOS CASOS LEGALMENTE DETERMINADOS.  
PARA QUALQUER ORIENTAÇÃO DE NATUREZA TRIBUTÁRIA, PROCURE A UNIDADE LOCAL DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL.

CARIMBO DO AGENTE EMISSOR

001/3050-5

24/01/89

BANCO DO BRASIL  
MARIL DO SUL

91300/743

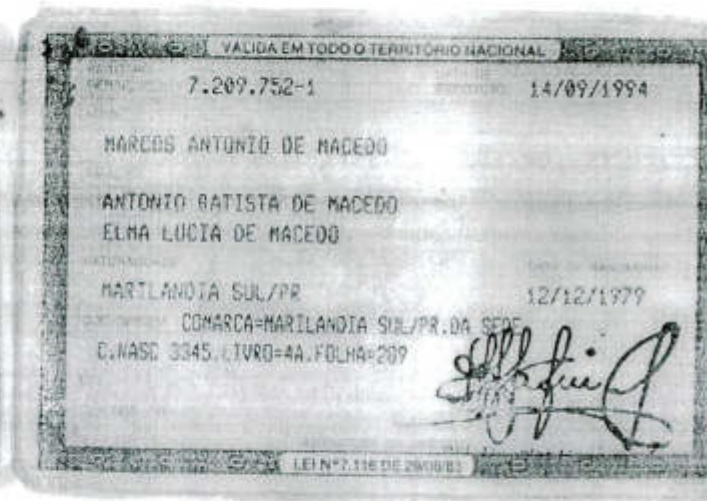
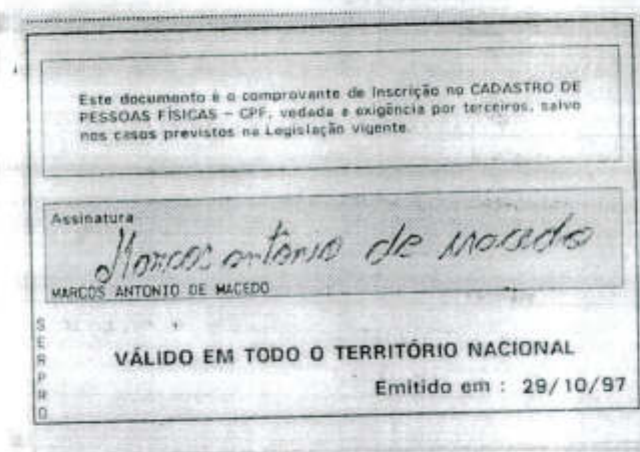
NOME, MATRÍCULA E ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO

APROVADO POR INSTRUÇÃO NORMATIVA DO SRF

MARILÂNDIA DO SUL (PR)

NEUSA MARIA PASSARULA

MATR. 123456





ministério das comunicações  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar  
Ala Oeste, 700.44-900,

Aos cuidados de Samir ~~Comando~~ Granja Nobre,  
maia, Coordenador Geral de Radiodifusão Comunitária  
BRASILIA - DF

70044-900





Conselho Comunitário de desenvolvimento  
econômico de Mauá. CODE SEN

Curitiba. Ponta Grossa. nº 550 - Centro

828.000. Mauá da Serra. / F

(ETIQUETA OU CARIMBO MP)

## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica

Coordenação-Geral de Acompanhamento de Outorgas

### DESPACHO

**Processo nº: 53900.000732/2016-98**

**Interessado: Conselho Comunitário de Desenvolvimento Social Educacional e Econômico de Mauá - CODESEM**

**Assunto: Prorrogação de prazo**

Encaminho o presente processo à Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária ( CGRC), para as devidas providências referente ao pedido de prorrogação de prazo para cumprimentos do Ofício nº 36747/2015/SEI-MC, processo nº 53900.041686/2015-04, conforme ofício nº 10/2015, datado de 21/12/2015, anexo.

Informo que a CGAO duplicou o referido processo para anexação ao processo nº 53900.068018/2015-16 em atendimento ao Ofício nº 39940/2015/SEI-MC, pertencente a esta coordenação



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira**, **Coordenador-geral de Acompanhamento de Outorgas**, em 06/01/2016, às 14:12, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0910156** e o código CRC **AB3CA9B6**.

### Minutas e Anexos

Não Possui.

**Processo nº:** 53900.041686/2015-04

**Município/UF:** Mauá da Serra/PR

Diante da análise dos autos, verificou-se a existência dos seguintes documentos pertinentes à renovação:

**1. Requerimento de Renovação (Anexo V): a entidade não encaminhou o requerimento.**

Documento dispensável, uma vez que é possível identificar a entidade pelos documentos encaminhados.

2. Estatuto social: fl. 01 dos anexos (0780181) ao (0780190) inseridos no Processo nº 53900.055620/2015-93 (anexo aos presentes autos)

3. Ata de eleição da Diretoria em exercício: fl. 01 dos anexos (0780196) (0780197) (0780198) (0780199) (0780200) inseridos no Processo nº 53900.055620/2015-93 (anexo aos presentes autos). **A Ata não foi registrada em cartório.**

**4. Prova de maioria e nacionalidade de todos os dirigentes PENDENTE**

- PRESIDENTE: Antônio Batista de Macedo (12/01/1957) fl. 01 dos anexos (0780177)/(0780178)

- 1º VICE-PRESIDENTE: Luiz Cesar Amaral de Souza (17/09/1965) fl. 01 do anexo (0780176)

- 2º VICE-PRESIDENTE: Paulo Lourenço da Silva (17/10/1964) fl. 04– Ofício 10/2015 (0909622) anexado ao Processo nº 53900.000681/2016-02

- 3º VICE-PRESIDENTE: Cláudio Donizete dos Santos (10/12/1971) fl. 09– Ofício 10/2015 (0909622) anexado ao Processo nº 53900.000681/2016-02

- SECRETÁRIO: Marcos Antônio de Macedo (12/12/1979) fl. 10– Ofício 10/2015 (0909622) anexado ao Processo nº 53900.000681/2016-02

**- TESOUREIRO: Nilson Gonçalves dos Santos**

**5. CPF de todos os dirigentes PENDENTE**

-PRESIDENTE: Antônio Batista de Macedo (367.289.349-87) fl. 01 dos anexos (0780177)/(0780178)

- 1º VICE-PRESIDENTE: Luiz Cesar Amaral de Souza (517.090.909-87) fl. 01 do anexo (0780176)

- 2º VICE-PRESIDENTE: Paulo Lourenço da Silva (527.979.619-00) fl. 04– Ofício 10/2015 (0909622) anexado ao Processo nº 53900.000681/2016-02

- 3º VICE-PRESIDENTE: Cláudio Donizete dos Santos (796.101.969-34) fl. 09– Ofício 10/2015 (0909622) anexado ao Processo nº 53900.000681/2016-02



- SECRETÁRIO: Marcos Antônio de Macedo (028.499.059-09) fl. 10– Ofício 10/2015 (0909622) anexado ao Processo nº 53900.000681/2016-02

- TESOUREIRO: Nilson Gonçalves dos Santos

6. Declaração atestando que as instalações estão de acordo com a autorização: não consta dos autos.

7. Características do Estatuto:

- Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: art. 3º, parágrafo único.

- Ingresso gratuito, como associado, de toda pessoa física e jurídica: Pendente.

- Direito de voz e voto: art. 29, alínea “a” (votar) e alínea “e” (voz).

- Direito, concedido às pessoas físicas, de serem votadas: art. 29, alínea “a” .

- Cargos que compõem a estrutura administrativa: art. 7º.

- Tempo de mandato da Diretoria, limitado ao máximo de 4 anos e uma recondução: Pendente. O estatuto não prevê. Na última ata de eleição ficou previsto o mandato de 5 anos, permitida uma recondução.

8. Último relatório do Conselho Comunitário, com a grade de programação, nos moldes do art.131, inciso V, da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC: pendente.

9. Certidão negativa de débitos de receita administradas pela Anatel: ok. Entidade não devedora, certidão anexada.

10. CNPJ: ok. Certidão obtida na internet e anexada aos autos.

11. Análise de vínculos:

MEMBRO	FILIADO	PARTIDO	PARTICIPA DE ÓRGÃO PARTIDÁRIO	VÍNCULO RELIGIOSO	POSSUI PARENTES MEMBROS DA DIRETORIA
Antônio Batista Macedo	Sim	DEM	Sim	Não	Sim
Luiz Cesar Amaral de Souza	Sim	PMDB	Sim	Não	Não
Paulo Lourenço da Silva	Sim	DEM	Não	Não	Não
Cláudio Donizete dos Santos	Sim	PSB	Não	Não	Não
Marcos Antônio de Macedo	Sim	PTB	Não	Não	Sim
Nilson Gonçalves dos Santos	Sim	DEM	Sim	Não	Não

**OBSERVAÇÕES:**

- O processo **não** está completamente instruído.
- O estatuto social **não** está conforme com a Portaria nº 4334/2015.
- Foi feita pesquisa de vínculo.

**CONCLUSÃO:** Entidade solicitou prorrogação de prazo para cumprimento das exigências.



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar  
CEP: 70044-900 / Brasília-DF  
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 3048/2016/SEI-MC

Ao Senhor

**PAULO LOURENÇO DA SILVA**

Representante Legal do CONSELHO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, EDUCACIONAL E ECONÔMICO DE MAUÁ CODESEM.

Avenida Ponta Grossa, nº 550, Centro.

86828-000 Mauá da Serra/PR

CNPJ nº: 02.797.500/0001-21

**Assunto: Deferimento de prorrogação de prazo. Processo nº 53900.041686/2015-04.**

Senhor Representante Legal,

1. Em atendimento à solicitação de prorrogação de prazo encaminhada pela entidade em comento 0909622, com vistas ao cumprimento integral das exigências apontadas, nos termos da Nota Técnica nº 25123/2015/SEI-MC 0813832, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária manifesta-se pelo deferimento do pedido, estando a entidade intimada para apresentar resposta no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste Ofício.
2. Registre-se que, transcorrido esse prazo sem que haja resposta por parte da entidade interessada, ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de renovação de outorga será indeferido. Sendo assim, a entidade deverá manifestar-se sobre o teor da Nota Técnica nº 25123/2015/SEI-MC e apresentar a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Almeida da Silva**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 22/02/2016, às 10:30, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site





<http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0953122** e o código CRC **9179E15B**.

---

NOME DO RAZÃO SOCIAL DO E

ENDEREÇO / ADRESSE

CEP / CODE POSTAL

SCE/CGRC

Of. nº 3048/2016/SEI-MC, 22/02/2016

53900.041686/2015-04

PAULO LOURENÇO DA SILVA

CONSELHO COMUNITÁRIO DE DESENV. SOCIAL, EDUCACIONAL E  
ECONÔMICO DE MAUÁ CODESEM.

AVENIDA PONTA GROSSA, Nº 550, CENTRO.

86828-000 MAUÁ DA SERRA/PR

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE☐ EMS☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO  
DATE DE LIVRAISONCARIMBO DE ENTREGA  
UNIDADE DE DESTINO  
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM VISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO  
RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDORRUBRICA E MAT. DO EMPREENHADOR  
SIGNATURE DE L'AGENT /

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

**AVISO DE  
RECEBIMENTO****AVIS CNOZ****AR**

JO 43058827 7 BR

DATA DE DEPARTAMENTO / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE DESTINO / BUREAU DE DÉPÔT

**AGÊNCIA MIBICOM****TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON**

\_/\_/\_

: h

\_/\_/\_

: h

\_/\_/\_

: h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

Serviço Público Federal  
Ministério das Comunicações  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B Sala 300-O  
70044-900 - Brasília - DF

CIDADE / LOCALITÉ

UF

**BRASIL  
BRÉSIL****ENDEREÇO PARA  
DEVOLUÇÃO  
RETOUR**



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação  
Eletrônica  
Coordenação-Geral de Acompanhamento de Outorgas  
Coordenação de Análise de Denúncias

Memorando nº 1514/2016/SEI-MC

À Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária.

Assunto : **Encaminhamento de Documento.**

Encaminhamos, para análise e demais providências, a relação de membros da diretoria e cópia da Ata da Assembleia Geral Ordinária, realizada em 25 de outubro de 2012 e averbada em 12 de dezembro de 2012, referente à entidade CONSELHO COMUNITARIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL EDUCACIONAL E ECONOMICO DE MAUA - CODESEM, executante do serviço de radiodifusão comunitária, no canal 200, no município de Mauá da Serra, estado do Paraná, tendo em vista a modificação do quadro diretivo verificada.

Informamos que, em razão da não comunicação no prazo legal da referida modificação, esta coordenação instaurou o Processo de Apuração de Infração nº 53000.058987/2013-41

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira**, **Coordenador-Geral de Acompanhamento de Outorgas**, em 11/05/2016, às 14:57, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1098881** e o código CRC **B1B1A470**.

**CODESEM-CONSELHO COMUNITARIO DE DESENVOLVIMENTO  
SOCIAL, EDUCACIONAL E ECONOMICO DE MAUÁ DA SERRA –  
ESTADO DO PARANA .**

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
BRASÍLIA - DF

53000 072237/2013-81

SEAPA/SCE

10/12/2013-15:10

Em resposta ao OFÍCIO do MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
3.748/CODEM/CGAO/DEAA/SCE-MC

De Brasília 15 de outubro de 2013.

Estamos enviando a documentação solicitada :

Relação dos documentos do processo nº: 53000.058987/2013.

COMPOSIÇÃO DA NOVA DIRETORIA DO MANDATO DE 25/10/2012 a 25/10/2017 :

1º PRESIDENTE: ANTONIO BATISTA DE MACEDO

1º VICE – PRESIDENTE : LUIZ SEZAR AMARAL DE SOUZA

2º VICE PRESIDENTE ; PAULO LOURENÇO DA SILVA

3º VICE PRESIDENTE; CLAUDIO DONIZETE DOS SANTOS

SECRETARIO; MARCOS ANTONIO DE MACEDO

TESOUREIRO; NILSON GONÇALVES DOS SANTOS

ATECIOSAMENTE :

  
ANTONIO BATISTA DE MACEDO

PRESIDENTE DA CODESEM

CGAO  
151 -

**COPEL**

Copel Distribuição S.A.  
Rua José Lúcio Buzato, 120  
61200-243 Curitiba - PR  
CNPJ 04.366.050/0001-02  
CEP 80.233-073-08 IM 923.902-4



www.copel.com  
0800 51 00 116

**CLAUDIO DONIZETE DOS SANTOS**

AV PONTA GROSSA, 550 - MOOI-

CEP: 86826000

MAUA DA SERRA - PR

CPF: 79610196934

Unidade Consumidora

65445872

**Vencimento**

20/11/2013

**Valor a Pagar****R\$ 417,76**

Responsabilidade de Manutenção de Iluminação Pública - COPEL 08005100116

**Aviso de Vencimento**

Existem débitos vencidos que sujeitam sua unidade consumidora ao corte no fornecimento de energia. Se, após o corte, não ocorrer religação nos 3 meses seguintes, seu contrato com a Copel será encerrado. Neste período, haverá cobrança conf. legislação vigente. Se a pendência estiver paga, favor desconsiderar esta mensagem.

Referência 10/2013

Valor 392,95

**Informações Técnicas**

No. Medidor: 0250230393 - BIFASICO

Mes Referência: 11/2013

Leitura Anterior	Leitura Atual	Mês	Constante de Multiplicação	Total Faturado	Consumo Médio/Dia	Data Apresentação
02/10/2013	01/11/2013	30 dias	1,00	882 kWh	29,40 kWh	01/11/2013

Proxima Leitura Prevista: 02/12/2013

RESIDENCIAL

**Indicadores de Qualidade**

Conjunto: FAXINAL

Mes 09/2013

Tensão Contratada

Realizado Mensal: 2,36 h 2,00

FIC 1,26 h

127 / 220 volts

Limite Mensal: 6,15 h 3,56

DMIC 3,63 h

Limite faixa adequada de Tensão:

Limite Trimestral: 12,30 h 7,10

EUSD (R4) 87,21

115 - 133 / 201 - 231 volts

Limite Anual: 24,60 h 14,20

**Historico de Consumo e Pagamento**

Mes	Cons. (kWh)	Data Pgto.	Mes	Cons. (kWh)	Data Pgto.
OUT/13	941	PENDENTE	AGO/13	954	01/10/2013
SET/13	786	PENDENTE			

Média 3 últimos consumos: 860 kWh

**Valores Faturados**

NOTA FISCAL CONTA DE ENERGIA ELETRICA no. 140349 Serie B

Emitida em 01/11/2013

Produto	Un.	Consumo	Valor Unitario	Valor Total	Base de Calculo	Aliq. ICMS
01 ENERGIA ELET CONSUMO	kWh	882	0,210317	186,50	186,50	29,00%
02 ENERGIA ELET USO SISTEMA	kWh	882	0,185975	164,03	164,03	29,00%
03 CONT ILUMIN PUBLICA MUNICIPI				48,93		
04 ACRESCIMO MORATORIO				6,23		
06 MULTA POR ATRASO NO PAGAMENT				7,64		
06 JUROS CONTA ANTERIOR				5,43		
Base de Calculo da ICMS:		349,53	Valor ICMS:	101,37	Valor Total da Nota Fiscal:	417,76
Composicao dos Valores						
Energia	123,37					
Distribuicao	76,01					
Transmissao	7,63					
Tributos	117,09					
Encargos	25,43					
TOTAL	349,53					
Reservado ao Fisco						
B218.5E02.069A.0BBCE3E7.F479.FE0B.AC82						

A PARTIR DE 2014 VIGORARA O SISTEMA DE BANDEIRAS TARIFARIAS. A BANDEIRA VERDE NAO IMPLICARA COBRANCA ADICIONAL. AS BANDEIRAS AMARELA OU VERMELHA, QUANDO ACIONADAS, IMPLICARAO TARIFAS DE MAIOR VALOR, DEVIDO AO MAIOR CUSTO DE GERACAO NO MES DE NOVEIRO VIGORARA A BANDEIRA VERMELHA, A QUAL IMPLICARIA R\$0,03/KWH DE ACRESCIMO AO VALOR DA TARIFA, LIQUIDO DE TRIBUTOS. MAIS INFORMACOES EM WWW.ANEEL.GOV.BR

INCLUSO NA FATURA PIS/COFINS NO VALOR DE R\$ 15,72, CONFORME RES. ANEEL 93/2006. ESTA UNIDADE CONSUMIDORA ESTA SUJEITA A SUSPENSAO DE FORNECIMENTO MANTENHA SUAS CONTAS EM DIA. EVITE MULTA DE 2% E JUROS (IGPM + 1%).

DEBITOS: 09/2013 R\$ 364,88 10/2013 R\$ 392,95

Telefone Ouvidoria Copel: 0800 647 0608 Telefone ANEEL: 167 (Ligação gratuita de telefones fixos e tarifada na origem para celulares)

**Vencimento: 20/11/2013****Valor a pagar: R\$ 417,76**

Controle

Número de identificação

Mes

FS [1.7.34.0]

01-20131040763320-28

65445872

11/2013

83630000004 6 17760111000 6 00101020131 5 04076332028 6





**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUA DA SERRA**

## Estado do Paraná

C.N.P.J.: 95.548.400/0001-42

**RECIBO DE PAGAMENTO - Competência: Outubro/2013**

PAULO LOURENCO DA SILVA	Nasc: 17/10/1966	Matrícula: 7791	Lot: 004001002	CPF: 527.979.619-00
Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO III OFICIAL-TSMB16		Admissão: 31/07/1998	Bc./Ag./Cta.: 237/871-0/8033-0	

### Composição de Rendimentos Mensal

Cód.	Descrição Eventos	Perc/Hrs	Base Cálculo	Proventos	Descontos
1	SALARIO ESTATUTARIO	30,00	1.367,60	1.367,60	
501	INSS	9,00	1.367,60		123,08
558	EMPRESTIMO BRADESCO	30,00	210,80		210,80

### Resumo Consignado

## Bases

## Totalizações

	Sal. Base:	1.367,60	I.R.R.F.:	556,64	Proventos:	1.367,60	<b>Líquido:</b> <b>1.033,72</b>
	Previdência:	1.367,60			Descontos:	333,88	
	FGTS:	0,00					

PAULO LOURENCO DA SILVA

FELIZ ANIVERSÁRIO!!!

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUA DA SERRA**

## Estado do Paraná

C.N.P.J.: 95.548.400/0001-42

**RECIBO DE PAGAMENTO - Competência: Setembro/2013**

PAULO LOURENCO DA SILVA	Nasc: 17/10/1966	Matricula: 7791	Lot: 004001002	CPF: 527.979.619-00
Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO III OFICIAL-TSMB16	Admissão: 31/07/1998		Bc./Ag./Cta.: 237/871-0/8033-0	

### Composição de Rendimentos Mensal

Cód.	Descrição Eventos	Perc/Hrs	Base Cálculo	Proventos	Descontos
1	SALARIO ESTATUTARIO	30,00	1.367,60	1.367,60	
501	INSS	9,00	1.367,60		123,08
558	EMPRESTIMO BRADESCO	30,00	210,80		210,80

### Resumo Consignado

## Bases

### Totalizações

	Sal. Base:	1.367,60	I.R.R.F.:	556,64	Proventos:	1.367,60	<b>Líquido:</b> <b>1.033,72</b>
	Previdência:	1.367,60			Descontos:	333,88	
	FGTS:	0,00					

PAULO LOURENCO DA SILVA



Endereço: Rua Engenheiros Rebouças nº 1376  
CEP 80.215-900 Curitiba - PR  
CNPJ/MF 78.484.013/0001-85  
Inscrição Estadual 101.80060-54  
Internet: www.sanepar.com.br

**CONTA**

**FONE SANEPAR: (43)3464 - 1238**

NOME DO CLIENTE: **MARCOS ANTONIO DE MACEDO** MATRÍCULA: **2562.0461**  
ENDEREÇO: **R IVAI** Nº LADO: **105** Nº PRESTE:  
**Q D 10 L06**

CEP: **86.828-000** LOCAL: **MAUA DA SERRA**

ROTEIRO DE LEITURA: **356-08-24-000-10435** HIOMÉTRICO: **1-10L573094-4-1** CAT - RES - COM - IND - UTP - POP: **011 001 - - - -**

QUALIDADE DA ÁGUA DISTRIBUÍDA	Turbidez	Cor	Cond.	Fosf.	Clor. Totale	Definição no verso
Nº Mínimo da Amostra Legítima	18	5	18	-	18	
Nº Amostras Realizadas	18	18	18	-	18	
Nº Amostras que Atenderam à Legislação	18	18	18	-	18	

Conclusão: **TODAS AS AMOSTRAS ATENDERAM A LEGISLAÇÃO**

HISTÓRICO DE PAGAMENTOS - CONDICIONADO ÀS OBSERVAÇÕES CONSTANTES NO VERSO	Jan	Feb	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Sep	Out	Nov	Dez
2012	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO
2013	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	X	-	-	-

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS LANÇADOS: **AT. MONET. P/ ATRASO** VALORES: **0,01**  
**MULTA AGUA** VALORES: **0,98**

FAIXAS DE CONSUMO	VOLUME	VALOR MENS. AGUA	TOTAIS
RES Mínimo	10	23,63	AGUA ESQOTO
De 11 a 30m3	14	3,54	49,56

HISTÓRICO DE CONSUMOS	11/12	12/12	01/13	02/13	03/13	04/13	05/13	06/13	07/13	08/13	09/13
	32	25	27	24	19	22	22	25	18	16	21

DIAS DE CONSUMO	DATA LEITURA	LEITURA ANTERIOR	LEITURA ATUAL	CONSUMO M3	REFERÊNCIA
29	11/10/2013	852	876	24	10/2013
MOTIVO DA AUSÊNCIA DE LEITURA	MÉDIA DE CONSUMO M3	ULTIMOS 5 MÊSES	20	VERGAMENTO	24/10/2013
PREÇO PROXIMA LEITURA (AGUA)	12/11/2013	73,19	SEGURO	0,91	TOTAL 74,10

RELATÓRIO QUALIDADE DA ÁGUA: [WWW.SANEPAR.COM.BR](http://WWW.SANEPAR.COM.BR)  
AUTORIZE O DÉBITO AUTOMÁTICO DA SUA CONTA.

AUTENTICAÇÃO NO VERSO: **826000000000-8 7410010920** OBSERVAÇÕES NO VERSO: **COMPROVANTE CLIENTE**





Endereço: Rua Engenheiro Rabelo nº 1376  
CEP 80.215-000 Curitiba - PR  
CNPJ nº 76.484.013/0001-45  
Inscrição Estadual 101.80865-64  
Internet: www.sanepar.com.br

# CONTA

FONE SANEPAR: (43)3464-1238

NOME DO CLIENTE		MATRÍCULA	
NILSON GONCALVES DOS SANTOS		2678.9486	
ENDEREÇO	NÚMERO	M LADO - M FRENTE	
R JOSE CASSIMIRO DA SILVA	S/N		
CEP	LOCAL		
06.020-000	MAUA DA SERRA		

RÓTULO DE LEITURA	HIDRÔMETRO	CAT - RES - COM - IND - UTP - POP
356-08-24-000-49370	2-075238710-4-1	011 001 - - - -

QUALIDADE DA ÁGUA DISTRIBUÍDA	Índice	Classe	Fluxo	Classe	Fluxo
Nº Mínimo de Amostras Leituas	14	5	14	-	14
Nº Amostras Descontadas	14	14	14	2	14
Nº Amostras que Atenderam a Legislação	14	14	14	2	14

Condição: TODAS AS AMOSTRAS ATENDERAM A LEGISLAÇÃO

HISTÓRICO DE PAGAMENTOS - CONDIÇÃO DAS OBSERVAÇÕES CONSTANTES NO VERSO	Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Agos	Sep	Out	Nov	Dez
2011	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO
2012	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO

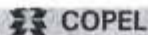
FAIXAS DE CONSUMO	VOLUME	VALOR M3/R\$	TOTAL
RES Mínimo	10	AQUA	AQUA
De 11 a 30m3	12	3,31	39,72



HISTÓRICO DE CONSUMO	11/11	12/11	01/12	02/12	03/12	04/12	05/12	06/12	07/12	08/12	09/12
	17	18	19	16	19	17	17	19	18	20	22
DIAS DE CONSUMO - DATA LEITURA	32	15/10/2012	1058	1000	22	10/2012					
MOTIVO DA AUSÊNCIA DE LEITURA											
PERÍODO PROXIMA LEITURA	13/11/2012	61,82	FRUTO	SERVIÇOS	TOTAL	61,82					

RELATÓRIO QUALIDADE DA ÁGUA: WWW.SANEPAR.COM.BR

AUTENTICAÇÃO NO VERSO: OBSERVAÇÕES NO VERSO: COMPROVANTE CLIPADO



Rua José Gidoro Bazzolo, 158  
81200-240 Curitiba - PR  
CNPJ 04.368.898/0001-06  
IE 90.233.673-99 IM 423.992-4



www.copel.com  
0800 51 00 116

**LUIZ CESAR AMARAL DE SOUZA**

AV PONTA GROSSA, 750 - RP 01 85266-002-471001

CEP 86829000

MAUA DA SERRA - PR

CPF: 51709090987

Unidade Consumidora

91887976

Vencimento

20/03/2013

Valor a Pagar

R\$ 51,49

Responsabilidade de Manutenção de Iluminação Pública: COPEL 08005100116

### Reaviso de Vencimento

### Informações Técnicas

No. Medidor: 0291943601 - 1hr ASIL O

Mes Referência: 03/2013

Leitura Anterior	Leitura Atual	Medido	Constante de Multiplicação	Total Faturado	Consumo Médio/Dia	Data Apresentação
02/02/2013	01/03/2013	27 dias	1.00	122 kWh	4.52 kWh	01/03/2013

Proxima Leitura Prevista: 01/04/2013

RESIDE/RESIDENCIAL

### Indicadores de Qualidade

FS [1.7.20.3]

Conjunto: FAXINAL

Mes 01/2013

Tensão Contratada:

127 / 220 volts

Realizado Mensal	DIC	FIC	DMIC	EUSD (R\$)
0 00 h	0 00	0 00 h	0 00 h	27.85
Limite Mensal	5 15 h	3 55	3 53 h	
Limite Trimestral	12 30 h	7 10		
Limite Anual	12 30 h	14 20		

Limite faixa adequada de Tensão:  
116 - 133 / 201 - 231 volts

### Histórico de Consumo e Pagamento

Mes	Cons. (kWh)	Data Pgto	Mes	Cons. (kWh)	Data Pgto
FEV/13	138	20/02/2013	DEZ/12	100	19/12/2012
JAN/13	174	21/01/2013			

Média 3 últimos consumos: 137 kWh

### Valores Faturados

NOTA FISCAL CONTA DE ENERGIA ELETRICA No. 54752 Serie B

Emissão em 01/03/2013

Produto	Un.	Consumo	Valor Unitario	Valor Total	Base de Calculo	Aeq ICMS
01 ENERGIA ELET CONSUMO	kWh	122	0.191475	23.36	23.36	29.00%
02 ENERGIA ELET USO SISTEMA	kWh	122	0.178770	21.81	21.81	29.00%
03 CONTRA UMIN PUBLICA MUNICIPAL				6.32		
Base de Calculo do ICMS:		45.17	Valor ICMS:	13.09	Valor Total da Nota Fiscal:	51.49
Composicao dos Valores						
Energia	Reservado ao Fisco					
Distribuição						
Transmissão						
Tributos						
Encargos						
TOTAL						

INCLUSO NA FATURA PIS/COFINS NO VALOR DE R\$ 2,49, CONFORME RES. ANEEL 93/2005.

FATURA DO MES 02/2013 ARRECADADA POR DEBITO AUTOMATICO

A PARTIR DE 06/01/2013 - PIS/PASEP 0.56% E COFINS 4.52%.

REVISAO TARIFARIA: EFEITO MEDIO (-) 19.28% A PARTIR DE 24/01 RES ANEEL 1431/13

MANTEHA SUAS CONTAS EM DIA. EVITE MULTA DE 2% E JUROS (IGPM + 1%)

Telefone Ouvidoria Copel: 0800 647 0606 - Telefone ANEEL: 167 (Ligação gratuita de telefones fixos e tarifada na origem para celulares)

Vencimento: 20/03/2013

Valor a pagar: R\$ 51,49

Controle	Numero de identificação	Mes	FS [1.7.20.3]
01-2013733267008-02	91887976	03/2013	

NAO RECEBER - DEBITO AUTOMATICO - BANCO - 237 - AGENCIA - 0871

CASO NAO OCORRA O DEBITO, UTILIZE O CODIGO ABAIXO PARA PAGAMENTO

83670000000 5149011000 7 00101002013 7 73326700892 4

**COPEL** Copel Distribuição S.A.  
Avenida João Cabral de Melo Neto, 155  
A-205-240 - Curitiba - PR  
CNPJ 04.056.825/0001-06  
E 00.233.073-09 IM 425.002-4

**PARANÁ**  
Estado do Paraná

www.copel.com.br  
0800 51 00 116

**ANTONIO BATISTA DE MACEDO**  
RIVAL, 41

CEP: 86828000 MAUA DA SERRA - PR  
CPF: 36728934987

Unidade Consumidora: 13998692  
Vencimento: 23/11/2013  
Valor a Pagar: R\$ 124,38

Responsabilidade de Manutenção de Iluminação Pública: COPEL 08006100116

### Aviso de Vencimento

### Informações Técnicas

No. Medidor: 0810145926 - TRIFASICO				Mes Referência: 11/2013		
Lectura Anterior	Lectura Atual	Medido	Constante de Multiplicação	Total Faturado	Consumo Médio/Dia	Data Apresentação
05/10/2013	06/11/2013	32 dias	10,00	260 kWh	8,13 kWh	06/11/2013
899	926	260 kWh				
Proxima Lectura Prevista: 03/12/2013				RESIDE/RESIDENCIAL		

### Indicadores de Qualidade

Conjunto: FAXINAL		Mes 09/2013		Tensão Contratada: 127 / 220 volts	
	DIC	FIC	DMIC	EUSD (R\$)	
Realizado Mensal:	2,36 h	2,00	1,25 h	28,44	Limite faixa adequada de Tensão: 116 - 133 / 201 - 231 volts
Limite Mensal:	6,16 h	3,66	3,63 h		
Limite Trimestral:	12,30 h	7,10			
Limite Anual:	24,60 h	14,20			

Mes	Cons. (kWh)	Data Pgto	Mes	Cons. (kWh)	Data Pgto
OUT/13	230	28/10/2013	AGO/13	270	04/09/2013
SET/13	230	30/10/2013			

Média 3 últimos consumos: 243 kWh

### Valores Faturados

NOTA FISCAL CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA nº: 599094 Serie 0  
Emitida em 06/11/2013

Produto Descrição	Un.	Consumo	Valor Unitário	Valor Total	Base de Cálculo	Alig. ICMS
01 ENERGIA ELET CONSUMO	kWh	260	0,210269	54,67	54,67	29,00%
02 ENERGIA ELET USO SISTEMA	kWh	260	0,185961	48,36	48,36	29,00%
03 CONT ILUMIN PUBLICA MUNICIPI				14,42		
04 ACRESOIMO MORATORIO				0,22		
05 ACRESOIMO MORATORIO				1,69		
06 MULTA POR ATRASO NO PAGAMENT				1,88		
07 MULTA POR ATRASO NO PAGAMENT				1,82		
08 JUROS CONTA ANTERIOR				0,16		
09 JUROS CONTA ANTERIOR				1,18		

Base de Cálculo do ICMS: 103,02 | Valor ICMS: 29,87 | Valor Total da Nota Fiscal: 124,38

Composição dos Valores		Reservado ao Fisco	
Energia	38,37		
Distribuição	22,40		
Transmissão	2,25		
Tributos	34,61		
Encargos	7,49		
TOTAL	103,02		

4484.3770.7695.31D2.B9C6.9B04.DED9.F1CF

A PARTIR DE 2014 VIGORARÁ O SISTEMA DE BANDEIRAS TARIFÁRIAS. A BANDEIRA VERDE NÃO IMPLICARÁ COBRANÇA ADICIONAL. AS BANDEIRAS AMARELA OU VERMELHA, QUANDO ACIONADAS, IMPLICARÃO TARIFAS DE MAIOR VALOR, DEVIDO AO MAIOR CUSTO DE GERAÇÃO. NO MÊS DE NOVEMBRO VIGORARÁ A BANDEIRA VERMELHA, A QUAL IMPLICARÁ R\$0,03/KWH DE ACRESOIMO AO VALOR DA TARIFA, LÍQUIDO DE TRIBUTOS. MAIS INFORMAÇÕES EM WWW.ANEEL.GOV.BR

INCLUSO NA FATURA PIS/COFINS NO VALOR DE R\$ 4,64, CONFORME RES. ANEEL 03/2005.

ATENÇÃO PARA AS NOVAS DATAS DE LEITURA E VENCIMENTO DE SUA PRÓXIMA FATURA. MANTENHA SUAS CONTAS EM DIA. EVITE MULTA DE 2% E JUROS (IGPM + 1%).

Telefone Ouvidoria Copel: 0800 647 0606 - Telefone ANEEL: 167 (Ligação gratuita de telefones fixos e tarifada na origem para celulares)

Vencimento: 23/11/2013

Valor a pagar: R\$ 124,38

Controle: 01-20131043620462-8 Número de Identificação: 13998692 Mes: 11/2013 FS (17.34.0)

83630000001 2 24380111000 4 00101020131 5 04362046208 5





Ministério das Comunicações  
17  
Fis.  
Rubrica  
M  
01  
7

Ata da Assembléia Ordinária para a reorganização, alteração do artigo 36 do Estatuto da entidade, Eleição, aprovação e posse da nova Diretoria do CODESEM – Conselho Comunitário de Desenvolvimento Social, educacional e Econômico do município de Mauá da Serra – Estado do Paraná. Aos vinte e cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e doze, sito à Rua Presbítero João Pereira dos Santos s/nº - Centro, na cidade de Mauá da Serra, Estado do Paraná. Reuniram-se famílias Mauá serranas com objetivo pautados, conforme Estatuto em caráter de Assembléia Ordinária para deliberar assuntos da entidade e da comunidade, que são os seguintes: a) Reorganização da Entidade, b) Alteração do Artigo 36 do Estatuto da entidade, c) Eleição, d) Aprovação e e) Posse da Nova Diretoria. A reunião foi convocada pelo Presidente Srº Nilson Gonçalves dos Santos que na oportunidade disse aos presentes ainda os demais membros que compõem os Conselhos que será necessária e muito importante a reorganização da entidade, alteração do estatuto e a nova eleição para o mandato de 05(cinco) anos. O presidente então nomeou um secretario “ad hoc” para a presente reunião o Senhor Marcos Antonio de Macedo e declarou aberta a presente assembléia geral ordinária, esclarecendo detalhadamente os itens da pauta e inicia os trabalhos com o primeiro item que é a reorganização da entidade, onde o senhor presidente explanou que a diretoria da entidade estava com os mandatos vencidos desde o dia treze de julho do ano de dois mil e onze, e o mesmo propõe para a comunidade a prorrogação do referido mandato até a presente data. Em seguida foi colocada em discussão e muitos membros se manifestaram suas opiniões, em seguida o Srº Presidente submeteu a votação por aclamação a proposta de reorganização da entidade ou seja prorrogação do mandato da diretoria para até a presente data (25/10/2012), sendo aprovada por unanimidade de votos, o Senhor Presidente passa para o segundo item da pauta que é a alteração do artigo 36 do Estatuto da entidade, conforme constou do edital de convocação, o qual passará a ter a seguinte redação: **“ART. 36. O mandato dos membros efetivos e suplentes dos órgãos da Administração do CODESEM será de cinco (5) anos, podendo ser reconduzidos por igual período, uma única vez.”** Em seguida foi colocada a proposta de alteração à discussão, oportunidade em que alguns membros manifestaram suas opiniões e que a alteração somente trará benefícios em razão de que aqueles que estão investidos dos mandatos terão melhores condições de desenvolverem um bom trabalho à frente do Conselho Comunitário. Encerrada a fase de discussão o Sr. Presidente submeteu a proposta de alteração acima à votação, por aclamação, sendo aprovada por unanimidade de votos. De conseqüência, o Sr. Presidente determinou que se procedesse a alteração ocorrida no Estatuto, bem como o devido registro junto ao Cartório de Títulos e Documentos para os devidos fins, o Senhor Presidente Passa para o terceiro item da pauta que é a Eleição da Nova Diretoria, pediu ao Srº Secretário que apresentasse as chapas. Sendo assim foi apresentada chapa única para o mandato de 05(cinco) anos ou seja até 25 de Outubro de 2017, composta pelos seguintes membros efetivos e suplentes, conforme rege o Estatuto da Entidade. A composição da chapa ora apresentada ficou assim constituída, Conselho Administrativo: 1º Presidente: Antonio Batista de Macedo, 1º Vice-Presidente: Luiz Cesar Amaral de Souza, 2º Vice-Presidente: Paulo Lourenço da Silva, 3º Vice-Presidente: Claudio Donizete dos Santos, Secretário: Marcos Antonio de Macedo, Tesoureiro: Nilson Gonçalves dos Santos. Posteriormente o Presidente pediu para que fossem apresentados os Conselhos, o Deliberativo e o Fiscal, conforme Estatuto da Entidade, com a seguinte constituição: Paulo Cezar de Almeida, Erminda dos Passos, Marcio Moraes, Solange Gonçalves dos Santos, Elma Lúcia de Macedo, Paulo Mendes de Aguiar, Tânia Cristina de Macedo, Mario Henrique Ferreira de Melo, Maria Odete da Cruz, Gláucia Favoreto de Melo, este conselho acima mencionado é o Conselho Deliberativo com seus



membros efetivos e suplentes na ordem escrita. Em seguida o Conselho Fiscal, os três primeiros efetivos e os três últimos suplentes, Dimair de Oliveira dos Santos, Aparecido de Jesus Mattos dos Santos, Silvia Mendes Aguiar, Hilda de Oliveira, Nilson Gonçalves dos Santos Junior, Alexandre Mendes Aguiar. O Srº Presidente deu prosseguimentos dos trabalhos, como não houve chapa concorrente evidenciando-se chapa-única, conforme o Estatuto da Entidade, o Srº Presidente perguntou aos presentes se a eleição da chapa apresentada poderia ser por aclamação. No entanto como nenhum dos presentes se opôs, ficou aprovada a eleição por aclamação. E em sequência o Presidente pôs em votação a Eleição da Nova Diretoria, onde a comunidade aprovou por unanimidade, portanto ficou eleita e empossada de imediato a chapa apresentada, para o próximo mandato de 05(cinco) anos, o Conselho Administrativo, conselho Deliberativo e o Fiscal, com seus membros efetivos e seus respectivos suplentes, conforme rege o Estatuto da Entidade. Após o Srº Presidente eleito Antonio Batista de Macedo, fez breves comentários de toda a eleição e outros comentários de interesse da entidade e agradeceu a presença de todos e passou a palavra ao Senhor Nilson Gonçalves dos Santos, o qual também efetuou comentário sobre assuntos do interesse geral, e após agradeceu a presença e participação de todos, declarando encerrada a presente assembléia geral ordinária. Do que para constar foi lavrada a presente ata que lida e achada conforme vai devidamente assinada. Eu

(Marcos Antonio de Macedo), Secretário que a escrevi.

Antonio Batista de Macedo - Presidente

Marcos Antonio de Macedo - Secretário

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
 MARILÂNDIA DO SUL - PR  
 REG. Nº 9539 fs. 54 Lº 0154  
 PROCT Nº 7120 Lº 131 Lº A-04  
 Reg. Integral  
 Em 12 de dezembro de 2016  
 Marcia de F. Gogola  
 Oficial Escrevente

COMARCA DE MARILÂNDIA DO SUL - PR  
 Registro Civil das Pessoas Naturais  
 SELO e Documentos  
 FUNARPENCA  
 OFICIAL  
 MARCIA DE FÁTIMA FERRO GOGOLA  
 TIT E REGISTRO  
 E PESSOAS  
 JURIDICAS  
 EED28415

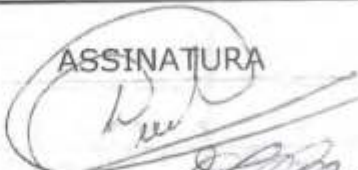

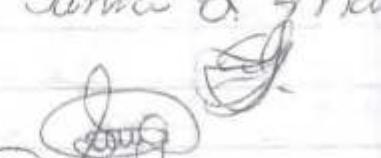
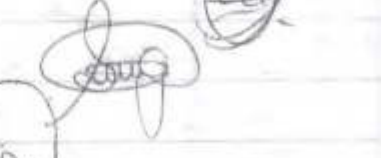



**CODESEM – CONSELHO COMUNITARIO DE DESENVOLVIMENTO  
SOCIAL, EDUCACIONAL E ECONOMICO DE MAUÁ DA SERRA  
MAUA DA SERRA - ESTADO DO PARANÁ**

1  
Ministério das Comunicações - ACE  
Fis. 14  
Rubrica 17

LISTA DE PRESENÇA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINARIA DO  
CONSELHO COMUNITARIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL,  
EDUCACIONAL, E ECONOMICO DE MAUA DA SERRA - CODESEM,  
REALIZADA NO DIA 25 DE OUTUBRO DE 2012, COM A SEGUINTE  
ORDEM DO DIA: A) REORGANIZAÇÃO DA ENTIDADE, B) ALTERAÇÃO DO  
ARTIGO 36 DO ESTATUTO DA ENTIDADE, C) ELEIÇÃO, D) APROVAÇÃO  
E E) POSSE DA NOVA DIRETORIA.

NOME

ASSINATURA

01- Hélio Custódio	
02- ALBARI RISELIN FRANÇA	
03- FRANCISCO JUNIOR DOS SANTOS	
04- marcio Dias de Lima	
05- Roger A. Franco	
06- Agnaldo Rodrigues Lima	
07- Moacyr Jones dos Rodrigues	
08- Rosângela Ap. Loren	
09- Gomes Santos	
10- Benedito Ramalho de Santos	
11- Edson Tarciso da Silva	
12- José Gomes Arcanjo	
13- Jânia Cristina Macedo	
14- Edson Tarciso da Silva	
15- Selange Gonçalves	
16- Nerey de Souza Loren	
17- José Vitorino Rodrigues	
18- Flávia Javonete de Melo	
19- Geomário Gomes	
20- Elma Jânia Macedo	
21- Wilson de Abreu Marques Liqueira	
22- Lídia C. S. de Oliveira	
23- Alberto José de Sales	
24- Nelson da Silva Javonete	



- 26: Paulo Lourenço da Silva
- 27: Evaminda dos Santos
- 28: Wilson Gonalves
- 29: MARIO HENRIQUE F. DE MELO
- 30: ~~Francisco~~
- 31: ~~Wilson Gonalves~~
- 32: ~~Manoel~~ Manoel Antonio Junior
- 33: ~~Wesley~~ Wesley Amorim de Souza
- 34: Zeila Juliana
- 35: ~~marcos~~ marcos
- 36: Douglas Managó
- 37: Manoel Oliveira dos Santos
- 38: Taciana Moreira Machado
- 39: Amanda Cristina da Silva
- 40: Andréia J. Cortes
- 41: Sandra Pessin Rocha
- 42: Cátia Cristina Baraga
- 43: Jocelly Godeiro dos Santos
- 44: Vera Gonalves de Souza
- 45: João Sumarê
- 46: Flávia L. Lima
- 47: João Carneiro
- 48: ~~João~~ João E. da Silva
- 49: Ana Claudia Santos
- 50: Thais Lopes Gonalves
- 51: João Pedro Raimundo Leite
- 52: João Rodrigues
- 53: ~~Manoel~~ Manoel L. de Souza
- 54: João Rodrigues Carneiro
- 55: Antonio Botelho de Macedo
- 56: José Rios de Paula
- 57: ~~João~~ Leonildo Vaz
- 58: Marcio de Jesus Oliveira
- 59: João da Silva

Ministério das Comunicações  
 Fis. 15  
 Rubrica M  
 SCS

2



- 60 - José Maria Rosa ~~João Maria~~
- 61 - Aroldo Mendes de Aguiar. Aroldo
- 62 - Albetson pai de Lima Rosa
- 63 - Paulo Machado Aguiar
- 64 - Bomila Souza Lima
- 65 - Maria Aparecida de Aguiar
- 66 - ~~Diogo~~ Diogo Soares de Brito
- 67 - ~~Diogo~~ Sebastião Gabriel da Silva
- 68 - Ramiro de Souza Rosa
- 69 - Jambora Jambora
- 70 - Edvaldo de Oliveira
- 71 - Leonice Aparecida Machado ~~Alfado~~
- 72 - Rosana Wiethoff Kuhl ~~Rosana~~
- 73 - Dominga S. S. de Oliveira
- 74 - Helton do Silva
- 75 - ~~Helton~~ Helton de Souza





# Prefeitura Municipal de Marilândia do Sul

RUA SILVIO BELIGNI, 200 - FONE: (0434) 28-1122  
86.825 - MARILÂNDIA DO SUL - PR.




LEI Nº 101

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública o Conselho Comunitário de Desenvolvimento Social, Educacional e Econômico de Mauá - CODESEM com sede em Mauá, Município de Marilândia do Sul.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI.

- Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Conselho Comunitário de Desenvolvimento Social, Educacional e Econômico de Mauá - CODESEM, fundado em 20/06/85, inscrito no CGC/MF sob o nº 78300928/0001-089 e registrado no Cartório de Títulos e Documentos da Comarca sob nº 1077 do Livro "A" em 19/07/85, com sede e foro a Av. Jamil A. Jamus, em Mauá, Município e Comarca de Marilândia do Sul.
- Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Marilândia / do Sul, Estado do Paraná, aos 30 de Abril de 1986.

  
IVAN CARLOS BELIGNI  
Prefeito Municipal





## JUSTIÇA ELEITORAL

## CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos da Justiça Eleitoral, o(a) Senhor(a) **LUIZ CESAR AMARAL DE SOUZA** (**Título Eleitoral: 034852050604** ) é **TESOUREIRO** (**exercício 06/10/2015 a 26/09/2017**) do órgão partidário, abaixo discriminado:

Partido **PMDB - 15 PARTIDO DO MOVIMENTO**  
Político: **DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**  
Orgão **Diretório**  
Partidário:  
Abrangência: **MUNICIPAL - MAUÁ DA SERRA/PR**  
Vigência: **Início: 06/10/2015 Final: 26/09/2017**  
Código: **LQ8G.ZCDL.PQDH.1+YU.**  
Certidão  
emitida às: **25/08/2016 17:32:14**

- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço:  
<http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/validar-certidao>.

- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nestas informações.**

- Os dados partidários de abrangência nacional são de responsabilidade do TSE e os de abrangência regional/municipal são de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.

Título de Eleitor: 034852050604

Nome do Eleitor: LUIZ CESAR AMARAL DE SOUZA

Data de Nascimento: 17/09/1965

Situação da Inscrição: REGULAR





## JUSTIÇA ELEITORAL

## CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos da Justiça Eleitoral, o(a) Senhor(a) **ANTONIO BATISTA DE MACEDO** (**Título Eleitoral: 021011360620 e CPF: 367.289.349-87**) é **PRESIDENTE (exercício 17/07/2015 a 28/02/2017)** do órgão partidário, abaixo discriminado:

Partido Político: **DEM - 25 DEMOCRATAS**  
Órgão Partidário: **Comissão Provisória**  
Abrangência: **MUNICIPAL - MAUÁ DA SERRA/PR**  
Vigência: **Início: 17/07/2015 Final: 28/02/2017**  
Código: **GHKB.S9KC.SGZD.PWDM.**  
Certidão emitida às: **25/08/2016 17:37:49**

- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço:  
<http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/validar-certidao>.

- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nestas informações.**

- Os dados partidários de abrangência nacional são de responsabilidade do TSE e os de abrangência regional/municipal são de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



## JUSTIÇA ELEITORAL

## CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos da Justiça Eleitoral, o(a) Senhor(a) **NILSON GONÇALVES DOS SANTOS (Título Eleitoral: 045709110647 )** é **VICE-PRESIDENTE (exercício 17/07/2015 a 28/02/2017)** do órgão partidário, abaixo discriminado:

Partido **DEM - 25 DEMOCRATAS**  
Político:  
Orgão **Comissão Provisória**  
Partidário:  
Abrangência: **MUNICIPAL - MAUÁ DA SERRA/PR**  
Vigência: **Início: 17/07/2015 Final: 28/02/2017**  
Código: **QQGR.NVJD.PRGS.\$57\$.**  
Certidão  
emitida às: **25/08/2016 17:37:04**

- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço:  
<http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/validar-certidao>.

- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nestas informações.**



- Os dados partidários de abrangência nacional são de responsabilidade do TSE e os de abrangência regional/municipal são de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.

**Processo nº:** 53900.041686/2015-04

**Município/UF:** Mauá da Serra/PR

Diante da análise dos autos, verificou-se a existência dos seguintes documentos pertinentes à renovação:

1. **Requerimento de Renovação (Anexo V): a entidade não encaminhou o requerimento.** Documento dispensável, uma vez que é possível identificar a entidade pelos documentos encaminhados.

2. Estatuto social: fl. 01 dos anexos (0780181) ao (0780190) inseridos no Processo nº 53900.055620/2015-93 (anexo aos presentes autos)

3. **Ata de eleição da Diretoria em exercício:** fls. 09/13 (1098887). Com registro.

4. **Prova de maioria e nacionalidade de todos os dirigentes:/** 5. **CPF de todos os dirigentes**  
**PENDENTE**

- PRESIDENTE: Antônio Batista de Macedo (12/01/1957) (367.289.349-87) fl. 01 dos anexos (0780177)/ (0780178)

- 1º VICE-PRESIDENTE: Luiz Cesar Amaral de Souza (17/09/1965) (517.090.909-87) fl. 01 do anexo (0780176)

- 2º VICE-PRESIDENTE: Paulo Lourenço da Silva (17/10/1964) (527.979.619-00) fl. 04– Ofício 10/2015 (0909622) anexado ao Processo nº 53900.000681/2016-02

- 3º VICE-PRESIDENTE: Cláudio Donizete dos Santos (10/12/1971) (796.101.969-34) fl. 09– Ofício 10/2015 (0909622) anexado ao Processo nº 53900.000681/2016-02

- SECRETÁRIO: Marcos Antônio de Macedo (12/12/1979) (028.499.059-09) fl. 10– Ofício 10/2015 (0909622) anexado ao Processo nº 53900.000681/2016-02

- **TESOUREIRO: Nilson Gonçalves dos Santos**

6. **Declaração atestando que as instalações estão de acordo com a autorização:** não consta dos autos.

7. Características do Estatuto:

- Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: art. 3º, parágrafo único.

- **Ingresso gratuito, como associado, de toda pessoa física e jurídica: Pendente.**

- Direito de voz e voto: art. 29, alínea “a” (votar) e alínea “e” (voz).

- Direito, concedido às pessoas físicas, de serem votadas: art. 29, alínea “a” .

- Cargos que compõem a estrutura administrativa: art. 7º.

- Tempo de mandato da Diretoria, limitado ao máximo de 4 anos e uma recondução: Pendente. O estatuto não prevê. Na última ata de eleição ficou previsto o mandato de 5 anos, permitida uma recondução.

8. Último relatório do Conselho Comunitário, com a grade de programação, nos moldes do art.131, inciso V, da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC: pendente.

9. Certidão negativa de débitos de receita administradas pela Anatel: ok. **Em nova pesquisa realizada em 25/08/2016, a Entidade estava sem débitos.**

10. CNPJ: ok. Certidão obtida na internet e anexada aos autos.

11. Análise de vínculos: Em nova **pesquisa realizada em 25/08/2016**, estavam mantidos os vínculos político-partidário.

MEMBRO	FILIADO	PARTIDO	PARTICIPA DE ÓRGÃO PARTIDÁRIO	VÍNCULO RELIGIOSO	POSSUI PARENTES MEMBROS DA DIRETORIA
Antônio Batista Macedo	Sim	DEM	Sim	Não	Sim
Luiz Cesar Amaral de Souza	Sim	PMDB	Sim	Não	Não
Paulo Lourenço da Silva	Sim	DEM	Não	Não	Não
Cláudio Donizete dos Santos	Sim	PSB	Não	Não	Não
Marcos Antônio de Macedo	Sim	PTB	Não	Não	Sim
Nilson Gonçalves dos Santos	Sim	DEM	Sim	Não	Não

**OBSERVAÇÕES:**

- O processo **não** está completamente instruído.
- O estatuto social **não** está conforme com a Portaria nº 4334/2015.
- Foi feita pesquisa de vínculo.

**CONCLUSÃO:** Será elaborada Nota Técnica de Exigência.



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação  
Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

**NOTA TÉCNICA Nº 21890/2016/SEI-MCTIC**

Processo nº: **53900.041686/2015-04.**

Assunto: **Constatação de pendências.**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de requerimento da **Conselho Comunitário de Desenvolvimento Social Educacional e Econômico de Mauá - CODESEM**, executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária no município de **Mauá da Serra**, estado do Paraná.

**ANÁLISE**

2. Primeiramente, cabe registrar que a outorga da Entidade venceu em 20/11/2015. Assim, a Entidade executa o serviço de radiodifusão comunitária de forma precária, regular, até decisão final sobre o pedido de renovação, conforme o art. 134 da Portaria nº 4334, de 2015.

3. Diante da análise do Processo, foi encaminhada a Nota Técnica nº 25123/2015/SEI-MC, de 12/11/2015, solicitando o cumprimento de várias exigências e apontando a existência de vínculo político-partidário. Em seguida, foi protocolizado pedido de prorrogação de prazo, Ofício 10/2015 0910154, o qual foi deferido, nos termos do Ofício nº 3048/2016/SEI-MC, de 22/02/2016.

4. Por fim, foi anexado aos autos documento da Entidade enviando a cópia da Ata de Eleição realizada em 25/10/2012, devidamente registrada, referente ao mandato da Diretoria de 2012/2017 (conforme previsto em ata).

5. Sendo assim, após análise de toda a documentação encaminhada pela Entidade, observou-se a existência de pendências, as quais devem ser atendidas, conforme descrição a seguir:

**5.1. ESTATUTO SOCIAL** (art. 40 da Portaria nº 4334, de 2015)

5.1.1. O estatuto social não prevê a garantia de ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física e jurídica, em desacordo ao art. 40, inciso II).

**Observação 1:** Admissão do novo associado (pessoa física ou jurídica) não pode estar condicionada à aprovação pela Diretoria ou mesmo à indicação por outros associados. Contudo, a Entidade poderá requerer do interessado o preenchimento de formulário próprio, para fins de registro cadastral, desde que isso não constitua restrição ao ingresso do associado.

5.1.3. O estatuto deve trazer a previsão expressa do tempo do mandato (limitado

ao máximo de quatro anos), permitida apenas uma recondução (art. 40, V, alínea "b"). Não é permitida disposição estatutária que preveja reeleições infinitas ou consecutivas.

## **5.2. ATA DE ELEIÇÃO**

5.2.1. Considerando que a última ata encaminhada pela Entidade é referente ao mandato iniciado em 25/10/2012 (com término previsto para 25/10/2017) e que o mandato da Diretoria deve ser limitado ao máximo de quatro anos, permitida uma recondução, a Entidade deverá realizar novas eleições em 25/10/2016. Assim, deverá ser encaminhada nova ata de eleição correspondente à Diretoria atual, tão logo seja registrada no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

## **5.3. COMPROVANTES DE MAIORIDADE, NACIONALIDADE E CPF DOS DIRIGENTES**

5.3.1. A Entidade deve encaminhar os documentos que comprovem que o **Sr. NILSON GONÇALVES DOS SANTOS** é brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento). Não serão aceitos, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH) e a inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídicas (CPF).

5.3.2. Deve ser encaminhado, ainda, o comprovante de CPF do dirigente citado no subitem anterior.

## **5.4 RELATÓRIO DO CONSELHO COMUNITÁRIO COM A GRADE DE PROGRAMAÇÃO VEICULADA PELA EMISSORA**

5.4.1 A Entidade deverá encaminhar o último relatório do Conselho Comunitário nos moldes dos arts. 113 ao 116 da Portaria. No relatório, devem ser indicadas as entidades legalmente constituídas representadas por cada um dos membros do Conselho. A grade de programação veiculada pela emissora também deve ser encaminhada.

**Observação 1:** Poderão indicar representantes para compor o Conselho Comunitário, dentre outras, as entidades de classe, beneméritas, religiosas, de moradores, associações rurais, sindicatos etc. **os dirigentes da entidade interessada** bem como representantes da Administração Pública ou de Conselhos Profissionais (OAB, CRM, CRA, etc.) **não** podem ser membros do Conselho Comunitário e, portanto, **não** podem assinar o relatório.

**Observação 2:** O relatório do Conselho Comunitário deverá contar com a assinatura de todos os seus conselheiros, em número mínimo de 5 (cinco), **com a indicação das respectivas entidades representadas pelos membros.**

## 5.5. VÍNCULO FAMILIAR E POLÍTICO-PARTIDÁRIO

5.5.1. Após pesquisas realizadas, foram verificados os seguintes fatos:

- a. O Sr. **ANTÔNIO BATISTA DE MACEDO** (Presidente da Entidade) é presidente da Comissão Provisória do Democratas (DEM), com exercício previsto para 17/07/2015 a 28/02/2017, conforme certidão obtida no sítio eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral (TSE);
- b. O Sr. **LUIZ CESAR AMARAL DE SOUZA** (Vice-Presidente da Entidade) é tesoureiro do diretório do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), com exercício previsto para 06/10/2015 a 26/09/2017, conforme certidão obtida no sítio eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral (TSE); e
- c. O Sr. **NILSON GONÇALVES DOS SANTOS** (Tesoureiro da Entidade) é vice-presidente da Comissão Provisória do Democratas (DEM), com exercício previsto para 17/07/2015 a 28/02/2017, conforme certidão obtida no sítio eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

5.5.3. A existência de vínculo, no curso do processo, consiste em um vício de caráter **insanável**. Contudo, em razão do que determina o art. 137, parágrafo único da Portaria 4334, de 2015, durante o prazo indicado neste artigo a vinculação será tida como um vício de caráter sanável. Por essa razão, é imprescindível que a Entidade desfaça os vínculos indicados, para que seja possível dar continuidade ao processo de renovação.

5.5.4. Nestes casos, a Entidade pode optar por substituir os diretores impedidos (procedendo-se à eleição para o cargo) ou solicitar que estes se retirem do órgão de direção partidário do qual façam parte (não é necessária a desfiliação do partido político). Removidos dos órgãos partidários, os registros da Justiça Eleitoral devem ser atualizados, sob pena de nova exigência por parte deste Ministério.

**Observação 1:** Caso seja procedida à nova eleição, deve-se encaminhar a respectiva ata, bem como os comprovantes de maioria, nacionalidade e CPF relativo(s) ao(s) novo(s) dirigente(s).

**Observação 2:** É de suma importância que a Entidade verifique a situação de cada dirigente eleito, notadamente quanto às hipóteses de vínculos vedados (art. 25, § 2º da Portaria nº 4334, de 2015). A existência ou manutenção desses vínculos gera infração ao art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998 e consequente aplicação de penalidade. A **análise de vínculo é feita de forma objetiva**, ou seja, basta que verifique que o(s) membro(s) da Diretoria exerça(m) mandato eletivo, faça(m) parte de órgão partidário, exerça(m) cargo de Secretário Municipal ou dignidade eclesiástica, sejam majoritariamente parentes entre si, por exemplo, que já estará caracterizado o vínculo, independentemente de se afirmar que o



membro com vínculo nunca se utilizou da emissora ou da própria Entidade para interesse familiar, ou fazer proselitismo político-partidário e/ou religioso.

**Observação 3:** Esclareça-se que em razão do que determina o art. 137, parágrafo único da Portaria, **durante o prazo indicado neste artigo**, a vinculação será tida como um vício de caráter sanável. Em outras palavras, sanado o vício, o pedido de renovação da Entidade segue normalmente, mantendo-se, todavia, a configuração da infração ao art. 11 da Lei 9.612, de 1998.

## 5.6 DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

5.6.1. A Entidade deverá encaminhar declaração atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação (art. 131, inciso VI da Portaria). A declaração deverá ser assinada pelo representante legal da Entidade.

6. Salienta-se que esta solicitação será a última que o Ministério das Comunicações fará à Entidade. Dessa maneira, a ausência de resposta, a resposta com apenas parcela dos documentos ou mesmo com documentos desconformes com o que foi solicitado levará, inevitavelmente, ao **indeferimento do pedido de renovação da outorga**, na forma do que determina o art. 132, II da Portaria nº 4334, de 2015.

## CONCLUSÃO

7. Com base nessas informações, **intima-se** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.

8. A Entidade deverá apresentar resposta no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica. Transcorrido esse prazo sem que haja manifestação por parte da interessada, ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de renovação de outorga será indeferido.

9. Em caso de dúvida sobre como cumprir a solicitação feita por esta Nota Técnica, será possível obter os esclarecimentos pelo e-mail: [duvidasradcom@comunicacoes.gov.br](mailto:duvidasradcom@comunicacoes.gov.br).

10. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado no Ministério das Comunicações.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Rebecca Rackell Oliveira Quadrado de Araujo Linhares Martins, Técnico de Nível Superior**, em 26/08/2016, às 10:16, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

---



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 29/08/2016, às 14:53, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1319883** e o código CRC **75264B2E**.

---

## Minutas e Anexos

Certidões obtidas via internet TSE VÍNCULO 1319873.



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar  
CEP: 70044-900 / Brasília-DF  
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 32739/2016/SEI-MCTIC

Ao Senhor

**ANTÔNIO BATISTA DE MACEDO**

Representante Legal do Conselho Comunitário de Desenvolvimento Social, Educacional e Econômico de Mauá (CODESEM).

Avenida Ponta Grossa, nº 550, Centro.

86828-000 / Mauá da Serra/PR

CNPJ nº: 02.797.500/0001-21

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.041686/2015-04.**

Senhor Representante Legal,

1. Cumprimentando-o cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 21890/2016/SEI-MCTIC**, desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**. Solicitamos ainda que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 29/08/2016, às 14:53, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1319885** e o código CRC **CA42CED4**.



Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício  
nº 32739/2016/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.041686/2015-04 - Nº SEI: 1319885

<b>SCE/CGRC</b> Of. nº 32739 /2016/SEI-MCTIC, 29/08/2016 53900.041686/2015-04 <b>ANTÔNIO BATISTA DE MACEDO</b> CONSELHO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, EDUCACIONAL E ECONÔMICO DE MAUÁ (CODESEM), AVENIDA PONTA GROSSA, Nº 550, CENTRO. 86828-000                      MAUÁ DA SERRA/PR	
DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION	
NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI <input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE <input type="checkbox"/> EMS <input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ	
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR	DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRACION
 NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR <b>Jânica B. Macedo</b>	<b>12/09/16</b> CAPIMSO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION  <b>12 SET 2016</b>
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ORGAO EXPEDIDOR	PUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT
<b>7680396-0</b>	
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO	



AVISO DE  
RECEBIMENTO

AR

AVIS CN07

JG 09142947 7 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA MINICOM

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NC

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicações Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços

Esplanada dos Ministérios, Bloco R,

Ed. Anexo Ala Oeste sala 300

70044-900

Brasília-DF

CE

UF

BRASIL

ENDEREÇO PARA  
DEVOLUÇÃO  
RETOUR

(ETIQUETA OU CARSELÃO Nº 1)



AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E  
COMUNICAÇÕES – Secretaria de Serviços de Comunicações Eletrônica;  
Coordenação-Geral da Radiodifusão Comunitária; Esplanada dos Ministérios.

REF. OFÍCIO Nº 32739/2016/SEI-MCTIC.

ASSUNTO: Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº  
53900.041686/2015-04.

CODESEM – CONSELHO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL,  
EDUCACIONAL E ECONOMICO DE MAUÁ DA SERRA, pessoa jurídica de  
direito privado sem fins lucrativos, devidamente inscrita no CNPJ  
02.797.500/0001-21, neste ato representado por sua presidente, Sra. Tania  
Cristina de Macedo, já qualificado no presente Processo Administrativo, **vem  
respeitosamente à presença de V. Senhoria informar, em resposta ao  
ofício nº 32739/2016/SEI-MCTIC, que:**

Inicialmente, convém ressaltar que conforme ficou estabelecido em Assembleia  
Geral Extraordinária do Conselho Comunitário de Desenvolvimento Social,  
Educacional e Econômico de Mauá da Serra – CODESEM, realizada no dia 29  
de Janeiro de 2016, ficou estipulado que a nova Presidente da Associação é a  
Senhora Tania Cristina de Macedo (conforme atas anexas), sendo então  
comprovado que é quem possui poderes para representar a recorrente no  
presente processo.

Ainda, para cumprir todas as exigências que foram solicitadas, encaminhamos  
em anexo às documentações requeridas, quais sejam:

- Estatuto Social; Ata de Eleição; Documento Pessoal dos Dirigentes; CPF  
do Dirigente Nilson Gonçalves dos Santos, Declaração de Conformidade  
e Grade de Programação.

Por fim, informa que o endereço de correspondência é Rua Presbítero, nº 53,  
Centro, CEP: 86.828-000 na cidade de Mauá da Serra/PR.

Assim sendo, acreditando estarem sanadas as ocorrências apontadas, **requer  
seja deferido o pedido de renovação da outorga.**

Na oportunidade apresento a Vossa Senhoria, protesto de estima e  
consideração.

Termos em que pede, e espera deferimento.

Mauá da Serra, 28 de Setembro de 2016.

  
**TANIA CRISTINA DE MACEDO**

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO  
Em 04/10/16 às 14:00 horas  
Assinatura: Pereira

CONSELHO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL,  
EDUCACIONAL E ECONÔMICO DE MAUÁ DA SERRA  
CODESEM

ESTATUTO

CAPÍTULO I

- Denominação
- Sede e foro
- Duração e finalidade
- Execução de serviço de radiodifusão comunitária

Art. 1º O CONSELHO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL EDUCACIONAL E ECONÔMICO DE MAUÁ DA SERRA CODESEM, pessoa jurídica de direito privado, instituído pelos moradores de Mauá da Serra, Estado do Paraná, de fins não econômicos, de caráter social, educacional e cultural, com sede em Mauá da Serra, na Rua Presbítero João Pereira dos Santos, s/nº, na cidade de Mauá da Serra e foro na Comarca de Marilândia do Sul, Estado do Paraná, tem duração por tempo indeterminado, aqui denominado simplesmente de CODESEM.

Art. 2º O CODESEM promoverá atendimento, sem distinção de raça, credo, religioso, sexo, cor e política.

Art. 3º O CODESEM tem por finalidade:

- I- Congregar as famílias residentes e ou domiciliados na cidade de Mauá da Serra e adjacências, de modo a contribuir para o atendimento dos interesses e necessidades comuns;
- II- Representar os interesses gerais dos moradores ou indivíduos e seus associados perante as autoridades;
- III- Criar e implantar serviços assistenciais e cooperativos, inclusive, através de convênios e contratos firmados com organismos públicos e privados;
- IV- Organizar e implementar sistema de atendimento cultural, educacional e de saúde médico-odontológico.

Parágrafo único. O serviço de Radiodifusão Comunitária tem por finalidade o atendimento a comunidade beneficiada com vistas a:

- I- Dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- II- Oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- III- Prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de Defesa Civil, sempre que necessário.



Lulz Antônio Zanlorenzi  
Advogado  
OAB/PR 10310  
CPF 157.265.525-34



- IV- Contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas de conformidade com a legislação profissional vigente;
- V- Permitir a capacitação dos cidadãos dos exercícios de direitos de expressão da forma mais acessível possível.

## CAPÍTULO II DOS ÓRGÃOS DIRETIVOS

Art. 4º São órgãos diretivos da Administração do CODESEM:

- I- Assembleia Geral – AG;
- II- Conselho Deliberativo – CD
- III- Conselho Administrativo – CA;
- IV- Conselho Fiscal – CF;
- V- Departamentos – DP.

Art. 5º A Assembleia Geral é o órgão máximo do CODESEM reunindo-se em caráter ordinário 1 (uma) vez por ano e em caráter extraordinário sempre que for necessário.

Art. 6º O Conselho Deliberativo é o órgão que orienta e supervisiona as atividades do CODESEM e se constitui de 5 (cinco) membros efetivos e 5 (cinco) membros suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

Art. 7º O Conselho Administrativo é o órgão que operacionaliza toda a administração econômica e social do CODESEM, sendo composto de:

- I- Um presidente;
- II- Três Vice-Presidentes;
- III- Um Secretário;
- IV- Um tesoureiro.

Art. 8º O Conselho Fiscal é o órgão responsável pela fiscalização e controle indireto da situação econômica e financeira do CODESEM, opina sobre matéria atinente a esse setor, constituindo-se de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

Art. 9º São Departamentos do CODESEM:

- I- Departamento de Planejamento e Organização – DPO;
- II- Departamento de Desenvolvimento Social e Educacional – DSE;
- III- Departamento de Cultura, Recreação e Lazer – DURL;
- IV- Departamento de Profissionalização e Colocação de Mão-de-obra – DPCMO;
- V- Departamento de Saúde Médico-Odontológico – DSMO;
- VI- Departamento Econômico-Financeiro – DEF.

§ 1º Os Departamentos serão dirigidos por Diretores, indicados pelo Conselho Administrativo.



§ 2º. As atribuições dos Departamentos constam do Regimento Interno elaborado pelo Conselho Administrativo e aprovado pelo Conselho Deliberativo.

### CAPÍTULO III DA COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 10. A Assembléia Geral é o mais alto poder decisório do CODESEM constituída pelos moradores da cidade de Mauá da Serra e adjacências e que reúnem-se em caráter ordinário e extraordinário para ouvir, analisar e decidir sobre matéria atinente ao desenvolvimento do CODESEM

§ 1º. As Assembléias Gerais Ordinárias serão convocadas pelo Presidente do Conselho Administrativo, com 30 (trinta) dias de antecedência e que funcionará em primeira convocação com 2/3 de seus sócios, em segunda convocação com a maioria simples de seus sócios presentes e em terceira convocação com a presença mínima de 30 (trinta) sócios

§ 2º. As Assembléias Gerais extraordinárias serão convocadas pelo Presidente do Conselho Deliberativo, com 10 (dez) dias de antecedência e que funcionará com a maioria simples de seus sócios.

§ 3º. Haverá no local das Assembléias Gerais instaladas, um livro para proceder ao registro dos sócios presentes.

Art. 11. As Assembléias Gerais uma vez constituídas têm competência para:

- a. Resolver todos os casos de interesse do CODESEM;
- b. Apreçar, discutir e aprovar todos os atos praticados pela administração da entidade;
- c. Tomar conhecimento das transmissões de cargos, documentos e haveres da entidade nas substituições de qualquer membro dos órgãos diretivos;
- d. Anular atos da administração da entidade ou dos demais órgãos diretivos contrários ao disposto neste estatuto;
- e. Promover a responsabilidade de qualquer membro dos órgãos diretivos do CODESEM determinando o afastamento caso necessário;
- f. Esclarecer as omissões deste Estatuto estabelecendo normas e critério a respeito;
- g. Eleger em escrutínio secreto os membros efetivos e suplentes dos órgãos diretivos da entidade.

Art. 12. Ao Conselho Deliberativo compete:

- a. Exarar, no máximo até o dia 15 de fevereiro de cada ano, para fins de apreciação pela Assembléia Geral, parecer sobre o relatório de atividade, prestação de contas e Balanço Geral do CODESEM correspondente ao exercício anterior;
- b. Eleger, dentro de seus membros o Presidente do Conselho;
- c. Elaborar, para apreciação e deliberação da Assembléia Geral o anteprojeto de alteração do Estatuto do CODESEM

- d. Deliberar sobre a alienação de bens do CODESEM;
- e. Deliberar sobre os planos de trabalhos e propostas orçamentárias elaboradas pelos Departamentos e encaminhados pelo Conselho Administrativo;
- f. Deliberar sobre a admissão de sócios;
- g. Representar a Assembléia Geral sobre qualquer irregularidade contratada no funcionamento do CODESEM, sugerindo medidas para correção.

Art. 13. O Conselho Deliberativo reunir-se-á bimestralmente para as convocações ordinárias e para as convocações extraordinárias quando se fizer necessário.

Art. 14. Perderá a condição de membro do Conselho Deliberativo aquele que faltar, sem justificativa por escrito e aceita pelo colegiado, a 3 (três) reuniões ordinárias, dando-se disso conhecimento à Assembléia Geral para que eleja seu substituto.

Art. 15. Ao Conselho Administrativo compete

- a. Elaborar plano de trabalho das atividades e executá-lo;
- b. Elaborar e apresentar à Assembléia Geral, relatório anual das atividades da entidade;
- c. Entrosar-se com instituições públicas e privadas para mútua colaboração em atividades de interesse comum;
- d. Contratar e demitir empregados;
- e. Desenvolver campanhas de interesse geral da entidade;
- f. Encaminhar ao Conselho Deliberativo no máximo até o dia 15 de janeiro de cada ano, os planos de trabalhos e propostas orçamentárias;
- g. (excluído conforme solicitação contida no ofício nº 1273/03 - DOS/SSCE-MC);
- h. Encaminhar ao Conselho Deliberativo até o dia 15 de janeiro de cada ano, o relatório de atividades, prestação de contas e Balanço Geral correspondentes ao exercício anterior;
- i. Elaborar, para apreciação do Conselho Deliberativo o Regimento Interno do CODESEM, encaminhando, com parecer, aquele Conselho os regulamentos, instruções e normas elaboradas pelos diversos órgãos da entidade.

Art. 16. O Conselho Administrativo reunir-se-á uma vez por mês.

Art. 17. Compete ao Presidente do CA:

- a. Representar o CODESEM, ativa, passiva, judicial e extrajudicialmente;
- b. Cumprir e fazer cumprir este Estatuto e o Regimento Interno;
- c. Convocar e presidir as reuniões do Conselho Administrativo;
- d. Convocar as Assembléias Gerais Ordinárias;
- e. Assinar com o Secretário e o Tesoureiro os livros, documentos de identidade, cheques, bem como a quaisquer outros documentos atinentes a entidade.



Lutz Antonio Zahlorenzi  
Advogado  
OAB/MT 10310  
CPF 157.665.529-34



**Art. 18. Compete ao Primeiro Vice-Presidente do CA:**

- a. Substituir o Presidente em suas faltas e impedimentos;
- b. Assumir o mandato em caso de vacância, até o seu término;
- c. Prestar de modo geral sua colaboração ao Presidente;

**Art. 19. Compete ao Segundo Vice-Presidente do CA:**

- a. Substituir o Primeiro Vice-Presidente em suas faltas e impedimentos;
- b. Assumir o mandato em caso de vacância, até o seu término;
- c. Auxiliar o Secretário em suas funções e substituí-lo em suas faltas e impedimentos.

**Art. 20. Compete ao Terceiro Vice-Presidente do CA:**

- a. Substituir o Segundo Vice-Presidente em suas faltas e impedimentos;
- b. Assumir o mandato em caso de vacância, até o seu término;
- c. Auxiliar o Tesoureiro em suas funções e substituí-lo em suas faltas e impedimentos.

**Art. 21. Compete ao Secretário do CA:**

- a. Secretariar as reuniões do Conselho Administrativo e Assembleias Gerais e redigir as competentes atas;
- b. Publicar todas as notícias das atividades da entidade;
- c. Redigir toda correspondência de interesse da entidade e atinentes à sua função, organizar fichários e registros de Leis;
- d. Assinar com o Presidente do Conselho Administrativo documentos de interesse do **CODESEM**.

**Art. 22. Compete ao Tesoureiro do CA:**

- a. Arrecadar e contabilizar toda receita do **CODESEM**;
- b. Manter em bancos indicados pelo Conselho Administrativo os haveres da entidade;
- c. Pagar as contas autorizadas pelo Presidente do Conselho Administrativo;
- d. Apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que for solicitado pelo Conselho;
- e. Apresentar relatórios financeiros para ser submetidos à Assembleia Geral;
- f. Conservar sob sua guarda e responsabilidade, o numerário e documentos relativos à tesouraria, inclusive, contas bancárias;
- g. Apresentar semestralmente balancete ao Conselho Fiscal;
- h. Elaborar Balanço Geral, submetendo à aprovação do Conselho Fiscal e Assembleia Geral;
- i. Assinar com o Presidente do Conselho Administrativo os documentos atinentes à sua área de trabalho.

**Art. 23. Compete ao Conselho Fiscal:**

- a. Fiscalizar contábil e financeiramente a execução orçamentária do **CODESEM**;
- b. Emitir parecer sobre demonstrações financeiras, balancetes e balanço geral da entidade;

Lutz Antonio Zahlorenzi  
Advogado  
OAB/PR 10310  
CPF 157.686.529-34



- c. Opinar sobre assuntos de natureza contábil e financeira de interesse do **CODESEM**, quando solicitado pela Assembleia Geral ou Conselho Deliberativo.

#### CAPÍTULO IV DOS SÓCIOS DO CODESEM

Art. 24. O **CODESEM** terá no seu quadro social as seguintes categorias de sócios:

- I- Fundador;
- II- Contribuinte;
- III- Benemérito
- IV- Honorário.

Art. 25. São sócios fundados aqueles que assinaram a ata de fundação da entidade.

Art. 26. São sócios contribuintes todos os moradores de Mauá da Serra e adjacências.

Art. 27. São sócios beneméritos todos aqueles que prestarem relevantes serviços ao **CODESEM**, ficando a concessão do Título a critério da Assembleia Geral.

Art. 28. São sócios honorários todos aqueles que doarem expressiva importância, representada em dinheiro ou espécie, ficando a concessão do título a critério da Assembleia Geral.

#### CAPÍTULO V DOS DIREITOS E DEVERES DOS SÓCIOS DO CODESEM

Art. 29. São direitos dos sócios:

- a. Votar e ser votado para cargos eletivos, desde que esteja quite com a tesouraria e filiado há mais de 6 (seis) meses ao **CODESEM**;
- b. Desligar-se da entidade uma vez quite com a tesouraria, mediante solicitação por escrito;
- c. Fazer parte das comissões de trabalhos ou Departamentos do **CODESEM**;
- d. Pedir dispensa do pagamento das mensalidades quando estiver desempregado e sem recursos, não perdendo seus direitos de sócio no período de 6 (seis) meses;
- e. Tomar parte nas Assembleias Gerais;
- f. Tomar parte nas reuniões dos órgãos diretivos da entidade quando para isto for convocado;
- g. Comunicar por escrito qualquer irregularidade verificada na administração da entidade, ao Presidente do Conselho Deliberativo;
- h. Solicitar ao Conselho Deliberativo a convocação da Assembleia Geral Extraordinária mediante requerimento firmado por 2/3 dos sócios quite com a tesouraria e filiados ao **CODESEM** há mais de 6 (seis) meses.



Luiz Antonio Zanlorenzi  
Advogado  
OAB/PR 10310  
CPF 157.665.529-24

Art. 30. São deveres dos sócios:

- a. Cumprir as disposições deste Estatuto, Regimento Interno e demais regulamentos da entidade;
- b. Manter-se quite com a tesouraria da entidade;
- c. Aceitar os cargos para os quais forem escolhidos, ressalvados os casos de força maior;
- d. Comunicar a Secretaria do CODESEM, quando mudar sua residência

#### CAPÍTULO VI DO PATRIMÔNIO DO CODESEM

Art. 31. O patrimônio do CODESEM será constituído de

- a. móveis, imóveis e semoventes;
- b. doações de pessoas físicas e jurídicas;
- c. doações e subvenções de órgãos públicos;
- d. subvenções advindas de celebração de convênios e contratos;
- e. contribuições de sócios;
- f. receitas provenientes de recursos próprios resultantes de trabalhos executados pela própria entidade

#### CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 32. Os valores e critérios de reajustes das mensalidades a serem cobradas dos sócios serão fixados pela Assembleia Geral.

Art. 33. As eleições do CODESEM, para eleger os membros efetivos e suplentes dos órgãos diretivos, serão realizadas na segunda quinze do mês de janeiro do que vencer os respectivos mandatos

Art. 34. Os membros dos órgãos da administração do CODESEM tomarão posse imediatamente a eleição, em solenidade estabelecida para tal fim

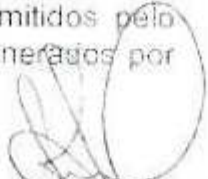
Art. 35. Os membros efetivos e suplentes dos órgãos diretivos do CODESEM da primeira Diretoria, serão eleitos por aclamação por ocasião da realização da primeira Assembleia Geral Extraordinária

Art. 36. O mandato dos membros efetivos e suplentes dos órgãos da Administração do CODESEM, será de 5 (cinco) anos, podendo ser reconduzidos por igual período por uma única vez.

Art. 37. Todos os trabalhos do CODESEM serão desenvolvidos gratuitamente através de voluntários, dos sócios e de seus Diretores, bem como de outras pessoas que assim desejarem participar.

Art. 38. Os empregados, quando houver, serão admitidos e demitidos pelo Presidente do Conselho Administrativo da Entidade e serão remunerados por meio de gratificações e outras formas previstas em lei.

Alterado por decisão em Assembleia Geral

  
Luiz Antonio Zanlorenzi  
Advogado  
OAB/PR 10310  
CPF 157.865.529-34



Art. 39. As regalias, distinções e privilégios outorgados aos sócios são irrevogáveis, respeitando as restrições estabelecidas neste Estatuto

Art. 40. Os sócios não responderão pelas obrigações que os representantes da entidade assumirem expressa ou intencionalmente em seu nome. Respondem apenas pelo pagamento das mensalidades, taxas, ou quaisquer outros compromissos assumidos com a tesouraria

Art. 41. O Conselho Administrativo adotará como data de comemoração do aniversário do **CODESEM**, a data de sua instituição

Art. 42. Os bens patrimoniais do **CODESEM**, não poderão ser vendidos alugados, cedidos ou doados sem anuência da Assembléia Geral

Art. 43. Este Estatuto poderá ser reformado por proposição do Conselho Deliberativo com a aprovação da Assembléia Geral.

#### **CAPÍTULO VIII** **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 44. Terão direito aos benefícios oferecidos pelo **CODESEM**, os filhos inválidos e as viúvas que viverem sob a dependência sócio-econômica do sócio, desde que este esteja quite com a tesouraria.

Art. 45. Os Títulos do Presidente de Honra, Sócios Beneméritos e Honorários, serão concedidos pela Assembléia Geral e os critérios de concessão estão definidos no Regimento Interno

Art. 46. As penalidades: advertência, suspensão e exclusão, a serem aplicadas aos sócios que infringirem os Estatutos, Regimento Interno e regulamentos da entidade, terão os critérios definidos no Regimento Interno e serão de competência do Conselho Deliberativo suas aplicabilidades

Art. 47. O **CODESEM**, não distribui lucros, bonificações ou dividendos sob qualquer forma ou pretexto a sócios ou Diretores e aplicará integralmente seu patrimônio dentro do País.

Art. 48. A regularização de funcionamento e elaboração de critérios para a realização das eleições gerais do **CODESEM**, consta do Regimento Interno

Art. 49. As Assembléias Gerais Ordinárias, convocadas de acordo com o artigo 10, § 1º, haverá tolerância de 30 (trinta) minutos entre a primeira e a segunda convocação e de 15 (quinze) minutos entre a segunda e a terceira convocação

Art. 50. Serão definidos no Regimento Interno os casos e assuntos omissos no presente Estatuto e serão resolvidos pela Assembléia Geral

Art. 51. Os Presidentes e Secretários dos Conselhos Deliberativo e Fiscal serão eleitos dentre os seus membros.



Art. 52. Que "Em caso de extinção da pessoa jurídica os bens patrimoniais serão transferidos a entidade congênere" (reformulado de acordo com a solicitação do ofício nº 3273/03 – DOS/SSCE – MC).

Art. 53. O ano civil do **CODESEM**, iniciar-se-á a primeiro de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano.

Art. 54. Os princípios contábeis a serem adotados pelo **CODESEM**, para os registros dos atos e fatos do Conselho Administrativo, serão pelo regime de competência.

Art. 55. A contabilidade do **CODESEM** será registrada em livros revestidos das formalidades legais e de acordo com as leis que regem este setor.

Art. 56. Os filhos dos sócios maiores de 18 (dezoito) anos pagarão as mensalidades do **CODESEM**.

Art. 57. O primeiro mandato dos membros dos órgãos diretivos do **CODESEM** será de 19 (dezenove) meses, isto é, de 16 de junho de 1985 a 15 de janeiro de 1987.

Art. 58. Todos os familiares dos sócios terão direito de frequentar a sede da entidade.

Art. 59. "Excluído conforme solicitação do ofício nº 3273/03 – DOS/SSCE – MC".

Art. 60. A sede da entidade poderá ser cedida para realizações de qualquer evento, com anuência do Conselho Deliberativo, que decidirá a cobrança ou não de taxas.

Art. 61. O presente Estatuto foi aprovado pela Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 16 de junho de 1985, e que depois de publicado em Diário Oficial do Estado, foi encaminhado ao Cartório de Registro de Títulos e Documentos para o respectivo registro, entrando em vigor na data do mesmo, revogando as disposições em contrário, o presente Estatuto foi reformado conforme rege o artigo 43 deste Estado, conforme a solicitação do Ministério das Comunicações, Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, Departamento de Outorga de Serviços conforme ofício 3273/03/DUS/SSCE MC.

Mauá da Serra, 25 de outubro de 2012

<b>REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS</b>			
MARILÂNDIA DO SUL - PR			
REG. Nº	156	fs.	192
		Lº	4/05
PROT. Nº	7119	fs.	131
		Lº	7-01
Re-justo Juridico			
Em	12	de	dezembro de 2012
Márcia da F. Gogola			
Oficial			

Antonio Batista de Macedo  
PRESIDENTE

Marcos Antonio de Macedo  
SECRETÁRIO

12-03-2012	COMARCA DE MARILÂNDIA DO SUL - PR
SELO	
FUNDEPEN	Cartório de Registro de Títulos e Documentos
TIT. E DOC.	DELEGADA MARTINELLI
JURIDICAS	Oficial
EED28414	

Luiz Antonio Zanlorenzi  
Advogado  
OAB/PR 10310  
CPF 157.885.529-34

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
MARILÂNDIA DO SUL - PR  
REG. Nº 060 fs. 71 Lº A-01  
PROT. Nº 7119 fs. 131 Lº A-01  
Reg. Alameda Jurídica  
Em 12 de dezembro de 2016  
Márcia de Oliveira  
Escritor










COMARCA DE MARILÂNDIA DO SUL - PR  
Escritório de Registro de Imóveis  
TÍTULO 00000000000000000000  
CARMEM LUCIA MARTINS  
Oficial  
MÁRCIA DE FÁTIMA PERRO SOUZA  
Escritor



Lista de presença da Assembleia Geral Extraordinária do Conselho Comunitário de Desenvolvimento Social, Educacional e Econômico de Mauá da Serra – CODESEM, realizada no dia 29 de janeiro de 2016, para deliberação da seguinte ordem do dia: promover as alterações no estatuto e Conselho desta entidade, em razão das irregularidades apontadas pela Coordenaria Geral de Acompanhamento de Outorgas, do Ministério das Comunicações, conforme ofício nº 39940/2015/SEI-MC.

Nome

Assinatura

- |   |   |
|---|---|
| 01 - Antonio Crsa de Jesus              |   |
| 02 - Yose Raimundo                      |   |
| 03 - Helange Gonçalves dos Santos       |    |
| 04 - André Luiz de Siqueira             |   |
| 05 - Nilson Gonçalves dos Santos Junior |   |
| 06 - Doudiane de Oliveira Pereira       |   |
| 07 - Maria Beatriz Gonçalves dos Santos |  |
| 08 - Jânia D. Maciel                    |   |
| 09 - Thauz Gonçalves                    |  |
| 10 - Arnaldo Almeida do Nascimento      |   |
| 11 - Gladson Lima do Nascimento         |   |
| 12 - Mauro Luiz                         |  |
| 13 - [Illegible]                        |   |
| 14 - Rosamaria Aparecida de Souza       |  |
| 15 - Roberto José de Lima               |  |
| 16 - Wilson Gonçalves                   |  |
| 17 - Lúcia R. Mello                     |   |
| 18 - [Illegible]                        |   |
| 19 - Manoel Oliveira dos Santos         |  |
| 20 - Ana Cláudia dos Santos Carneiro    |   |
| 21 - José G. do Santo                   |   |
| 22 - Idalina Matos do Santo             |   |
| 23 - João Batista dos Santos            |   |
| 24 - Eltonio Op de O Silva              |   |
| 25 - [Illegible]                        |   |



- 26- Edina mara & edrossa da Zug
- 27- ~~Edina~~
- 28- Waldine Rita da Silva Oliveira
- 29- Eduardo Lima de Silva Macedo
- 30- ANTONIO BOTISTA DE "MARIPO"
- 31- HERMES WICTHOFF
- 32- Elma Leicia Macedo
- 33- Bruno Kozan
- 34- Jimmy Maria de Souza Kozan
- 35- ~~Antônio~~
- 36- Erminia dos Passos Dornion
- 37- ~~Alma dos Passos Dornion~~
- 38- Gisela V. Ferreira
- 39- Arnizio F. do Prado
- 40- Sela da Silva Castro
- 41- Domingos Simi Souza de Almeida
- 42- Fernando Fátima de Almeida
- 43- Fabiana Thier Ostapichin
- 44- Lucimar Rostero de Souza
- 45- Luiz Carlos Amador de Souza
- 46- Claudio Damaz de Souto
- 47- Lili C. N. Santos
- 48- Claudione Aparecida P. de Figueiredo
- 49- Francisco Junior dos Santos
- 50- Raquel Ribeiro das Neves
- 51- Edilton L. de Almeida

*[Handwritten signature and scribbles]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

**Ata da Assembleia Geral Extraordinária do Conselho Comunitário de Desenvolvimento Social,  
Educativo e Econômico de Mauá da Serra – CODESEM**

Aos vinte e nove dias do mês de janeiro de dois mil e dezesseis, nesta cidade de Mauá da Serra, Município do mesmo nome, Comarca de Marilândia do Sul, Estado do Paraná, na sede deste Conselho Comunitário, na Rua Presbítero João Pereira dos Santos, s/nº, às 10h00, onde presente achava o Sr. Antonio Batista de Macedo – Presidente do Conselho Deliberativo, Sr. Edmundo Marcos Aparecido de Macedo, Secretário de seu cargo, no final nomeado e assinado, presentes ainda todos os membros do Conselho Deliberativo. O Sr. Presidente verificando haver *quorum*, declarou aberta a presente Assembleia Geral Extraordinária comunicando a todos os presentes que a ordem do dia se destinava a dar cumprimento a notificação de instauração do Processo Administrativo de Apuração de Infração nº 53900.068018/2015-15, da Coordenadoria-Geral de Acompanhamento de Outorgas do Ministério das Comunicações, conforme ofício nº 39940/2015-SEI-MC, visando sanar as irregularidades ali apontadas. Determinou, pois, que o Sr. Secretário fizesse a leitura do referido expediente para conhecimento de todos. Diante das irregularidades apontadas, foi determinada que inicialmente se procedesse a nova eleição do Conselho Deliberativo, facultando a apresentação de chapas tão somente para os cargos de Presidente, 1º Vice-Presidente, 3º Vice-Presidente, Tesoureiro e Secretário. Os trabalhos foram suspensos por 15 (minutos) para a elaboração das chapas. Reaberto os trabalhos o Sr. Presidente comunicou que foi apresentada uma única chapa, assim constituída: Presidente: TÂNIA CRISTINA DE MACEDO – RG nº 7.680.396-0-SSP/PR e CPF nº 007.820.507-00; 1º Vice-Presidente: CRISTIANE DE OLIVEIRA PINHEIRO – RG nº 8.568.435-3-SSP/PR e CPF nº 052.924.469-01; 3º Vice-Presidente: JOSÉ RAIMUNDO SIDRIM – RG nº 3.045.656-0-SSP/PR e CPF nº 35.133.419-05; Tesoureiro: LIZEU KOZAN – RG nº 7.025.940-5-SSP/PR e CPF nº 917.002.569-04 e Secretário: ANTONIO APARECIDO DE JESUS – RG nº 5.705.686-0 e CPF nº 018.164.889-09. De consequência, o Conselho Deliberativo passa a ter a seguinte composição: PRESIDENTE: TÂNIA CRISTINA DE MACEDO; 1º VICE-PRESIDENTE: CRISTIANE DE OLIVEIRA PINHEIRO; 3º VICE-PRESIDENTE: PAULO LOURENÇO DA SILVA; 3º VICE-PRESIDENTE: JOSÉ RAIMUNDO SIDRIM; SECRETÁRIO: ANTONIO APARECIDO DE JESUS; TESOUREIRO: LIZEU KOZAN. Os demais membros do Conselho Deliberativo e Fiscal permanecem inalterados. Dada a oportunidade nenhum dos presentes manifestou interesse em interpor recurso restando aprovada a eleição por aclamação, dando em seguida a posse aos novos membros eleitos. Assumiu os trabalhos da presente assembleia a nova Presidente, agradecendo a confiança depositada em sua pessoa e prometeu dar prosseguimento a todos os planos, projetos e iniciativas em andamento, visando dar integral cumprimento aos estatutos e aos objetivos deste Conselho. Também resolveu deliberado que o mandato dos membros da Diretoria é de 04 (quatro) anos, permitida apenas uma recondução, devendo ser alterado o estatuto nesse sentido e feita a devida averbação junto ao Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, para os devidos fins. Deixou a palavra livre. Como ninguém manifestou desejo de fazer uso da palavra a Sra. Presidente agradeceu a presença de todos declarando encerrada a presente assembleia às 12h00. Do que para constar foi lavrada a presente ata, que lida e achada conforme vai devidamente assinada, eu *Antonio Aparecido de Jesus* (Aparecido de Jesus), Secretário que a digitei e subscrevi.

*Tânia C. Macedo*  
Tânia Cristina de Macedo – Presidente

Antonio Aparecido de Jesus - Secretário

*Antonio Aparecido de Jesus*

Serviço de Registro Civil - Departamento  
de Registro Civil - Curitiba  
Rua da Liberdade, 100 - Centro  
CEP: 81110-000  
Fone: (41) 333-1111  
Fax: (41) 333-1111  
E-mail: registro@pr.gov.br  
Site: www.pr.gov.br  
Mauá da Serra, 29 de Janeiro de 2016.

*Antonio Aparecido de Jesus*

Registrado

Natureza

Partes

MARCIA DE JESUS

Subscrevi



FL-1

**RELATÓRIO DE CONFORMIDADE DE ESTAÇÃO TRANSMISSORA**  
**RESOLUÇÃO 303 DE 02/07/2002**

RELATÓRIO Nº

011/2006

**1.0 - NOME DA ENTIDADE:**

CONSELHO COMUNITÁRIO DE DES. SOCIAL, EDUC. ECON. DE MAUÁ

**2.0 - ENDEREÇO:**

AVENIDA PONTA GROSSA, 550 - CENTRO

MAUÁ DA SERRA/PR

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

23°53'34"S

51°13'42"W

**3.0 - TIPO DE SERVIÇO:**

RÁDIODIFUSÃO EM FREQUÊNCIA MODULADA - RADCOM

**4.0 - PARÂMETROS TÉCNICOS:**

4.1 - FREQUÊNCIA DE OPERAÇÃO: (f)

87.9 MHz

4.2 - POTÊNCIA ERP MÁXIMA: (erp)

25 Watts

4.3 - COMPRIMENTO DA ANTENA: (L)

2,04 Metros

4.4 - COMPRIMENTO DE ONDA: (λ)

3,41 Metros

4.5 - CAMPO DISTANTE: (d)

2,44 Metros

**5.0 - MEDIÇÕES****5.1 - MEDIDAS PARA SITUAÇÃO OCUPACIONAL**

30 m

5.1.1 - CAMPO ELÉTRICO MEDIDO: (E)

0 V/m

5.1.2 - DENSIDADE DE POTÊNCIA (Seq)

0 W/m<sup>2</sup>

5.1.3 - CAMPO MAGNÉTICO CALCULADO: (H)

0 A/m

**5.2 - MEDIDAS PARA A SITUAÇÃO POPULACIONAL**

30 m

5.2.1 - CAMPO ELÉTRICO MEDIDO: (E)

0 V/m

5.2.2 - DENSIDADE DE POTÊNCIA (Seq)

0 W/m<sup>2</sup>

5.2.3 - CAMPO MAGNÉTICO CALCULADO: (H)

0 A/m

**6.0 - CONDIÇÕES DE AVALIAÇÃO:****6.1 - EXPOSIÇÃO OCUPACIONAL**

E (V/m)

H(A/m)

Seq(W/m<sup>2</sup>)

(0,085 MHz a 1 MHz)

(1 MHz a 10 MHz)

(10 MHz a 400 MHz)

(400 MHz a 2000MHz)

61

0,16

10

**6.2 - EXPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO:**

E (V/m)

H(A/m)

Seq(W/m<sup>2</sup>)

(0,15 MHz a 1 MHz)

(1 MHz a 10 MHz)

(10 MHz a 400 MHz)

(400 MHz a 2000MHz)

28

0,073

2

**6.3 - MEDIDAS DE CAMPO ELÉTRICO:**

DIST. LEGAL

DIST. MED.

SITUAÇÃO

MEDIDA OCUPACIONAL (ITEM 5)

#DIV/0!

30,0000

#DIV/0!

MEDIDA POPULACIONAL (ITEM 5)

#DIV/0!

30,0000

#DIV/0!

**6.4 - CÁLCULO DO CAMPO ELÉTRICO TEÓRICO PARA DISTÂNCIA MEDIDA**

CAMPO ELÉTRICO OCUPACIONAL

1,870 V/m

CAMPO ELÉTRICO POPULACIONAL

1,870 V/m

VIABILIDADE OCUPACIONAL:

VIÁVEL

N C

VIABILIDADE POPULACIONAL:

VIÁVEL

N C



**ROBERTO LANG**

ENGENHEIRO  
CPF 345668309-00  
CREA-SC 14707 CREA-PR 9559-D

<b>7.0 - CÁLCULOS TEÓRICOS:</b>			
7.1 - DISTÂNCIA MÍNIMA PARA A POPULAÇÃO EM GERAL (r <sub>p</sub> )		FL-2	
(1 MHz a 10 MHz)		Metros	
(10 MHz a 400 MHz)			2,05
(400 MHz a 2000 MHz)			
7.2 - DISTÂNCIA MÍNIMA OCUPACIONAL (r <sub>o</sub> )		Metros	
(1 MHz a 10 MHz)			0,92
(10 MHz a 400 MHz)			
(400 MHz a 2000 MHz)			
7.3 - CÁLCULO DA DENS. DE POTÊNCIA P/POPULAÇÃO (Sp)		W/m2	
1/10 MHz			
10/400 MHz			1,097221592
400/2000 MHz			
7.4 - CÁLCULO DA DENS. DE POTÊNCIA OCUPACIONAL (So)		W/m2	
1/10 MHz			
10/400 MHz			9,868495239
400/2000 MHz			
8.0 - CONCLUSÃO TEÓRICA:	Calculado	Verificado	Situação
8.1 - SITUAÇÃO OCUPACIONAL:			
8.1.1 - CAMPO ELÉTRICO	1,279	0	
8.1.2 - SITUAÇÃO DE VIABILIDADE			VIAVEL
8.1.2 - DISTÂNCIA	0,92	30,0000	
8.1.3 - SITUAÇÃO DE VIABILIDADE			VIAVEL
8.1.4 - CAMPO MAGNÉTICO	0,161751104	0	
8.1.5 - SITUAÇÃO DE VIABILIDADE			VIAVEL
8.2 - SITUAÇÃO POPULACIONAL:	Calculado	Verificado	Situação
8.2.1 - CAMPO ELÉTRICO	1,279	0	
8.2.2 - SITUAÇÃO DE VIABILIDADE			VIAVEL
8.2.2 - DISTÂNCIA	2,045	30,0000	
8.2.3 - SITUAÇÃO DE VIABILIDADE			VIAVEL
8.2.4 - CAMPO MAGNÉTICO	0,0727851	0	
8.2.5 - SITUAÇÃO DE VIABILIDADE			VIAVEL
8.3 - VERIFICAÇÃO DO ART. 19 (2/3 DO LIMITE):		2/3 limite	Condição
8.3.1 - CAMPO ELÉTRICO	OCUP	40,00000000	DISPENSADO
8.3.2 - DENSIDADE	OCUP	0,00000000	DISPENSADO
8.3.3 - CAMPO MAGNÉTICO	OCUP	0,10000000	DISPENSADO
8.3.4 - CAMPO ELÉTRICO	POP	18,00000000	DISPENSADO
8.3.5 - DENSIDADE	POP	1,333333333	DISPENSADO
8.3.6 - CAMPO MAGNÉTICO	POP	0,04250000	DISPENSADO
<b>9.0 - INFORMAÇÕES DA INSTALAÇÃO:</b>			
9.1 - ALTURA DA TORRE SUPORTE		30,00 Metros	
9.2 - DISTÂNCIA DA CASA DO TRANSMISSOR A ANTENA		30,00 Metros	
9.3 - DISTÂNCIA DE RESIDÊNCIAS A ANTENA		30,00 Metros	
9.4 - ACESSO DE PESSOAS NA CASA DO TRANSMISSOR		10 Quantidade	
9.5 - ÁREA TOTAL DO TERRENO		0,90 M2	
9.6 - OUTROS:			

**10.0 - EQUIPAMENTOS UTILIZADOS:**

- 10.1 - MEDIDOR DE INTENSIDADE DE CAMPO MARCA POTOMAC, MODELO FIM-41, NÚMERO DE SÉRIE 143 154, COM PRECISÃO DETERMINADA DE  $\pm 2,0\%$ .
- 10.2 - ANALISADOR DE ESPECTRO MARCA AGILENT, MODELO 4411-B, SÉRIE NÚMERO US39441302, PRECISÃO DETERMINADA DE  $\pm 0,1\%$ , EQUIPADO COM PROGRAMA ESPECIAL PARA ANÁLISE DE DADOS.
- 10.3 - ANTENA PADRÃO MARCA POTOMAC, MODELO ANT-71, NÚMERO DE SÉRIE 1489.
- 10.4 - ANTENA "LOOP" PARA FAIXA DE AM MARCA BELAR, MODELO LP 1A, ALIMENTADA NA FAIXA DE 530 A 1610 KHz (OM).
- 10.5 - ANALISADOR DE ESPECTRO PORTÁTIL, MARCA PROTEK, MODELO 3201, NÚMERO DE SÉRIE 320007480 (FAIXA 9KHZ A 2 GHZ).
- 10.6 - TELÉMETRO MARCA TASC0 MODELO LEASERSITE 800, NÚMERO DE SÉRIE 01765.
- 10.7 - FITA MÉTRICA DE PRECISÃO MARCA STANTLEY DE 2,00m6,0.
- 10.8 - GPS MARCA GARMIN, MODELO III-PLUS, SÉRIE NÚMERO 03456.
- 10.9 -

**11.0 - PARECER CONCLUSIVO:**

COM BASE NOS VALORES CALCULADOS E MEDIDOS PELAS CONDIÇÕES DE LOCAIS VERIFICADOS, DECLARO QUE, AS EMISSÕES PROVENIENTES DA ESTAÇÃO DO SERVIÇO - FM - REFERIDA NO ITEM "1.0" NÃO SUBMETERÃO TRABALHADORES E POPULAÇÃO EM GERAL A CEMRF DE VALORES ESTABELECIDOS NA RESOLUÇÃO N° 303 DE 02 DE JULHO DE 2002.

**12.0 - PROFISSIONAL HABILITADO:**

- 12.1 - NOME: ROBERTO LANG
- 12.2 - CPF: 345668309-00
- 12.3 - CREA: 9559-PR E 14707-SC

Coronel Vivida, 15 de fevereiro de 2.006





# ANEXO 14 - MODELO DE FORMULÁRIO PADRONIZADO

## FORMULÁRIO PADRONIZADO DE CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO PROJETO TÉCNICO OU PARA ALTERAÇÃO NA INSTALAÇÃO DA ESTAÇÃO



### MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – Departamento de Outorga de Serviços

### FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES TÉCNICAS

#### 1 - SERVIÇO

RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA - RadCom

#### 2 - REGISTRO FISTEL

USO EXCLUSIVO DA ANATEL

#### 3 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

DENOMINAÇÃO SOCIAL

C O N S E L H O C O M U N I T . D E D E S . S O C I A L E D U

DENOMINAÇÃO SOCIAL (CONTINUAÇÃO)

C A C . E E C O N . D E M A U Á CUC 0 2 7 9 7 5 0 0 0 0 0 1 2 1

DENOMINAÇÃO DE FANTASIA

R Á D I O M A U Á F M

#### 4 - ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

LOGRADOURO

A V . P O N T A G R O S S A 5 5 0

LOGRADOURO (CONTINUAÇÃO)

BAIRRO

CIDADE

C E N T R O

M A U Á D A S E R R A

CEP

8 6 8 2 8 - 0 0 0 0 4 3 - 3 4 6 4 1 2 9 0

E-MAIL

#### 5 - LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR E SISTEMA IRRADIANTE

LOGRADOURO

A V . P O N T A G R O S S A 5 5 0

BAIRRO

CIDADE

C E N T R O M A U Á D A S E R R A

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

P R

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

2 3 ° 5 3 ' 3 4 " S 5 1 ° 1 3 ' 4 2 " W

#### 6 - ENDEREÇO DO ESTÚDIO

LOGRADOURO

A V . P O N T A G R O S S A 5 5 0

BAIRRO

CIDADE

C E N T R O M A U Á D A S E R R A

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

P R

#### 7 - TRANSMISSOR

FABRICANTE

J O S É W I L S O N R O C H A - M E

MODELO

S T R 2 5

POTÊNCIA

0 2 5 W Watts

PERTINÊNCIA

0 2 4 5 9 8

#### 8 - ANTENA TORRE

FABRICANTE DA ANTENA

I D E A L A N T E N A S L T D A

MODELO

P T O D R



GANHO max (G) 0 0 , 0 dB ALTURA EM RELAÇÃO AO SOLO 3 0 , 0 m ALTURA DA TORRE 3 0 , 0 m ALTITUDE DO LOCAL 1 0 3 4 , 0 m

### 9 - LINHA DE TRANSMISSÃO

FABRICANTE K M P C A B O S E S P E S I S T E N C I A M O D E L O R G 2 1 3 U

COMPRIMENTO(L) 3 0 , 0 m ATENUAÇÃO EM 100 m (A<sub>L</sub>) 0 4 , 5 dB PERDAS NA LINHA (P<sub>L</sub>) 0 1 , 3 5 dB EFICIÊNCIA DA LINHA (η) 0 , 7 3

$$\text{Perdas na linha (P}_L\text{)} = \frac{L \cdot A_L}{100} \quad \text{Eficiência da linha (E}_f\text{)} = 10 \frac{\eta}{10}$$

### 10 - POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA (ERP)

$$\text{ERP (dBk)} = 10 \log (\text{Pt} \cdot \text{Ght} \cdot \text{Gvt} \cdot \eta) = 10 \log (0,025 \times 1,0 \times 1,0 \times 0,73) = -17,38 \text{ dBk}$$

Pt = Potência do transmissor, em kW.  
Ght = Ganho da antena, no plano horizontal, em vezes.  
Gvt = Ganho da antena, no plano vertical, em vezes.  
η = Eficiência da linha de transmissão

Obs.: A potência efetiva irradiada (ERP) por emissora do RadCom deverá ser igual ou inferior a 25 Watts.

### 11 - INTENSIDADE DE CAMPO NO LIMITE DA ÁREA DE SERVIÇO

$$\text{E(dB}\mu\text{)} = 107 + \text{ERP(dBk)} - 20 \log d \text{ (km)}$$

ERP(dBk) □ potência efetiva irradiada

d (km) = distância da antena transmissora ao limite da área de serviço (raio da área de serviço)

$$\text{E(dB}\mu\text{)} = 107 + (-17,38) - 20 \log 1,0 = 89,62 \text{ (dB}\mu\text{)}$$

Obs.: O máximo valor de intensidade de campo no limite da área de serviço será de 91 dB<sub>μ</sub>.

### 12 - OUTRAS INFORMAÇÕES DE INTERESSE


### 13 - DADOS DO ENGENHEIRO PROJETISTA

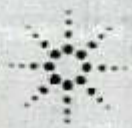
NOME COMPLETO R O B E R T O L A N G  
REG CREA 9 5 5 9 D P R ENDEREÇO R U A R O S A S T E D I L E , 6 5 1  
ENDEREÇO (CONTINUAÇÃO) CENTRO  
CIDADE C O R O N E L V I V I D A  
CEP 8 5 5 5 0 - 0 0 0 0 TELEFONE 0 4 6 - 3 2 3 2 1 8 0 4 FAX 0 4 6 - 3 2 3 2 1 4 0 5  
E-MAIL F O R C E L @ W L N C O R O N E L . C O M  
LOCAL C O R O N E L V I V I D A  
ASSINATURA

## DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM OS NÍVEIS DE IRRADIAÇÃO NÃO IONIZANTE

Declaro, em conformidade com as normas vigentes, que a estação transmissora da estação de RADCOM de propriedade do Conselho Comunitário de Desenvolvimento Social e Econômico de Mauá, em Mauá da Serra, estado do Paraná, atenderá, quando do licenciamento da estação e como condição indispensável para sua entrada em funcionamento, ao Regulamento sobre Limitação da Exposição a Campos Elétricos, Magnéticos e Eletromagnéticos na Faixa de Radiofrequências entre 9 kHz e 300GHz, aprovado pela Resolução Anatel n.º 303, de 02/07/2002, publicada no DOU de 10/07/2002, não expondo a população a campos eletromagnéticos de radiotelecomunicações de valores superiores aos estabelecidos na tabela constante da referida Resolução.

Mauá da Serra, 15 de Fevereiro de 2006.

  
Paulo Lourenço da Silva  
Presidente



Agilent Technologies

EPSC Order Fulfillment  
Operation FAsT C  
1212 Valley House Drive  
Rehner Park, CA 94028  
(707) 794-1212

## Certificate of Calibration

STANDARD CALIBRATION

Certificate No: E4411BUS39441302  
Manufacturer: Agilent Technologies  
Model No: E4411B  
Options installed: HD3

Description: Spectrum Analyzer  
Serial No: US39441302

Date Calibrated: 17-May-2000  
Temperature: 23  $\pm$  5  $^{\circ}$ C  
Procedure Used: E4411B 17-MAY-2000

Humidity: 10-80% RH

This calibration certificate documents that the instrument identified above was calibrated under a quality system in compliance with requirements in ISO-9002 (1994), using applicable Agilent Technologies procedures.

As Received Condition: New

As Shipped Condition: This product meets published specifications

These calibration procedures and test points are those recommended in a procedure developed by Agilent. Performance verification during manufacturing may use measurement points that differ from an equivalent set described in published Agilent performance verification procedures.

Remarks or special requirements:

### Traceability Information:

Agilent measurement standards are traceable to national standards, intrinsic standards, consensus standards, or by ratio type measurements. The national standards used by this lab are administered by NIST.

Documentation relative to specific traceability paths is on file and can be viewed as the calibration facility listed at the top of this page. This report shall not be reproduced, except in full, without prior written approval of the calibration facility.

Report Issued: 17-May-2000

  
Laura B. MacKeracher  
Inspector



5962-0476





**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÁ DA SERRA**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**CNPJ Nº 95548400/0001-42**

**LEI Nº 299/2012**

**SÚMULA:-** Declara de utilidade pública o Conselho Comunitário de Desenvolvimento Social, Educacional e Econômico de Mauá da Serra - CODESEM.

A Câmara Municipal de Mauá da Serra aprovou e eu Prefeito sanciono a seguinte,

**LEI**

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública municipal o Conselho Comunitário de Desenvolvimento Social, Educacional e Econômico de Mauá da Serra – CODESEM, pessoa jurídica de direito privado devidamente cadastrada no CNPJ/MF sob nº 02.797.500/0001-21, sem fins lucrativos, com sede na Rua Presbítero João Pereira dos Santos, s/nº, nesta cidade de Mauá da Serra.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura de Mauá da Serra, 09 de novembro 2012.

Hermes Wichhoff  
PREFEITO

Avenida Ponta Grossa, 480 – Fone: (43)3464-1265  
86828-000 – MAUÁ DA SERRA – PR









**PREFEITURA DE MAUÁ DA SERRA**

**ESTADO DO PARANÁ**

Avenida Ponta Grossa, 480 – Fone/Fax: (43) 464-1265 – Mauá da Serra – PR  
CNPJ: 95.548.400/0001-42

**OFICIO Nº.243/2012**

**Em, 26 de outubro de 2012.**

Ao Excelentíssimo Senhor  
**NELSON BONIN GONÇALVES**  
Digníssimo Presidente da Câmara Municipal  
NESTA

**SENHOR PRESIDENTE**

Tenho a honra de encaminhar a essa Colenda Casa de Leis para a devida apreciação e aprovação os Projetos de Lei sob nº 050/2012 e 051/2012.

Na oportunidade renovo a Vossa Excelência e dignos pares o meu protesto de estima e distinta consideração

Hermes Wichhoff  
Prefeito

**Câmara Municipal de Mauá da Serra**

**PROTOCOLO**

Documento protocolado sob nº 080/12

Fls. 103 do livro próprio nesta data  
15:15 horas.

Edifício da Câmara Municipal de  
Mauá da Serra, 26/10/2012

Blange Gonçalves





**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÁ DA SERRA**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**CNPJ Nº 95548400/0001-42**


**JUSTIFICATIVA**

Senhor Presidente,  
Senhores Vereadores,

A proposição ora apresentada objetiva reconhecer, como de utilidade pública, Conselho Comunitário de Desenvolvimento Social, Educacional e Econômico de Mauá da Serra - CODESEM. Tal entidade se enquadra perfeitamente entre as que, efetivamente, prestam relevantes serviços à comunidade, contribuindo para melhor compreensão do exercício da cidadania no seio de sua comunidade, além do que essa entidade encontra-se devidamente legalizada e constituída.

Por fim, a proposição encontra-se instruída com os documentos necessários à sua efetivação, e esperamos que seja aprovada por esta Casa.

Atenciosamente,

  
**Hermes Wicthoff**  
**PREFEITO**

Avenida Ponta Grossa, 480 - Fone: (43)3464-1265  
86828-000 - MAUÁ DA SERRA - PR



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÁ DA SERRA**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**CNPJ Nº 95548400/0001-42**

**PROJETO DE LEI Nº 50 /2012**

**SÚMULA:-** Declara de utilidade pública o Conselho Comunitário de Desenvolvimento Social, Educacional e Econômico de Mauá da Serra - CODESEM

A Câmara Municipal de Mauá da Serra aprovou e eu Prefeito sanciono a seguinte


**LEI**

**Art. 1º** - Fica declarada de utilidade pública municipal o Conselho Comunitário de Desenvolvimento Social, Educacional e Econômico de Mauá da Serra - CODESEM, pessoa jurídica de direito privado devidamente cadastrada no CNPJ/MF sob nº 02.797.500/0001-21, sem fins lucrativos, com sede na rua Presbítero João Pereira dos Santos, s/nº, nesta cidade de Mauá da Serra.

**Art. 2º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

de 2012

Edifício da Prefeitura de Mauá da Serra, 25 de outubro

  
Hermes Wichthoff  
PREFEITO

Avenida Ponta Grossa, 480 – Fone: (43)3464-1265  
86828-000 – MAUÁ DA SERRA – PR



# CONTA

NOME DO CLIENTE

NILTON GONCALVES DOS SANTOS

ENDEREÇO

R. JOSE CASSIMIRO DA SILVA

Q. 48 L. 8

CEP

LOCAL

85.828-000 MAUA DA SERRA

CONTADOR LECTURA

1000 METROS

300 24-24 41140

2675279210

CONTADOR LECTURA

10 24 24 41140

N.º AMOSTRAS REALIZADAS

N.º AMOSTRAS QUE ATENDERAM A LEGISLAÇÃO

24 24 24 24 24

24 24 24 24 24

TODAS AS AMOSTRAS ATENDERAM A LEGISLAÇÃO

10 24 24 24 24

10 24 24 24 24

10 24 24 24 24

10 24 24 24 24

10 24 24 24 24

10 24 24 24 24

10 24 24 24 24

10 24 24 24 24

10 24 24 24 24

10 24 24 24 24

10 24 24 24 24

10 24 24 24 24

10 24 24 24 24

10 24 24 24 24

10 24 24 24 24

10 24 24 24 24

10 24 24 24 24

10 24 24 24 24

10 24 24 24 24

10 24 24 24 24

10 24 24 24 24

10 24 24 24 24

10 24 24 24 24

10 24 24 24 24

10 24 24 24 24

10 24 24 24 24

10 24 24 24 24

10 24 24 24 24

10 24 24 24 24

10 24 24 24 24

10 24 24 24 24

10 24 24 24 24

10 24 24 24 24

10 24 24 24 24

10 24 24 24 24

10 24 24 24 24

10 24 24 24 24

10 24 24 24 24

10 24 24 24 24

10 24 24 24 24

10 24 24 24 24

10 24 24 24 24

10 24 24 24 24

10 24 24 24 24

10 24 24 24 24

10 24 24 24 24

10 24 24 24 24

10 24 24 24 24

10 24 24 24 24

10 24 24 24 24

10 24 24 24 24

10 24 24 24 24

10 24 24 24 24

10 24 24 24 24

10 24 24 24 24

10 24 24 24 24

10 24 24 24 24



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: 5.705.686-0 DATA DE EXPEDICÃO: 06/04/2014

NOME: ANTONIO APARECIDO DE JESUS

PROVAÇÃO: JOANA MARIA DE JESUS

NATURA: CIDE: FAXINAL/PR DATA DE NASCIMENTO: 13/06/1971

DCC ORIGEM: COMARCA-MARELANDIA BR/PH: MALIA DA SERRA  
C.DAS: 1555, LIVRO-28, FOLHA-55

CURTELIA/PR

LEI Nº 7.110 DE 29/06/03

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

RG: 5.705.686-0

POLECAO DIRETO

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ



MINISTÉRIO DA FAZENDA

**Receita Federal**  
Cadastro de Pessoas Físicas



COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número  
**018.164.889-09**

Nome  
**ANTONIO APARECIDO DE JESUS**

Nascimento  
**13/06/1971**

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

CÓDIGO DE CONTROLE  
**ABE5.8AEB AEB5.22F1**

A autenticidade desta comprovação poderá  
ser confirmada no endereço

[www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br)

Comprovante emitido pela  
Secretaria da Receita Federal do Brasil  
às 10:15:05 do dia 10/06/2016 (hora e data de Brasília)  
dígito verificador: 69

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

IDENTIFICADORA: 4075-107-5 DATA DE EMISSÃO: 20/07/1975

PAULO LORENÇO DA SILVA

PAULO LORENÇO DA SILVA

MARIANNA DA FREITAS DA SILVA

LOCAL DE EMISSÃO: LONDRINA/PR DATA DE RECEBIMENTO: 07/10/1984

COMARCA=LONDRINA/PR; OFÍCIO

BASE: 119309, LIVRO=77, FOLHA=167

527.974.619-00

*Renato Souza Lobo*

Bel. Renato Souza Lobo

LEI Nº 7.116 DE 1966

comprovante Paulinho  
documento da Jania  
copia do Estatuto  
Documento de Nilson







CNPJ 04.208.000/0001-00  
 N.º 233 C/D 00 00 423 992-4  
**PARANA**  
 Unidade Consumidora  
**83636544**  
 Vencimento  
**23/03/2016**  
 Valor a Pagar  
**R\$ 32,11**

**CRISTIANE DE OLIVEIRA PEREIRA**  
 RANTON LUCIANO DE OLIVEIRA PEREIRA  
 CEP 85020-000  
 CDT 06292545012

**RESERVA DE FIDUCIARIA**  
 2016

**Informações Médicas**

Rg. Médico: 01011111-01 ASOQ  
 Letícia Almeida  
 15/02/2016  
 2

Produto: 01011111-01 ASOQ  
 121 220 g/100g

Carga: 01011111-01 ASOQ  
 Realizado Mensal: 0,00% 3,00 0,00% 0,00% 0,00%  
 Limite Mensal: 0,00% 3,00 0,00% 0,00% 0,00%  
 Limite Trimestral: 0,00% 3,00 0,00% 0,00% 0,00%  
 Limite Anual: 0,00% 3,00 0,00% 0,00% 0,00%

**Histórico de Consumo e Pagamentos**

01 01011111-01 ASOQ  
 02 01011111-01 ASOQ  
 03 01011111-01 ASOQ  
 04 01011111-01 ASOQ

**Valores Faturados**

Produto: 01011111-01 ASOQ  
 01 01011111-01 ASOQ  
 02 01011111-01 ASOQ  
 03 01011111-01 ASOQ  
 04 01011111-01 ASOQ  
 Base de Cálculo do ICMS: 0,00% 3,00 0,00% 0,00% 0,00%  
 Carga: 01011111-01 ASOQ  
 Energia: 0,00% 3,00 0,00% 0,00% 0,00%  
 Combustível: 0,00% 3,00 0,00% 0,00% 0,00%  
 Transporte: 0,00% 3,00 0,00% 0,00% 0,00%  
 Encomenda: 0,00% 3,00 0,00% 0,00% 0,00%  
 Outros: 0,00% 3,00 0,00% 0,00% 0,00%

Data: 23/03/2016  
 4  
 2  
 0  
 3  
 R\$ 32,11









MINISTÉRIO DA FAZENDA  
**Receita Federal**  
Cadastro de Pessoas Físicas



**COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO**

Número  
**018.164.889-09**

Nome  
**ANTONIO APARECIDO DE JESUS**

Nascimento  
**13/06/1971**

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

CÓDIGO DE CONTROLE  
**ABE5.11AEB.AFB5.22F1**

[www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br)

Comprovante emitido pela  
Secretaria da Receita Federal do Brasil  
em 10:15:06 do dia 16/08/2015 (hora e data de Brasília)  
RG: 018.164.889-09

71935746-0  
 10/02/1974  
 112EU-KOZAN  
 102URD-KOZAN  
 102ELINA DUS-EM-OS-KOZAN  
 31/12/1974  
 112EU-KOZAN/PR  
 CONCORDIA-MACILLOLA SUL/PR, DA SE  
 C.NASC. 305031 LIVRO-216 FOLHA-266V

REPUBLICA DE PARAGUAY  
 MINISTERIO DE INTERIO  
 102URD-KOZAN  
 102ELINA DUS-EM-OS-KOZAN  
 31/12/1974  
 112EU-KOZAN/PR  
 CONCORDIA-MACILLOLA SUL/PR, DA SE  
 C.NASC. 305031 LIVRO-216 FOLHA-266V

112EU-KOZAN  
 102URD-KOZAN  
 102ELINA DUS-EM-OS-KOZAN  
 31/12/1974  
 112EU-KOZAN/PR  
 CONCORDIA-MACILLOLA SUL/PR, DA SE  
 C.NASC. 305031 LIVRO-216 FOLHA-266V

112EU-KOZAN  
 102URD-KOZAN  
 102ELINA DUS-EM-OS-KOZAN  
 31/12/1974  
 112EU-KOZAN/PR  
 CONCORDIA-MACILLOLA SUL/PR, DA SE  
 C.NASC. 305031 LIVRO-216 FOLHA-266V



**COPEL**  
 Companhia Paranaense de Energia  
 Rua Pedro Lessa, 155  
 81203-240 Curitiba - PR  
 CNPJ 04.348.089/0001-00  
 IL 92.233.073-00 IN 922.334-1

**LIZEU KOZAN**  
 R TIBAGI, 336 - MO2 - 06268-003 - 22401  
 CEP: 06028000  
 CPF: 91700265904

MAQUINA SUJETA - FMS

www.copel.com  
 0800 51 00 116  
 Unidade Consumidora  
 76271994  
 Vencimento  
 21/04/2016  
 Valor a Pagar  
 R\$ 444,05

Resposta a 1110...  
 As despesas de energia elétrica são cobradas com base no consumo registrado no medidor de energia elétrica. A energia elétrica é fornecida em 3 meses, sendo que a energia é cobrada com base no consumo registrado no medidor de energia elétrica. O valor a pagar é calculado com base no consumo registrado no medidor de energia elétrica.

**Informações Gerais**

Med. Medidor: 0204340452 - TRITABICO

Letura Anterior	Letura Atual	Medido	Consumo de	Total	Med. Anterior	Med. Atual
02/03/2016	02/04/2016	31 kWh	Consumo de	31 kWh	02/03/2016	02/04/2016
72048	73309	860 kWh				

Proxima Letura Prevista: 03/06/2016

**Condições de Consumo**

Realizado Mensal	Limite Mensal	Limite Trimestral	Limite Anual
8.210 kWh	31.640 kWh	27.630 kWh	27.630 kWh

Condição de Consumo: 27.630 kWh

**Historico de Consumo e Pagamento**

Mês	Consumo	Pagamento
03/16	8.210 kWh	8.210 kWh
04/16	8.210 kWh	8.210 kWh
05/16	8.210 kWh	8.210 kWh

**NOTA FISCAL CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA - 730915 3000 0**

Produto	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Valor de Cobrança	Valor Total
01	ENERGIA ELÉTRICA CONSUMO	kWh	860	0,21	180,60	180,60	180,60
02	ENERGIA CONSUMO BARRAGEM	kWh	0	0,00	0,00	0,00	0,00
03	CONSUMO PÚBLICA MUNICIPAL	kWh	0	0,00	0,00	0,00	0,00
04	CONSUMO MORATÓRIO	kWh	0	0,00	0,00	0,00	0,00
05	SERVIÇO DE REGULAÇÃO	kWh	0	0,00	0,00	0,00	0,00
06	MULTA POR ATRASO NA PAGAMENTO	kWh	0	0,00	0,00	0,00	0,00
07	JUNTO CONTA ANTERIOR	kWh	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Base de Cálculo do ICMS: 180,60							
Composição das Vantagens:							
Energia: 180,60							
Distribuição: 4,62							
Transmissão: 4,62							
Tributos: 17,22							
Parafisco: 17,22							
TOTAL: 224,28							

NOTA FISCAL CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA - 730915 3000 0  
 Produto 0002004-0000  
 Valor Unitário: 0,21  
 Valor Total: 180,60  
 Valor de Cobrança: 180,60  
 Valor Total: 180,60

Valor a pagar: R\$ 444,05  
 Vencimento: 21/04/2016  
 Contrato: 01-70161299274127-11  
 836200000004 7 44850111000 2 001010201619 2502241227419

Valor a pagar: R\$ 444,05  
 Vencimento: 21/04/2016  
 Contrato: 01-70161299274127-11  
 836200000004 7 44850111000 2 001010201619 2502241227419

Valor a pagar: R\$ 444,05  
 Vencimento: 21/04/2016  
 Contrato: 01-70161299274127-11  
 836200000004 7 44850111000 2 001010201619 2502241227419

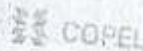
Valor a pagar: R\$ 444,05  
 Vencimento: 21/04/2016  
 Contrato: 01-70161299274127-11  
 836200000004 7 44850111000 2 001010201619 2502241227419

Valor a pagar: R\$ 444,05  
 Vencimento: 21/04/2016  
 Contrato: 01-70161299274127-11  
 836200000004 7 44850111000 2 001010201619 2502241227419

Valor a pagar: R\$ 444,05  
 Vencimento: 21/04/2016  
 Contrato: 01-70161299274127-11  
 836200000004 7 44850111000 2 001010201619 2502241227419

Valor a pagar: R\$ 444,05  
 Vencimento: 21/04/2016  
 Contrato: 01-70161299274127-11  
 836200000004 7 44850111000 2 001010201619 2502241227419





COPEL Distribuição S.A.  
Rua José Mendes Bastos, 100  
40000-000, Curitiba - PR  
0432-2550 (0800-010000)  
0432-2550 (0800-010000)



ANTONIO BATISTA DE MACEDO

Rua 41

CEP 85020-000

CPF 087.764.491

Município de Curitiba - PR

www.copel.com  
0800 01 00 110

Última Consumidora

13958692

Vencimento

21/08/2015

Valor a Pagar

R\$ 156,91

Informações Gerais  
Este boleto é emitido em nome da COPEL Distribuição S.A. e representa o valor devido pela prestação de serviços de distribuição de energia elétrica. O valor a pagar é de R\$ 156,91. O prazo de validade é de 90 dias. O boleto pode ser pago em qualquer agência bancária ou no site www.copel.com.

Informações Técnicas  
Nome do Cliente: ANTONIO BATISTA DE MACEDO  
Endereço: Rua 41, CEP 85020-000, Curitiba - PR  
CPF: 087.764.491

Informações de Consumo  
Consumo em kWh: 100,00  
Tarifa: R\$ 1,5691/kWh  
Valor Total: R\$ 156,91

Informações de Pagamento  
Banco: COPEL  
Conta Corrente: 00000000000000000000  
Número do Boleto: 13958692

Informações de Cobrança  
Pessoa Física: ANTONIO BATISTA DE MACEDO  
CPF: 087.764.491  
Endereço: Rua 41, CEP 85020-000, Curitiba - PR

Informações de Débito  
Débito em nome de: ANTONIO BATISTA DE MACEDO  
CPF: 087.764.491  
Endereço: Rua 41, CEP 85020-000, Curitiba - PR  
Valor do Débito: R\$ 156,91  
Data de Vencimento: 21/08/2015




**TANIA CRISTINA DE MACEDO**

CPF: 007.824.569-00 DATA NASCIMENTO: 23/07/1981

FILIAÇÃO: ANTONIO BATISTA DE MACEDO ELISA LUCIA MACEDO

996134536

11245016082 15/10/2014 09/05/2020





## **Programação da Radio Mauá Fm 87,9**

### **De segunda a sexta-feira**

**Das 6:00 as 8:00 Programa Sertanejão do Seu João**

**Das 8:00 as 10:00 Programa Show da Manhã, com avisos, comunicados, utilidade publica e prestação de serviço através do radio.**

**Das 10:00 as 11:00 Programa Experiencia de Deus com Pe. Reginaldo Manzotti**

**Das 11:00 as 13:00 Programa Legal**

**Das 13:00 as 16:00 Musical Especial**

**Das 16:00 as 18:00 Programa Sertanejão da Tarde**

**Das 18:00 as 19:00 Programa Caminhando com Jesus**

**Das 19:00 as 20:00 A voz do Brasil**

**Das 20:00 as 24:00 Musical Especial**

### **Sabado**

**Das 6:00 as 8:00 Musical especial**

**Das 8:00 as 10:00 Programa Caminhando com Jesus**

**Das 10:00 as 11:00 Programa Experiencia de Deus com Pe Reginaldo Manzotti**

**Das 11:00 as 12:00 Programa Voz da CCA**

**Das 12:00 as 13:30 Programa Alfa e Omega**

**Das 13:30 as 16:00 Programa da igreja Assembleia de Deus**

**Das 16:00 as 24:00 Musical Especial**

### **Domingo:**

**Das 6:00 as 10:00 Programa Aconchego dos Gauderios**

**Das 10:00 as 12:00 Programa Comando Gospel**

**Das 12:00 das 24:00 Musical Especial**

ministério da ciência, Tecnologia, Inovações e  
Comunicações.

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação - Geral de Radiodifusão Comunitária  
Esplanada dos ministérios, Bloco R - 3º andar.

CEP: 700 44-900 / Brasília - D. F.





Codusem - Conselho Comunitario de  
Desenvolvimento Social Educacional e Economico de  
maua' da Serra.

Rua Presbitero. João Pereira dos Santos Centro.  
nº 5

CE 86 828 000.

maua' da Serra P. R.

ETIQUETA DO CARIMBO MP

**Ministério das Comunicações**  
Secretaria de Serviço de Radiodifusão  
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão  
**ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM**

## Identificação do Processo

Número: 53900.041686/2015 Localidade / UF: MAUÁ DA SERRA/PR  
Entidade: CONSELHO COMUNITARIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, EDUCACIONAL E ECONOMICO DE  
Aviso: 3 Publicação: 22/12/1998 Prazo: 45 Canal: 200

## Processo

1. A Entidade é uma: Associação

### 2. Quadro Diretivo da Associação ou Fundação

Nome	CPF	Cargo	Mandato	Telefone
Tânia Cristina de Macedo	007.826.569-00	Presidente	29/01/2016 25/10/2017	
Cristiane de Oliveira Pinheiro	052.924.469-12	Vice-Presidente	29/01/2016 25/10/2017	
Lizeu Kozan	917.002.569-04	Tesoureiro	29/01/2016 25/10/2017	
Antônio Aparecido de Jesus	018.164.889-09	Secretário	29/01/2016 25/10/2017	
José Raimundo Sidrim	357.165.419-68	Vice-Presidente	29/01/2016 25/10/2017	
Paulo Lourenço da Silva	527.979.619-00	Vice-Presidente	25/10/2012 25/10/2017	

### 3. Conclusão Geral (Parecer Legal)

Documentos exigidos para a renovação:

- 1) Interesse de renovação: Petição 0779938.
  - 1.1) Protocolo no SEI: 21/10/2015.
  - 1.2) Tempestividade: (X) Sim ( ) Não.
- 2) Estatuto Social: fls. 2 a 11 e 14 (Requerimento 1408718).
  - 2.1) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: art. 3º, parágrafo único;
  - 2.2) Garantia de ingresso gratuito, como associado: Sem previsão;
  - 2.3) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: art. 29, ?e?;
  - 2.4) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: art. 29, ?a?;
  - 2.5) Órgão administrativo e cargos: art. 7º;
  - 2.6) Atribuições do Órgão administrativo: art. 15 e ss.;
  - 2.7) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: art. 36 (quatro anos);
  - 2.8) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: Sem previsão.
- 3) Ata de Eleição da Diretoria: fls. 9 a 13 (Anexo 1098887) e fls. 14 (Requerimento 1408718). (25/10/2012\*29/1/2016 - 25/10/2017)  
Presidente: Tânia Cristina de Macedo;  
1º(a) Vice-Presidente: Cristiane de Oliveira Pinheiro;  
2º(a) Vice-Presidente: Paulo Lourenço da Silva;  
3º(a) Vice-Presidente: José Raimundo Sidrim;  
Secretário(a): Antônio Aparecido de Jesus;  
Tesoureiro(a): Lizeu Kozan.
- 4) Comprovações de maioridade e nacionalidade: fls. 28 a 35 (Requerimento 1408718). Pendente.
- 5) CNPJ: Certidões CNPJ 0814183.
- 6) Certidão Negativa da Anatel: Certidões ANATEL 0813621.
- 7) Declaração de conformidade: Pendente.
- 8) Relatório do Conselho Comunitário sobre a programação da emissora: fl. 41 (Requerimento 1408718). Pendente.

\*\*\*PENDÊNCIAS:

- No estatuto social: (I) ainda não está previsto o ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica; e (II) não há previsão do Conselho Comunitário e do modo de funcionamento.
- Não foi encaminhado comprovante de maioria da Presidente.
- Novamente não foi encaminhada declaração de conformidade.
- Novamente não foi encaminhado relatório do Conselho Comunitário acerca da programação da emissora.

\*\*\*CONCLUSÕES:

- Sobre o vínculo político apontado na Nota Técnica nº 21890/2016 1319883, a irregularidade foi sanada, uma vez que a Associação procedeu à eleição para substituição do(s) membro(s) impedido(s).
- Foi realizada pesquisa de vínculo em relação aos dirigentes e não foi verificada irregularidade.
- Não foi atendida integralmente a exigência constante na Nota Técnica nº 21890/2016 1319883, uma vez que o estatuto social ainda apresenta pendências, não foram encaminhados a declaração de conformidade e o relatório do Conselho Comunitário (consta apenas a grade de programação). Portanto, será sugerida a não renovação da outorga.
- Será elaborada Nota Técnica a fim de identificar a Radiodifusora acerca da decisão.

---

FRANCISCA LETICIA BARBOSA DUARTE



# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

## **NOTA TÉCNICA Nº 33164/2016/SEI-MCTIC**

Processo nº: **53900.041686/2015-04.**

Assunto: **Constatação de pendências.**

### **SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se do **CONSELHO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, EDUCACIONAL E ECONÔMICO DE MAUÁ - CODESEM**, entidade autorizada para executar o serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Mauá da Serra**, estado do **Paraná**.

### **ANÁLISE**

2. O interesse em renovar a outorga do serviço foi apresentado em 21/10/2015 (Petição 0779938), e o prazo para a solicitação de renovação se encerrava em 29/10/2015. Portanto, o pedido de renovação de outorga é tempestivo.

3. No entanto, após análise dos autos, verificou-se o que segue:

3.1. Por meio da Nota Técnica nº 25123/2015/SEI-MC 0813832, solicitou-se à Radiodifusora o cumprimento de diversas exigências. Em seguida, foi protocolizado pedido de prorrogação de prazo, Ofício 10/2015 0910154, o qual foi deferido, nos termos do Ofício nº 3048/2016/SEI-MC, de 22/02/2016.

3.2. Em resposta, a Associação encaminhou apenas cópia da Ata de Eleição realizada em 25/10/2012.

3.3. Assim, emitiu-se a Nota Técnica nº 21890/2016/SEI-MCTIC 1319883, na qual se reiterou as exigências, a saber:

(I) Adequação do estatuto social ao art. 40, II da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/9/2015, uma vez que não está previsto o ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física e jurídica, e ao art. 40, V, "b", que trata da previsão expressa do tempo de mandato, permitida apenas uma recondução;

(II) Ata de eleição da nova diretoria, tão logo fosse registrada;

(III) Comprovantes de maioria, nacionalidade e CPF dos dirigentes;

(IV) Relatório do Conselho Comunitário nos moldes dos arts. 113 ao 116 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC;

(V) Desfazimento do vínculo político; e

(VI) Declaração de conformidade.

3.4 Na mesma Nota Técnica, informou-se que a "solicitação será a última que o Ministério das Comunicações fará à Entidade. Dessa maneira, a ausência de resposta, a resposta com apenas parcela dos documentos ou mesmo com documentos desconformes com o que foi solicitado levará, inevitavelmente, a o **indeferimento do pedido de renovação da outorga**, na forma do que determina o art. 132, II da Portaria nº 4334, de 2015" (grifo no original).

3.5. A Associação respondeu por meio do Requerimento 1408718. Todavia, verificou-se que a exigência contida na Nota Técnica nº 21890/2016/SEI-MCTIC não foi integralmente atendida, uma vez que:

(I) No estatuto social ainda não está previsto o ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica. Além disso, observou-se que não há previsão do Conselho Comunitário e do modo de funcionamento, conforme art. 40, V da Portaria. Ressalta-se que na reforma estatutária, à fl. 14 (Requerimento 1408718), a única modificação efetuada foi acerca do mandato da diretoria, que passou a ser de quatro anos, admitida apenas uma recondução;

(II) Na Ata de eleição da diretoria encaminhada, de 29/1/2016, à fl. 14 (Requerimento 1408718), não se corrigiu a questão do mandato da diretoria, que era de cinco anos;

(III) Não foi encaminhado comprovante de nacionalidade da Presidente, Tânia Cristina de Macedo. Anexou-se apenas cópia da CNH, documento não comprobatório de nacionalidade;

(IV) Novamente não foi encaminhada declaração de conformidade;  
e

(V) Novamente não foi encaminhado relatório do Conselho Comunitário acerca da programação da emissora.

4. Portanto, com base no art. 6º, § único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, segundo o qual "A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes", e no art. 132, II da Portaria nº 4334/2015, de 2015, segundo o qual "A renovação será indeferida nos casos em que: [...] II - não

tenham sido apresentados os documentos ou regularizadas as pendências, conforme solicitação do Ministério das Comunicações", será sugerido o indeferimento da renovação da outorga.

## CONCLUSÃO

5. Com base nesses argumentos, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária se posiciona pela **não renovação** da outorga da Entidade. Sugere-se, ainda, que a Requerente seja instada a se manifestar, em atendimento aos Princípios do Contraditório e da Ampla Defesa.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Letícia Barbosa Duarte Miele, Analista Técnico Administrativo**, em 13/12/2016, às 10:10, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 19/12/2016, às 15:48, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1559700** e o código CRC **670F55EA**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 53900.041686/2015-04

SEI nº 1559700





**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar  
CEP: 70044-900 / Brasília-DF  
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 47955/2016/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

Representante Legal do **CONSELHO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, EDUCACIONAL E ECONÔMICO DE MAUÁ - CODESEM**

Rua Presbítero, nº 53 - Centro  
86.828-000 - Mauá da Serra - PR  
CNPJ nº 02.797.500/0001-21

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.041686/2015-04.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 33164/2016/SEI-MCTIC**, desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**. Solicitamos ainda que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 19/12/2016, às 15:48, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1559851** e o código CRC **6CF4D765**.

## DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME DO RAZÃO SOCIAL

SCE/CGRC

ENDEREÇO / ADDRESS

Of. nº 47955 /2016/SEI-MCTIC, 19/12/2016

53900.041686/2015-04

CONSELHO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL,  
EDUCACIONAL E ECONÔMICO DE MAUÁ - CODESEM

CEP / CODE POSTAL

RUA PRESBITERO, Nº 53 - CENTRO

86.828-000

MAUÁ DA SERRA - PR

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐

PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐

EMS

☐

SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO  
DATE DE LIVRACION

02/01/2017

CARIMBO DE ENTREGA  
UNIDADE DE DESTINO  
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO  
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDORRUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /  
SIGNATURE DE L'AGENTP. Moreno  
015.681-1  
Correios  
Mauá da Serra

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO



AVISO DE  
RECEBIMENTO

AR

JR 75042906 5 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA MINICOM

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

Serviço Público Federal  
Ministério das Comunicações

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Departamento de Gestão de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Explanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B Sala 300-O  
70044-900 - Brasília - DF

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL  
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA  
DEVOLUÇÃO  
RETOUR



**CONSELHO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL,**  
**EDUCACIONAL E ECONÔMICO DE MAUÁ DA SERRA - CODESEM**

**LISTA DE PRESENÇA**

Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 13  
de janeiro de 2017, com a seguinte ORDEM DO DIA:

- a. ELEIÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO E POSSE e
- b. ALTERAÇÃO DO ESTATUTO

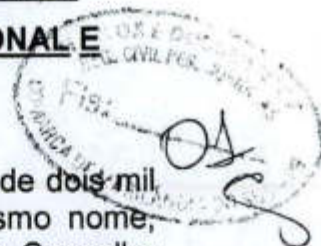
- 01 - Diviane de Oliveira Pinheiro
- 02 - Nilson Gonçalves dos Santos Junior
- 03 - Cleonice Ap. de O. Silva
- 04 - Lenore de Oliveira Pinheiro
- 05 - Nilson Gonçalves
- 06 - Helange Gonçalves dos Santos
- 07 - Maria Beatriz Gonçalves dos Santos
- 08 - Eliane Silveira de Oliveira
- 09 - Lúcia Pinheiro de Oliveira
- 10 - Renata Patrícia Pinheiro
- 11 - Jussica Pinheiro de Oliveira
- 12 - Edson Pinheiro de Oliveira
- 13 - Carmem Pinheiro de Oliveira
- 14 - Francisco Pinheiro
- 15 - Everson Pinheiro de Oliveira
- 16 - Grazielle Ap. de Souza
- 17 - Renato da Silva Gomes
- 18 - Lúcia Mello
- 19 - Sebastião Santo do Sacramento
- 20 - Lúcia Gonçalves de Souza
- 21 - Claudete Ap. Santos
- 22 - Cláudio Gonçalves ARAÚJO
- 23 - Jairo Bruno Silva
- 24 - ~~Helene de Oliveira~~
- 25 - Irandir dos Santos Junior
- 26 - Marcos Vin de Oliveira

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO  
Em 30/01/17 às 14:00 horas  
Assinatura: Conceição

- 22 - André Luiz de São
- 28 - Kethlin Cristina Bente
- 29 - Jorge Ramon da Silva Montezemini
- 30 - Ana Cláudia dos Santos Carneiro
- 31 - Digninho Rodrigues Carneiro
- 32 - Odete Maria C. de Almeida
- 33 - Eduardo P. Ribeiro
- 34 - Lidemir Junior Seneca
- 35 - Mateus Cordeiro
- 36 - Moacir Raimundo Silva
- 37 - Rêdio Custódia
- 38 - Rosemeire Aparecida de Souza
- 39 - Wilson Miranda
- 40 - Wilson Estanislau Ferreira
- 41 - Wajzmar Aparecido de Souza
- 42 - Luiz Roberto Koppen
- 43 - Leonir de S. Koppen
- 44 - Bruno Koppen
- 45 - Zeca Osmar Carlos Bortolus
- 46 - Evalton de Souza Soares



**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO**  
**COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, EDUCACIONAL E**  
**ECONÔMICO DE MAUÁ DA SERRA – CODESEM**



Aos treze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete, nesta cidade de Mauá da Serra, município do mesmo nome, Comarca de Marilândia do Sul, Estado do Paraná, na sede do Conselho Comunitário, na Rua Presbítero João Pereira dos Santos, s/nº, às 09h00, onde presente se achava a Sra. **Tânia Cristina de Macedo** – Presidente do Conselho Deliberativo, e, para Secretariar os trabalhos desta Assembléia, foi nomeada a Sra. Ana Claudia dos Santos Carneiro, como Secretária *ad hoc*. Constatada a presença de todos os membros do Conselho Deliberativo e, verificando haver *quorum*, a Sra. Presidente declarou aberta a presente Assembléia Geral Extraordinária comunicando a todos os presentes as matérias da ordem do dia, conforme segue: 01- **Eleição do Conselho Deliberativo** e 02- **Alteração do Estatuto**. A Sra Presidente inicialmente esclareceu que, em razão de ter sido eleita na última eleição municipal ao cargo de Vice-Prefeita de Mauá da Serra, renunciava, nesta oportunidade ao cargo de Presidente do Conselho, razão pela qual, assumiu a presidência dos trabalhos a Sra. Cristiane de Oliveira Pinheiro. Dando sequência, a presidente em exercício comunicou que o 2º Vice-Presidente Paulo Lourenço da Silva também havia manifestado a sua renúncia ao cargo, bem como o Secretário Antonio Aparecido de Jesus. Visando regularizar a composição do Conselho Deliberativo é que foi convocada a presente Assembléia Geral Extraordinária, mediante a realização de nova eleição tão somente para o Conselho Deliberativo. Em seguida facultou aos presentes a oportunidade para a apresentação de chapas. Os trabalhos foram suspensos por 20 (vinte) minutos para a elaboração das chapas. Reaberto os trabalhos, constatou-se a apresentação de uma única chapa, assim constituída: **PRESIDENTE: CRISTIANE DE OLIVEIRA PINHEIRO; 1º VICE-PRESIDENTE: SEBASTIÃO SANTOS SOUZA; 2º VICE-PRESIDENTE: JOSÉ RAIMUNDO SIDRIN; 3º VICE-PRESIDENTE: CLAUDINEI GONÇALVES ARAÚJO; SECRETÁRIA: ANA CLÁUDIA DOS SANTOS CARNEIRO E TESOUREIRO: LIZEU KOZAN**. Dada a oportunidade, nenhum membro demonstrou interesse em apresentar recurso, e, submetida a votação, por aclamação, foi eleita a referida chapa, mediante a composição acima, cujos membros aceitaram os cargo, de consequência, empossada em ato contínuo, cada membro em seus respectivos cargos. A Presidente agradeceu o voto de confiança que foi depositado em sua pessoa, assumindo o compromisso de dar prosseguimento a todos os projetos e planos de trabalho, impulsionando-os de maneira a torná-los realidade, bem como a cumprir os estatutos e objetivos deste Conselho. Em seguida, a Presidente comunicou a necessidade de se fazer alteração no Estatuto, mediante a inserção e alteração de dispositivos para adequá-lo de acordo com as exigências legais, conforme segue: **Art. 28-A. É garantido o ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, que possuirá:- I – direito de voz e voto nas instâncias deliberativas; II – direito de votar e ser votado para os cargos de direção.** § 1º. *A admissão do novo associado (pessoa física ou jurídica) não está condicionada à aprovação pela Diretoria ou à indicação por outros associados.* § 2º. *Poderá ser requerido do interessado o*





preenchimento de formulário próprio, para fins de registro cadastral, desde que isso não constitua restrição ao ingresso do associado. **Art. 31-A e inserção.** **CAPÍTULO VI-A - DO CONSELHO MUNICIPAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA.** Art. 31-A. O Conselho Municipal de Radiodifusão Comunitária é órgão autônomo de fiscalização e encarregado de zelar pelo cumprimento das finalidades e princípios do Serviço de Radiodifusão Comunitária estabelecidos nos artigos 3º e 4º da Lei nº 9.612, de 1998. Art. 31-B. O Conselho Municipal será composto por no mínimo cinco pessoas representantes de entidades legalmente constituídas. § 1º Poderão indicar representantes para compor o Conselho Municipal, dentre outras, entidades de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, excluída a própria executora do serviço e a Administração Pública direta e indireta. § 2º As pessoas jurídicas e seus representantes, enquanto participantes do Conselho Municipal, não poderão ser associados da entidade autorizada nem poderão participar da produção ou do financiamento de programas, ressalvados os informes pontuais à comunidade. § 3º Cada entidade que tenha a intenção de indicar componente para o Conselho Municipal poderá apresentar apenas um representante, ressalvada a hipótese de inexistir um número mínimo de entidades que queiram participar do Conselho. Art. 31-C. Compete ao Conselho Municipal, no exercício de suas funções: I – fiscalizar a programação da emissora; II – solicitar ao órgão de direção da entidade autorizada informações e esclarecimentos concernentes à gestão das atividades, área editorial, direção da programação, dentre outros; III – fazer recomendações ao órgão de direção da entidade autorizada; IV – realizar pesquisa de satisfação ou opinião junto à comunidade atendida; V – receber reclamações, denúncias e elogios; e VI – submeter ao Ministério das Comunicações e aos órgãos de direção da entidade autorizada relatório circunstanciado acerca da programação. Art. 31-D. Sempre que solicitado pelo Ministério das Comunicações, a entidade deverá apresentar relatório circunstanciado, elaborado pelo Conselho Municipal, contendo a descrição e a avaliação a respeito da grade de programação, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária. **Art. 36 – alteração.** Art. 36. O mandato dos membros efetivos e suplentes dos órgãos da Administração do CODESEM será de quatro (4) anos, sendo admitida apenas uma recondução. Feitos os devidos esclarecimentos, foi colocado em discussão e submetida a votação restou aprovado por unanimidade de votos. Deixando a palavra livre, nenhum membro quis fazer uso da mesma. A Sra. Presidente agradeceu a presença de todos, e, nada mais havendo a ser tratado, declarou encerrada a presente assembléia às 11h30min. Do que para constar foi lavrada a presente ata, que lida e achada conforme, vai devidamente assinada. Eu \_\_\_\_\_ (Ana Claudia dos Santos Carneiro), Secretaria que digitei e a subscrevi.

*Cristiane de Oliveira Pinheiro*

Cristiane de Oliveira Pinheiro

PRESIDENTE

*Ana Cláudia dos Santos Carneiro*

Ana Cláudia dos Santos Carneiro

SECRETÁRIA

COMARCA DE MARILÂNDIA DO SUL - PR  
Registro Civil das Pessoas  
Naturais e Jurídicas e  
Títulos e Documentos  
MÁRCIA DE FÁTIMA FERRO GOGOLA  
Substituta Designada  
LUCAS HENRIQUE EL OY SILVA  
Escrivão

Serviço de Títulos e Documentos  
PROTOCOLO Nº 0008986  
REGISTRO Nº 0011250  
LIVRO B-075  
FOLHA 173

Selo Digital nº 15UIs.3x6Zy.uoEiu, Controle: Iglho.OMRD.

Consulte em <http://funarpen.com.br>

MARILÂNDIA DO SUL (PR), 24 de janeiro de 2017

Márcia de Fátima Ferro Gogola  
Oficial



CONSELHO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, EDUCACIONAL  
E ECONÔMICO DE MAUÁ DA SERRA CODESEM

ESTATUTO

CAPÍTULO I

- Denominação
- Sede e foro
- Duração e finalidade
- Execução de serviço de radiodifusão comunitária

Art. 1º. O CONSELHO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, EDUCACIONAL E ECONÔMICO DE MAUÁ DA SERRA CODESEM, pessoa jurídica de direito privado, instituído pelos moradores de Mauá da Serra, Estado do Paraná, de fins não econômicos, de caráter social, educacional e cultural, com sede em Mauá da Serra, na Rua Presbítero João Pereira dos Santos, s/nº, na cidade de Mauá da Serra e foro na Comarca de Marilândia do Sul, Estado do Paraná, tem duração por tempo indeterminado, aqui denominado simplesmente de **CODESEM**.

Art. 2º. O **CODESEM** promoverá atendimento, sem distinção de raça, credo religioso, sexo, cor e política.

Art. 3º. O **CODESEM** tem por finalidade:

- I- Congregar as famílias residentes e ou domiciliados na cidade de Mauá da Serra e adjacências, de modo a contribuir para o atendimento dos interesses e necessidades comuns;
- II- Representar os interesses gerais dos moradores ou individuais de seus associados perante as autoridades;
- III- Criar e implantar serviços assistenciais e cooperativos, inclusive, através de convênios e contratos firmados com organismos públicos e privados;
- IV- Organizar e implementar sistema de atendimento cultural, educacional e de saúde médico-odontológico.

**Parágrafo único.** O serviço de Radiodifusão Comunitária tem por finalidade o atendimento a comunidade beneficiada com vistas a:

- I- Dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- II- Oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- III- Prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de Defesa Civil, sempre que necessário;
- IV- Contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas de conformidade com a legislação profissional vigente;



*Rebeca*  
REBECA TANLORENZI FORNACIARI  
ADVOGADA  
OAB-PR 37408

- V- Permitir a capacitação dos cidadãos dos exercícios de direitos de expressão da forma mais acessível possível.

## **CAPÍTULO II** **DOS ÓRGÃOS DIRETIVOS**

Art. 4º. São órgãos diretivos da Administração do **CODESEM**:

- I- Assembléia Geral – AG;
- II- Conselho Deliberativo – CD
- III- Conselho Administrativo – CA;
- IV- Conselho Fiscal – CF;
- V- Departamentos – DP.

Art. 5º. A Assembléia Geral é o órgão máximo do **CODESEM**, reunindo-se em caráter ordinário 1 (uma) vez por ano e em caráter extraordinário sempre que for necessário.

Art. 6º. O Conselho Deliberativo é o órgão que orienta e supervisiona as atividades do **CODESEM** e se constitui de 5 (cinco) membros efetivos e 5 (cinco) membros suplentes, eleitos pela Assembléia Geral.

Art. 7º. O Conselho Administrativo é o órgão que operacionaliza toda a administração econômica e social do **CODESEM**, sendo composto de:

- I- Um presidente;
- II- Três Vice-Presidentes;
- III- Um Secretário;
- IV- Um tesoureiro

Art. 8º. O Conselho Fiscal é o órgão responsável pela fiscalização e controle indireto da situação econômica e financeira do **CODESEM**, opina sobre matéria atinente a esse setor, constituindo-se de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes, eleitos pela Assembléia Geral.

Art. 9º. São Departamentos do **CODESEM**:

- I- Departamento de Planejamento e Organização – DPO;
- II- Departamento de Desenvolvimento Social e Educacional – DSE;
- III- Departamento de Cultura, Recreação e Lazer - DURL;
- IV- Departamento de Profissionalização e Colocação de Mão-de-obra – DPCMO;
- V- Departamento de Saúde Médico-Odontológico – DSMO;
- VI- Departamento Econômico-Financeiro – DEF.

§ 1º. Os Departamentos serão dirigidos por Diretores, indicados pelo Conselho Administrativo.

§ 2º. As atribuições dos Departamentos constam do Regimento Interno elaborado pelo Conselho Administrativo e aprovado pelo Conselho Deliberativo.

## **CAPÍTULO III** **DA COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO**



*Rebeca Zanlorenzi Fornaciari*  
REBECA ZANLORENZI FORNACIARI  
ADVOGADA  
OAB-PR 37408



Art. 10. A Assembléia Geral é o mais alto poder decisório do **CODESEM**, constituída pelos moradores da cidade de Mauá da Serra e adjacências e que reúnem-se em caráter ordinário e extraordinário para ouvir, analisar e decidir sobre matéria atinente ao desenvolvimento do **CODESEM**.

§ 1º. As Assembléias Gerais Ordinárias serão convocadas pelo Presidente do Conselho Administrativo, com 30 (trinta) dias de antecedência e que funcionará em primeira convocação com 2/3 de seus sócios, em segunda convocação, com a maioria simples de seus sócios presentes e em terceira convocação com a presença mínima de 30 (trinta) sócios.

§ 2º. As Assembléias Gerais extraordinárias serão convocadas pelo Presidente do Conselho Deliberativo, com 10 (dez) dias de antecedência e que funcionará com a maioria simples de seus sócios.

§ 3º. Haverá no local das Assembléias Gerais instaladas, um livro para proceder ao registro dos sócios presentes.

Art. 11. As Assembléias Gerais uma vez constituídas têm competência para:

- a. Resolver todos os casos de interesse do **CODESEM**;
- b. Apreciar, discutir e aprovar todos os atos praticados pela administração da entidade;
- c. Tomar conhecimento das transmissões de cargos, documentos e haveres da entidade nas substituições de qualquer membro dos órgãos diretivos;
- d. Anular atos da administração da entidade ou dos demais órgãos diretivos contrários ao disposto neste estatuto;
- e. Promover a responsabilidade de qualquer membro dos órgãos diretivos do **CODESEM**, determinando o afastamento, caso necessário;
- f. Esclarecer as omissões deste Estatuto estabelecendo normais e critério a respeito;
- g. Eleger em escrutínio secreto os membros efetivos e suplentes dos órgãos diretivos da entidade.

Art. 12. Ao Conselho Deliberativo compete:

- a. Exarar, no máximo até o dia 15 de fevereiro de cada ano, para fins de apreciação pela Assembléia Geral, parecer sobre o relatório de atividade, prestação de contas e Balanço Geral do **CODESEM**, correspondente ao exercício anterior;
- b. Eleger, dentro de seus membros o Presidente do Conselho;
- c. Elaborar, para apreciação e deliberação da Assembléia Geral o anteprojeto de alteração do Estatuto da **CODESEM**;
- d. Deliberar sobre a alienação de bens do **CODESEM**;
- e. Deliberar sobre os planos de trabalhos e proposto orçamentárias, elaboradas pelos Departamentos e encaminhados pelo Conselho Administrativo;
- f. Deliberar sobre a admissão de sócios;
- g. Representar a Assembléia Geral sobre qualquer irregularidade contratada no funcionamento do **CODESEM**, sugerindo medidas para correção.



Art. 13. O Conselho Deliberativo reunir-se-á bimestralmente para as convocações ordinárias e para as convocações extraordinárias quando se fizer necessário.

Art. 14. Perderá a condição de membro do Conselho Deliberativo aquele que faltar, sem justificativa por escrito e aceita pelo colegiado, a 3 (três) reuniões ordinárias, dando-se disso conhecimento à Assembléia Geral para que eleja seu substituto.

Art. 15. Ao Conselho Administrativo compete:

- a. Elaborar plano de trabalho das atividades e executá-lo;
- b. Elaborar e apresentar à Assembléia Geral, relatório anual das atividades da entidade;
- c. Entrosar-se com instituições públicas e privadas para mútua colaboração em atividades de interesse comum;
- d. Contratar e demitir empregados;
- e. Desenvolver campanhas de interesse geral da entidade;
- f. Encaminhar ao Conselho Deliberativo no máximo até o dia 15 de janeiro de cada ano, os planos de trabalhos e propostas orçamentárias;
- g. (excluído conforme solicitação contida no ofício nº 3273/03 – DOS/SSCE-MC);
- h. Encaminhar ao Conselho Deliberativo até o dia 15 de janeiro de cada ano, o relatório de atividades, prestação de contas e Balanço Geral, correspondentes ao exercício anterior;
- i. Elaborar, para apreciação do Conselho Deliberativo, o Regimento Interno do **CODESEM**, encaminhando, com parecer, àquele Conselho os regulamentos, instruções e normais elaboradas pelos diversos órgãos da entidade.

Art. 16. O Conselho Administrativo reunir-se-á uma vez por mês.

Art. 17. Compete ao Presidente do CA:

- a. Representar o **CODESEM**, ativa, passiva, judicial e extrajudicialmente;
- b. Cumprir e fazer cumprir este Estatuto e o Regimento Interno;
- c. Convocar e presidir as reuniões do Conselho Administrativo;
- d. Convocar as Assembléias Gerais Ordinárias;
- e. Assinar com o Secretário e o Tesoureiro os livros, documentos de identidade, cheques, bem como a quaisquer outros documentos atinentes a entidade.

Art. 18. Compete ao Primeiro Vice-Presidente do CA:

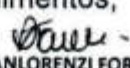
- a. Substituir o Presidente em suas faltas e impedimentos;
- b. Assumir o mandato em caso de vacância, até o seu término;
- c. Prestar de modo geral sua colaboração ao Presidente.

Art. 19. Compete ao Segundo Vice-Presidente do CA:

- a. Substituir o Primeiro Vice-Presidente em suas faltas e impedimentos;
- b. Assumir o mandato em caso de vacância, até o seu término;
- c. Auxiliar o Secretário em suas funções e substituí-lo em suas faltas e impedimentos.

Art. 20. Compete ao Terceiro Vice-Presidente do CA:

- a. Substituir o Segundo Vice-Presidente em suas faltas e impedimentos;

  
REBECA ZANLORENZI FORNACIARI  
ADVOGADA  
OAB-PR 37408

- b. Assumir o mandato em caso de vacância, até o seu término;
- c. Auxiliar o Tesoureiro em suas funções e substituí-lo em suas faltas e impedimentos.

**Art. 21. Compete ao Secretário do CA:**

- a. Secretariar as reuniões do Conselho Administrativo e Assembléias Gerais e redigir as competentes atas;
- b. Publicar todas as notícias das atividades da entidade;
- c. Redigir toda correspondência de interesse da entidade e atinentes à sua função, organizar fichários e registros de Leis;
- d. Assinar com o Presidente do Conselho Administrativo documentos de interesse do **CODESEM**.

**Art. 22. Compete ao Tesoureiro do CA:**

- a. Arrecadar e contabilizar toda receita do **CODESEM**;
- b. Manter em bancos indicados pelo Conselho Administrativo os haveres da entidade;
- c. Pagar as contas autorizadas pelo Presidente do Conselho Administrativo;
- d. Apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que for solicitado pelo Conselho;
- e. Apresentar relatórios financeiros para ser submetidos à Assembléia Geral;
- f. Conservar sob sua guarda e responsabilidade, o numerário e documentos relativos à tesouraria, inclusive, contas bancárias;
- g. Apresentar semestralmente balancete ao Conselho Fiscal;
- h. Elaborar Balanço Geral, submetendo à aprovação do Conselho Fiscal e Assembléia Geral;
- i. Assinar com o Presidente do Conselho Administrativo os documentos atinentes à sua área de trabalho.

**Art. 23. Compete ao Conselho Fiscal:**

- a. Fiscalizar contábil e financeiramente a execução orçamentária do **CODESEM**;
- b. Emitir parecer sobre demonstrações financeiras, balancetes e balanço geral da entidade;
- c. Opinar sobre assuntos de natureza contábil e financeira de interesse do **CODESEM**, quando solicitado pela Assembléia Geral ou Conselho Deliberativo.

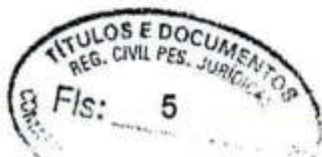
**CAPÍTULO IV**  
**DOS SÓCIOS DO CODESEM**

**Art. 24. O CODESEM terá no seu quadro social as seguintes categorias de sócios:**

- I- Fundador;
- II- Contribuinte;
- III- Benemérito
- IV- Honorário.

**Art. 25. São sócios fundados aqueles que assinaram a ata de fundação da entidade.**

**Art. 26. São sócios contribuintes todos os moradores de Mauá da Serra e adjacências.**



  
**REBECA ZANLORENZI FORNACIARI**  
ADVOGADA  
OAB-PR 37408



Art. 27. São sócios beneméritos todos aqueles que prestarem relevantes serviços ao **CODESEM**, ficando a concessão do Título a critério da Assembléia Geral.

Art. 28. São sócios honorários todos aqueles que doarem expressiva importância, representada em dinheiro ou espécie, ficando a concessão do título a critério da Assembléia Geral.

Art. 28-A. É garantido o ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, que possuirá:

I – direito de voz e voto nas instâncias deliberativas;

II – direito de votar e ser votado para os cargos de direção.

§ 1º. A admissão do novo associado (pessoa física ou jurídica) não está condicionada à aprovação pela Diretoria ou à indicação por outros associados.

§ 2º. Poderá ser requerido do interessado o preenchimento de formulário próprio, para fins de registro cadastral, desde que isso não constitua restrição ao ingresso do associado.

## **CAPÍTULO V** **DOS DIREITOS E DEVERES DOS SÓCIOS DO CODESEM**

Art. 29. São direitos dos sócios:

- a. Votar e ser votado para cargos eletivos, desde que esteja quite com a tesouraria e filiado há mais de 6 (seis) meses ao **CODESEM**;
- b. Desligar-se da entidade uma vez quite com a tesouraria, mediante solicitação por escrito;
- c. Fazer parte das comissões de trabalhos ou Departamentos do **CODESEM**;
- d. Pedir dispensa do pagamento das mensalidades quando estiver desempregado e sem recursos, não perdendo seus direitos de sócios, no período de 6 (seis) meses;
- e. Tomar parte nas Assembléias Gerais;
- f. Tomar parte nas reuniões dos órgãos diretivos da entidade quando para isto for convocado;
- g. Comunicar por escrito qualquer irregularidade verificada na administração da entidade, ao Presidente do Conselho Deliberativo;
- h. Solicitar ao Conselho Deliberativo a convocação da Assembléia Geral Extraordinária, mediante requerimento firmado por 2/3 dos sócios quite com a tesouraria e filiados ao **CODESEM** há mais de 6 (seis) meses.

Art. 30. São deveres dos sócios:

- a. Cumprir as disposições deste Estatuto, Regimento Interno e demais regulamentos da entidade;
- b. Manter-se quite com a tesouraria da entidade;
- c. Aceitar os cargos para os quais forem escolhidos, ressalvados os casos de força maior;
- d. Comunicar a Secretaria do **CODESEM**, quando mudar sua residência.



  
**REBECA ZANLORENZI FORNACIARI**  
ADVOGADA  
OAB-PR 37408



## CAPÍTULO VI DO PATRIMÔNIO DO CODESEM

Art. 31. O patrimônio do **CODESEM** será constituído de:

- a. móveis, imóveis e semoventes;
- b. doações de pessoas físicas e jurídicas;
- c. doações e subvenções de órgãos públicos;
- d. subvenções advindas de celebração de convênios e contratos;
- e. contribuições de sócios;
- f. receitas provenientes de recursos próprios resultantes de trabalhos executados pela própria entidade.

## CAPÍTULO VI-A DO CONSELHO MUNICIPAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Art. 31-A. O Conselho Municipal de Radiodifusão Comunitária é órgão autônomo de fiscalização e encarregado de zelar pelo cumprimento das finalidades e princípios do Serviço de Radiodifusão Comunitária estabelecidos nos artigos 3º e 4º da Lei nº 9.612, de 1998.

Art. 31-B. O Conselho Municipal será composto por no mínimo cinco pessoas representantes de entidades legalmente instituídas.

§ 1º Poderão indicar representantes para compor o Conselho Municipal, dentre outras, entidades de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, excluída a própria executora do serviço e a Administração Pública direta e indireta.

§ 2º As pessoas jurídicas e seus representantes, enquanto participantes do Conselho Municipal, não poderão ser associados da entidade autorizada nem poderão participar da produção ou do financiamento de programas, ressalvados os informes pontuais à comunidade.

§ 3º Cada entidade que tenha a intenção de indicar componente para o Conselho Municipal poderá apresentar apenas um representante, ressalvada a hipótese de inexistir um número mínimo de entidades que queiram participar do Conselho.

Art. 31-C. Compete ao Conselho Municipal, no exercício de suas funções:

- I – fiscalizar a programação da emissora;
- II – solicitar ao órgão de direção da entidade autorizada informações e esclarecimentos concernentes à gestão das atividades, área editorial, direção da programação, dentre outros;
- III – fazer recomendações ao órgão de direção da entidade autorizada;
- IV – realizar pesquisa de satisfação ou opinião junto à comunidade atendida;
- V – receber reclamações, denúncias e elogios; e
- VI – submeter ao Ministério das Comunicações e aos órgãos de direção da entidade autorizada relatório circunstanciado acerca da programação.

Art. 31-D. Sempre que solicitado pelo Ministério das Comunicações, a entidade deverá apresentar relatório circunstanciado, elaborado pelo Conselho Municipal, contendo a descrição e a avaliação a respeito da grade de programação, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.



**CAPÍTULO VII**  
**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 32. Os valores e critérios de reajustes das mensalidades a serem cobradas dos sócios serão fixados pela Assembléia Geral.

Art. 33. As eleições do **CODESEM**, para eleger os membros efetivos e suplentes dos órgãos diretivos, serão realizadas na segunda quinze do mês de janeiro do que vencer os respectivos mandatos.

Art. 34. Os membros dos órgãos da administração do **CODESEM** tomarão posse imediatamente a eleição, em solenidade estabelecida para tal fim.

Art. 35. Os membros efetivos e suplentes dos órgãos diretivos do **CODESEM**, da primeira Diretoria, serão eleitos por aclamação por ocasião da realização da primeira Assembléia Geral Extraordinária

Art. 36. O mandato dos membros efetivos e suplentes dos órgãos da Administração do **CODESEM**, será de 4 (quatro) anos, sendo admitida apenas uma recondução.

Art. 37. Todos os trabalhos do **CODESEM** serão desenvolvidos gratuitamente através de voluntários, dos sócios e de seus Diretores, bem como de outras pessoas que assim desejarem participar.

Art. 38. Os empregados, quando houver, serão admitidos e demitidos pelo Presidente do Conselho Administrativo da Entidade e serão remunerados por meio de gratificações e outras formas previstas em lei.

Art. 39. As regalias, distinções e privilégios outorgados aos sócios são irrevogáveis, respeitando as restrições estabelecidas neste Estatuto.

Art. 40. Os sócios não responderão pelas obrigações que os representantes da entidade assumirem expressa ou intencionalmente em seu nome. Respondem apenas pelo pagamento das mensalidades, taxas, ou quaisquer outros compromissos assumidos com a tesouraria.

Art. 41. O Conselho Administrativo adotará como data de comemoração do aniversário do **CODESEM**, a data de sua instituição.

Art. 42. Os bens patrimoniais do **CODESEM**, não poderão ser vendidos, alugados, cedidos ou doados sem anuência da Assembléia Geral.

Art. 43. Este Estatuto poderá ser reformado por proposição do Conselho Deliberativo com a aprovação da Assembléia Geral.

**CAPÍTULO VIII**  
**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 44. Terão direito aos benefícios oferecidos pelo **CODESEM**, os filhos inválidos e as viúvas que viverem sob a dependência sócio-econômica do sócio, desde que este esteja quite com a tesouraria.

8

  
REBECA ZANLORENZI FORNACIARI  
ADVOGADA  
OAB-PR 37408



Art. 45. Os Títulos do Presidente de Honra, Sócios Beneméritos e Honorários, serão concedidos pela Assembléia Geral e os critérios de concessão estão definidos no Regimento Interno.

Art. 46. As penalidades: advertência, suspensão e exclusão, a serem aplicadas aos sócios que infringirem os Estatutos, Regimento Interno e regulamentos da entidade, terão os critérios definidos no Regimento Interno e serão de competência do Conselho Deliberativo suas aplicabilidades.

Art. 47. O **CODESEM**, não distribui lucros, bonificações ou dividendos sob qualquer forma ou pretexto a sócios ou Diretores e aplicará integralmente seu patrimônio dentro do País.

Art. 48. A regularização de funcionamento e elaboração de critérios para a realização das eleições gerais do **CODESEM**, consta do Regimento Interno.

Art. 49. As Assembléias Gerais Ordinárias, convocadas de acordo com o artigo 10, § 1º, haverá tolerância de 30 (trinta) minutos entre a primeira e a segunda convocação e de 15 (quinze) minutos entre a segunda e a terceira convocação.

Art. 50. Serão definidos no Regimento Interno os casos e assuntos omissos no presente Estatuto e serão resolvidos pela Assembléia Geral.

Art. 51. Os Presidentes e Secretários dos Conselhos Deliberativo e Fiscal serão eleitos dentre os seus membros.

Art. 52. Que "Em caso de extinção da pessoa jurídica os bens patrimoniais serão transferidos a entidade congênere" (reformulado de acordo com a solicitação do ofício nº 3273/03 – DOS/SSCE – MC).

Art. 53. O ano civil do **CODESEM**, iniciar-se-á a primeiro de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano.

Art. 54. Os princípios contábeis a serem adotados pelo **CODESEM**, para os registros dos atos e fatos do Conselho Administrativo, serão pelo regime de competência.

Art. 55. A contabilidade do **CODESEM** será registrada em livros revestidos das formalidades legais e de acordo com as leis que regem este setor.

Art. 56. Os filhos dos sócios maiores de 18 (dezoito) anos pagarão as mensalidades do **CODESEM**.

Art. 57. O primeiro mandato dos membros dos órgãos diretivos do **CODESEM** será de 19 (dezenove) meses, isto é, de 16 de junho de 1985 a 15 de janeiro de 1987.

Art. 58. Todos os familiares dos sócios terão direito de frequentar a sede da entidade.

Art. 59. "Excluído conforme solicitação do ofício nº 3273/03 – DOS/SSCE – MC".



*Rebeca Zanlorenzi Fornaciari*  
REBECA ZANLORENZI FORNACIARI  
ADVOGADA  
OAB-PR 37408

Art. 60. A sede da entidade poderá ser cedida para realizações de qualquer evento, com anuência do Conselho Deliberativo, que decidirá a cobrança ou não de taxas.

Art. 61. O presente Estatuto foi aprovado pela Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 16 de junho de 1985, e que depois de publicado em Diário Oficial do Estado, foi encaminhado ao Cartório de Registro de Títulos e Documentos para o respectivo registro, entrando em vigor na data do mesmo, revogando as disposições em contrário, o presente Estatuto foi reformado conforme rege o artigo 43 deste Estatuto, conforme a solicitação do Ministério das Comunicações, Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, Departamento de Outorga de Serviços conforme ofício 3273/03/DUS/SSCE-MC, e, ainda, posteriores alterações para as devidas adequações.

Mauá da Serra, 23 de janeiro de 2017.

*CRISTIANE DE OLIVEIRA PINHEIRO*  
**CRISTIANE DE OLIVEIRA PINHEIRO**  
**PRESIDENTE**

*ANA CLÁUDIA DOS SANTOS CARNEIRO*  
**ANA CLÁUDIA DOS SANTOS CARNEIRO**  
**SECRETÁRIA**

*Rebeca Zanlorenzi Fornaciari*  
**REBECA ZANLORENZI FORNACIARI**  
ADVOGADA  
OAB-PR 37408

Serviço Civil de Pessoas Jurídicas  
PROTOCOLO Nº 0008987 AV.00  
AVERBADO NO REGISTRO Nº 0000492  
LIVRO A-007  
FOLHA 124

Selo Digital nº ZSUIE.DkLgy.ifp11, Controle: 1hc9n.6nLD.  
Consulte em <http://funaopen.com.br>  
MARILANDIA DO SUL (PR), 25 de janeiro de 2017

*Márcia de Fátima Ferro Gogola*  
Márcia de Fátima Ferro Gogola  
Oficial

**COMARCA DE MARILÂNDIA DO SUL - PR**

**Registro Civil das Pessoas  
Naturais e Jurídicas e  
Títulos e Documentos**

**MÁRCIA DE FÁTIMA FERRO GOGOLA**  
Substituta Designada

**LUCAS HENRIQUE ELOY SILVA**  
Escriturante





## **GRADE PROGRAMAÇÃO**

### **Segunda à sexta-feira**

06h00min às 07h00min – Sertanejo do Seu João  
07h00min às 08h00min – Café com Notícias  
08h00min às 10h00min – Show da Manhã  
10h00min às 11h00min – Programa do Padre Reginaldo Manzotti  
11h00min às 13h00min – Programa Legal  
13h00min às 15h00min – Programa das Igrejas e Musical  
15h00min às 18h00min – Show da Tarde  
18h00min às 19h00min – Programa Caminhando com Jesus  
19h00min às 20h00min – Voz do Brasil  
20h00min às 24h00min – Programa das Igrejas e Musical

### **Sábado**

06h00min às 08h00min – Acordando com Jesus  
08h00min às 10h00min – Caminhando com Jesus  
10h00min às 11h00min – Programa do Padre Reginaldo Manzotti  
11h00min às 12h00min – Programa A Voz da CCA  
12h00min às 13h30min – Programa Alfa e Ômega  
13h30min às 24h00min – Programa das Igrejas e Musical

### **Domingo**

06h00min às 09h00min – Musical  
09h00min às 10h30min – Santa Missa  
10h30min às 13h30min – Programa das Igrejas  
13h30min às 24h00min – Musical



**ADAILTON ALVES DE OLIVEIRA**  
Responsável pela Programação



**CONSELHO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL,  
EDUCACIONAL E ECONÔMICO DE MAUÁ DA SERRA – CODESEM**

**DECLARAÇÃO**

Em cumprimento ao art. 22, incisos V e VI, § 3º, da Portaria 4334/2015/SEI-MC, que dispõe sobre o serviço de radiodifusão comunitária, **DECLARO** que todos os diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de idade (documentos em anexo).

Mauá da Serra, 23 de janeiro de 2017.



**CRISTIANE DE OLIVEIRA PINHEIRO**  
Representante legal do CODESEM

**CONSELHO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL,  
EDUCACIONAL E ECONÔMICO DE MAUÁ DA SERRA – CODESEM**

**DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE**

Em cumprimento ao art. 131, inciso VI, da Portaria 4334/2015/SEI-MC, que dispõe sobre o serviço de radiodifusão comunitária, **DECLARO** que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

Mauá da Serra, 23 de janeiro de 2017.



**CRISTIANE DE OLIVEIRA PINHEIRO**  
Representante legal do CODESEM

## **CONSELHO MUNICIPAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

### **RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO**

Em cumprimento ao art. 116 da Portaria 4334/2015/SEI-MC, que dispõe sobre o serviço de radiodifusão comunitária, apresenta-se **RELATÓRIO** nos seguintes termos:

#### **Descrição da grade de programação**

Horário de funcionamento da emissora: 6h00min às 24h00min, de segunda-feira a domingo.

Grade de programação: em anexo.

#### **Avaliação da grade de programação**

O Conselho Municipal entende que a grade de programação atende às finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Mauá da Serra, 23 de janeiro de 2017.

**FRANCISCO PEREIRA DOS SANTOS**

Presidente da Associação de Moradores

**FABIANA QUELI DE MACEDO DE SOUZA**

Representante Presidente da Associação Comercial

**JOSÉ MARIA COELHO**

Representante de entidade católica

**ROGÉRIO AUGUSTO PIETROBELLI**

Representante da Associação de Recuperação

**ERMINDA DOS PASSOS SAVIANI**

Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
 <p>SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ</p> <p><b>RG: 8.570.215-7</b></p>		<p>REGISTRO GERAL: <b>8.570.215-7</b> DATA DE EXPEDIÇÃO: 03/07/2008</p> <p>NOME: <b>FABIANA QUELI DE MACEDO DE SOUZA</b></p> <p>FILIAÇÃO: HELIO JOSE DE MACEDO MARIA ROSA DE MACEDO</p> <p>NATURALIDADE: APUCARANA/PR DATA DE NASCIMENTO: 03/07/1986</p> <p>DOC. ORIGEM: COMARCA=MARILANDIA SUL/PR, DA SEDE AG 00871-0 C.CAS=2042, LIVRO=88, FOLHA=23 0560100-2</p> <p>CURITIBA/PR</p> <p>ASSINATURA DO TITULAR <i>Fabiana Queli de Macedo de Souza</i></p> <p>ASSINATURA DO DIRETOR LEI Nº 7.118 DE 20/08/83</p>	
<p>POLEGAR DIREITO</p> <p><i>Fabiana Queli de Macedo de Souza</i></p> <p>ASSINATURA DO TITULAR</p> <p>CARTEIRA DE IDENTIDADE</p>		<p>AG 00871-0</p> <p>0012003-0</p>	



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

REGISTRO GERAL 3.291.005 0

NOME  
JOSE MARIA COELHO

FILIAÇÃO  
GERALDO ANTONIO COELHO  
EDITH MARIA COELHO

DATA DE NASCIMENTO 16/06/1961

LOCAL DE NASCIMENTO CALIFORNIA/PR

DATA DE EMISSÃO 03/09/1980

ASSINATURA DO DETENTOR

DIRETOR DO I. I.

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

CRÉDULA DE IDENTIDADE

FOTO

ASSINATURA DO PORTADOR

JOSE MARIA COELHO

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

CRÉDULA

DATA DE NASCIMENTO 16.06.61

NÚMERO DE IDENTIDADE 474 783 149 53

COGNOME

JOSE MARIA COELHO

ASSINATURA DO DETENTOR



4.790.310-6 05/11/1986

FRANCISCO PEREIRA DOS SANTOS

JOAQUIM JOÃO DOS SANTOS

MARIA DAS DORES DA CONCEIÇÃO

BREJO SANTO/CE 09/11/1945

COMARCA=LONDRIANA/PR,TAMARA

C.CAS 456,LIVRO=019,FOLHA=244

Bel. Douglas Haquin



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Francisco Pereira dos Santos

ASSINATURA EM IMPRESSÃO ORIGINAL DO TITULAR

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA DA JUSTIÇA ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

FRANCISCO PEREIRA DOS SANTOS

09/11/1945 320941406/04 076 0039

ALA DA SERRA /PR DATA DE EMISSÃO 30/05/92

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA DA JUSTIÇA ELEITORAL





VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: **6.445.113-8** DATA DE EXPEDIÇÃO: 25/01/2012

NOME: **ROGERIO AUGUSTO PIETROBELLI MONGRUEL**

FILIAÇÃO: ODENI VILLACA MONGRUEL  
ZACLIIS MARIA PIETROBELLI MONGRUEL

NATURALIDADE: PONTA GROSSA/PR DATA DE NASCIMENTO: 06/02/1977

DOC. ORIGEM: COMARCA=PONTA GROSSA/PR, 1 OFÍCIO  
C.CAS.AV.DV=21149, LIVRO=120B, FOLHA=50

CPF: 020.335.869-44

CURITIBA/PR

  
NEWTON TADEU ROCHA  
ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/06/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

RG: **6.445.113-8**

POLEGAR DIRETO





ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: **5.290.530-3** DATA DE EXPEDIÇÃO: 13/11/2013

NOME: **ERMINDA DOS PASSOS SAVIANI**

FILIAÇÃO: OVIDIO SAVIANI  
MARIA IOLE DOS PASSOS

NATURALIDADE: FAXINAL/PR DATA DE NASCIMENTO: 07/09/1963

DOC. ORIGEM: COMARCA=ORTIGUEIRA/PR, BARREROS  
C.CAS.AV.DV=874, LIVRO=7B, FOLHA=292V

CPF: 744.846.949-01

CURITIBA/PR

ASSINATURA DO DIRETOR  
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

PROIBIDO PLASTIFICAR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

RG: 5.290.530-3

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTÃO DE IDENTIDADE



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 8.568.435 3 DATA DE EXP. 12/11/1998

NOME: CRISTIANE DE OLIVEIRA PINHEIRO

FILIAÇÃO: APARECIDO PINHEIRO  
CLEONICE APARECIDA DE OLIVEIRA

NACIONALIDADE: NATURALIZADA DATA DO NASCIMENTO: 26/04/1986

LOCAL DE NASCIMENTO: FAXINAL/PR COMARCA=FAXINAL/PR, DA SEDE  
C.NASC 12800, LIVRO=13A, FOLHA=64

CPF: 052.324.469-12 ASSINATURA: *Cristiane* DATA DO REGISTRO: 26/04/1986

CURITIBA - PR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

*Cristiane de Oliveira Pinheiro*

CARTILHA DE IDENTIDADE

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
CONDIÇÃO DE INSCRIÇÃO

**CPF**

Cadastro de Pessoas Físicas  
Número de inscrição  
**052.324.469-12**

Nome  
CRISTIANE DE OLIVEIRA PINHEIRO

Nascimento  
26/04/1986

Emissão

 **CORREIOS**





CEDULA DE IDENTIDADE

POLEGAR DIREITO

Sebastião Santos de Souza

ASSINATURA DO PORTADOR

VALIDA EM TODO O TERRITORIO NACIONAL

NASCIMENTO  
17.07.59

INSCRIÇÃO NO CPF  
437 287 159 72

CONTRIBUINTE

SEBASTIAO SANTOS DE SOUZA

SECRETARIO DA RECEITA FEDERAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

REGISTRO GERAL 3-206-230 0

NOME SEBASTIAO SANTOS DE SOUZA

FILIAÇÃO JOAQUIM JOSE DE SOUZA  
MARIA APARECIDA DE SOUZA

DATA DE NASCIMENTO 17/07/1959

CURITIBA - PARANÁ

03/04/1980

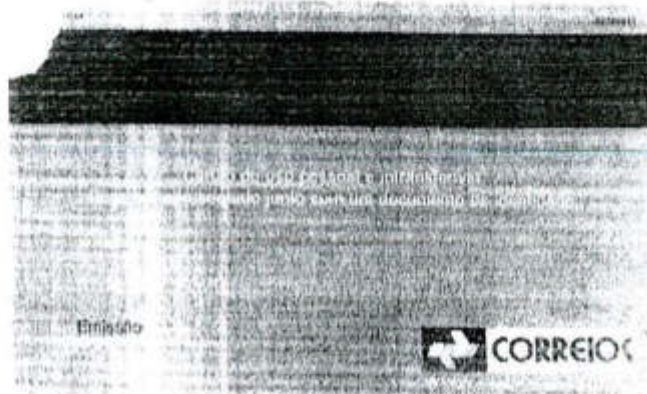
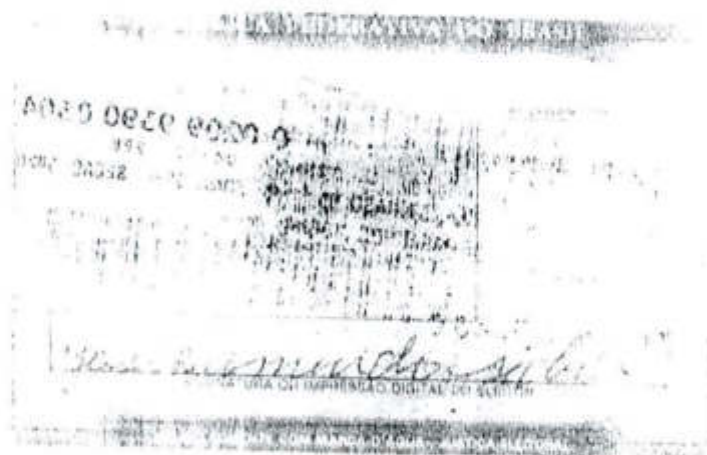
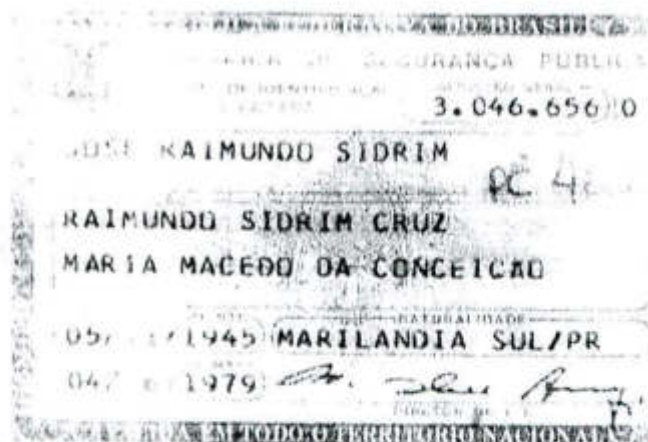
NATURALIDADE SENGES/PR

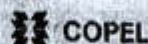
HERMES M. MATOS, DIRETOR

VALIDA EM TODO O TERRITORIO NACIONAL









Copel Distribuição S.A.  
Rua José Ildoro D'Ávila, 150  
81200-240 - Curitiba - PR  
CNPJ 04.388.856/0001-00  
IE 00.233.073-00 IM 423.002-4



www.copel.com  
0800 51 00 110

Unidade Consumidora

JOSE RAIMUNDO SIDRIM

AV PONTA GROSSA 492

CEP 06020000

MARIA DA SÍLVEIRA - PR

CNPJ 06.150.041-00

61497924

Vencimento

20/02/2016

Valor a Pagar

R\$ 110,69

Resposta de reclamação de consumidor da Copel S.A. nº 110.000.000.000.000.000

### Revisão de Vencimento

Ha debitos vencidos que supõem sua unidade consumidora ao corte de energia. Após o corte, caso não haja regularização em 3 meses, seu contrato com a Copel S.A. é rescindido. Neste período, haverá cobrança conf. legislação de saneamento básico, desconsiderando esta mensagem. Exatidão atividade essencial. O valor pode ser excluído da fatura.

Referência Valor  
01/2016 110,21

### Informações Técnicas

No. Medidor: 0241630104 - IFA SIC 1

Mes Referência: 02/2016

Leitura Anterior	Leitura Atual	Módulo	Constante de	Total	Data
04/01/2016	10092	10000	111 kWh	111 kWh	01/02/2016

Proxima Leitura Prevista: 01/03/2016

COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

### Indicadores de Qualidade

Conjunte: FAXINAL	Mes 12/2016	Tensão Contratada
Realizado Mensal: 0.00 h	0.00 h	127/220 volts
Limite Mensal: 8.03 h	3.42 h	Limite falha atenuada de Tensão
Limite Trimestral: 12.06 h	6.05 h	117 - 133 - 202 - 231 volts
Limite Anual: 24.12 h	11.70 h	

### Histórico de Consumo e Pagamento

Mes	Consumo (kWh)	Tarifa (R\$)	Data Pago
JAN/16	123	110,21	20/11/2016
FEB/16	102	110,21	20/11/2016

Media 3 últimos consumos: 113 kWh

### Valores Faturados

NOTA FISCAL CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA nº 160867 Série 15  
Emissão em 01/02/2016

Produto	Descrição	Un	Consumo	Valor Unitário	Valor Total	Base de Cálculo	Aliq. ICMS
01	ENERGIA ELÉTRICA C/ TENSÃO	kWh	111	0,28000	31,08	31,08	20,00%
02	ENERGIA CONS. DE VERMELHA	kWh			7,81	7,81	20,00%
03	CONT. ILUMIN. PÚBLICA MUNICÍPI				13,21		
04	ACRÉSCIMO MORATÓRIO				0,44		
05	MULTA POR ATRASO NO PAGAMENTO				1,74		
06	JUROS CONTA ANTERIOR				0,90		

Base de Cálculo do ICMS: 94,40 Valor ICMS: 27,37 Valor Total da Nota Fiscal: 110,69

Composição dos Valores	Valor
Energia	31,08
Distribuição	14,01
Transmissão	2,17
Tributos	14,93
Encargos	7,03
TOTAL	94,40

INCLUSO NA FATURA PIS/PS 1,33% e COFINS 6,13% e CONTRIBUIÇÃO DE 1% ATUALIZADA  
A PARTIR DE 01/01/2016 - PIS/PASEP 1,41% e COFINS 6,49%.

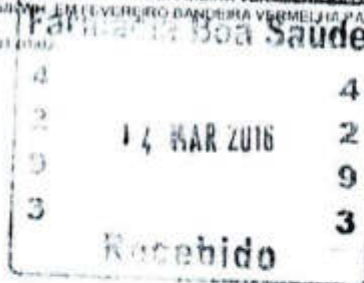
A qualquer tempo pode ser solicitado o cancelamento de valores não regularizados.

a prestação do serviço de energia elétrica, como consumo e doações.

A PARTIR DE 01/02, BANCARIA AMARILVA - BANCARIA VERMELHA PATAMAR, 1  
R\$0,03/KWH PATAMAR, 2 R\$0,04/KWH, 111,1 VERMELHA BANCARIA VERMELHA PATAMAR, 1

DEBITOS 01/2016 R\$ 110,21

Período Band Tarif. Vermelha 06/01/2016





CLAUDINEI GONCALVES ARAUJO  
VL ASSENT MUNDO NOVO, 85268 656 301200  
RURAL  
MAUA DA SERRA - PR - 86828-000

CPF: 045.734.879-80

Responsavel pela manutencao da Iluminacao Publica:  
Município 43 3464-1265

Mês de Referência

Unidade Consumi

Outubro/2016

51109751

**VENCIMENTO****VALOR A PAGA**

10/11/2016

**RS 24,96**

FAT-01-2016-028001336-33

Nº Medidor: 0230775985 / MONOFASICO RURAL

## RURAL / CRIAÇÃO DE BOVINOS P CORTE

Leitura Anterior	Leitura Atual	Medido	Constante de Multiplicação	Total Faturado	Consumo Médio Diário	Data de Apresentação	Próxima Leitura Prevista
19/09/2016	19/10/2016	30 dias					
16055	16099	44 kWh	1	44 kWh	1,47 kWh	01/11/2016	19/11/2016

Mês	kWh	Ot. Pgto.	Valor
09/2016	64		45,35
08/2016	52		35,80
07/2016	36	25/08/2016	23,17
06/2016	69	25/08/2016	41,46
05/2016	72	25/08/2016	40,09
04/2016	66	26/08/2016	43,73
03/2016	71	07/06/2016	47,27
02/2016	74	20/08/2016	51,20
01/2016	77	01/04/2016	52,14
12/2015	78	25/02/2016	48,98
11/2015	78	29/01/2016	48,59
10/2015	30	22/12/2015	25,04

NOTA FISCAL/CONTA DE ENERGIA ELETRICA Nº. 004.177.711 SÉRIE

Emitida em: 21/10/2016

Produto Descrição	Unid.	Consumo	Valor Unitário	Valor Total	Base Cálculo
Energia Elétrica Consumo	kWh	44	0,421364	18,54	18,54
Total - Preço (1)				18,54	
Íons Subv Dec7891/13 Até Set2014				2,45	
Íons Subvenção Decreto 7891				3,97	
Total - Outros (2)				6,42	

Conjunto: FAXINAL

Ref: 08/2016

Conjunto: FICOM	DIC	FIC	DMIC	EUSD R\$
Realizado:	0,06	0,00	0,00	6,91
Limite Mensal:	11,30	7,67	6,19	
Limite Trimestral:	22,61	15,34		
Limite Anual:	45,22	30,69		

Tensão Contratada: 127/254 volts.

Limite Adequado de Tensão: 117 a 133/234 a 267 volts.

O não cumprimento dos indicadores DIC, FIC, DMIC e DICRI definidos pela ANEEL resulta em compensação financeira ao consumidor pela concessionária no futuro. É direito do consumidor solicitar a apuração destes indicadores a qualquer tempo.

Base de Cálculo do ICMS	Valor ICMS	Valor Total da Nota F
18,54	4,63	R\$ 24
Composição dos Valores	Reservado ao Fisco	
Distribuição	4950.7B81.D454.D20B.C1E5.E12B.9AF5.970	
Enc. Setorial		
Energia		
Transmissão		
Tráfego		
Soma Demonstrativo		

ESTA UNIDADE CONSUMIDORA ESTA SUJEITA A SUSPENSÃO DE FORNECIMENTO INCLUSO NA FATURA PIS R\$0,17 E COFINS R\$0,77 CONFORME RES. ANEEL 130/2005. A PARTIR DE 01/10/2016 - PIS/PASEP 0,88% E COFINS 4,02%.

O não pagamento da fatura 15 dias após o vencimento acarretará inclusão no cadastro de inadimplentes CADINPR

A qualquer tempo pode ser solicitado o cancelamento de valores não relacionados à prestação do serviço de energia elétrica, como convênios e doações.

DEBITOS: 08/2016 R\$ 35,80 09/2016 R\$ 45,35

Periodos Band.Tarif.: Verde:20/09-19/10

Unidade Consumidora  
51109751

Mars  
10/2016

Autenticação Mecânica

Vencimento  
10/11/2016

Valor a Pagar  
R\$ 24,96





VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 8.063.185 5 DATA DE EXPEDIÇÃO 16/04/1997

NOME CLAUDINEI GONÇALVES ARAUJO

FILIAÇÃO SEBASTIÃO GONÇALVES ARAUJO  
ANAIR BATISTA ARAUJO

NATURALIDADE APUCARANA/PR DATA DE NASCIMENTO 18/05/1983

DDC ORIGEM COMARCA=MARILANDIA SUL/PR, DA SEDE  
C.NASC 4803; LIVRO=7A, FOLHA=123

CPF

ASSINATURA DO DIRETOR  
JOÃO RICARDO KÉFES NORONHA

CURITIBA - PR

LEI Nº 7.116 DE 22/08/83





MINISTÉRIO DO EXÉRCITO  
DIRETORIA DE SERVIÇO MILITAR  
CERTIFICADO DE DISPENSA  
DE INCORPORAÇÃO

15<sup>a</sup> CSM  
605121 - U- RA15344 200041 7

NOME  
**CLAUDINEI GONÇALVES ARAUJO**

EM CASO DE CONVOCAÇÃO DEVE APRESENTAR-SE IMEDIATAMENTE

PAI **SEBASTIÃO GONÇALVES ARAUJO**  
MÃE **ANAIR BATISTA ARAUJO**

DATA NASC **18MAI83** NATURALIDADE **APUCARANA - PR**

DISPENSADO DO SERVIÇO MILITAR INICIAL EM **20 SET 01**  
POR **M.N.T.**

*Helio Modesto Rivas*  
2.7.04  
# TEN CMO-DEL 17º DEL SM





**COPEL**

Copel Distribuição S.A.  
Rua José Isidoro Blazetto, 158  
81200-240 Curitiba - PR  
CNPJ 04.368.898/0001-08  
IE 90.233.073-99 IM 423.992-4



www.copel.com  
0800 51 00 116

Unidade Consumidora

**ANA CLAUDIA DOS SANTOS**

R SAO MIGUEL 159 - 66266 003 926200

CEP 98620000

CPF 08359743916

MAUA DA SERRA - PR

**82794529****Vencimento****21/10/2016****Valor a Pagar****R\$ 129,32**

Responsável pelo: manutenção da iluminação pública. COPEL 08005100116

**Reaviso de Vencimento**

No. Medidor: 0294031796 - BIFÁSICO				Mes Referência: 10/2016			
Leitura Anterior	Leitura Atual	Método	Constante de	Total	Consumo	Data	
02/09/2016	04/10/2016	32 dias	Multiplicação	Faturado	Médio/Dia	Apresentação	
24127	24304	177 kWh	1,00	177 kWh	5,53 kWh	04/10/2016	
Proxima Leitura Prevista: 03/11/2016				RESIDENCIAL			

Conjuntos: FASES				Tensão: 127/220 V			
Realizado Mensal	DIC	FIC	DMIC	EUSD (R\$)			
0,00 h	0,00	0,00 h	0,00 h	127 / 220 volts			
Limite Mensal	5,91 h	3,36	3,40 h	29,27			
Limite Trimestral	11,82 h	6,72		Limite faixa adequada de Tensão:			
Limite Anual	23,64 h	13,46		117 / 133 / 202 - 231 volts			

**Histórico de Consumo e Pagamento** Média 3 meses: 170 kWh

Mês	06/16	07/16	08/16	09/16	10/16	11/16	12/16	01/17	02/17	03/17
CONS	216	154	142	150	146	162	162	145	160	163
PGTO	1309	1538	2807	2206	1805	1204	0203	1502	2501	1472

**NOTA FISCAL COMA DE ENERGIA ELÉTRICA** no 254194 Série B

Emitida em 04/10/2016

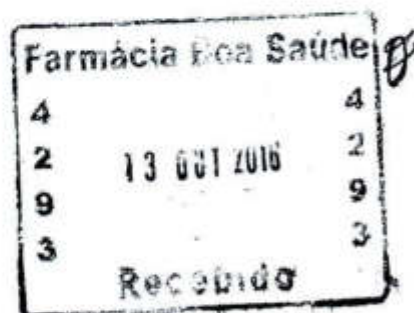
Produto	Descrição	Un	Consumo	Valor Unitário	Valor Total	Base de Cálculo	Aliq ICMS
01	ENERGIA ELÉTRICA CONSUMO	kWh	177	0,540903	113,44	113,44	29,00%
02	CONT. ILUMIN. PÚBLICA MUNICÍPI				15,88		
Base de Cálculo do ICMS		113,44	Valor ICMS:	32,90	Valor Total da Nota Fiscal	129,32	

Composição dos Valores	
Energia	40,95
Distribuição	23,36
Transmissão	1,73
Tributos	30,85
Emargem	2,65
TOTAL	113,44

Reservado ao Fisco

7AEC 130F 0545.2B32.1D15.1A57.AFBEE118

INCLUSO NA FATURA PIS R\$ 1,07 E COFINS R\$ 4,88 CONFORME RES. ANEEL 130/2005  
A PARTIR DE 01/10/2016 - PIS/PASEP 0,88% E COFINS 4,02%  
O não pagamento da fatura 15 dias após o vencimento acarretará inclusão no  
cadastro de inadimplentes CADINPR  
A qualquer tempo pode ser solicitado o cancelamento de valores não relacionados  
à prestação do serviço de energia elétrica, como convênios e doações.  
Períodos Band Tarif: Verde 03/10/04/10





VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO 7.035.940-5 DATA 18/02/1994

LIZEU KOZAN

LAURO KOZAN  
JUVELINA DOS SANTOS KOZAN

APUCARANA/PR 31/12/1973

COMARCA=MARILÂNDIA SUL/PR, DA SEDE

C.NASC 30503, LIVRO=21A, FOLHA=266V

LEI Nº 7.116 DE 23-08-83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

CARTÃO DE IDENTIDADE

31/12/1973

Lizeu Kozan

31/12/1973

50.694.200-2

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

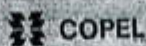
038/M24-0

31/01/92

BANESTADO

0910201-9





Copel Distribuição S.A.  
Rua José Carlos Dias, 152  
81200-240 Curitiba - PR  
CNPJ 04.268.295/0001-40  
IL 90.233.073-00 IM 423.002-1



www.copel.com  
0800 51 00 116

Unidade Consumidora

LIZEU KOZAN

R TIBAGI, 396 - MO2 86268 003 876401

CEP: 86268000

CPF: 91700266904

MAIA DA SERRA - PR

76271994

Vencimento

21/04/2016

Valor a Pagar

R\$ 444,85

Responsável pela manutenção da instalação elétrica: COPEL 00000100116

### Reaviso de Vencimento

Ha debitos vencidos que sujeitam sua unidade consumidora ao corte de energia. Após o corte, caso não haja regularização em 3 meses, seu contrato com a Copel será suspenso. Neste período, haverá cobrança conf. legislação. Se estiver pago, desconsidere esta mensagem. Exatidão atividade acessória, o valor pode ser excluído da fatura.

Referência 03/2016  
Valor 397,27

### Informações Técnicas

No. Medidor: 0904340462 - TRFAS/CO

Mes Referência: 04/2016

Leitura Anterior: 02/03/2016  
Leitura Atual: 02/04/2016  
Medido: 31 dias  
72949 73309 440 kWh

Constante de Multiplicação: 1,00

Total Faturado: 440 kWh

Consumo Medido/De Apresentação: 14,10 kWh  
Data Apresentação: 02/04/2016

Próxima Leitura Prevista: 03/05/2016

DESEMPENHO DESEMPENHO

### Indicadores de Qualidade

03/17.8101

Conjunto FAXINAL

Mes 02/2016

Tensão Controlada

127 / 220 volts

Realizado Mensal: 0,00 h  
Limite Mensal: 5,91 h  
Limite Trimestral: 11,82 h  
Limite Anual: 23,64 h

Limite Faixa Adequada de Tensão: 117 - 133 / 202 - 231 volts

### Histórico de Consumo e Pagamento Média 3 meses: 457 kWh

MES	03/16	02/16	01/16	12/15	11/15	10/15	09/15	08/15	07/15	06/15	05/15	04/15
CON	401	455	510	460	522	593	602	604	561	576	409	440
PQTO		2903	2402	2001	2412	2111	2810	2209	1708	0907	2206	0704

### Valores Faturados

NOTA FISCAL CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA 09 330016 Serit 0  
emitida em 02/04/2016

Produto Descrição	Un	Consumo	Valor Unitário	Valor Total	Base de Cálculo	Aliq. ICMS
01 ENERGIA ELÉTRICA CONSUMO	kWh	440	0,773545	340,36	340,36	20,00%
02 ENERGIA CONV B AMARELA	kWh			9,70	9,70	20,00%
03 CONTRILUMIN PÚBLICA MUNICÍP				49,00		
04 ACRESCIMO MORATORIO				6,09		
05 SERVICO DE REGIACAO				27,20		
06 MULTA POR ATRASO NO PAGAMENTO				1,77		
07 JUROS CONTA ANTERIOR				4,73		
Base de Cálculo do ICMS		350,06	Valor ICMS	101,51	Valor Total da Nota Fiscal	444,85
Composicao dos Valores						
Energia		130,74				
Distribuição		65,64				
Transmissão		8,82				
Tributos		121,29				
Preços		27,87				
TOTAL		350,06				

Reservado ao Fisco

75AR 4500 A011 A/RE 6056 FA04 R 100-ISA 10

INCLUIR NA FATURA POSTOS A 0,01% E 0,05% IS 27 (na soma 0,06% MENOS 0,01% 0,05% 0,00%)

A qualquer tempo pode ser aplicado a qualquer momento de valores não considerados a prestação do serviço de energia elétrica, como o reajuste e o desconto

DEBITOS: 03/2016 R\$ 397,27

Períodos Band Tarif: Amarela 03/03-31/03 Verde 01/04-02/04

Vencimento: 21/04/2016

Valor a pagar: R\$ 444,85

Controle

01-20163299224122-44

Numero de identificação

76271994

Mes

04/2016

R\$ (1 / 613)

83620000004 7 44850111000 2 00101020163 8 29922412244 8



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO

COORDENAÇÃO GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

ESPLANADA DOS MINISTÉRIO, BLOCO R, 3º ANDAR

BRASILIA - DF

CEP: 70044-900




(A/C - INALDA CELINA MADIO - Coordenadora Geral de Radiodifusão Comunitária )

(Referente resposto do Oficio nº. 47955/2016/SEI-MCTIC - do Processo 53900.041686/2015-04)




**CONSELHO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, EDUCACIONAL  
E ECONÔMICO DE MAUÁ DA SERRA - PR. (CODESEM)  
RUA PRESBÍTERO, Nº. 53, CENTRO  
MAUÁ DA SERRA - PR.  
CEP: 86828-000**





PREFEITURA MUNICIPAL  
DE  
MAUÁ DA SERRA



[Início](#) - [Prefeitura](#) - [Notícias](#) - [O Município](#) - [Contato](#) - [Portal Transparência](#)

[Procurar](#)

✓ **Administração**

- Gabinete do Prefeito
- Câmara Municipal
- Leis e Atos Municipais
- Contas Públicas
- Convênios
- Licitações
- Portal da Transparência
- Concursos

**Gabinete do Prefeito**

✓ **Utilidades**

**Competência:**

O Gabinete do Prefeito é o órgão encarregado de coordenar o relacionamento do Prefeito Municipal com o Poder Legislativo, autoridades político-administrativas, entidades públicas e privadas, demais órgãos e unidades da administração municipal, associações de classe e municípios em geral bem como coordenar as atividades políticas do Prefeito com os municípios, entidades e associações de classe, órgãos de representação e Câmara.

✓ **O Município**

- História
- Município
- Símbolos
- Dados gerais
- Pioneiros
- Turismo

**Equipe:**

**Prefeito**  
Hermes Wichthoff

**Vice-Prefeito**  
Tania Cristina de  
Macedo

**Chefe de Gabinete**

**Endereço:**

Av. Ponta Grossa, 480. CEP: 86.828.000

**Email:**

prefeitura@mauadaserra.pr.gov.br

✓ **Departamentos**


- Agricultura
- Assistência Social
- Conselho Tutelar
- Esportes
- Finanças
- Educação
- Compras
- Indústria e Comércio
- Tributação
- Saúde
- Recursos Humanos

✓ **Expediente**

- Notícias
- Fale Conosco
- Página Principal


✓ **Links e Serviços**

- Buscar CEP
- Links Úteis
- Telefones Essenciais
- Galeria de Fotos
- Downloads
- Webmail




**EXPEDIENTE**

**Horário de atendimento:**  
08:00h às 11:00h  
13:00h às 17:00h



PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

Prefeitura do Município de Mauá da Serra



**WEBMAIL**  
Mauá da Serra

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÁ DA SERRA - PR**  
Avenida Ponta Grossa, 480 - CEP: 86828-000 - Fone: (0\*\*43) 3464-1265  
prefeitura@mauadaserra.pr.gov.br

Prefeitura do Município de Mauá da Serra © 2013 - Todos os direitos reservados.

**Ministério das Comunicações**  
Secretaria de Serviço de Radiodifusão  
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão  
**ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM**

## Identificação do Processo

Número: 53900.041686/2015 Localidade / UF: MAUÁ DA SERRA/PR  
Entidade: CONSELHO COMUNITARIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, EDUCACIONAL E ECONOMICO DE  
Aviso: 3 Publicação: 22/12/1998 Prazo: 45 Canal: 200

## Processo

1. A Entidade é uma:	Associação
----------------------	------------

## 2. Conclusão Geral (Parecer Legal)

Documentos exigidos para a renovação:

- 1) Interesse de renovação: Petição 0779938.
  - 1.1) Protocolo no SEI: 21/10/2015.
  - 1.2) Tempestividade: (X) Sim () Não.
- 2) Estatuto Social: fls. 3 a 14 (Ata 1649158) .
  - 2.1) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: art. 3º, parágrafo único;
  - 2.2) Garantia de ingresso gratuito, como associado: art. 28-A, caput;
  - 2.3) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: art. 28-A, I;
  - 2.4) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: art. 28-A, II;
  - 2.5) Órgão administrativo e cargos: art. 7º;
  - 2.6) Atribuições do Órgão administrativo: art. 15 e ss.;
  - 2.7) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: art. 36 (quatro anos);
  - 2.8) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: arts. 31-A a 31-D.
- 3) Ata de Eleição da Diretoria: fls. 3/4 (Ata 1649158). (13/1/2017 - 13/1/2021). Registro no livro B.  
Presidente: Cristiane de Oliveira Pinheiro; (26/4/1986 - 052.924.469-12)  
1º(a) Vice-Presidente: Sebastião Santos de Souza; (17/7/1959 - 437.287.159-72)  
2º(a) Vice-Presidente: José Raimundo Sidrim; (5/11/1945 - 357.165.419-68)  
3º(a) Vice-Presidente: Claudinei Gonçalves Araújo; (18/5/1983 - 045.734.879-80)  
Secretário(a): Ana Cláudia dos Santos; (29/9/1990 - 083.597.439-16)  
Tesoureiro(a): Lizeu Kozan. (31/12/1973 - ilegível)
- 4) Comprovantes de maioria e nacionalidade: fls. 24, 26, 31, 34 e 36 (Ata 1649158).
- 5) CNPJ: Certidões CNPJ 0814183.
- 6) Certidão Negativa da Anatel: Pendente.
- 7) Declaração de conformidade: fl. 17 (Ata 1649158).
- 8) Relatório do Conselho Comunitário sobre a programação da emissora: fls. 15 e 18 (Ata 1649158). Não está assinado.

### \*\*\*PENDÊNCIAS:

- Na Ata encaminhada, embora conste eleição para o Conselho Deliberativo, na realidade, elegeu-se o Conselho Administrativo (conforme art. 7º do estatuto social). Além disso, a Ata está equivocadamente registrada no livro B, quando o correto é livro A.
- O relatório do Conselho Comunitário não está assinado.
- O CPF do Tesoureiro, Lizeu Kozan, está ilegível.
- Não foi possível emitir certidão negativa expedida pela Anatel.
- A ex-Presidente, Cristiane de Oliveira Pinheiro (mandato entre 29/1/2016 e 13/1/2017) exerce o cargo de Vice-Prefeita do município de Mauá da Serra - PR, o que configura vínculo político.

### \*\*\*CONCLUSÕES:

- Não foi realizada pesquisa de vínculo em relação aos novos dirigentes.

- Não foi encaminhada defesa referente à Nota Técnica nº 33164/2016/SEI-MCTIC 1559700 e não foram encaminhados na integralidade os documentos necessários ao prosseguimento do pleito. Portanto, será mantida a não renovação da outorga.
- Será elaborada Nota Técnica a fim de cientificar a Radiodifusora acerca da decisão.

---

FRANCISCA LETICIA BARBOSA DUARTE



# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processos de Renovação de Outorga da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

## **NOTA TÉCNICA Nº 13263/2017/SEI-MCTIC**

Processo nº: **53900.041686/2015-04.**

Assunto: **Não Renovação de Outorga. Abertura de prazo recursal.**

### **SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se do **CONSELHO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL EDUCACIONAL E ECONÔMICO DE MAUÁ - CODESEM**, entidade autorizada para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Mauá da Serra**, estado do **Paraná**.

### **ANÁLISE**

2. Por meio da Nota Técnica nº 33164/2016/SEI-MCTIC (1559700), esta Coordenação-Geral informou à Entidade sobre a decisão de não renovação da outorga, em decorrência do descumprimento de exigência formulada por este Órgão, e concedeu prazo de **30 dias** para que apresentasse defesa.

3. Em resposta, a Radiodifusora protocolizou, **tempestivamente**, a Ata 1649158, em 30/1/2017, por meio da qual não justificou o descumprimento de exigência, mas encaminhou parte dos documentos pendentes, a saber: (I) o estatuto social atualizado com as modificações necessárias e registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas; e (II) a declaração de conformidade.

4. Além disso, enviou: (I) uma nova Ata de eleição da diretoria registrada no livro "B", quando o correto é no livro "A"; (II) o CPF do novo Tesoureiro, Lizeu Kozan, ilegível; e (III) o relatório do Conselho Comunitário não assinado pelos membros do Conselho.

5. Isso quer dizer que, além de a Radiodifusora não ter apresentado defesa, encaminhou apenas parte do que fora exigido reiteradas vezes.

6. Registra-se que, da consulta ao sítio da Agência Nacional de Telecomunicações, não foi possível emitir certidão negativa de débitos, o que significa que a Entidade encontra-se devedora.

7. Por fim, como informado na Ata de eleição da nova diretoria, às fls. 3/4

(Ata 1649158), e confirmado no Anexo 1963684, a ex-Presidente, Cristiane de Oliveira Pinheiro (mandato entre 29/1/2016 e 13/1/2017) exerce, desde 1º/1/2017, o cargo de Vice-Prefeita do município de Mauá da Serra - PR, período que coincidiu com o mandato na diretoria, o que configura vínculo político de acordo com o art. 25, § 2º, I, "a" da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/9/2015.

8. Portanto, com base no art. 6º, § único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, segundo o qual "A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes", e no art. 132, II da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, segundo o qual "A renovação será indeferida nos casos em que: [...] II - não tenham sido apresentados os documentos ou regularizadas as pendências, conforme solicitação do Ministério das Comunicações", será mantido o indeferimento da renovação da outorga.

## CONCLUSÃO

9. Com base nesses argumentos, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária se posiciona pela **não renovação** da outorga da Entidade.

10. Sugere-se, ainda, que a Requerente seja notificada acerca da decisão e, se desejar, apresente **recurso administrativo**, em atendimento aos Princípios do Contraditório e da Ampla Defesa e ao duplo grau de jurisdição administrativa, no prazo de **30 dias**, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica. Transcorrido esse prazo sem que haja manifestação, o pleito de renovação de outorga será **indeferido**.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Leticia Barbosa Duarte Miele, Analista Técnico Administrativo**, em 19/06/2017, às 08:47, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 21/06/2017, às 14:33, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1963692** e o código CRC **8D80776D**.

## Minutas e Anexos

Anexo 1963684.



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar  
CEP: 70044-900 / Brasília-DF  
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 26241/2017/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

CRISTIANE DE OLIVEIRA PINHEIRO

Representante Legal do **CONSELHO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, EDUCACIONAL E ECONÔMICO DE MAUÁ - CODESEM**

Rua Presbítero, nº 53 - Centro

86.828-000 - Mauá da Serra - PR

CNPJ nº 02.797.500/0001-21

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.041686/2015-04.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 13263/2017/SEI-MCTIC**, desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.

2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto, sob pena da **extinção da outorga**. Solicitamos ainda que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 21/06/2017, às 14:33, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1963760** e o código CRC **E3745482**.



Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício  
nº 26241/2017/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.041686/2015-04 - Nº SEI: 1963760

AR

## DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

SERAD/CGRC

ENT Ofício nº 26241/2017/SEI-MCTIC, 21/06/2017  
53900.041686/2015-04CEP CRISTIANE DE OLIVEIRA PINHEIRO  
CONSELHO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL,  
EDUCACIONAL E ECONÔMICO DE MAUÁ- CODESEM  
Rua Presbítero, nº 53 - Centro  
DEC 86.828-000 Mauá da Serra/PR

PAIS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE☐ EMS☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO  
DATE DE LIVRATION

04/07/2017

CARIMBO DE ENTREGA  
UNIDADE DE DESTINO  
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO  
RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDORRUBRICA E MATRÍCULA DO RECEBEDOR /  
SIGNATURE DE L'AGENT ET N°Mário de Fátima S. Moreno  
8.915.681-1  
Agente de Correios  
CC/Mauá da Serra

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS

16240203-0

FC0463 / 16

114 x 166 mm



AVISO DE  
RECEBIMENTO

AVIS CN07

AR

CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO

JR 43565712 0 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

28 JUN 2017

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA MINICOM

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

: h : h : h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

Serviço Público Federal  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

Sistema de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Departamento de Outorga de Serviços

Espanada dos Ministérios, Bloco "R", Anexo "B", Sala 300

CIDADE / LOCALITÉ

70044-900 - Brasília - DF

UF

BRASIL  
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA  
DEVOLUÇÃO  
RETOUR



01250.045059/2017-02

**CONSELHO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL,  
EDUCACIONAL E ECONÔMICO DE MAUÁ DA SERRA - CODESEM**

Mauá da Serra, 21 de julho de 2017.

**Ref.:** Processo 53900.041686/2015-04  
Ofício 26241/2017/SEI-MCTIC  
Nota Técnica 13263/2017/SEI-MCTIC

Em atenção aos expedientes identificados em epígrafe, e para fins de **renovação de outorga**, são encaminhados os seguintes documentos:

Fotocópia do CPF do tesoureiro Lizeu Kozan – legível  
Relatório do conselho comunitário de radiodifusão –  
assinado  
CND da Anatel

Outrossim, são feitos os seguintes esclarecimentos:

a) o cartório local entende que está correto o registro da ata da eleição da diretoria do CODESEM no livro "B";

b) a atual vice-prefeita municipal TANIA CRISTINA DE MACEDO saiu da presidência do CODESEM em janeiro/2017; a atual presidente CRISTIANE DE OLIVEIRA PINHEIRO não exerce nenhum mandato público eletivo; aparentemente, a Nota Técnica fez confusão com os nomes.

Apresentados os documentos e feitos os esclarecimentos cabíveis, requer-se a renovação da outorga.

Atenciosamente.

*Cristiane de Oliveira Pinheiro*  
**CRISTIANE DE OLIVEIRA PINHEIRO**  
Presidente do CODESEM

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO  
Em 28/07/17 às 14:00 horas  
Assinatura: *Conceição*

## CONSELHO MUNICIPAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

### RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO

Em cumprimento ao art. 116 da Portaria 4334/2015/SEI-MC, que dispõe sobre o serviço de radiodifusão comunitária, apresenta-se **RELATÓRIO** nos seguintes termos:

#### Descrição da grade de programação

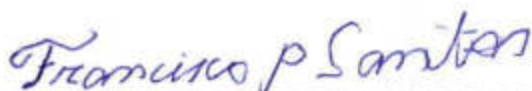
Horário de funcionamento da emissora: 6h00min às 24h00min, de segunda-feira a domingo.

Grade de programação: em anexo.

#### Avaliação da grade de programação

O Conselho Municipal entende que a grade de programação atende às finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Mauá da Serra, 23 de janeiro de 2017.



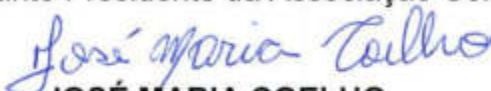
**FRANCISCO PEREIRA DOS SANTOS**

Presidente da Associação de Moradores



**FABIANA QUELI DE MACEDO DE SOUZA**

Representante Presidente da Associação Comercial



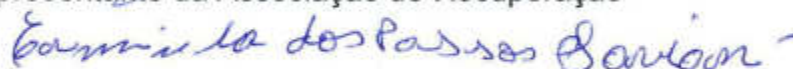
**JOSÉ MARIA COELHO**

Representante de entidade católica



**ROGÉRIO AUGUSTO PIETROBELLI**

Representante da Associação de Recuperação



**ERMINDA DOS PASSOS SAVIANI**

Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais



SEI 01250.045059/2017-02 / pg. 3



## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:** CONSELHO COM.DE DES.S.EDUC.E ECON.DE MAUA DA SERRA - CODESEM  
**CNPJ:** 02.797.500/0001-21

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:54:46 do dia 26/07/2017 (hora e data de Brasília).

Válida até 25/08/2017.

Certidão expedida gratuitamente.



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar

CEP: 70044-900 / Brasília-DF

Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 26241/2017/SEI-MCTIC



**CONSELHO COMUNITARIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, EDUCACIONAL E ECONOMICO DE  
MAUA DA SERRA –CODESEM CNPJ nº 02.797.500/0001-21**

**Cristiane de Oliveira Pinheiro**

**Rua :presbítero João Pereira nº52 Centro**

**CEP: 86828000**

**Mauá da Serra PR**

**Assunto: Resposta ao ofício nº2624/2017/SEI-MCTIC**

**Processo nº53900.041686/2015-04**

( ETIQUETA OU CARIMBO MP )



# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processos de Renovação de Outorga da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

## DESPACHO

Protocolo nº: **53900.041686/2015-04.**

Entidade: **CONSELHO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL EDUCACIONAL E ECONÔMICO DE MAUÁ - CODESEM.**

Assunto: **Recurso prejudicado. Retomada da análise processual.**

1. Em atenção à previsão contida no § 4º do art. 130 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MCTIC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/9/2015, com redação dada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 9/4/2018, opino pela retomada da análise processual a fim de se verificar a viabilidade do deferimento da renovação da outorga.

2. Encaminhem-se os autos para análise.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Letícia Barbosa Duarte Miele, Analista Técnico Administrativo**, em 13/09/2018, às 10:01, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3359508** e o código CRC **4A567062**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 53900.041686/2015-04

SEI nº 3359508

IMPRIMIR

VOLTAR



## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 02797500/0001-21

**Razão Social:** CONSELHO COMUNIT DE DESENV SOCIAL EDUC E ECON DE MAUA

**Nome Fantasia:** CODESEM

**Endereço:** RUA IVAI SN QD 11 LT 02 E 03 / CENTRO / MAUA DA SERRA / PR / 86828-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 03/09/2018 a 02/10/2018

**Certificação Número:** 2018090311390040273364

Informação obtida em 13/09/2018, às 13:09:26.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**www.caixa.gov.br**



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: CONSELHO COMUNITARIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, EDUCACIONAL E ECONOMICO DE MAUA - CODESEM. (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 02.797.500/0001-21

Certidão nº: 158251719/2018

Expedição: 13/09/2018, às 13:10:01

Validade: 11/03/2019 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **CONSELHO COMUNITARIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, EDUCACIONAL E ECONOMICO DE MAUA - CODESEM. (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **02.797.500/0001-21**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



**Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA**

**CNPJ:** 02.797.500/0001-21  
CONSELHO COMUNITARIO DE DESENVOLVIMENTO  
**NOME EMPRESARIAL:** SOCIAL, EDUCACIONAL E ECONOMICO DE MAUA -  
CODESEM.  
**CAPITAL SOCIAL:**

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

<b>Nome/Nome Empresarial:</b>	NILSON GONCALVES DOS SANTOS
<b>Qualificação:</b>	16-Presidente

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o E-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 13/09/2018 às 13:08 (data e hora de Brasília).

**ANEXO 5**  
**MODELO DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO**  
**COMUNITÁRIA**

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE					
Razão Social:					
Nome Fantasia:		CNPJ:			
Endereço de Sede:					
Município:		UF:		CEP:	
Nome do representante legal:					
Endereço eletrônico (e-mail):					

Endereço de Correspondência:					
Município:		UF:		CEP:	

LOCALIZAÇÃO DE INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE					
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):		Latitude:	º (N/S)	'	"
		Longitude:	º W	'	"

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária no Município e UF descritos, vem, através de seus dirigentes, abaixo identificados, solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para a renovação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VI - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.
- VII - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

VIII - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

IX - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora;

X - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, , por qualquer infração de natureza penal ou em qualquer dos ilícitos referidos no art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; e

XI - a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

Cientes de que **a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis**, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Renovação de Outorga.

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:				UF:	CEP:
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:				UF:	CEP:
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:				UF:	CEP:
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão		CPF:	



		Emissor:			
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

**ATENÇÃO:**

- Os documentos necessários para renovação são aqueles previstos no art. 130 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.
- Não será admitido pedido de prorrogação do prazo para apresentação do requerimento de renovação.

Processo nº 53900.041686/2015-04.

Entidade: **CONSELHO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL EDUCACIONAL E ECONÔMICO DE MAUÁ - CODESEM**

Localidade: Mauá da Serra / PR.

Documentos exigidos para a renovação:

1) Interesse de renovação: Petição 0779938.

1.1) Protocolo no SEI: 21/10/2015.

1.2) Tempestividade: (X) Sim ( ) Não.

1.3) Novo requerimento assinado por todos os dirigentes: fl. .

2) Declaração de conformidade: fl. 17 (Ata 1649158).

3) Estatuto Social: fls. 3 a 14 (Ata 1649158).

3.1) Adequação à Portaria:

a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: art. 3º, parágrafo único;

b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: art. 28-A, **caput**;

c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: art. 28-A, I;

d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: art. 28-A, II;

e) Órgão administrativo e cargos: art. 7º;

f) Atribuições do Órgão administrativo: art. 15 e ss.;

g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: art. 36 (quatro anos);

h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: arts. 31-A a 31-D.

3.2) Adequação ao Código Civil:

a) Denominação: art. 1º;

b) Fins: art. 3º;

c) Sede: art. 1º;

d) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: art. 28-A e 46;

e) Direitos dos associados: art. 29;

f) Deveres dos associados: art. 30;

g) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa: art. ;

h) Fontes de recursos para sua manutenção: art. 31;

i) Modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos: arts. 5º, 10 e 11;

j) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: art. ;

k) Forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: arts. 7º, 12 e 16;

l) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral e quórum para as deliberações relativas a esses assuntos: art. ;

m) Critérios de eleição dos administradores: art. ;

n) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: art. ;

o) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio: art. 52.

4) Ata de Eleição da Diretoria: fls. 3/4 (Ata 1649158). (13/1/2017 - 13/1/2021).

Presidente: Cristiane de Oliveira Pinheiro;

1º(a) Vice-Presidente: Sebastião Santos de Souza;

2º(a) Vice-Presidente: José Raimundo Sidrim;

3º(a) Vice-Presidente: Claudinei Gonçalves Araújo;

Secretário(a): Ana Cláudia dos Santos;

Tesoureiro(a): Lizeu Kozan.

5) Comprovantes de maioria e nacionalidade: fls. 24, 26, 31, 34 e 36 (Ata 1649158).

6) CNPJ: Certidões CNPJ 0814183.

7) Certidão Negativa da Anatel: 4 (Carta 2083796).

8) Relatório do Conselho Comunitário sobre a programação da emissora: fl. 2 (Carta 2083796). Irregular

9) Certidão que comprove a regularidade da entidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS): Certidão FGTS 3363518.

10) Certidão expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal: Certidão RFB .

11) Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho: Certidão JT 3363519.

### \*\*\*PENDÊNCIAS:

- Deve ser encaminhado Requerimento de renovação contendo todas as declarações elencadas no modelo e assinado por todos os dirigentes.

-----  
- No estatuto social:

#### **CÓDIGO CIVIL**

(I) não estão previstas as condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução, em desacordo com o art. 54, inciso VI do CC;

(II) não está expressamente previsto que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso, conforme art. 57 do CC;

(III) não constam as competências privativas da Assembleia Geral, em desacordo com o art. 59 do CC;

(IV) não estão previstos os critérios de eleição dos administradores, em desacordo com o art. 59, parágrafo único;

(V) não está previsto que a Assembleia Geral poderá ser convocada por 1/5 dos associados, nos termos do art. 60 do CC.

-----  
- Após consulta ao Quadro de Sócios e Administradores (QSA) da Receita Federal, verificou-se que consta como Presidente da Associação o senhor Nilson Gonçalves dos Santos. Assim, deve-se regularizar a situação.

-----  
- O relatório do Conselho Comunitário não contém a descrição e a avaliação acerca da grade de programação e não foram devidamente indicadas as entidades representadas pelos conselheiros; deve-se mencionar os números dos CNPJs das entidades.

-----  
- Não foi possível emitir certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal.

-----  
- Consultou-se o sítio da Justiça Estadual do Paraná e não foi possível emitir as certidões criminais de 1º e 2º graus e as certidões para fins eleitorais de 1º grau relativas a todos os dirigentes. Além disso, não foi possível emitir a certidão para fins eleitorais de 2º grau relativa à Secretária, Ana Cláudia dos Santos, em razão de homonímia. Assim, para completa instrução processual, com base no art. 130, § 8º da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, com redação dada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, devem ser encaminhadas as mencionadas certidões negativas.



**\*\*\*CONCLUSÃO:**

- Consultou-se o sítio da Anatel e verificou-se que a Associação não possui débitos.
- Realizou-se pesquisa de vínculo e não se verificou irregularidade.
- Realizou-se pesquisa na Justiça Federal e não se verificou irregularidade.
- Será elaborada Nota Técnica a fim de corrigir a(s) pendência(s) observada(s).

**DADOS DOS DIRIGENTES:**

CARGO	NOME	D. NASC.	CPF	RG	FILIAÇÃO	TÍTULO	PARTIDO	OBS
Presidente	Cristiane de Oliveira Pinheiro	26/04/1986	052.924.469-12	8.568.435-3 (SSP/PR)	Cleonice Aparecida de Oliveira / Aparecido Pinheiro	081617530647	-	
1 <sup>o(a)</sup> Vice-Presidente	Sebastião Santos de Souza	17/07/1959	437.287.159-72	3.206.230-0 (SSP/PR)	Maria Aparecida de Souza / Joaquim Jose de Souza	020969060663	DEM	
2 <sup>o(a)</sup> Vice-Presidente	José Raimundo Sidrim	05/11/1945	357.165.419-68	3.046.656-0 (SSP/PR)	Maria Macedo da Conceição / Raimundo Sidrim Cruz	020993900604	DEM	
3 <sup>o(a)</sup> Vice-Presidente	Claudinei Gonçalves Araújo	18/05/1983	045.734.879-80	8.063.185-5 (SSP/PR)	Anair Batista Araujo / Sebastião Gonçalves Araújo		-	
Secretário(a)	Ana Cláudia dos Santos	29/09/1990	083.597.439-16	10.368.622-9 (SSP/PR)	Claudete de Oliveira Santos / Paulino Gonçalves dos Santos	090679800663	-	CERTIDÃO PARA FINS ELEITORAIS 2º GRAU
Tesoureiro(a)	Lizeu Kozan	31/12/1973	917.002.569-04	7.035.940-5 (SSP/PR)	Juvelina dos Santos Kozan / Lauro Kozan	056390890604	-	

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Processos de Renovação de Outorga da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

**NOTA TÉCNICA Nº 20788/2018/SEI-MCTIC**

Processo nº: **53900.041686/2015-04.**

Assunto: **CONSTATAÇÃO DE PENDÊNCIAS. EXIGÊNCIA 3 (TRÊS) E ÚLTIMA.**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. O processo versa sobre a renovação da outorga do Serviço de Radiodifusão Comunitária deferida ao **CONSELHO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL EDUCACIONAL E ECONÔMICO DE MAUÁ - CODESEM**, na localidade de **Mauá da Serra**, estado do **Paraná**.

**ANÁLISE**

2. Após análise do Processo, observou-se a existência de pendências, conforme descrição a seguir:

O não atendimento, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, de qualquer das solicitações listadas abaixo, caracteriza hipótese de <b>indeferimento</b> .			
	Dispositivo	Descrição	Análise
	Art. 130, § 1º, inciso I	Requerimento de renovação.	O Requerimento de renovação deve conter todas as declarações constantes do modelo (Anexo 5 da Portaria) e deve ser assinado por <b>todos</b> os dirigentes.
			Da análise do estatuto social, constatou-se a inobservância ao Código Civil, a saber:  <b>Art. 54 do CC:</b> Não está(ão) previsto(s):  - as condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução.  <b>Art. 57 do CC:</b> Não consta cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso, nos termos previstos no estatuto.

<p>Portaria nº 4334, publicada no DOU de 21/9/2015, alterada pela Portaria nº 1909, publicada no DOU de 9/4/2018.</p>	<p>Art. 130, § 1º, inciso II c/c art. 40</p>	<p>Estatuto social adequado ao Código Civil.</p>	<p><b>Art. 59 do CC:</b> Não estão previstas as competências privativas da Assembleia Geral, a saber, destituição dos administradores e alteração do estatuto; o quórum para as deliberações relativas a esses assuntos; e os critérios de eleição dos administradores.</p> <p><b>Art. 60 do CC:</b> Não está prevista a garantia de convocação dos órgãos deliberativos por, pelo menos, 1/5 (um quinto) dos associados.</p> <p>Assim, para prosseguimento, a Associação deve regularizar o estatuto social de forma a adequá-lo às disposições do Código Civil.</p> <p><b>Observação:</b> O estatuto deve ser encaminhado consolidado com todas as alterações e registrado no <b>Livro A</b> do Cartório de Pessoas Jurídicas.</p>
	<p>Art. 130, § 1º, inciso V</p>	<p>Último relatório do Conselho Comunitário.</p>	<p>O relatório do Conselho Comunitário não contém a descrição e a avaliação acerca da grade de programação e não foram devidamente indicadas as entidades representadas pelos conselheiros; sobre o assunto, informa-se que <u>deve-se mencionar os números dos CNPJs das entidades</u>.</p> <p>Assim, para prosseguimento, deve-se encaminhar novo relatório elaborado pelo Conselho Comunitário, contendo a grade de programação e a avaliação dos programas veiculados, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conforme previsão do art. 116 da Portaria. Além disso, as entidades representadas por cada um dos conselheiros devem ser corretamente identificadas.</p> <p><b>Observação 1:</b> poderão indicar representantes para compor o Conselho Comunitário, dentre</p>



		<p>outras, as entidades de classe, beneméritas, religiosas, de moradores, associações rurais, sindicatos etc.</p> <p><b>Observação 2:</b> os dirigentes da entidade interessada e os representantes da Administração Pública ou de Conselhos Profissionais (OAB, CRM, CRA, etc.) não podem ser membros do Conselho Comunitário e, portanto, não podem assinar o relatório.</p> <p><b>Observação 3:</b> o relatório do Conselho Comunitário deverá contar com a assinatura de todos os seus conselheiros, em número mínimo de 5 (cinco), <u>com a indicação das respectivas entidades representadas pelos membros.</u></p>
	Art. 130, § 6º, inciso III	<p>CNPJ válido e atual.</p> <p>Após consulta ao Quadro de Sócios e Administradores (QSA) da Receita Federal, Anexo QSA (3363520), verificou-se que consta como Presidente da Associação o senhor Nilson Gonçalves dos Santos. Assim, deve-se regularizar a situação.</p>
	Art. 130, § 6º, inciso VI	<p>Certidão conjunta negativa de débitos da entidade relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal.</p> <p>Após consulta ao endereço eletrônico da Receita Federal, verificou-se a impossibilidade de emissão da Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União. Por essa razão, solicita-se que a Radiodifusora regularize a situação e encaminhe a certidão negativa dos débitos.</p>

3. Consultou-se o sítio da Justiça Estadual do Paraná e não foi possível emitir as certidões criminais de 1º e 2º graus e as certidões para fins eleitorais de 1º grau relativas a **todos os dirigentes**. Além disso, não foi possível emitir a certidão para fins eleitorais de 2º grau relativa à **Secretária, Ana Cláudia dos Santos**, em razão de homonímia. Assim, para completa instrução processual, com base no art. 130, § 8º da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, com redação dada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, devem ser encaminhadas as mencionadas certidões negativas.

4. Importante ressaltar que os pedidos de prorrogação de prazo somente poderão ser deferidos quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer

por motivo de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta, conforme art. 136-C da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC).

5. Salienta-se que esta solicitação será a **última** que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará à Entidade. Dessa maneira, a ausência de resposta, a resposta com apenas parcela dos documentos ou mesmo com documentos desconformes com o que foi solicitado levará, inevitavelmente, a o **indeferimento do pedido de renovação da outorga**, na forma do que determina o art. 130, § 4º c/c art. 132, inciso II da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC).

## CONCLUSÃO

6. Com base nessas informações, **intima-se** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.

7. A Entidade deverá apresentar resposta no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica. **Transcorrido esse prazo sem que haja manifestação por parte da interessada ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de renovação de outorga será indeferido.**

8. Em caso de dúvida sobre como cumprir a solicitação feita por esta Nota Técnica, será possível obter os esclarecimentos pelo e-mail: [duvidasradcom@mctic.gov.br](mailto:duvidasradcom@mctic.gov.br).

9. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Letícia Barbosa Duarte Miele, Analista Técnico Administrativo**, em 14/09/2018, às 08:16, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 14/09/2018, às 17:47, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3363527** e o código CRC **57DDD985**.

## **Minutas e Anexos**

Anexo QSA (3363520).

Anexo Requerimento de Renovação (3363522).

Checklist Roteiro RadCom (3363525).

---

**Referência:** Processo nº 53900.041686/2015-04

SEI nº 3363527





**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar  
CEP: 70044-900 / Brasília-DF  
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 36558/2018/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

CRISTIANE DE OLIVEIRA PINHEIRO

Representante Legal do **CONSELHO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, EDUCACIONAL E ECONÔMICO DE MAUÁ - CODESEM** (CNPJ nº 02.797.500/0001-21)

Rua Presbítero, nº 53 - Centro

86.828-000 / Mauá da Serra - PR

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.041686/2015-04.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 20788/2018/SEI-MCTIC**, que trata da análise do processo em referência.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de **30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento deste Ofício, para que essa Entidade se manifeste sobre o assunto e/ou apresente a documentação pendente, sob pena de **indeferimento da renovação da outorga**, nos termos do art. 132 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União de 21/9/2015, alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 9/4/2018.
3. Ressalto que os pedidos de prorrogação de prazo somente poderão ser deferidos quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de **caso fortuito ou força maior devidamente comprovados** e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta, conforme art. 136-C da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC).
4. Além disso, na resposta a esta notificação, solicito que sejam **indicados o número do processo em referência e o deste Ofício**, a fim de viabilizar o trâmite neste Órgão.

5. Informo, ainda, que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: [http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/processo\\_eletronico.html](http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/processo_eletronico.html).

6. Por fim, esclareço que a Entidade deve manter o endereço de correspondência sempre atualizado e que qualquer dúvida sobre este Processo ou demais assuntos poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para [duvidasradcom@mctic.gov.br](mailto:duvidasradcom@mctic.gov.br).

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 14/09/2018, às 17:47, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3363553** e o código CRC **4A5189A6**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 36558/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.041686/2015-04 - Nº SEI: 3363553



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL



Correios  
R\$ 13,55  
12.09.18 14:57  
Código  
907 118 0002 20 1328

AO REMETENTE

SERAD/CORC  
Ofício nº 36558/2018/SEI-MCTIC, 14/09/2018  
53900.041686/2015-04  
CRISTIANE DE OLIVEIRA PINHEIRO  
CONSELHO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL,  
EDUCACIONAL E ECONÔMICO DE MAUÁ - CODESEM  
Rua Presbítero, nº 53 - Centro  
38.390-000 Centralina / MG

AO REMETENTE



Correios		REGISTRADO URGENTE	0,080
		registered priority	
Recebedor			AR MP
Assinatura			Doc.
JU 08348298 3 BR			



**Correios** **AVISO DE RECEBIMENTO** **AR**  
**AVIS CN07**

(CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO)  
**JU 08348298 3 BR**

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT  
 24 SET 2018

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

PREENCHER COM LETRA DE FÔRMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL  
 BRÉSIL

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO  
 RETOUR

ETIQUETA OU CARIMBO NP

REMETENTE:

ENDEREÇO:

EMPRESA BRASILEIRA DE  
 CORREIOS E TELÉGRAFOS

☐ Modos em ☐ Intelectual  
☐ Descoberta ☐ Relato  
☐ Registro ☐ Proteção

Endereço Insuficiente  
 Não existe o endereço

RECEBIMENTO

EM 18 SET 2018

Responsável

MG

Serviço Público Federal  
 Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações  
 Secretaria de Radiodifusão  
 Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC  
 Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 307, Anexo Oeste  
 70.044-900 Brasília - DF

**MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E  
COMUNICAÇÕES**

**REF. OFÍCIO Nº 36558/2018/SEI-MCTIC**

**ASSUNTO: Encaminhamento de Nota Técnica relativa á análise do  
processo nº 53900.041686/2015-04**

**CODESEM – CONSELHO COMUNITÁRIO DE  
DESENVOLVIMENTO SOCIAL, EDUCACIONAL E ECONOMICO DE  
MAUA**, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, devidamente inscrita no CNPJ 02.797.500/0001-21, neste ato representada por sua presidente, **Sra. Cristiane de Oliveira Pinheiro**, brasileira, divorciada, portadora do RG 85684353-0SSP/PR e CPF 052.924.469.12, com endereço na Rua Jamil Assad Jamus nº360, centro, município de Mauá da Serra, comarca de Marilândia do Sul/PR, vem à presença de Vossa Senhoria, para apresentar **PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO**, para o devido cumprimento de todos os apontamentos arrolados no ofício supra mencionado, vez que depende de alteração no Estatuto, bem como regularização de grande numero de documentos, entre outros, o que carece de mais tempo hábil para o efetivo cumprimento, vez que necessário reuniões com o Conselho, idas perante a Receita Federal, Justiça Estadual e Eleitoral. Destaca-se que este Conselho já está regularizando, bem como não economizará esforços através de seus

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO  
Em 04/12/18 às 16:00 horas  
Assinatura: Pereira



Vossa compreensão, para ao final este Conselho obter a renovação de outorga.

Termos em que  
**Pede e espera DEFERIMENTO.**

Mauá da Serra (PR), 26 de novembro de 2018.

*Cristiane de Oliveira Pinheiro*  
**CRISTIANE DE OLIVEIRA PINHEIRO**





**Ministério da Ciência,e Tecnologia,Inovação e Comunicação**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa,Comunitária e de Fiscalização

**Coordenação –Geral de Fiscalização de Outorgas**

Esplanada dos Ministérios, Bloco 'R',Anexo,Ala Oeste,Sala 307

CEP:70044900- Brasília – DF

Assunto:Resposta ao Ofício nº36558/2018/SEIMCT

Referencia :Processo nº53900.041686/2015-04



( ETIQUETA OU CARIMBO MP )

**CONSELHO COMUNITARIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
EDUCACIONAL E ECONOMICO DE MAUA – CODESEM  
(02.797.500/0001-21)**

**Avenida Ponta Grossa, nº 550, Centro  
86828-000 Mauá Da Serra/PR.**



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar  
CEP: 70044-900 / Brasília-DF  
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 49032/2018/SEI-MCTIC

À Senhora

**CRISTIANE DE OLIVEIRA PINHEIRO**

Representante Legal do CONSELHO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL,  
EDUCACIONAL E ECONÔMICO DE MAUÁ - CODESEM (CNPJ nº 02.797.500/0001-21)  
Rua Presbítero, nº 53 - Centro  
86.828-000 / Mauá da Serra - PR

Assunto: **Deferimento do pedido de prorrogação de prazo para envio de documentos relativos ao processo nº 53900.041686/2015-04.**

Senhora Representante Legal,

1. Em atendimento à solicitação de prorrogação de prazo para cumprimento das exigências formuladas na Nota Técnica nº 20788/2018/SEI-MCTIC (3653145), informo o **deferimento do prazo de 30 (trinta) dias**, contados a partir da data de recebimento deste Ofício, nos termos do art. 136-C da Portaria nº 4334/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/9/2015, alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 9/4/2018.
2. Ressalto que na comunicação da resposta deverá constar os números do Processo e deste Ofício, a fim de viabilizar o trâmite neste Ministério.
3. Além disso, solicito que a Entidade mantenha atualizado o endereço de correspondência, sob pena de aplicação do art. 5º, parágrafo único da Portaria nº 4334/SEI-MC, alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC.
4. Informo ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: [http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/textogeral/processo\\_eletronico.html](http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/textogeral/processo_eletronico.html)
5. Por fim, esclareço que qualquer dúvida sobre este Processo ou demais assuntos poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para [duvidasradcom@mctic.gov.br](mailto:duvidasradcom@mctic.gov.br).

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 18/12/2018, às 14:22 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3675045** e o código CRC **155E645A**.



Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício  
nº 49032/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.041686/2015-04 - Nº SEI: 3675045

## DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

Ofício nº 49032/2018/SEI-MCTIC, 18/12/2018

53900.041686/2015-04

CRISTIANE DE OLIVEIRA PINHEIRO

CONSELHO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL,  
EDUCACIONAL E ECONÔMICO DE MAUÁ

Rua Presbítero, nº 53 - Centro

86.828-000 Mauá da Serra / PR

UF

PAÍS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE☐ EMS☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO  
DATE DE LIVRATIONCARIMBO DE ENTREGA  
UNIDADE DE DESTINO  
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RECEPTEUR

02 / 01 / 19

MAUÁ DA SERRA

02 JAN 2019

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO  
RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDORRUBRICA E ASSINATURA DO RECEBEDOR  
SIGNATURE DU RECEPTEUR

Márcula 8.915.681-1

Banco de Correios

Mauá da Serra

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

Aviso de Recebimento (AR) Of 49032 (3799677)

SEI 53900.041686/2015-04 / pg. 3



**AVISO DE  
RECEBIMENTO**  
**AVIS CN07**

**AR**

( CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO )

**JU 08422366 2 BR**

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

21 DEZ 2018

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

**TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON**

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

: h

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

: h

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

: h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

CIDADE / LOCALITÉ

UF

**BRASIL  
BRÉSIL**

ENDERECO PARA  
DEVOLUCAO  
RETOUR

Serviço Público Federal  
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações  
Secretaria de Radiocomunicações  
Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 047, Brasília - DF  
70.044-900 Brasília - DF



Mauá da Serra, 20 de fevereiro de 2019.

**Ref.:** Processo 53900.041686/2015-04  
Nota Técnica 20788/2018/SEI-MCTIC

Em atenção aos expedientes identificados em epígrafe, e para fins de renovação de outorga de rádio comunitária, apresenta-se **DEFESA** nos seguintes termos:

**Requerimento de renovação:**

Encaminha-se novo requerimento, adotando-se o modelo previsto no Anexo 5 da Portaria 4334/2015, com redação dada pela Portaria 1909/2018.

O requerimento também está assinado por todos os dirigentes.

**Estatuto social adequado ao Código Civil:**

O Estatuto Social encontra-se adequado ao Código Civil:

Código Civil	Estatuto Social
Art. 54 – condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução.	Art. 10, "caput" e §§ 1º a 6º Art. 10-A, incisos I e II
Art. 57 – exclusão de associado somente havendo justa causa e através de procedimento que assegure direito de defesa e de recurso.	Art. 28-A, § 3º
Art. 59 – competências privativas da assembleia geral, a saber, destituição dos administradores e alteração do estatuto; quórum para as deliberações relativas a esses assuntos; critérios de eleição dos administradores.	Art. 10, "caput" e §§ 1º a 6º Art. 10-A, incisos I e II Art. 11 Art. 23-A, § 1º e 2º
Art. 60 – convocação dos órgãos deliberativos por, pelo menos, 1/5 dos associados.	Art. 10, § 2º

Encaminha-se o Estatuto Social consolidado com todas as alterações e registrado no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas.

**Último relatório do Conselho Comunitário:**

Encaminha-se novo relatório do Conselho Comunitário, assinado por todos os conselheiros, em número mínimo de 5, contendo:

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO

Em 25/02/19 às 14:00 horas

Assinatura: Pereira

- a) descrição da grade de programação;
- b) avaliação dos programas veiculados;
- c) identificação – com CNPJ – das entidades representadas pelos conselheiros.

**CNPJ válido e atual:**

O Quadro de Sócios e Administradores (QSA) da Receita Federal foi alterado para fins de excluir o nome de Nilson Gonçalves dos Santos da presidência da associação.

**Certidão conjunta negativa de débitos da entidade relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal:**

Encaminha-se a certidão solicitada.

**Justiça Estadual do Paraná – certidões criminais de 1º e 2º graus e certidões para fins eleitorais de 1º grau relativas a todos os dirigentes:**

São encaminhadas as certidões mencionadas, relativas a todos os dirigentes.

**Justiça Estadual do Paraná – certidão para fins eleitorais de 2º grau relativa à secretária Ana Cláudia dos Santos:**

Encaminha-se a certidão solicitada.

**Atraso na apresentação da defesa:**

A defesa é apresentada extemporaneamente porque o ofício de diligência emitido pela SEI-MCTIC foi entregue pelo correio a pessoa não pertencente à entidade, e somente foi repassado a quem de direito no final de janeiro/2019, **conforme declaração em anexo.**

Requer-se que a intempestividade seja perdoada.

**Reiteração de diligências:**

Observa-se que a SEI-MCTIC promove inovações a cada diligência realizada, isto é, continuamente solicita novos documentos e esclarecimentos.

Por exemplo, o requerimento de renovação, entregue conforme as regras contidas na Portaria 4334/2015, agora não serve em decorrência das alterações promovidas pela Portaria 1909/2018.

Portanto, o atraso na análise do processo não pode ser creditado somente à entidade.

**Conclusão e requerimento:**

Apresentados os documentos e feitos os esclarecimentos cabíveis, requer-se a **renovação da outorga**.

Atenciosamente.



**CRISTIANE DE OLIVEIRA PINHEIRO**  
Presidente do CODESEM



## DECLARAÇÃO

Eu, Jorge Ramon da Silva Montagnini, brasileiro, solteiro, advogado regularmente inscrito na OAB/PR nº 79.228, residente e domiciliado na Rua Iolanda Alves Marcondes, nº 32, na cidade de Mauá da Serra/PR, **DECLARO** para os devidos, que no dia 28/12/2018, fui até as dependências da Câmara Municipal de Mauá da Serra/PR, buscar um documento pessoal que deixei naquele local, eis que na época eu era funcionário do Legislativo.

Ocorre, que quando fechei a porta, e estava em frente a Associação Comercial, chegou um funcionário dos Correios, dizendo que tinha uma correspondência para entregar.

Quando olhei para quem era, vi que estava em nome de Cristiane de Oliveira Pinheiro, sendo assim, indaguei o funcionário, pois na Câmara não há ninguém com este nome.

Em resposta, o funcionário me disse que sempre foi entregue naquele endereço, assim, pensei se tratar de documento para a Associação Comercial, que fica na porta ao lado.

Como na data em que recebi o documento estávamos em recesso, eu deixei a mesma na sala, para entregar quando voltássemos do recesso.

Por ser expressão de verdade, firmo o presente.

Mauá da Serra/PR, em 06 de Fevereiro de 2019.

  
**Jorge Ramon da Silva Montagnini**  
**Declarante**

## REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE					
Razão Social:	CONSELHO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, EDUCACIONAL E ECONOMICO DE MAUÁ DA SERRA				
Nome Fantasia:	RADIO MAUÁ FM	CNPJ:	02.797.500/0001-21		
Endereço de Sede:	AVENIDA PONTA GROSSA, 550 - CENTRO				
Município:	Mauá da Serra	UF:	PR	CEP:	86.828-000
Nome do representante legal:	CRISTIANE DE OLIVEIRA PINHEIRO				
Endereço eletrônico (e-mail):	<a href="mailto:solangecamaramaua@hotmail.com">solangecamaramaua@hotmail.com</a>				

Endereço de Correspondência:	AVENIDA PONTA GROSSA, 550 - CENTRO				
Município:	MAUA DA SERRA	UF:	PR	CEP:	86.828-000

LOCALIZAÇÃO PROPOSTA PARA INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE					
Endereço:	AVENIDA PONTA GROSSA, 550 - CENTRO				
Município:	MAUÁ DA SERRA	UF:	PR	CEP:	86.828-000
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):		Latitude:	23° (N/S) 53' 34"		
		Longitude:	51 ° W 13' 42 "		

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária no Município e UF descritos, vem, através de seus dirigentes, abaixo identificados, solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para a renovação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VI - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.



VIII - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

IX - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora;

X - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou em qualquer dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; e

XI - a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Renovação de Outorga.

Nome do dirigente:	CRISTIANE DE OLIVEIRA PINHEIROS		
Cargo:	PRESIDENTE	Tit. Eleitor:	081617530647
RG:	8568.4353	Órgão Emissor:	SSP/PR
CPF:	052.924.469.12		
Endereço:	Avenida Jamil Assad Jamus. casa nº 560		
Município:	maua da serra.	UF:	PR
CEP:	86828000		
Assinatura:	Cristiane de Oliveira Pinheiro		

Nome do dirigente:	SEBASTIÃO SANTOS SOUZA		
Cargo:	1º VICE- PRESIDENTE	Tit. Eleitor:	020969060663
RG:	3206230.0	Órgão Emissor:	SSP/PR
CPF:	437.287.159.72		
Endereço:	Rua Luiz Francisco		
Município:	maua da serra	UF:	PR
CEP:	86828000		
Assinatura:	Sebastião Santos de Souza		


Nome do dirigente:	JOSÉ RAIMUNDO SIDRIN		
Cargo:	2º VICE PRESIDENTE	Tit. Eleitor:	
RG:	3046656.0	Órgão Emissor:	SSP/PR
CPF:	357.165.419.68		
Endereço:			
Município:	maua da serra	UF:	PR
CEP:	86828000		
Assinatura:	José Raimundo Sidrin		

Nome do dirigente:	CLAUDINEI GONÇALVES ARAUJO		
Cargo:	3º VICE PRESIDENTE	Tit. Eleitor:	071460740680
RG:	80631855	Órgão Emissor:	SSP/PR
CPF:	04573487980		
Endereço:	Assentamento mundo novo. lote 12.		
Município:	maua da serra	UF:	PR
CEP:	86828000		



Assinatura: 

Nome do dirigente:	ANA CLÁUDIA DOS SANTOS CARNEIRO				
Cargo:	SECRETÁRIA			Tit. Eleitor:	0906.79800663
RG:		Órgão Emissor:	SSP/PR	CPF:	083.597.439.16
10.368.622.9					
Endereço:	Rua São Miguel nº 159				
Município:	maua da Serra	UF:	PR	CEP:	86.828.000
Assinatura:	Ana claudia santos carneiro				

Nome do dirigente:	LIDEU KOZAN Luiz Ko Zan				
Cargo:	TESOUREIRO			Tit. Eleitor:	0563.90890604
RG:		Órgão Emissor:	SSP/PR	CPF:	91700256.9041
7.035.940.5					
Endereço:	Rua Tibagi nº 395				
Município:	maua da Serra	UF:	PR	CEP:	86.828.000
Assinatura:					

**ATENÇÃO:**

- Os documentos necessários para renovação são aqueles previstos no art. 130 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.
- Não será admitido pedido de prorrogação do prazo para apresentação do requerimento de renovação.

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
REGISTRO GERAL	8.568.435 3	DATA DE EXPEDIÇÃO	12/11/1998
NOME: CRISTIANE DE OLIVEIRA PINHEIRO			
FILIAÇÃO: APARECIDO PINHEIRO CLEONICE APARECIDA DE OLIVEIRA			
NATURALIDADE: FAXINAL/PR		DATA DE NASCIMENTO: 26/04/1986	
DOC-ORIGEM: COMARCA=FAXINAL/PR, DA SEDE			
C.NASC 12800, LIVRO=13A, FOLHA=64			
CPF:	ASSINATURA DO TITULAR: <i>Cristiane de Oliveira Pinheiro</i>		
CURITIBA - PR	ASSINATURA DO DIRETOR: <i>[Assinatura]</i>		
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83		CARTEIRA DE IDENTIDADE	

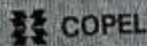
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
TÍTULO ELEITORAL		IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA	
NOME DO ELEITOR: CRISTIANE DE OLIVEIRA PINHEIRO			
DATA DE NASCIMENTO	NÚMERO DE INSCRIÇÃO	ZONA	SERIE
26/04/1986	0816 1753 0847	076	0105
MUNICÍPIO / UF: MAUÁ DA SERRA/PR		DATA DE EMISSÃO: 07/09/2017	
JUIZ ELEITOR: <i>[Assinatura]</i>			
VALIDAÇÃO: <i>[Assinatura]</i>			

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
POLÍCARO DIREITO	
ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR: <i>Cristiane de Oliveira Pinheiro</i>	
VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL	

CPF	
Cartão de uso pessoal e intransferível. Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.	
Emissão	CORREIOS

MINISTÉRIO DA FAZENDA Secretaria da Receita Federal	
CPF	
Cadastro de Pessoas Físicas	
Número de Inscrição	
052.924.469-12	
Nome	
CRISTIANE DE OLIVEIRA PINHEIRO	
Nascimento	
26/04/1986	





Copel Distribuição S.A.  
Rua José Isidoro Siqueira, 156  
61200-340 - Curitiba - PR  
CNPJ 04.368.096/0001-00  
Insc. Est. 02.233.073-99 IM 423.942-4



www.copel.com  
0800 51 00 116

Unidade Consumidora

74886401

Vencimento

20/12/2018

Valor a Pagar

R\$ 203,11

**SOLANGE GONCALVES DOS SANTOS**

AV JAMIL ASSAD JAMUS - QD48 LT08

CEP: 86828000

CPF: 06201797932

MAUA DA SERRA - PR

Requisito de Qualidade de Serviço - RQS - Município 43.316.1.1255

### Reaviso de Vencimento

Constatamos débitos que podem resultar no corte de energia e, após este, em 3 meses do encerramento contratual da unidade com a Copel. Neste período, haverá cobrança conforme legislação. Através de 45 dias após a inclusão no CACIN, o cliente de atividade acessória pode ser excluído da fatura. Desconsidere o aviso, caso tenha pago.

Referência 11/2018 Valor 219,39

### Informações Técnicas

Nº Medidor: 0272433058 - BIFASICO

Mes Referência: 12/2018

Leitura Anterior	Leitura Atual	Módulo	Constante de Multiplicação	Tela Faturado	Consumo Médio/Dia	Data Apresentação
01/11/2018	03/12/2018	32 dias	1,00	213 kWh	6,66 kWh	03/12/2018
28613	29826	213 kWh				

Próxima Leitura Prevista: 02/01/2019

RESIDENCIAL

### Indicadores de Qualidade

Mes 10/2018					Tensão Contratada
Conjunto FAXINAL					127 / 220 volts
	DIC	FIC	DMC	EUSD (R\$)	
Realizado Mensal	0,00 h	0,00	0,00 h	47,37	
Limite Mensal	6,79 h	3,36	3,37 h		Limite faixa adequada de Tensão:
Limite Trimestral	11,68 h	6,72			117 - 133 / 202 - 231 volts
Limite Anual	23,16 h	13,45			

MES	11/18	10/18	09/18	08/18	07/18	06/18	05/18	04/18	03/18	02/18	01/18	12/17
CONSUMO	206	218	226	162	202	227	232	261	220	249	277	178
PGTO			15/10	13/09	13/08	03/07	03/06	30/04	04/04	05/03	05/02	06/12

### Valores Faturados

NOTA FISCAL CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA Nº: 52721930 Série B  
Emitida em 03/12/2018

Produto Descrição	Un.	Consumo	Valor Unitário	Valor Total	Base de Cálculo	Aliq. ICMS
01 - ENERGIA ELÉTRICA CONSUMO	kWh	213	0,821830	175,06	175,06	29,00%
02 - ENERGIA CONS. B. AMARELA	kWh			3,12	3,12	29,00%
03 - CONT. ILUMIN. PÚBLICA MUNICÍPI				24,94		
Base de Cálculo do ICMS:	178,17	Valor ICMS:	51,67	Valor Total da Nota Fiscal:	203,11	
Reservado ao Fisco						
0FE1.052E.5376.A4C2.5A84.4516.7847.D744						

INCLUSO NA FATURA PIS R\$ 2,94 E COFINS R\$ 13,54, CONFORME RES. ANEEL 130/2005.  
ESTA UNIDADE CONSUMIDORA ESTÁ SUJEITA A SUSPENSÃO DE FORNECIMENTO  
A qualquer tempo pode ser solicitado o cancelamento de valores não relacionados  
a prestação do serviço de energia elétrica, como convênios e doações.  
Atraso superior a 45 dias sujeita inclusão no cadastro de inadimplentes CACIN-PR.  
Agora é possível recorrer à Ouvidoria da Copel pelo Site ou Mobile.  
DEBITOS: 10/2018 R\$ 219,93 11/2018 R\$ 219,39  
Períodos Band Tarif.: Amarela 02/11-30/11 Verde 01/12-03/12





CEDELA DE IDENTIDADE



POSSUIR O VOTO

*Sebastiao Santos de Souza*

ASSINATURA DO PORTADOR

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

REGISTRO GERAL 3.206.230 0

NOME  
SEBASTIAO SANTOS DE SOUZA

FILIAÇÃO  
Joaquim Jose de Souza  
Maria Aparecida de Souza

DATA DE NASCIMENTO 17/07/1959 NATURALIDADE SENGES/PR

CURITIBA - PARANÁ 03/04/1980

INÍCIO DA VIGÊNCIA 03/04/1980

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

CIC

NASCIMENTO 17.07.59 INSCRIÇÃO NO CPF 437 287 159 72

CONTRIBUINTE

SEBASTIAO SANTOS DE SOUZA

*Sebastiao Santos de Souza*

SECRETARIO DA RECEITA FEDERAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL  
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICAS FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROVATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO  
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

*Sebastiao Santos de Souza*

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA

NOME DO ELEITOR  
SEBASTIAO SANTOS DE SOUZA

DATA DE NASCIMENTO 17/07/1959 Nº de inscrição 0209 6906 0563 ZONA 076 SEÇÃO 0028

MUNICÍPIO / UF  
MAUÁ DA SERRA/PR DATA DE EMISSÃO 18/08/2017

JUIZ ELEITORAL

*Des. Adalberto Jorge Xisto Pereira*

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

*Sebastiao Santos de Souza*

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA JUSTIÇA ELEITORAL

CONTA

FONE SANEPAR: 0800 - 200 - 0115

SEBASTIAO SANTOS DE SOUZA

2307.9291

R LUIZ FRANCISCON  
Qd8 106

260 248

06.828-000 MAUR DA SERRA

356-08-24-000-54140 513F117821-4-1 011 001 - - - -

22	5	22	-	22
22	22	26	16	22
22	22	26	16	22

TODAS AS AMOSTRAS ATENDERAM A LEGISLAÇÃO

2018 PAGO PAGO PAGO PAGO PAGO PAGO PAGO PAGO PAGO PAGO PAGO PAGO X  
2019 - - - - -

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS LANÇADOS  
MULTA AGUA

SANEPAR(R\$)  
2,24

FAIXAS DE CONSUMO	VOLUME	VALOR M3/R\$	TOTAIS
		AGUA	AGUA ESGOTO
RES. M1-2m3	5		
De 6 a 10m3	5	1,07	34,58
De 11 a 15m3		5,96	5,35
			29,88

02/18	03/18	04/18	05/18	06/18	07/18	08/18	09/18	10/18	11/18	12/18
17	14	12	13	13	12	14	18	19	22	24
30		11/01/2019		1063		1078		15		01/2019
								19		24/01/2019
12/02/2019			69,73			2,24				71,97

BAIXE O SANEPAR MOBILE - GOOGLE PLAY OU APP STORE.  
RELATORIO DA QUALIDADE DA AGUA: WWW.SANEPAR.COM.BR

TRIBUTOS FEDERAIS - LEI 12.741 - VALOR APROXIMADO R\$ 6,05

82680000000 - 0 71970109201 - 2 90124230792 - 3 91012019619 - 1



CTRL:2307.9291.0119.6108

ROTEIRO:356-08-24-000-54140

2307.9291 01/2019 6 1 24/01/2019 71,97



CEDELA DE IDENTIDADE



Assinatura do Portador

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

REGISTRO GERAL 3.046.656 10

NOME: JOSE RAIMUNDO SIDRIM

FILIAÇÃO: RAIMUNDO SIDRIM CRUZ  
MARIA MACEDO DA CONCEIÇÃO

DATA DE NASCIMENTO: 05/11/1945 NATURALIDADE: MARILÂNDIA SUL/PR

CURITIBA - PARANÁ 04/06/1979

DIRETOR DO I. I.

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

Assinatura ou Impressão Digital do Eleitor

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - TÍTULO ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA

NOME DO ELEITOR: JOSE RAIMUNDO SIDRIM

DATA DE NASCIMENTO: 05/11/1945

N.º INSCRIÇÃO: 0209 9390 0604

ZONA: 076 SEÇÃO: 0020

MUNICÍPIO / UF: MAUA DA SERRA/PR

DATA DE EMISSÃO: 18/07/2017

JUIZ ELEITORAL

Des. Adalberto Jorge Xisto Pereira

Cartão de uso pessoal e reservado ao:

Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.

Emissão

CORREIOS

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas  
Número de Inscrição  
357.165.419-68

Nome  
JOSE RAIMUNDO SIDRIM

Nascimento  
05/11/1945



**COPEL**

Copel Distribuição S.A.  
Rua José Zidoro Biazotto, 158  
81200-340 Curitiba - PR  
CNPJ 04.368.906/0001-08  
IE 90.233.073-99 IM 423.992-4



www.copel.com  
0800 81 00 116

Unidade Consumidora

JOSE RAIMUNDO SIDRIM

RIVAL 90 - 85260 003 867401

CEP: 86050000

MALHA DA SERRA - PR

CPF: 35715541959

39742113

Vencimento

21/01/2019

Valor a Pagar

R\$ 49,53

Responsável pela manutenção da Iluminação Pública - Município 43 3454-1205

**Reaviso de Vencimento****Informações Técnicas**

No Medidor: 08P0004125 - MONOFÁSICO

Mes Referência: 01/2019

Leitura Anterior	Leitura Atual	Medido	Constante de Multiplicação	Total Faturado	Consumo Médio/Dia	Data Apresentação
04/12/2018	03/01/2019	30 dias	1,00	53 kWh	1,77 kWh	03/01/2019
16189	16241	53 kWh				

Próxima Leitura Prevista: 02/02/2019

RESIDENCIAL

**Indicadores de Qualidade**

Conjunto: FAXINAL

Mes 11/2018

Tensão Contratada

	DIC	FIC	DMIC	EUSD (R\$)	127 volts
Realizado Mensal	3,03 h	3,00	0,87 h	9,21	
Limite Mensal	6,79 h	3,36	3,37 h		Limite faixa adequada de Tensão:
Limite Trimestral	11,68 h	6,72			117 - 133 volts
Limite Anual	23,16 h	13,46			

Consumo Mensal: 53 kWh - Média 3 meses: 49 kWh

MES	12/18	11/18	10/18	09/18	08/18	07/18	06/18	05/18	04/18	03/18	02/18	01/18
CONS	49	42	45	41	43	47	49	47	50	47	52	51
POTQ	12/12	16/11	12/10	21/09	03/09	04/07	20/06	21/05	26/04	16/03	22/02	10/01

**Valores Estimados**

NOTA FISCAL - CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA do 5774062 Série 0

Emitida em 03/01/2019

Produto	Descrição	Un	Consumo	Valor Unitário	Valor Total	Base de Cálculo	Aliq ICMS
01	ENERGIA ELÉTRICA CONSUMO	kWh	53	0,818811	43,45	43,45	29,00%
02	CONT. ILUMIN. PÚBLICA MUNICÍPI				6,08		
Base de Cálculo do ICMS			43,45	Valor ICMS	12,59	Valor Total da Nota Fiscal	49,53

Composição dos Valores	
Energia	15,29
Distribuição	7,83
Transmissão	1,35
Tributos	16,56
Encargos	2,43
TOTAL	43,46

Reservado ao Fisco

F2E9.9624.5000.CDB-BIDD.C653.535A.3519

INCLUI NO FATURAMENTO PIS R\$ 0,71 E COFINS R\$ 3,26, CONFORME RES. ANEEL 130/2005 A PARTIR DE 01/01/2019 - PIS/PASEP 1,43% + COFINS 6,5%.

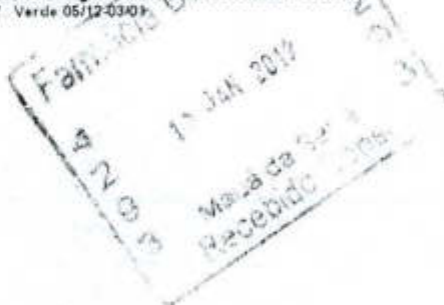
Atraso superior a 45 dias sujeita inclusão no cadastro de inadimplentes CADINPR.

Agora é possível recorrer à Ouvidoria da Copel pelo Site ou Mobile.

A qualquer tempo pode ser solicitado o cancelamento de valores não relacionados

à prestação do serviço de energia elétrica, como convênios e Isenções.

Períodos Bem Tarif. Verde 05/12-03/01





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

FOLEADO DIREITO

*Claudinei Gonçalves Araujo*

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 8.863.185 5 DATA DE EXPEDIÇÃO 16/04/1997

NOME CLAUDINEI GONCALVES ARAUJO

FILIAÇÃO SEBASTIÃO GONCALVES ARAUJO  
ANAIR BATISTA ARAUJO

NATURALIDADE APUCARANA/PR DATA DE NASCIMENTO 18/05/1983

DOC ORIGEM COMARCA=MARILANDIA SUL/PR, DA SEDE  
C.NASC 4803, LIVRO=7A, FOLHA=123

CPF

CURTURA - PR ASSINATURA DO DIRETOR  
JOÃO RICARDO KEPES NORONHA

16/04/1997

Cartão de uso pessoal e intransferível.  
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.

Emissão 06/2001

**CAIXA**  
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal

**CPF**

Cadastro de Pessoas Físicas

Número de inscrição  
345 734 879-80

Nome  
CLAUDINEI GONCALVES ARAUJO

Nascimento

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

*[Assinatura]*

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA JUSTIÇA ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA

NOME DO ELEITOR  
CLAUDINEI GONCALVES DE ARAUJO

DATA DE NASCIMENTO 18/05/1983

CLASSIFICAÇÃO 0714 6074 0680

MUNICÍPIO/UF  
MAUÁ DA SERRA/PR

ZONA 078 SEÇÃO 0038

DATA DE EMISSÃO 07/06/2017

JUSTIÇA ELEITORAL

VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA JUSTIÇA ELEITORAL



**COPEL**

Copel Distribuição S.A.  
 José Izidoro Blazetto, 188 bl.O - Mossunguê - Curitiba PR - CEP 81200-240  
 CNPJ: 04.988.898/0001-00- IE 80.333.073-89 - IM 423.992-4

www.copel.com  
 0800 51 00 116

CLAUDINEI GONCALVES ARAUJO  
 ASS NOVO MUNDO, 85268 656 301200  
 RURAL  
 MAUA DA SERRA - PR - 86828-000  
 CPF: 045.734.879-80

**Mês de Referência****Novembro/2018****Unidade Consumidora****51109751****VENCIMENTO****10/12/2018****VALOR A PAGAR****R\$ 56,89**

FAT-01-20187047064504-97

Responsável pela manutenção da Iluminação Pública:  
 Município 43 3464-1265

**Informações Técnicas**

RURAL / CRIAÇÃO DE BOVINOS P CORTE

Nº Medidor: 0230775985 / MONOFASICO RURAL

Leitura Anterior	Leitura Atual	Medido	Constante de Multiplicação	Total Faturado	Consumo Médio Diário	Data de Apresentação	Próxima Leitura Prevista
18/10/2018 17848	20/11/2018 17921	32 dias 73 kWh	1	73 kWh	2,28 kWh	03/12/2018	19/12/2018

**Histórico de Consumo e Pagamento**

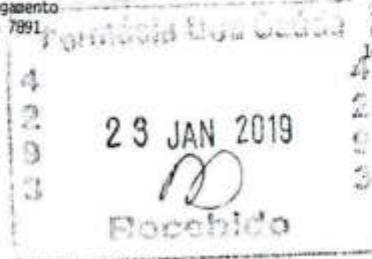
Mês	kWh	Dt. Pgto.	Valor
10/2018	85		56,87
09/2018	70		48,66
08/2018	70	20/11/2018	47,31
07/2018	79	25/10/2018	63,65
06/2018	77	10/09/2018	42,44
05/2018	75	29/06/2018	36,66
04/2018	46	29/06/2018	27,90
03/2018	80	29/06/2018	40,79
02/2018	79	23/03/2018	54,04
01/2018	69	23/03/2018	38,75
12/2017	79	09/02/2018	56,52
11/2017	78	09/02/2018	44,03

**Valores Faturados**

NOTA FISCAL/CONTA DE ENERGIA ELETRICA Nº. 049.959.557 SÉRIE - B

Emitida em: 22/11/2018

Produto	Unid.	Consumo	Valor Unitário	Valor Total	Base Cálculo	Aliq. ICMS
Energia Elétrica Consumo	kWh	73	0,540000	39,42	39,42	25,00%
Energia Cons. B. Amarela	kWh			0,68	0,68	25,00%
Energia Cons. B. Vermelha P2	kWh			2,07	2,07	25,00%
Total - Preço (L)				42,17		
Acrescimo Honorario				3,24		
Juros Conta Anterior				-2,71		
Multa por Atraso no Pagamento				2,14		
ICMS Subvenção Decreto 7991				6,63		
Total - Outros (2)				14,72		

**Indicadores de Qualidade**

Conjunto: FAXINAL

Ref: 09/2018

	DIC	FIC	DMIC	EUSD R\$
Realizado:	0,00	0,00	0,00	10,74
Limite Mensal:	11,16	7,67	6,08	
Limite Trimestral:	22,32	15,34		
Limite Anual:	44,65	30,69		

Tensão Contratada: 127/254 volts.

Limite Adequado de Tensão: 117 a 133/234 a 257 volts.

O não cumprimento dos indicadores DIC, FIC, DMIC e DICRI definidos pela ANEEL resulta em compensação financeira ao consumidor pela concessionária no faturamento. É direito do consumidor solicitar a apuração destes indicadores a qualquer tempo.

**Reaviso de Vencimento**

Constatamos débitos que podem resultar no corte de energia e, após este, em 3 meses no encerramento contratual da unidade com a Copel. Neste período, haverá restrição de fornecimento. Atraso de 45 dias sujeita inclusão no CADIN. Condições de acesso, caso tenha pago, reduzida da fatura.

Referência	Vencimento	Valor R\$
10/2018	10/11/2018	56,87

Base de Cálculo do ICMS	Valor ICMS	Valor Total da Nota Fiscal
42,17	10,55	R\$ 56,89
Composição dos Valores		
Distribuição	7,55	
Enc. Selo	2,34	
Energia	16,54	
Transmissão	1,30	
Tributos	14,44	
Reservado ao Fisco		
C446.AF94.5B6F.546A.BCA2.2AE1.046F.301D		

CONSUMO ESTIMADO CONF ART 89 REN ANEEL 414/10 - LEITURA NAO FORNECIDA - LMR  
 ESTA UNIDADE CONSUMIDORA ESTA SUJEITA A SUSPENSÃO DE FORNECIMENTO  
 INCLUSO NA FATURA PIS R\$50,89 E COFINS R\$3,20 CONFORME RES. ANEEL 130/2005.

A qualquer tempo pode ser solicitado o cancelamento de valores não relacionados à prestação do serviço de energia elétrica, como convênios e doações.  
 Atraso superior a 45 dias sujeita inclusão no cadastro de inadimplentes CADIN/PR  
 Agora é possível recorrer à Ouvidoria da Copel pelo Site ou Mobile.  
 DEBITOS: 09/2018 R\$ 48,66 10/2018 R\$ 56,87  
 Periodos Band Tarif.: Vermelha P2:20/10-31/10 Amarela:01/11-20/11



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ



*Ana Claudia dos Santos*  
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 10.368.622-9 DATA DE EXPEDIÇÃO 19/05/2005

NOME ANA CLAUDIA DOS SANTOS

FILIAÇÃO PAULINO GONÇALVES DOS SANTOS  
CLAUDETE DE OLIVEIRA SANTOS

NATURALIDADE APUCARANA/PR DATA DE NASCIMENTO 29/09/1990


DOC ORIGEM COMARCA=MARILÂNDIA SUL/PR DA SEDE  
C.NASC 7463, LIVRO=11A, FOLHA=25

CPE ASSINATURA DO DIRETOR LUIS FERNANDO V. ARTIGAS  
CURTIDA-PR LEI N° 7 116 DE 29/08/83

Cartão de identificação eleitoral

Este cartão é emitido pelo Ministério da Justiça e é válido para a identificação do eleitor.

Emissão

 CORREIOS

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Receita Federal

**CPF**

Cadastro de Pessoas Físicas  
Número de Inscrição  
**083.597.439-16**

Nome  
ANA CLAUDIA DOS SANTOS

Nascimento  
29/09/1990



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

*Ana Claudia dos Santos*  
ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA

NOME DO ELEITOR ANA CLAUDIA DOS SANTOS

DATA DE NASCIMENTO 29/09/1990 Nº de Inscrição 0906 7980 0663 ZONA 076 SEÇÃO 0080

MUNICÍPIO / UF MAUA DA SERRA/PR DATA DE EMISSÃO 28/07/2017

JUIZ ELEITORAL  
*Des. Adalberto Jorge Xisto Pereira*



**ANA CLAUDIA DOS SANTOS**

R SAO MIGUEL, 159 - 85268-003 929200

CEP 9628600

MAJADA SERRA - PR

CPF 08369743916

**82794529**
**Vencimento**
**21/12/2018**
**Valor a Pagar**
**R\$ 251,56**

Responsável pela manutenção da Iluminação Pública: Município 43.3484.1265

## Reaviso de Vencimento

## Informações Técnicas

No. Medidor: 4024031799 - BIFÁSICO

Mes Referência: 12/2018

Leitura Anterior	Leitura Atual	Medido	Constante de Multiplicação	Total Faturado	Consumo Médio/Dia	Data Apresentação
03/11/2018	04/12/2018	31 dias	1,00	264 kWh	8,52 kWh	04/12/2018
29841	30105	264 kWh				

Próxima Leitura Prevista: 03/01/2019

RESIDE/RESIDENCIAL

## Indicadores de Qualidade

AS (16,817)

Conjunto FATORIAL

Mes 10/2018

Tensão Contratada

	DIC	FKC	DMIC	EUSD (R\$)
Realizado Mensal	2,22 h	2,00	1,46 h	59,87
Limite Mensal	5,75 h	3,36	3,37 h	
Limite Trimestral	11,58 h	6,72		
Limite Anual	23,16 h	13,45		

127 / 220 volts

Limite faixa adequada de Tensão

117 - 133 / 202 - 231 volts

## Histórico de Consumo e Pagamento

Média 3 meses: 265 kWh

MES	11/18	10/18	09/18	08/18	07/18	06/18	05/18	04/18	03/18	02/18	01/18	12/17
CONS	244	277	276	262	253	262	210	200	136	268	238	252
PAGO	1711	1810	2009	2108	1867	2006	1106	2304	2203	2202	1901	1412

## Valores Faturados

NOTA FISCAL CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA No. 52907652 Série B

Emitida em 04/12/2018

Produto	Un.	Consumo	Valor Unitário	Valor Total	Base de Cálculo	Aliq. ICMS
01 - ENERGIA ELÉTRICA CONSUMO	kWh	264	0,821856	216,97	216,97	29,00%
02 - ENERGIA CONS. B AMARELA	kWh			3,70	3,70	29,00%
03 - CONTR. ILUMIN. PÚBLICA (MUNICÍPIO)				30,89		
Base de Cálculo do ICMS		220,67	Valor ICMS	63,99	Valor Total da Nota Fiscal	251,56
Reservado ao Fisco:						
D120.B741.B4F3.E562.E16E.7993.B3AF.B097						

Composição dos Valores:

Energia: 76,39

Distribuição: 39,02

Transmissão: 6,75

Tributos: 64,40

Encargos: 12,11

TOTAL: 220,67

INCLUSO NA FATURA PIS R\$ 3,64 E COFINS R\$ 16,77, CONFORME RES. ANEEL 130/2005

A qualquer tempo pode ser solicitado o cancelamento de valores não relacionados

a prestação do serviço de energia elétrica, como convênios e doações

Atraso superior a 45 dias sigela incluído no cadastro de inadimplentes CADINPR

Agora é possível recorrer a Ouvidoria da Copel pelo Site ou Mobile

Períodos Band Tarif.: Amarela 04/11-30/11 Verde 01/12-04/12





## FATURA DA COPEL EM DÉBITO AUTOMÁTICO:

é seguro, fácil e transparente.

Sem luz? Informe pelo aplicativo gratuito Copel

### Vocabulário

**ANEEL** – Agência Nacional de Energia Elétrica.

**Custo de Disponibilidade do Sistema Elétrico** –

Valor mínimo mensal faturável para unidades consumidoras (UCs) atendidas em baixa tensão, conforme limites fixados pela ANEEL, por tipo de ligação (monofásico 30kWh, bifásico 50kWh, trifásico 100kWh) em moeda corrente equivalente.

**DIC** – Indica por quanto tempo a UC ficou sem energia. Limite definido pela ANEEL.

**FIC** – Indica quantas vezes a UC ficou sem energia. Limite definido pela ANEEL.

**DMIC** – Indica o tempo máximo em horas contínuas que a UC ficou sem energia.

**EUSD** – Valor mensal de encargo de uso do sistema de distribuição.

**Nota:** O não cumprimento dos indicadores DIC, FIC e DMIC definidos pela ANEEL resulta em compensação financeira ao consumidor pela concessionária no faturamento. É direito do consumidor solicitar a apuração destes indicadores a qualquer tempo.

**Iluminação Pública** – Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública, prevista na Constituição Federal (Art. 149-A) e autorizada por Lei Municipal.

**Energia Cons. B. (Bandeira Tarifária)** – Acréscimo referente ao Sistema de Bandeiras Tarifárias, que consiste na aplicação de tarifas diferenciadas conforme o custo de geração de energia elétrica no período. São 3 modalidades:

**VERDE** para condições favoráveis de geração, sem acréscimo do valor;

**AMARELA** para condições menos favoráveis de geração, haverá acréscimo de valor da energia consumida;

**VERMELHA** condições mais custosas de geração, com acréscimo maior de valor da energia consumida, os valores das bandeiras são determinados pela ANEEL.

### Composição dos Valores da Tarifa

**Energia** – parcela destinada ao pagamento dos geradores que vendem energia elétrica para a Copel Distribuição S.A.

**Distribuição** – parcela destinada a investimentos e custos operacionais nas redes de distribuição.

**Transmissão** – parcela destinada ao pagamento do transporte de energia das usinas até as subestações.

**Encargos** – parcela destinada ao pagamento das obrigações compulsórias do setor elétrico estabelecidas por lei. Arrecadados pela Copel e transferidos para a Eletrobrás.

**Tributos** – parcela destinada ao pagamento dos impostos Estadual (ICMS) e Federais (PIS/PASEP e COFINS).

Copel: 0800 51 00 116 | e-mail: atendimento@copel.com | site: www.copel.com

Ouvidoria Copel: 0800 64 70 606 | email: ouvidoria@copel.com | site: www.copel.com/ouvidoria

Aplicativo: COPEL MOBILE

Agência Nacional de Energia elétrica - ANEEL: 167 - Ligação gratuita de telefones fixos e móveis

As informações sobre as condições gerais de fornecimento, tarifas, produtos, serviços prestados e tributos encontram-se à disposição dos consumidores, para consultas, nas agências de atendimento Copel ou no site [www.copel.com](http://www.copel.com)

### Em caso de dúvidas anote aqui a leitura do medidor



DIA DA LEITURA

\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Facilite o acesso do leiturista. Evite faturamento pela média

### Autenticação

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

ESTE CARTÃO É O DOCUMENTO COMPROVATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF E DE LRO CORRIGITÓRIO NOS CASOS LEGALMENTE DETERMINADOS PARA QUALQUER ORIENTAÇÃO DE NATUREZA TRIBUTÁRIA, PROCURE A UNIDADE LÍQUIDA DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL.

CAMPO DO AGENTE EMISOR

038/M24-0

31/01/92

BAHIA

0910201-9

LOCAL, MATRÍCULA E ASSINATURA DO FUNTIONÁRIO RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO

RESERVADO POR INSTRUÇÃO NORMATIVA DO SIF

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 7.035.940-5 DATA DE EXPEDIÇÃO 18/02/1994

NOME LIZEU KOZAN

FILIAÇÃO LAURO KOZAN JUVELINA DOS SANTOS KOZAN

NACIONALIDADE APUCARANA/PR DATA DE NASCIMENTO 31/12/1973

DO: ORIGEM COMARCA=MARILANDIA SUL/PR, DA SEDE C.NASC. 30503, LIVRO=21A, FOLHA=266V

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/06/83

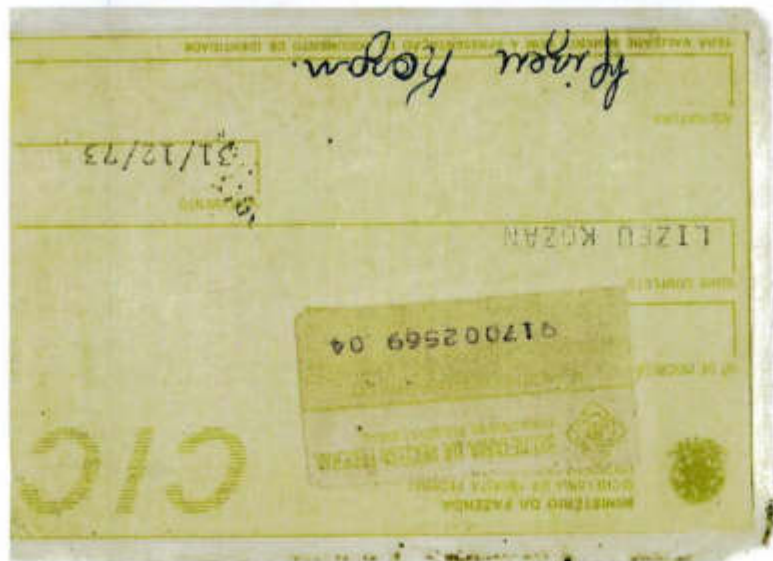
VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO IMPRESSO DIGITAL DO ELEITOR

POLEGAR DIREITO

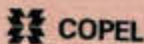
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL











Copel Distribuição S.A.  
Rua José Izidoro Bisneto, 158  
81200-240, Curitiba - PR  
CNPJ 04.368.898/0001-06  
IE 00.233.073-99 IM 423.982-4



www.copel.com  
0800 51 00 116

Unidade Consumidora

LIZEU KOZAN

R TIBAGI, 395 - MC2 85268 003 876401

CEP: 86626000

CPF: 91700256904

MAJIA DA SERRA - PR

76271994

Vencimento

21/01/2019

Valor a Pagar

R\$ 274,63

Responsável pela manutenção da iluminação Pública: Município 43 3464-1265

### Reaviso de Vencimento

Constatamos débitos que podem resultar no corte de energia e, após este, em 3 meses no encerramento contratual da unidade com a Copel. Neste período, haverá cobrança conforme legislação. Atraso de 45 dias sujeita inclusão no CADIN. Cobrança de atividade acessória pode ser excluída da fatura. Desconsidere o aviso, caso tenha pago.

Referência 12/2018 Valor 332,71

### Informações Técnicas

Nº Medidor: 0984340452 - TRIFÁSICO

Mes Referência: 01/2019

Leitura Anterior	Leitura Atual	Medido 30 dias	Constante de Multiplicação	Total Faturado	Consumo Médio/Dia	Data Apresentação
04/12/2018 85187	03/01/2019 85471	284 kWh	1,00	284 kWh	9,47 kWh	03/01/2019

Próxima Leitura Prevista: 02/02/2019

RESID: RESIDENCIAL

### Indicadores de Qualidade

AS [1.6.81.7]

Conjunto: FAMILIAL

Mes 11/2018

Tensão Contratada

	DIC	FIC	DMIC	ELSD (R\$)
Realizado Mensal:	3.03 h	3.00	0.87 h	73.91
Limite Mensal:	5.79 h	3.36	3.37 h	
Limite Trimestral:	11.58 h	6.72		
Limite Anual:	23.16 h	13.45		

127 / 220 volts

Limite faixa adequada de Tensão  
117 - 133 / 202 - 231 volts

### Histórico de Consumo e Pagamento

Media 3 meses: 339 kWh

MES	12/18	11/18	10/18	09/18	08/18	07/18	06/18	05/18	04/18	03/18	02/18	01/18
CONS	336	337	344	320	298	421	453	396	346	255	297	267
PGTO		20/12	24/11	22/10	27/09	27/08	10/08	10/07	19/06	09/05	18/04	26/03

### Valores Faturados

NOTA FISCAL CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA Nº. 5775372 Série B  
Emitida em 03/01/2019

Produto Descrição	Un	Consumo	Valor Unitário	Valor Total	Base de Cálculo	Aliq. ICMS
01 ENERGIA ELÉTRICA CONSUMO	kWh	284	0.820176	232.93	232.93	29.00%
02 CONT ILUMIN PUBLICA MUNICIPI				32.61		
03 JUROS CONTA ANTERIOR				2.96		
04 MULTA POR ATRASO NO PAGAMENT				6.13		
Base de Cálculo do ICMS:		232.93	Valor ICMS:	67.55	Valor Total da Nota Fiscal	274.63
Reservado ao Fisco						
BEE0.429D.6404.6D09.96BC.ED3C.0DBF.E256						

INCLUSO NA FATURA PIS R\$ 3,75 E COFINS R\$ 17,47, CONFORME RES. ANEEL 130/2006  
A PARTIR DE 01/01/2019 - PIS/PASEP 1,43% e COFINS 6,57%.  
Atraso superior a 45 dias sujeita inclusão no cadastro de inadimplentes CADIN/PR.  
Agora é possível recorrer a Ouvidoria da Copel pelo Site ou Mobile.  
A qualquer tempo pode ser solicitado o cancelamento de valores não relacionados a prestação do serviço de energia elétrica, como convênios e doações.  
DÉBITOS: 12/2018 R\$ 332,71  
Períodos Band Tarif.: Verde 05/12-03/01

Vencimento: 21/01/2019

Valor a pagar: R\$ 274,63

Controle

01-20197255420377-20

Número de Identificação  
76271994

Mes  
01/2019

AS [1.6.81.7]

93690000002 4 74630111000 1 00101020197 6 23542037720 4







**TERCEIRA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL DO CONSELHO  
COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, EDUCACIONAL E  
ECONOMICO DE MAUÁ DA SERRA - CODESEM**

Aos vinte e vinte e sete dias do mês de novembro de 2018, os Conselheiros e Associados do CODESEM, reuniram-se em Assembléia Geral Extraordinária para referendar nos termos do artigo 43, as alterações abaixo descritas:

**Alteração do endereço da sede - Art. 1º.** O CONSELHO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, EDUCACIONAL E ECONOMICO DE MAUÁ DA SERRA CODESEM, pessoa jurídica de direito privado, instruído pelos moradores de Mauá da Serra, Estado do Paraná, de fins não econômicos, de caráter social, educacional e cultural, com sede em Mauá da Serra, na Rua Ivai, s/n, centro, na cidade de Mauá da Serra e foro na Comarca de Marilândia do Sul, Estado do Paraná, tem duração por tempo indeterminado, aqui denominado simplesmente de CODESEM. **Inserção - Art. 4º-A.** Apenas farão parte dos Órgãos Diretivos, brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e maiores de 18 anos ou emancipados, cujas residências sejam situadas na área da comunidade atendida e ainda, tais dirigentes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial. **Inserção ao artigo 10**  
**:§1º.** Deverá ordinariamente, ocorrer a cada 4 anos para eleição das Diretorias e do Conselho Fiscalizador, extraordinariamente poderá ser convocada para destituição dos dirigentes e alteração estatutária, respeitando-se o disposto nos parágrafos seguintes. **§ 2º** - A AG poderá ser convocada extraordinariamente pela maioria da diretoria, por um terço dos conselheiros ou, no mínimo, um quinto dos associados, para discussão e decisão relativa a assuntos de interesse geral. **§3º** - A convocação deverá ser feita com antecedência mínima de oito dias, através de edital ou comunicado afixado na sede do CODESEM e estúdio da Radio, bem como na sede das entidades que compõem o Conselho Comunitário e com divulgação através de pelo menos quatro chamadas diárias durante a programação da emissora, devendo conter data, hora, local e pauta da reunião. **§4º** - A AG deliberará em primeira convocação somente com metade mais um dos associados aptos a votar e, em segunda convocação, trinta minutos após com qualquer número de associados aptos a votar. **§5º** - A AG convocada para fins eleitorais, alienação, alteração do estatuto ou extinção da entidade, deverá ser convocada com quinze dias de antecedência e, deliberará conforme este estatuto, mediante voto associados e/ou diretoria e conselheiros, respeitadas as disposições dispostas no paragrafo anterior. **§6º.**

7p.



Haverá no local das Assembleias Gerais instaladas, um livro para proceder ao registro dos sócios presentes. **Inserção - Art. 10-A.** Compete privativamente à AG, com exigência de quorum de maioria absoluta: I – destituir os administradores; II – alterar o estatuto. **Inserção - CAPÍTULO III-A - DAS ELEIÇÕES Art. 23-A** - As chapas para a diretoria estarão aptas, se entregues até três dias antes da Assembleia Geral de eleição, acompanhada de nominata completa e pelo devido expresso consentimento de seus membros bem como do referendun de, no mínimo , um décimo de associados aptos a votar. **§1º** - É vedada a participação de associados em mais de uma chapa, bem como o voto cumulativo ou por procuração. **§2º** - A diretoria será formada pela chapa que alcançar a maioria dos votos ou de acordo com a proporcionalidade dos votos obtidos por cada chapa, desde que obtido o mínimo de vinte por cento dos votos validos totalizados no processo eleitoral. A escolha do critério para contagem será decidida no início da AG. **Inserção ao artigo 28-A - §3º.** São passíveis de punição temporária ou de exclusão definitiva do quadro social, havendo justa causa, os associados que infringirem este estatuto, desde que sua transgressão seja indicada mediante requerimento dirigido a diretoria que, frente a procedência da solicitação, deverá submetê-la à Assembleia Geral, convocada especialmente para este fim, para deliberação fundamentada, assegurado o amplo direito de defesa do associado em questão. **Alteração do artigo 43- Art. 43.** Este estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim. **Inserção - Art. 43-A.** A dissolução do CODESEM ocorrerá segundo decisão de Assembleia Geral, e o remanescente de seu patrimônio líquido, será destinado a entidade de fins não econômicos congênere, definida na Assembleia.

Após, colocado em discussão e submetido a votação, e restou aprovado por unanimidade de votos, este estatuto passa a ter a redação a seguir, em sua composição total.

**SEGUNDA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL DO CONSELHO  
COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, EDUCACIONAL E  
ECONOMICO DE MAUÁ DA SERRA - CODESEM**

**ESTATUTO**

**CAPITULO I**

- **Denominação**
- **Sede e foro**
- **Duração e finalidade**
- **Execução de serviço de radiodifusão comunitária**

Art. 1º. O CONSELHO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, EDUCACIONAL E ECONOMICO DE MAUÁ DA SERRA CODESEM, <sup>pessoa jurídica</sup> de direito privado, CNPJ nº 02.979.500/0001-21, instituído pelos moradores de Mauá da Serra, Estado do Paraná, de fins não econômicos, de caráter social, educacional e cultural, com sede em Mauá da Serra, na Rua Ivai, s/n, centro, na cidade de Mauá da Serra e foro na Comarca de Marilândia do Sul, Estado do Paraná, tem duração por tempo indeterminado, aqui denominado simplesmente de **CODESEM**.

Art. 2º. O CODESEM proverá atendimento, sem distinção de raça, credo religião, sexo, cor e política.

Art. 3º. O CODESEM tem por finalidade:

- I. Congregar as famílias residentes e ou domiciliados na cidade de Mauá da Serra e adjacências, de modo a contribuir para o atendimento dos interesses e necessidades comuns;
- II. Representar os interesses gerais dos moradores ou individuais de seus associados perante as autoridades;
- III. Criar e implantar serviços assistenciais e cooperativas, inclusive, através de convênios e contratos firmados com organismos públicos e privados;
- IV. Organizar e implementar sistemas de atendimento cultural, educacional e de saúde médico-odontológico.

**Parágrafo único.** O serviço de Radiodifusão Comunitária tem por finalidade o atendimento a comunidade beneficiada com vistas a:

- I. Dar oportunidade à difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- II. Oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- III. Prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de Defesa Civil, sempre que necessário;
- IV. Contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas de conformidade com a legislação profissional vigente;
- V. Permitir a capacitação dos cidadãos dos exercícios de direitos de expressão da forma mais acessível possível.

## CAPÍTULO II

### DOS ÓRGÃOS DIRETIVOS

Art. 4º. São órgãos diretivos da Administração do **CODESEM**:



- I. Assembleia Geral – AG;
- II. Conselho Deliberativo – CD;
- III. Conselho Administrativo – CA;
- IV. Conselho Fiscal – CF;
- V. Departamentos – DP.



Art. 4º-A. Apenas farão parte dos Órgãos Diretivos, brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e maiores de 18 anos ou emancipados, cujas residências sejam situadas na área da comunidade atendida e ainda, tais dirigentes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial.

Art. 5º. A Assembleia Geral é o órgão máximo do **CODESEM**, reunindo-se em caráter ordinário 1 (uma) vez por ano e em caráter extraordinário sempre que for necessário.

Art. 6º. O conselho Deliberativo é o órgão que orienta e supervisiona as atividades do **CODESEM** e se constitui de 5 (cinco) membros efetivos e 5 (cinco) membros suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

Art. 7º. O Conselho Administrativo é o órgão que operacionaliza toda a administração econômica e social do **CODESEM**, sendo composto de:

- I. Um presidente;
- II. Três Vice-Presidentes;
- III. Um secretário;
- IV. Um tesoureiro.

Art. 8º. O Conselho Fiscal é o órgão responsável pela fiscalização e controle indireto da situação econômica e financeira do **CODESEM**, opina sobre matérias atinentes a esse setor, constituindo-se de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

Art. 9º. São Departamentos do **CODESEM**:

- I. Departamento de Planejamento e Organização – DPO;
- II. Departamento de Desenvolvimento Social e Educacional – DSE;
- III. Departamento de Cultura, Recreação e Lazer – DURL;
- IV. Departamento de Profissionalização e Colocação de Mão-de-obra – DPCMO;
- V. Departamento de Saúde Médico-Odontológico – DSMO;
- VI. Departamento Econômico-Financeiro – DEF.

§ 1º. Os Departamentos serão dirigidos por Diretores, indicados pelo Conselho Administrativo



§ 2º. As atribuições dos Departamentos constam do Regimento Interno elaborado pelo Conselho Administrativo e aprovado pelo Conselho Deliberativo



### CAPITULO III

#### DA COMPETENCIA DOS ORGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 10. A Assembleia Geral é o mais alto poder decisório do **CODESEM**, constituída pelos moradores da cidade de Mauá da Serra e adjacências, por seus diretores e conselheiros, e que reúnem-se em caráter ordinário e extraordinário para ouvir, analisar e decidir sobre matérias atinentes ao desenvolvimento do **CODESEM**.

§1º. Deverá ordinariamente, ocorrer a cada 4 anos para eleição das Diretorias e do Conselho Fiscalizador, extraordinariamente poderá ser convocada para destituição dos dirigentes e alteração estatutária, respeitando-se o disposto nos parágrafos seguintes.

§ 2º - A AG poderá ser convocada extraordinariamente pela maioria da diretoria, por um terço dos conselheiros ou, no mínimo, um quinto dos associados, para discussão e decisão relativa a assuntos de interesse geral.

§3º - A convocação deverá ser feita com antecedência mínima de oito dias, através de edital ou comunicado afixado na sede do CODESEM e estúdio da Radio, bem como na sede das entidades que compõem o Conselho Comunitário e com divulgação através de pelo menos quatro chamadas diárias durante a programação da emissora, devendo conter data, hora, local e pauta da reunião.

§4º - A AG deliberará em primeira convocação somente com metade mais um dos associados aptos a votar e, em segunda convocação, trinta minutos após com qualquer número de associados aptos a votar.

§5º - A AG convocada para fins eleitorais, alienação, alteração do estatuto ou extinção da entidade, deverá ser convocada com quinze dias de antecedência e, deliberará conforme este estatuto, mediante voto associados e/ou diretoria e conselheiros, respeitadas as disposições dispostas no paragrafo anterior.

§6º. Haverá no local das Assembleias Gerais instaladas, um livro para proceder ao registro dos sócios presentes.

Art. 10-A. Compete privativamente à AG, com exigência de quorum de maioria absoluta:

I – destituir os administradores;

II – alterar o estatuto.

Art. 11. As Assembleias Gerais uma vez constituídas tem competência para:

- a. Resolver todos os casos de interesse do **CODESEM**;
- b. Apreciar, discutir e aprovar todos os atos praticados pela administração da entidade;
- c. Tomar conhecimento das transmissões de cargos, documentos e haveres da entidade nas substituições de qualquer membro dos órgãos diretivos;
- d. Anular atos da administração da entidade ou dos demais órgãos diretivos contrários ao disposto neste estatuto;
- e. Promover a responsabilidade de qualquer membro dos órgãos diretivos do **CODESEM**, determinando o afastamento, caso necessário;
- f. Esclarecer as omissões deste Estatuto estabelecendo normais e critério a respeito;
- g. Eleger em escrutínio secreto os membros efetivos e suplentes dos órgãos diretivos da entidade.

Art. 12. Ao Conselho Deliberativo compete:

- a. Exarar, no máximo até o dia 15 (quinze) de fevereiro de cada ano, para fins de apreciação pela Assembleia Geral, parecer sobre o relatório de atividade, prestação de contas e Balanço Geral do **CODESEM**, correspondente ao exercício anterior;
- b. Eleger, dentro de seus membros o Presidente do Conselho;
- c. Elaborar, para apreciação e deliberação da Assembleia Geral o anteprojeto de alteração do Estatuto do **CODESEM**;
- d. Deliberar sobre a alienação de bens do **CODESEM**;
- e. Deliberar sobre os planos de trabalho e proposto orçamentárias, elaboradas pelos Departamentos e encaminhados pelo Conselho Administrativo;
- f. Deliberar sobre admissão de sócios;
- g. Representar a Assembleia Geral sobre qualquer irregularidade contratada no funcionamento do **CODESEM**, sugerindo medidas para correção.


Art. 13. O Conselho Deliberativo reunir-se-á bimestralmente para as convocações ordinárias e para as convocações extraordinárias quando se fizer necessário.

Art. 14. Perderá a condição de membro do Conselho Deliberativo aquele que faltar, sem justificativa por escrito e aceita pelo colegiado, a 3 (três) reuniões ordinárias, dando-se disso conhecimento à Assembleia Geral para que eleja seu substituto.

Art. 15. Ao Conselho Administrativo compete:

- a. Elaborar plano de trabalho das atividades e executá-lo;
- b. Elaborar e apresentar à Assembleia Geral, relatório anual das atividades da entidade;



- 
- c. Entrosar-se com instituições públicas e privadas para mútua colaboração em atividades de interesse comum;
  - d. Contratar e demitir empregados;
  - e. Desenvolver campanhas de interesse geral da entidade;
  - f. Encaminhar ao Conselho Deliberativo no máximo até o dia 15 (quinze) de janeiro de cada ano, os planos de trabalhos e propostas orçamentárias;
  - g. (excluído conforme solicitação contida no ofício nº 3273/03 – DOS/SSCE-MC);
  - h. Encaminhar ao Conselho Deliberativo até o dia 15 (quinze) de janeiro de cada ano. O relatório de atividades, prestação de contas e Balanço Geral, correspondentes ao exercício anterior;
  - i. Elaborar, para apreciação do Conselho Deliberativo, o Regime Interno do CODESEM, encaminhando, com parecer, àquele Conselho os regulamentos, instruções e normas elaboradas pelos diversos órgãos da entidade.

Art. 16. O Conselho Administrativo reunir-se-á uma vez por mês.

Art. 17. Compete ao Presidente do CA:

- a. Representar o **CODESEM**, ativa, passiva, judicial e extrajudicialmente;
- b. Cumprir e fazer cumprir este Estatuto e Regimento Interno;
- c. Convocar e presidir as reuniões do Conselho Administrativo;
- d. Convocar as Assembleias Gerais e Ordinárias;
- e. Assinar com o Secretário e o Tesoureiro os livros, documentos e identidade, cheques, bem como a quaisquer outros documentos atinentes a entidade.

Art. 18. Compete ao Primeiro Vice-Presidente do CA:

- a. Substituir o Presidente em suas faltas e impedimentos;
- b. Assumir o mandato em caso de vacância, até seu término;
- c. Prestar de modo geral sua colaboração ao Presidente.

Art. 19. Compete ao Segundo Vice-Presidente do CA:

- a. Substituir o Primeiro Vice-Presidente em suas faltas e impedimentos;
- b. Assumir o mandato em caso de vacância, até seu término;
- c. Auxiliar o Secretário em suas funções e substituí-lo em suas faltas e impedimentos.

Art. 20. Compete ao Terceiro Vice-Presidente do CA:

- a. Substituir o Segundo Vice-Presidente em suas faltas e impedimentos;
- b. Assumir o mandato em caso de vacância, até seu término;
- c. Auxiliar a Tesoureiro em suas funções e substituí-lo em suas faltas e impedimentos.



Art. 21. Compete ao Secretário do CA:

- a. Secretariar as reuniões do Conselho Administrativo e Assembleias Gerais e redigir as competentes atas;
- b. Publicar todas as notícias das atividades da entidade;
- c. Redigir toda a correspondência de interesse da entidade e atinentes à sua função, organizar fichários e registro de Leis;
- d. Assinar com o Presidente do Conselho Administrativo documentos de interesse do **CODESEM**.

Art. 22. Compete ao Tesoureiro do CA:

- a. Arrecadar e contabilizar toda a receita do **CODESEM**;
- b. Manter em bancos indicados pelo Conselho Administrativo os haveres da entidade;
- c. Pagar as contas autorizadas pelo Presidente do Conselho Administrativo;
- d. Apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que for solicitado pelo Conselho;
- e. Apresentar relatórios financeiros para ser submetidos à Assembleia Geral;
- f. Conservar sob sua guarda e responsabilidade, o numerário e documentos relativos à tesouraria, inclusive, contas bancárias;
- g. Apresentar semestralmente balancete ao Conselho Fiscal;
- h. Elaborar Balanço Geral submetendo à prova aprovação do Conselho Fiscal e Assembleia Geral;
- i. Assinar com o Presidente do Conselho Administrativo os documentos atinentes à sua área de trabalho.

Art. 23. Compete ao Conselho Fiscal:

- a. Fiscalizar contábil e financeiramente a execução orçamentária do **CODESEM**;
- b. Emitir parecer sobre demonstração financeiras, balancetes e balanço geral da entidade;
- c. Opinar sobre assuntos de natureza contábil e financeira do **CODESEM**, quando solicitado pela Assembleia Geral ou Conselho Deliberativo.

### CAPITULO III-A

### DAS ELEIÇÕES

Art. 23-A - As chapas para a diretoria estarão aptas, se entregues até três dias antes da Assembléia Geral de eleição, acompanhada de nominata completa e pelo devido expresse consentimento de seus membros bem como do referendun de, no mínimo , um décimo de associados aptos a votar.

§1º - É vedada a participação de associados em mais de uma chapa, bem como o voto cumulativo ou por procuração.

§2º - A diretoria será formada pela chapa que alcançar a maioria dos votos ou de acordo com a proporcionalidade dos votos obtidos por cada chapa, desde que obtido o mínimo de vinte por cento dos votos válidos totalizados no processo eleitoral. A escolha do critério para contagem será decidida no início da AG.

#### CAPITULO IV DOS SÓCIOS DO CODESEM

Art. 24. O CODESEM terá no seu quadro social as seguintes categorias de sócios:

- I. Fundador;
- II. Contribuinte;
- III. Benemérito;
- IV. Honorário.

Art. 25. São sócios fundadores aqueles que assinaram a ata de fundação da entidade.

Art. 26. Dão sócios contribuintes todos os moradores de Mauá da Serra e adjacências.

Art. 27. São sócios beneméritos todos aqueles que prestarem relevantes serviços ao CODESEM, ficando a concessão do título a critério da Assembleia Geral.

Art. 28. São sócios honorários todos aqueles que doarem expressiva importância, representada em dinheiro ou espécie, ficando a concessão do título a critério da Assembleia Geral.

Art. 28-A. É garantido o ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, que possuirá:

- I. Direito de voz e voto nas instancias deliberativas;
- II. Direito de votar e ser votado para os cargos de direção.

§1º. A admissão do novo associado (pessoa física ou jurídica) não está condicionada à aprovação pela Diretoria ou à indicação por outros associados.



§2º. Poderá ser requerido do interessado o preenchimento de formulário próprio, para fins de registro cadastral, desde que isso não constitua restrição ao ingresso do associado.

§3º. São passíveis de punição temporária ou de exclusão definitiva do quadro social, havendo justa causa, os associados que infringirem este estatuto, desde que sua transgressão seja indicada mediante requerimento dirigido a diretoria que, frente a procedência da solicitação, deverá submetê-la à Assembleia Geral, convocada especialmente para este fim, para deliberação fundamentada, assegurado o amplo direito de defesa do associado em questão.

## CAPITULO V

### DOS DIREITOS E DEVERES DOS SOCIOS DO CODESEM

Art. 29. São direitos dos sócios:

- a. Votar e ser votado para cargos eletivos, desde que esteja quite com a tesouraria e filiado há mais de 6 (seis) meses ao **CODESEM**;
- b. Desliga-se da entidade uma vez quite com a tesouraria, mediante solicitação por inscrito;
- c. Fazer parte das comissões de trabalhos ou Departamento do **CODESEM**;
- d. Pedir dispensa do pagamento das mensalidades quando estiver desempregado e sem recursos, não podendo seus direitos de sócios, no período de 6 (seis) meses;
- e. Tomar parte nas Assembleias Gerais;
- f. Tomar parte nas reuniões dos órgãos diretivos da entidade quando para isto for convocado;
- g. Comunicar por escrito qualquer irregularidade verificada na administração da entidade, ao Presidente do Conselho Deliberativo;
- h. Solicitar ao Conselho Deliberativo e convocação da Assembleia Geral Extraordinária, mediante requerimento firmado por 2/3 dos sócios quite com a tesoureira e filiados ao **CODESEM** há mais de 6 (seis) meses.

Art. 30. São deveres dos sócios:

- a. Cumprir as disposições deste Estatuto, Regimento Interno e demais regulamentos da entidade;
- b. Manter-se quite com a tesouraria da entidade;
- c. Aceitar os cargos para quais forem escolhidos, ressalvados os casos de força maior;
- d. Comunicar a Secretaria do **CODESEM**, quando mudar sua residência.



**CAPITULO VI**  
**DO PATRIMONIO DO CODESEM**



Art. 31. O patrimônio do **CODESEM** será constituído de:

- a. Móveis, imóveis e semovente;
- b. Doação de pessoas físicas e jurídicas;
- c. Doações e subvenções de órgãos públicos;
- d. Subvenções advindas de celebração de convênios e contratos;
- e. Contribuições de sócios;
- f. Receitas provenientes de recursos próprios resultantes de trabalhos executados pela própria entidade.

**CAPITULO VI-A**  
**DO CONSELHO MUNICIPAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

Art. 31-A. O Conselho Municipal da Radiodifusão Comunitária é órgão autônomo de fiscalização e encarregado de zelar pelo cumprimento das finalidades e princípios do Serviço de Radiodifusão Comunitária estabelecidos nos artigos 3º e 4º da Lei nº 9.612 de 1998.

Art. 31-B. O conselho Municipal será composto por no mínimo cinco pessoas representantes de entidades legalmente constituídas.

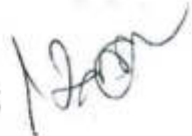
§ 1º. Poderão indicar representantes para compor o Conselho Municipal, dentre outras, entidades de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, excluída a própria executora do serviço e a Administração Pública direta e indireta.

§ 2º. As pessoas jurídicas e seus representantes, enquanto participantes do Conselho Municipal, não poderão ser associados da entidade autorizada nem poderão participar da produção ou do financiamento de programas, ressalvados os informes pontuais à comunidade.

§ 3º. Cada entidade que tenha a intenção de indicar componentes para o Conselho Municipal poderá apresentar apenas um representante, ressalvada a hipótese de inexistir um número mínimo de entidade que queiram participar do Conselho.

Art. 31-C. Compete ao Conselho Municipal, no exercício de suas funções:

- I. Fiscalizar a programação da emissão
- II. Solicitar ao órgão de direção da entidade autorizada informação e esclarecimentos, concernentes à gestão das atividades, área editorial, direção da programação, dentre outros;

- III. Fazer recomendações ao órgão de direção da entidade autorizada;
  - IV. Realizar pesquisa de satisfação ou opinião junto à comunidade atendida;
  - V. Receber reclamações, denúncias e elogios; e
  - VI. Submeter ao Ministério das Comunicações e aos órgãos de direção da entidade autorizada relatório circunstanciado acerca da programação.
- 

Art. 31-D. Sempre que solicitado pelo Ministério das Comunicações, a entidade deverá apresentar relatório circunstanciado, elaborado pelo Conselho Municipal, contendo a descrição e a avaliação a respeito da grade de programação, considerando as finalidades legais do Serviço da Radiodifusão Comunitária.

## CAPITULO VII

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 32. Os valores e critérios de reajuste das mensalidades a serem cobradas dos sócios serão fixados pela Assembleia Geral.

Art. 33. As eleições do **CODESEM**, para eleger os membros efetivos e suplentes dos órgãos diretivos, serão realizadas na segunda quinzena do mês de janeiro do que vencer os respectivos mandatos.

Art. 34. Os membros dos órgãos da administração do **CODESEM** tomarão posse imediatamente a eleição, em solenidade estabelecida para tal fim.

Art. 35. Os membros efetivos e suplentes dos órgãos diretivos do **CODESEM**, da primeira Diretoria, serão eleitos por aclamação por ocasião da realização da primeira Assembleia Geral Extraordinária.

Art. 36. O mandato dos membros efetivos e suplentes dos órgãos da Administração do **CODESEM**, será de 4 (quatro) anos, sendo admitida apenas uma recondução.

Art. 37. Todos os trabalhos do **CODESEM** serão desenvolvidos gratuitamente através de voluntários, dos sócios e de seus Diretores, bem como de outras pessoas que assim desejarem participar.

Art. 38. Os empregados, quando houver, serão admitidos e demitidos pelo Presidente do Conselho Administrativo da Entidade e serão remunerados por meio de gratificações e outras formas previstas em lei.





Art. 39. As regalias, distinções e privilégios outorgados aos sócios são **irrevogáveis**, respeitando as restrições estabelecidas neste Estatuto.



Art. 40. Os sócios não responderam pelas obrigações que os representantes da entidade assumirem expressa ou intencionalmente em seu nome. Respondem apenas pelo pagamento das mensalidades, taxas, ou quaisquer outros compromissos assumidos com a tesouraria.

Art. 41. O Conselho Administrativo adotará como data de comemoração do aniversário do **CODESEM**, a data da sua instituição.

Art. 42. Os bens patrimoniais do **CODESEM**, não poderão ser vendidos, alugados, cedidos ou doados sem anuência da Assembleia Geral.

Art. 43. Este estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim.

Art. 43-A. A dissolução do **CODESEM** ocorrerá segundo decisão de Assembleia Geral, e o remanescente de seu patrimônio líquido, será destinado a entidade de fins não econômicos congênere, definida na Assembleia.

## CAPITULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 44. Terão direito aos benefícios oferecidos pelo **CODESEM**, os filhos inválidos e as viúvas que viverem sob a dependência socioeconômica do sócio, desde que esteja quite com a tesouraria.

Art. 45. Os Títulos do Presidente de Honra, Sócios Beneméritos e Honorários, serão concedidos pela Assembleia Geral e os critérios de concessão estão definidos no Regime Interno.

Art. 46. As penalidades: advertência, suspensão e exclusão, a serem aplicadas aos sócios que infringirem o Estatuto, Regimento Interno e regulamentos da entidade, terão os critérios definidos no Regimento Interno e serão de competência do Conselho Deliberativo suas aplicações.



Art. 47. O **CODESEM**, não atribui lucros, bonificações ou dividendos sob qualquer forma ou pretexto a sócios ou Diretores e aplicará integralmente seu patrimônio dentro do País.

Art. 48. A regularização de funcionamento e elaboração de critérios para a realização das eleições gerais do **CODESEM**, consta do Regimento Interno.

Art. 49. As Assembleias Gerais Ordinárias, convocadas de acordo com o artigo 10, §1º, haverá tolerância de 30 (trinta) minutos entre a primeira e a segunda convocação e de 15 (quinze) minutos entre a segunda e a terceira convocação.

Art. 50. Serão definidos no Regime Interno os casos e assuntos omissos no presente Estatuto e serão resolvidos em Assembleia Geral.

Art. 51. Os Presidentes e Secretários dos Conselhos Deliberativos e Fiscal serão eleitos dentre os seus membros.

Art. 52. Que "Em caso de extinção da pessoa jurídica os bens patrimoniais serão transferidos a entidade congênere" (reformulado de acordo com a solicitação do ofício nº 3273/03 – DOS/SSCE-MC)

Art. 53. O ano Civil do **CODESEM**, iniciar-se-á a primeiro de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano.

Art. 54. Os princípios contábeis a serem adotados pelo **CODESEM**, para os registros dos atos e fatos do Conselho Administrativo, serão pelo regime de competência.

Art. 55. A contabilidade do **CODESEM** será registrada em livro revestidos das formalidades legais e de acordo com as leis que regem este setor.

Art. 56. Os filhos dos sócios maiores de 18 (dezoito) anos pagarão as mensalidades do **CODESEM**.

Art. 57. O primeiro mandato dos membros dos órgãos diretivos do **CODESEM** será de 19 (dezenove) meses, isto é, de 16 de junho de 1985 a 15 de janeiro de 1987.

Art. 58. Todos os familiares dos sócios terão direito de frequentar a sede da entidade.

Art. 59. "Excluído conforme solicitação do ofício nº 3273/03 – DOS/SSCE-MC"

Art. 60. A sede da entidade poderá ser cedida para realizações de qualquer evento, com anuência do Conselho Deliberativo, que decidirá a cobrança ou não de taxas.

Art. 61. O presente Estatuto foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 16 de junho de 1985, e que depois de publicado em Diário Oficial do Estado, foi encaminhado ao Cartório de Registro de Títulos e Documentos para o respectivo registro, entrando em vigor na data do mesmo, o presente Estatuto foi reformado e adequado com as normais do Código Civil, conforme rege o artigo 43 deste Estatuto, conforme a solicitação do Ministério das Comunicações, Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, Departamento de Outorga de Serviços e, ainda, posteriores alterações para as devidas adequações.

Mauá da Serra, 29 de novembro de 2018.

CARTÓRIO MAUÁ  
DA SERRA - PR

*Cristiane de Oliveira Pinheiro*  
**CRISTIANE DE OLIVEIRA PINHEIRO**  
PRESIDENTE

CARTÓRIO MAUÁ  
DA SERRA - PR

*Ana Claudia dos Santos Carneiro*  
**ANA CLAUDIA DOS SANTOS CARNEIRO**  
SECRETÁRIA

*Raffaelly Beligni Azzolini*  
**RAFFAELLY BELIGNI AZZOLINI**  
OAB/PR 40.952

Serviço de Registro Civil das  
Pessoas Naturais e Jurídicas  
Títulos e Documentos  
Márcia de Fátima Ferro da Cruz  
Substituta Imediata



*Daniel de Prunha Maia*  
Escrivente

Serviço Civil de Pessoas Jurídicas  
PROTOCOLO Nº 0010037 AV.01  
AVERBADO NO REGISTRO Nº 0000060

LIVRO A-009, Registro Civil  
FOLHA 016

Selo Digital nº xFGFU.uo5v.4ddqr, Controle: ZFW06.EW4y4.

MARILÂNDIA DO SUL (PR), 20 de fevereiro de 2019

Márcia de Fátima Ferro da Cruz  
Substituta Imediata

Tabellionato de Notas e Registro Civil de Mauá da Serra  
Mauá da Serra - Comarca de Marilândia do Sul - PR  
Av. João Azeite Junior, 355 - Centro - CEP 86032-000 - Tel. (41) 3404-1397

Selo Digital nº 2hCQ9.pjmoU.DuL3m-bebft.UIYcy. Consulte  
em <http://www.funarpen.com.br>.

Reconheço por SEMELHANÇA, as assinaturas de **CRISTIANE DE OLIVEIRA PINHEIRO** e **ANA CLAUDIA DOS SANTOS CARNEIRO** Dou fé.

Mauá da Serra, 20 de fevereiro de 2019 - 10:50:30h.

Debora Pilati - Escrevente Jurementada





**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO  
COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, EDUCACIONAL E  
ECONOMICO DE MAUA DA SERRA – CODESEM**



Aos vinte e sete dias do mês de novembro de 2018, nesta cidade de Mauá da Serra, município de mesmo nome, Comarca de Marilândia do Sul, Estado do Paraná, na sede do Conselho Comunitário, na Rua Ivaí s/n- centro, as 9h00min, onde presente se achava a Sra. Cristiane de Oliveira Pinheiro – Presidente do Conselho Deliberativo, bem como a secretária Ana Claudia dos Santos Carneiro, e demais membros do Conselho Deliberativo e, verificando haver quórum, a Sra. presidente declarou aberta a presente Assembléia Geral Extraordinária comunicando a todos os presentes as matérias de ordem do dia, conforme segue: **01-**Indicação de membros de entidades do município para compor o Conselho Municipal de Radiodifusão Comunitária, nos termos do artigo 31-B do Estatuto deste Conselho; **02-** Alteração do Estatuto. A reunião foi convocada pela Presidente, que na oportunidade disse aos presentes a necessidade de adequação do Estatuto e do Conselho Municipal de Radiodifusão Comunitária, com o objetivo de adequar com as regras legais, conforme notificação recebida do Ministério da Ciência e Tecnologia, Inovações e Comunicações, órgão este responsável pela outorga da Radio. Assim, após discussões e apontamentos, passou-se para o primeiro item da pauta que é a indicação e composição dos membros para o Conselho Municipal de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 31-B do Estatuto Social deste Conselho. Foram indicadas as seguintes pessoas: *Pela Paróquia São Pedro – Mauá da Serra, CNPJ:752835640060-38, foi indicado o Sr. Adailton Alves de Oliveira, portador do RG:6.108.816-4 e CPF:017.595.199-36; Pela Congregação Crista Apostólica Ministério da restauração - Sede Regional de Mauá da Serra PR, CNPJ:11.936.607-0001-02 foi indicado o Sr. Helio Custodio, portador do RG:1.025.708-5 e CPF:166.845.919-15; Pela Igreja Evangélica Assembléia de Jesus Cristo em Mauá da Serra, CNPJ:03.694.652./0001-61, foi indicado o Sr. José Garbossa Neto, portador do RG:1.922.729 e CPF:144.174.809-15; Pela Igreja Assembléia de Deus Missão Águia em Mauá da Serra, CNPJ:13.243.226/0001-65, foi indicado o Sr. Alexandre Ferreira, portador do RG:5006681-9 e CPF:979.582.639.53; Pela Associação Comercial de Mauá da Serra, CNPJ:02035351/0001-63, foi indicada a Sra. Fabiana Keli Macedo de Souza, portadora do RG:85702157 e CPF:058.291.839-19; Pela Assembléia de Deus Madureira em Catuguaras – com filial em Mauá da Serra, CNPJ:05.248.762./0001-25, foi indicado o Sr. Valdir Gomes de Souza, portador do RG:5.290.528-1 e CPF:759.186.179-49.* Após lido e apresentado as Entidades e pessoas por elas indicadas para compor o Conselho de Radiodifusão, ficou decidido a composição do mesmo da seguinte forma, com a aceitação dos membros apresentados, que ficam cientes de seus encargos no termos do CAPITULO VI-A do Estatuto Social deste Conselho; a Sra. Presidente passa para o segundo item da pauta, comunicando a necessidade de se fazer alteração no Estatuto Social, mediante inserção e alteração de dispositivos adequando-o com as regras do Código



Civil, cumprindo assim com as exigências do Ministério da Ciência e Tecnologia, Inovações e Comunicações, conforme segue: **Alteração do endereço da sede - Art. 1º.** O CONSELHO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, EDUCACIONAL E ECONOMICO DE MAUÁ DA SERRA CODESEM, pessoa jurídica de direito privado, instruído pelos moradores de Mauá da Serra, Estado do Paraná, de fins não econômicos, de caráter social, educacional e cultural, com sede em Mauá da Serra, na Avenida Ivai, s/n, centro, na cidade de Mauá da Serra e foro na Comarca de Marilândia do Sul, Estado do Paraná, tem duração por tempo indeterminado, aqui denominado simplesmente de CODESEM. **Inserção - Art. 4º-A.** Apenas farão parte dos Órgãos Diretivos, brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e maiores de 18 anos ou emancipados, cujas residências sejam situadas na área da comunidade atendida e ainda, tais dirigentes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial. **Inserção ao artigo 10: §1º.** Deverá ordinariamente, ocorrer a cada 4 anos para eleição das Diretorias e do Conselho Fiscalizador, extraordinariamente poderá ser convocada para destituição dos dirigentes e alteração estatutária, respeitando-se o disposto nos parágrafos seguintes. **§ 2º** - A AG poderá ser convocada extraordinariamente pela maioria da diretoria, por um terço dos conselheiros ou, no mínimo, um quinto dos associados, para discussão e decisão relativa a assuntos de interesse geral. **§3º** - A convocação deverá ser feita com antecedência mínima de oito dias, através de edital ou comunicado afixado na sede do CODESEM e estúdio da Radio, bem como na sede das entidades que compõem o Conselho Comunitário e com divulgação através de pelo menos quatro chamadas diárias durante a programação da emissora, devendo conter data, hora, local e pauta da reunião. **§4º** - A AG deliberará em primeira convocação somente com metade mais um dos associados aptos a votar e, em segunda convocação, trinta minutos após com qualquer número de associados aptos a votar. **§5º** - A AG convocada para fins eleitorais, alienação, alteração do estatuto ou extinção da entidade, deverá ser convocada com quinze dias de antecedência e, deliberará conforme este estatuto, mediante voto associados e/ou diretoria e conselheiros, respeitadas as disposições dispostas no paragrafo anterior. **§6º.** Haverá no local das Assembleias Gerais instaladas, um livro para proceder ao registro dos sócios presentes. **Inserção - Art. 10-A.** Compete privativamente à AG, com exigência de quorum de maioria absoluta: I – destituir os administradores; II – alterar o estatuto. **Inserção - CAPITULO III-A - DAS ELEIÇÕES Art. 23-A** - As chapas para a diretoria estarão aptas, se entregues até três dias antes da Assembléia Geral de eleição, acompanhada de nominata completa e pelo devido expresse consentimento de seus membros bem como do referendun de, no mínimo , um décimo de associados aptos a votar. **§1º** - É vedada a participação de associados em mais de uma chapa, bem como o voto cumulativo ou por procuração. **§2º** - A diretoria será formada pela chapa que alcançar a maioria dos votos ou de acordo com a proporcionalidade dos votos obtidos por cada chapa, desde que obtido o mínimo de vinte por cento dos votos validos totalizados no processo eleitoral. A escolha do critério para contagem será decidida no início da AG. **Inserção ao artigo 28-A - §3º.** São



passíveis de punição temporária ou de exclusão definitiva do quadro social, havendo justa causa, os associados que infringirem este estatuto, desde que sua transgressão seja indicada mediante requerimento dirigido a diretoria que, frente a procedência da solicitação, deverá submetê-la à Assembléia Geral, convocada especialmente para este fim, para deliberação fundamentada, assegurado o amplo direito de defesa do associado em questão. **Alteração do artigo 43- Art. 43.** Este estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, por deliberação da Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim. **Inserção - Art. 43-A.** A dissolução do CODESEM ocorrerá segundo decisão de Assembléia Geral, e o remanescente de seu patrimônio líquido, será destinado a entidade de fins não econômicos congênere, definida na Assembléia. Feitos os devidos esclarecimentos, foi colocado em discussão e submetido a votação, e restou aprovado por unanimidade de votos. Deixando a palavra livre, nenhum membro quis fazer uso da mesma. A Sra. Presidente agradeceu a presença de todos, e, nada mais havendo a ser tratado, declarou encerrada a presente Assembléia às 11:45min. Do que para constar foi lavrada a presente Ata, que lida e achada conforme, vai devidamente assinada. Eu Ana Claudia dos Santos Carneiro (Ana Claudia dos Santos Carneiro), Secretária que digitei e a subscrevi.



*Cristiane de Oliveira Pinheiro*

**CRISTIANE DE OLIVEIRA PINHEIRO**

**PRESIDENTE**



*Ana Claudia dos Santos Carneiro*

**ANA CLAUDIA DOS SANTOS CARNEIRO**

**SECRETARIA**

**Tabelionato de Notas e Registro Civil de Mauá da Serra**

Mauá da Serra - Comarca de Marilândia do Sul - PR  
Av. Santa Helena, s/nº - Centro - CEP: 86068-000 - Tel. (41) 3454-1392

Serviço de Títulos e Documentos  
PROTOCOLO Nº 0010036

REGISTRO Nº 0012217

LIVRO B-089  
FOLHA 031

Selo Digital nº GFGFU-JLMC7-P5tWZ, Controlado por  
Consulte em <http://funarpen.com.br>

MARILÂNDIA DO SUL (PR), 20 de fevereiro de 2019

Márcia de Fátima Ferro da Cruz  
Dnª e Substituta Intermunicipal  
Tabela e Registradora

Reconheço por SEMELHANÇA as assinaturas de **CRISTIANE DE OLIVEIRA PINHEIRO e ANA CLAUDIA DOS SANTOS CARNEIRO**. Dou fé.

20 de fevereiro de 2019 - 10:48:12h.

Débora Pilati - Escrevente Juramentada

## CONSELHO MUNICIPAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

### RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO

Aos trinta dias do mês de novembro de 2018, nesta cidade de Mauá da Serra, município de mesmo nome, Comarca de Marilândia do Sul, Estado do Paraná, na Radio Mauá FM, localizada na Avenida Ponta Grossa, 550-centro, se fizeram presentes os membros deste Conselho Comunitário de Radiodifusão, nos termos do artigo 31-D do Estatuto Social do CODESEM, em cumprimento ao artigo 116 da Portaria 4334/2015/SEI-MC que dispõe sobre o serviço de radiodifusão comunitária, para analisar, avaliar e apresentar **RELATÓRIO**, nos seguintes termos:

#### **1 –CONSELHEIROS – ENTIDADES REPRESENTADAS:**

- Adailton Alves de Oliveira, brasileiro, residente na Rua Jose Batista de Paiva nº1045, Mauá da Serra, portador do RG:6.108.816-4 e CPF:017.595.199-36 – representando a entidade - Paróquia São Pedro – Mauá da Serra, CNPJ:752835640060-38;
- Helio Custodio, brasileiro, residente na Av. Ponta Grossa, s/n, Maua da Serra, portador do RG:1.025.708-5 e CPF:166.845.919-15 – representando a entidade Congregação Crista Apostólica Ministério da restauração - Sede Regional de Mauá da Serra PR, CNPJ:11.936.607-0001-02;
- José Garbossa Neto, brasileiro, residente Rua São Judas Tadeu, s/n, Maua da Serra, portador do RG:1.922.729 e CPF:144.174.809-15 – representando a entidade Igreja Evangélica Assembléia de Jesus Cristo em Mauá da Serra, CNPJ:03.694.652./0001-61;
- Alexandre Ferreira, brasileiro, residente Rua Luiz Franciscum, nº18, Mauá da Serra PR, portador do RG:5006681-9 e CPF:979.582.639.53 – representando a entidade Igreja Assembléia de Deus Missão Águia em Mauá da Serra, CNPJ:13.243.226/0001-65;



- Fabiana Keli Macedo de Souza, brasileira, residente Rua Presbitero João Pereira, 53, portadora do RG:85702157 e CPF:058.291.839-19 – representando a entidade Associação Comercial de Mauá da Serra, CNPJ:02035351/0001-63

- Valdir Gomes de Souza, brasileiro, residente em Mauá da Serra, portador do RG:5.290.528-1 e CPF:759.186.179-49 – representando a entidade Assembléia de Deus Madureira em Catuguaras – com filial em Mauá da Serra, CNPJ:05.248.762./0001-25.

## **2-GRADE DE PROGRAMAÇÃO:**

Horário de Funcionamento da Emissora: 6h00min às 24h00min de segunda a domingo, com a programação da seguinte forma:

### **DOMINGO:**

**DAS 6:00 AS 11:00 DA MANHÃ PROGRAMA ACONCHEGO DOS GAUDÉRIOS,** APRESENTADO PELO LOCUTOR DANILO DE SOUZA, PROGRAMA QUE TRAZ A CULTURA GAUCHA ATRAVES DO RADIO, TOCANDO DIVERSAS CANCOES E POEMAS GAUCHOS, ALEM PIADAS, BRINCADEIRAS E SORTEIOS E PREMIO E CONTATAM BEM A PARTICIPAÇÃO, OFERECIMENTOS E PEDIDO MUSICAL DOS OUVINTES.

**DAS 11:00 AS 12:00 HRS PROGRAMA RESGATADOS PELA GRAÇA,** APRESENTADO POR VAL RIBEIRO, EM PROL DA IGREJA ASSEMBLEIA DE DEUS MISSAO, PROGRAMA QUE TRAZ HINOS E LOUVORES EVANGELICOS E MENSAGEM BIBLICA AOS OUVINTES.

**DAS 12:00 AS 14:00 HRS PROGRAMA HORA DA VITORIA,** APRESENTADO PELO PASTOR VALDIR GOMES DE SOUZA, EM PROL DA IGREJA ASSEMBLEIA DE DEUS MINISTERIO MADUREIRA, PROGRAMA QUE TRAZ HINOS E LOUVORES EVANGELICOS E MENSAGEM BIBLICA AOS OUVINTES.

**DAS 14:00 AS 19:00 HRS MUSICAL ESPECIAL**

**DAS 19:00 AS 21:00 HRS PROGRAMA MESA REDONDA,** APRESENTADO PELO DIOGO DO NASF E VAGNER ENFERMEIRO, PROGRAMA QUE RESULTADOS DE JOGOS DE FUTEBOL, FORMULA 1, UFC, E COMENTARIOS SOBRE FUTEBOL EM GERAL.

**DAS 21:00 AS 24:00 HRS MUSICAL ESPECIAL**

## **SEGUNDA-FEIRA:**

**DAS 6:00 AS 8:00 DA MANHÃ PROGRAMA SERTANEJAO DO SEU JOÃO,** SEU JOÃO É UM PERSONAGEM DE UM VELHO CAIPIRA, CRIADO PELO LOCUTOR ADAILTON ALVES DE OLIVEIRA (OLIVEIRA ALVES) O PROGRAMA TRAZ MUSICA, ENTRETENIMENTO, DIVERSAO, PIDAS E BRINCADEIRAS.

**DAS 8:00 AS 10:00 DA MANHÃ, PROGRAMA SHOW DA MANHÃ,** APRESETADO POR NILSOM GONLSAVES, LOCUTOR E GERENTE DA RADIO MAUA FM. O PROGRAMA TRAZ, MUSICA, NOTICIAS EM GERAIS, ENTRETENIMENTO, PARTICIPACAO DO OUVINTE COM OFERECIMENTO E PEDIDOS DE MUSICA, TRAZ AVISOS DE ASSOCIACOES, AVISOS DE ESCOLAS: ESCOLA MARIA BAUEB JAMUS, ESCOLA SANDRA MARIA, ESCOLA YUKIO UEMURA, ESCOLA PAULO HARUO SATO E DOS CEMEIS: CEIMEI CRIANÇA ESPERANÇA E CEMEI SEMENTINHAS DE VIDA., AVISOS DO COLEGIO ESTADUAL JOAO PLATH, AVISOS DA SAUDE, EDUCACAO, DENGUE E ETC. TRAZ TAMBEM AVISOS DE UTILIDADE PUBLICA, COMUNICADOS E NEGOCIOS DE OCASIÃO EM GERAL.

**DAS 10:00 AS 11:00 DA MANHÃ PROGRAMA EXPERIENCIA DE DEUS,** APRESENTADO PELO PADRE REGINALDO MANZOTTI, PROGRAMA TRANSMITIDO VIA SITE DO PADRE, PROGRAMA ESTE QUE TEM O INTUITO DE EVANGELIZAR, E EM PROL DA IGREJA CATOLICA.

**DAS 11:00 AS 13:00 HRS PROGRAMA LEGAL,** APRESENTADO PELO LOCUTOR ADAILTON ALVES DE OLIVEIRA. PROGRAMA ESTE QUE TRAZ MUSICA, ENTRETENIMENTO, DIVERSAO, PIADAS, BRINCADEIRAS, SORTEIOS DE PREMIO, PARTICIPACAO DO OUVINTE COM OFERECIMENTOS E PEDIDO DE MUSICA, E FAZ CAMPANHAS SOLIDARIAS AS PESSOAS NECESSITADAS QUANDO NECESSARIO.

**DAS 13:00 AS 15:00 HRS PROGRAMA TARDE BENÇÃOS,** APRESENTADO POR ANTONIO APARECIDO DE JEU, QUE TRAZ HINOS E LOUVORES EVANGELICOS E MENSAGENS BIBLICAS AOS OUVINTES.

**DAS 15:00 AS 16:00 HRS MUSICAL ESPECIAL**

**DAS 16:00AS 17:00 HRS PROGRAMA SERTANEJAO DA TARDE,** APRESETADO PELO LOCUTOR, JOSE GERALDO DE LIMA (GERALDAO), O PROGRAMA TRAZ MUSICA, ENTRETENIMENTO, PARTICIPACAO DO OUVINTE COM OFERECIMENTO E PEDIDO MUSICAL. O PROGRAMA TEM O INTUITO DE TOCAR AS MUSICAS SERTANEJAS CAIPIRAS DO RADIO BRASILEIRO.

**DAS 18:00 AS 18:10 HRS AVE MARIA**



**DAS 18:10 AS 19:00 HRS PROGRAMA CAMINHANDO COM JESUS, UM PROGRAMA EM PROL DA IGREJA CATOLICA, O PROGRAMA TRAZ MUSICAS CATOLICAS EM GERAL, O EVANGELHO DO DIA E ORACOES E REFLEXOES. É APRESENTADO POR VARIOS LOCUTORES DURANTE A SEMANA, NA SEGUNDA-FEIRA É APRESENTADO PELA SONIA MACHADO.**

**DAS 19:00 AS 20:00 HRS A VOZ DO BRASIL**

**DAS 20:00AS 24:00 HRS MUSICAL ESPECIAL**

**TERÇA-FEIRA:**

**DAS 6:00 AS 8:00 DA MANHÃ PROGRAMA SERTANEJAO DO SEU JOÃO, SEU JOÃO É UM PERSONAGEM DE UM VELHO CAIPIRA, CRIADO PELO LOCUTOR ADAILTON ALVES DE OLIVEIRA (OLIVEIRA ALVES) O PROGRAMA TRAZ MUSICA, ENTRETENIMENTO, DIVERSAO, PIDAS E BRINCADEIRAS.**

**DAS 8:00 AS 10:00 DA MANHÃ PROGRAMA SHOW DA MANHÃ, APRESETADO POR NILSOM GONLSAVES, LOCUTOR E GERENTE DA RADIO MAUA FM. O PROGRAMA TRAZ, MUSICA, NOTICIAS EM GERAIS, ENTRETENIMENTO, PARTICIPACAO DO OUVINTE COM OFERECIMENTO E PEDIDOS DE MUSICA, TRAZ AVISOS DE ASSOCIACOES, AVISOS DE ESCOLAS: ESCOLA MARIA BAUEB JAMUS, ESCOLA SANDRA MARIA, ESCOLA YUKIO UEMURA, ESCOLA PAULO HARUO SATO E DOS CEMEIS: CEIMEI CRIANÇA ESPERANÇA E CEMEI SEMENTINHAS DE VIDA., AVISOS DO COLEGIO ESTADUAL JOAO PLATH, AVISOS DA SAUDE, EDUCACAO, DENGUE E ETC. TRAZ TAMBEM AVISOS DE UTILIDADE PUBLICA, COMUNICADOS E NEGOCIOS DE OCASIÃO EM GERAL.**

**DAS 10:00 AS 11:00 DA MANHÃ PROGRAMA EXPERIENCIA DE DEUS, APRESENTADO PELO PADRE REGINALDO MANZOTTI, PROGRAMA TRANSMITIDO VIA SITE DO PADRE, PROGRAMA ESTE QUE TEM O INTUITO DE EVANGELIZAR, E EM PROL DA IGREJA CATOLICA.**

**DAS 11:00 AS 13:00 HRS PROGRAMA LEGAL, APRESENTADO PELO LOCUTOR ADAILTON ALVES DE OLIVEIRA. PROGRAMA ESTE QUE TRAZ MUSICA, ENTRETENIMENTO, DIVERSAO, PIADAS, BRINCADEIRAS, SORTEIOS DE PREMIO, PARTICIPACAO DO OUVINTE COM OFERECIMENTOS E PEDIDO DE MUSICA, E FAZ CAMPANHAS SOLIDARIAS AS PESSOAS NECESSITADAS QUANDO NECESSARIO.**

**DAS 13:00 AS 16:00 HRS MUSICAL ESPECIAL**

**DAS 16:00AS 17:00 HRS PROGRAMA SERTANEJAO DA TARDE, APRESETADO PELO LOCUTOR, JOSE GERALDO DE LIMA (GERALDAO), O PROGRAMA TRAZ**



MUSICA, ENTRETENIMENTO, PARTICIPACAO DO OUVINTE COM OFERECIMENTO E PEDIDO MUSICAL. O PROGRAMA TEM O INTUITO DE TOCAR AS MUSICAS SERTANEJAS CAIPIRAS DO RADIO BRASILEIRO.

**DAS 18:00 AS 18:10 HRS AVE MARIA**

**DAS 18:10 AS 19:00 HRS PROGRAMA CAMINHANDO COM JESUS**, UM PROGRAMA EM PROL DA IGREJA CATOLICA, O PROGRAMA TRAZ MUSICAS CATOLICAS EM GERAL, O EVANGELHO DO DIA E ORACOES E REFLEXOES. É APRESENTADO POR VARIOS LOCUTORES DURANTE A SEMANA, NA TERÇA-FEIRA É APRESENTADO PELA DONA MARGARIA SHONSKI

**DAS 19:00 AS 20:00 HRS A VOZ DO BRASIL**

**DAS 20:00AS 24:00 HRS MUSICAL ESPECIAL**

#### **QUARTA-FEIRA:**

**DAS 6:00 AS 8:00 DA MANHÃ PROGRAMA SERTANEJAO DO SEU JOÃO**, SEU JOÃO É UM PERSONAGEM DE UM VELHO CAIPIRA, CRIADO PELO LOCUTOR ADAILTON ALVES DE OLIVEIRA (OLIVEIRA ALVES) O PROGRAMA TRAZ MUSICA, ENTRETENIMENTO, DIVERSAO, PIDAS E BRINCADEIRAS.

**DAS 8:00 AS 10:00 DA MANHÃ PROGRAMA SHOW DA MANHÃ**, APRESETADO POR NILSOM GONLSAVES, LOCUTOR E GERENTE DA RADIO MAUA FM. O PROGRAMA TRAZ, MUSICA, NOTICIAS EM GERAIS, ENTRETENIMENTO, PARTICIPACAO DO OUVINTE COM OFERECIMENTO E PEDIDOS DE MUSICA, TRAZ AVISOS DE ASSOCIACOES, AVISOS DE ESCOLAS: ESCOLA MARIA BAUEB JAMUS, ESCOLA SANDRA MARIA, ESCOLA YUKIO UEMURA, ESCOLA PAULO HARUO SATO E DOS CEMEIS: CEIMEI CRIANÇA ESPERANÇA E CEMEI SEMENTINHAS DE VIDA., AVISOS DO COLEGIO ESTADUAL JOAO PLATH, AVISOS DA SAUDE, EDUCACAO, DENGUE E ETC. TRAZ TAMBEM AVISOS DE UTILIUDADE PUBLICA, COMUNICADOS E NEGOCIOS DE OCASIÃO EM GERAL.

**DAS 10:00 AS 11:00 DA MANHÃ PROGRAMA EXPERIENCIA DE DEUS**, APRESENTADO PELO PADRE REGINALDO MANZOTTI, PROGRAMA TRANSMITIDO VIA SITE DO PADRE, PROGRAMA ESTE QUE TEM O INTUITO DE EVANGELIZAR, E EM PROL DA IGREJA CATOLICA.

**DAS 11:00 AS 13:00 HRS PROGRAMA LEGAL**, APRESENTADO PELO LOCUTOR ADAILTON ALVES DE OLIVEIRA. PROGRAMA ESTE QUE TRAZ MUSICA, ENTRETENIMENTO, DIVERSAO, PIADAS, BRINCADEIRAS, SORTEIOS DE PREMIOs,

PARTICIPAÇÃO DO OUVINTE COM OFERECIMENTOS E PEDIDO DE MUSICA, E FAZ CAMPANHAS SOLIDARIAS AS PESSOAS NECESSITADAS QUANDO NECESSARIO.

**DAS 13:00 AS 16:00 HRS MUSICAL ESPECIAL**

**DAS 16:00AS 17:00 HRS PROGRAMA SERTANEJAO DA TARDE**, APRESETADO PELO LOCUTOR, JOSE GERALDO DE LIMA (GERALDAO), O PROGRAMA TRAZ MUSICA, ENTRETENIMENTO, PARTICIPACAO DO OUVINTE COM OFERECIMENTO E PEDIDO MUSICAL. O PROGRAMA TEM O INTUITO DE TOCAR AS MUSICAS SERTANEJAS CAIPIRAS DO RADIO BRASILEIRO.

**DAS 18:00 AS 18:10 HRS AVE MARIA**

**DAS 18:10 AS 19:00 HRS PROGRAMA CAMINHANDO COM JESUS**, UM PROGRAMA EM PROL DA IGREJA CATOLICA, O PROGRAMA TRAZ MUSICAS CATOLICAS EM GERAL, O EVANGELHO DO DIA E ORACOES E REFLEXOES. É APRESENTADO POR VARIOS LOCUTORES DURANTE A SEMANA, NA QUARTA-FEIRA É APRESENTADO PELA IRMÃ MARIA ROSA

**DAS 19:00 AS 20:00 HRS A VOZ DO BRASIL**

**DAS 20:00AS 24:00 HRS MUSICAL ESPECIAL**

#### **QUINTA-FEIRA:**

**DAS 6:00 AS 8:00 DA MANHÃ PROGRAMA SERTANEJAO DO SEU JOÃO**, SEU JOÃO É UM PERSONAGEM DE UM VELHO CAIPIRA, CRIADO PELO LOCUTOR ADAILTON ALVES DE OLIVEIRA (OLIVEIRA ALVES) O PROGRAMA TRAZ MUSICA, ENTRETENIMENTO, DIVERSAO, PIDAS E BRINCADEIRAS.

**DAS 8:00 AS 10:00 DA MANHÃ PROGRAMA SHOW DA MANHÃ**, APRESETADO POR NILSOM GONLSAVES, LOCUTOR E GERENTE DA RADIO MAUA FM. O PROGRAMA TRAZ, MUSICA, NOTICIAS EM GERAIS, ENTRETENIMENTO, PARTICIPACAO DO OUVINTE COM OFERECIMENTO E PEDIDOS DE MUSICA, TRAZ AVISOS DE ASSOCIACOES, AVISOS DE ESCOLAS: ESCOLA MARIA BAUEB JAMUS, ESCOLA SANDRA MARIA, ESCOLA YUKIO UEMURA, ESCOLA PAULO HARUO SATO E DOS CEMEIS: CEIMEI CRIANÇA ESPERANÇA E CEMEI SEMENTINHAS DE VIDA., AVISOS DO COLEGIO ESTADUAL JOAO PLATH, AVISOS DA SAUDE, EDUCACAO, DENGUE E ETC. TRAZ TAMBEM AVISOS DE UTILIDADE PUBLICA, COMUNICADOS E NEGOCIOS DE OCASIÃO EM GERAL.

**DAS 10:00 AS 11:00 DA MANHÃ PROGRAMA EXPERIENCIA DE DEUS**, APRESENTADO PELO PADRE REGINALDO MANZOTTI, PROGRAMA TRANSMITIDO



VIA SITE DO PADRE, PROGRAMA ESTE QUE TEM O INTUITO DE EVANGELIZAR, E EM PROL DA IGREJA CATOLICA.

**DAS 11:00 AS 13:00 HRS PROGRAMA LEGAL**, APRESENTADO PELO LOCUTOR ADAILTON ALVES DE OLIVEIRA. PROGRAMA ESTE QUE TRAZ MUSICA, ENTRETENIMENTO, DIVERSAO, PIADAS, BRINCADEIRAS, SORTEIOS DE PREMIO, PARTICIPACAO DO OUVINTE COM OFERECIMENTOS E PEDIDO DE MUSICA, E FAZ CAMPANHAS SOLIDARIAS AS PESSOAS NECESSITADAS QUANDO NECESSARIO.

**DAS 13:00 AS 15:00 HRS PROGRAMA ECO DO CALVARIO**, APRESENTADO PELO PASTOR JOSE GARBOSSA, EM PROL DA IGREJA ASSEMBLEIA DE JESUS CRISTO, PROGRAMA QUE TRAZ HINOS E LOUVORES EVANGELICOS E MENSAGEM BIBLICA AOS OUVINTES.

**DAS 16:00AS 17:00 HRS PROGRAMA SERTANEJAO DA TARDE**, APRESENTADO PELO LOCUTOR, JOSE GERALDO DE LIMA (GERALDAO), O PROGRAMA TRAZ MUSICA, ENTRETENIMENTO, PARTICIPACAO DO OUVINTE COM OFERECIMENTO E PEDIDO MUSICAL. O PROGRAMA TEM O INTUITO DE TOCAR AS MUSICAS SERTANEJAS CAIPIRAS DO RADIO BRASILEIRO.

**DAS 18:00 AS 18:10 HRS AVE MARIA**

**DAS 18:10 AS 19:00 HRS PROGRAMA CAMINHANDO COM JESUS**, UM PROGRAMA EM PROL DA IGREJA CATOLICA, O PROGRAMA TRAZ MUSICAS CATOLICAS EM GERAL, O EVANGELHO DO DIA E ORACOES E REFLEXOES. É APRESENTADO POR VARIOS LOCUTORES DURANTE A SEMANA, NA QUINTA-FEIRA É APRESENTADO PELO DIOGO DO NASF

**DAS 19:00 AS 20:00 HRS A VOZ DO BRASIL**

**DAS 20:00AS 24:00 HRS MUSICAL ESPECIAL**

#### **SEXTA-FEIRA:**

**DAS 6:00 AS 8:00 DA MANHÃ PROGRAMA SERTANEJAO DO SEU JOÃO**, SEU JOÃO É UM PERSONAGEM DE UM VELHO CAIPIRA, CRIADO PELO LOCUTOR ADAILTON ALVES DE OLIVEIRA (OLIVEIRA ALVES) O PROGRAMA TRAZ MUSICA, ENTRETENIMENTO, DIVERSAO, PIDAS E BRINCADEIRAS.

**DAS 8:00 AS 10:00 DA MANHÃ PROGRAMA SHOW DA MANHÃ**, APRESENTADO POR NILSOM GONLSAVES, LOCUTOR E GERENTE DA RADIO MAUA FM. O PROGRAMA TRAZ, MUSICA, NOTICIAS EM GERAIS, ENTRETENIMENTO, PARTICIPACAO DO OUVINTE COM OFERECIMENTO E PEDIDOS DE MUSICA, TRAZ AVISOS DE ASSOCIACOES, AVISOS DE ESCOLAS:



ESCOLA MARIA BAUEB JAMUS, ESCOLA SANDRA MARIA, ESCOLA YUKIO UEMURA, ESCOLA PAULO HARUO SATO E DOS CEMEIS: CEIMEI CRIANÇA ESPERANÇA E CEMEI SEMENTINHAS DE VIDA., AVISOS DO COLEGIO ESTADUAL JOAO PLATH, AVISOS DA SAUDE, EDUCACAO, DENGUE E ETC. TRAZ TAMBEM AVISOS DE UTILIDADE PUBLICA, COMUNICADOS E NEGOCIOS DE OCASIÃO EM GERAL.

**DAS 10:00 AS 11:00 DA MANHÃ PROGRAMA EXPERIENCIA DE DEUS,** APRESENTADO PELO PADRE REGINALDO MANZOTTI, PROGRAMA TRANSMITIDO VIA SITE DO PADRE, PROGRAMA ESTE QUE TEM O INTUITO DE EVANGELIZAR, E EM PROL DA IGREJA CATOLICA.

**DAS 11:00 AS 13:00 HRS PROGRAMA LEGAL,APRESENTADO** PELO LOCUTOR ADAILTON ALVES DE OLIVEIRA. PROGRAMA ESTE QUE TRAZ MUSICA, ENTRETENIMENTO, DIVERSAO, PIADAS, BRINCADEIRAS, SORTEIOS DE PREMIO, PARTICIPAÇÃO DO OUVINTE COM OFERECIMENTOS E PEDIDO DE MUSICA, E FAZ CAMPANHAS SOLIDARIAS AS PESSOAS NECESSITADAS QUANDO NECESSARIO.

**DAS 13:00 AS 16:00 HRS MUSICAL ESPECIAL**

**DAS 16:00AS 17:00 HRS PROGRAMA SERTANEJAO DA TARDE,** APRESENTADO PELO LOCUTOR, JOSE GERALDO DE LIMA (GERALDAO), O PROGRAMA TRAZ MUSICA, ENTRETENIMENTO, PARTICIPACAO DO OUVINTE COM OFERECIMENTO E PEDIDO MUSICAL. O PROGRAMA TEM O INTUITO DE TOCAR AS MUSICAS SERTANEJAS CAPIRAS DO RADIO BRASILEIRO.

**DAS 18:00 AS 18:10 HRS AVE MARIA**

**DAS 18:10 AS 19:00 HRS PROGRAMA CAMINHANDO COM JESUS,** UM PROGRAMA EM PROL DA IGREJA CATOLICA, O PROGRAMA TRAZ MUSICAS CATOLICAS EM GERAL, O EVANGELHO DO DIA E ORACOES E REFLEXOES. É APRESENTADO POR VARIOS LOCUTORES DURANTE A SEMANA, NA SEXTA-FEIRA É APRESENTADO PELA IRMÃ ANDREIA FERNANDA COELHO

**DAS 19:00 AS 20:00 HRS A VOZ DO BRASIL**

**DAS 20:00AS 24:00 HRS MUSICAL ESPECIAL**

#### **SABADO:**

**DAS 6:00AS 8:00 DA MANHÃ MUSICAL ESPECIAL**

**DAS 8:00 AS 10:00 DA MANHÃ PROGRAMA CAMINHANDO COM JESUS,** UM PROGRAMA EM PROL DA IGREJA CATOLICA, O PROGRAMA TRAZ MUSICAS CATOLICAS EM GERAL, O EVANGELHO DO DIA E ORACOES E REFLEXOES. É

APRESENTADO POR VARIOS LOCUTORES DURANTE A SEMANA, NO SABADO É APRESENTADO PELA IRMÃ LUCIMARA ALENCAR COUTINHO.

**DAS 10:00 AS 11:00 DA MANHÃ PROGRAMA EXPERIENCIA DE DEUS** APRESENTADO PELO PADRE REGINALDO MANZOTTI, PROGRAMA TRANSMITIDO VIA SITE DO PADRE, PROGRAMA ESTE QUE TEM O INTUITO DE EVANGELIZAR, E EM PROL DA IGREJA CATOLICA.

**DAS 11:00 AS 12:00 HRS PROGRAMA CAMINHOS DE DEUS,** APRESENTADO PELO PASTOR HELIO CUSTÓDIO, PROGRAMA QUE TRAZ HINOS E LOUVORES EVANGELICOS E MENSAGEM BIBLICA AOS OUVINTES.

**DAS 12:00 AS 13:30 PROGRAM ALFA E OMEGA,** APRESENTADO PELO PASTOR ALEXANDRE FORTES FERREIRA, EM PROL DA IGREJA ASSEMBLEIA DE DEUS MISSAO AGUIA, PROGRAMA QUE TRAZ HINOS E LOUVORES EVANGELICOS E MENSAGEM BIBLICA AOS OUVINTES.

**DAS 13:30 AS 15:00 HRS PROGRAMA MOMENTO COM DEUS,** APRESENTADO PELO PASTOR GERALDO SOBRINHO, EM PROL DA IGREJA ASSEMBLEIA DE DEUS MISSAO, PROGRAMA QUE TRAZ HINOS E LOUVORES EVANGELICOS E MENSAGEM BIBLICA AOS OUVINTES.

**DAS 15:00 AS 16:00 HRS PROGRAMA ENCONTRO COM DEUS,** APRESENTADO PELA ERINEIA LARA, EM PROL DA IGREJA ASSEMBLEIA DE DEUS MISSÃO, PROGRAMA QUE TRAZ HINOS E LOUVORES EVANGELICOS E MENSAGEM BIBLICA AOS OUVINTES.

**DAS 16:00 AS 17:30 HRS PROGRAMA DOS MISSIONARIOS MIRINS,** APRESENTADO POR IRALVA CORDEIRO E TIA NÉIA, EM PROL DA IGREJA ASSEMBLEIA DE MISSAO, PROGRAMA QUE TRAZ HINOS, LOUVORES INFATIS E HISTORIAS BIBILICAS, PARA ENTRETER AS CRIANÇAS OUVINTES.

**DAS 17:30 AS 24:00 HRS MUSICAL ESPECIAL**

### **3-AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS:**

Avaliando toda a programação, bem como os programas veiculados, temos que estão em conformidade com o objeto da Radio, ou seja, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitário, conforme previsão do art. 116 da Portaria.



Sendo o que tinha a avaliar no momento. Segue Relatório, com a assinatura

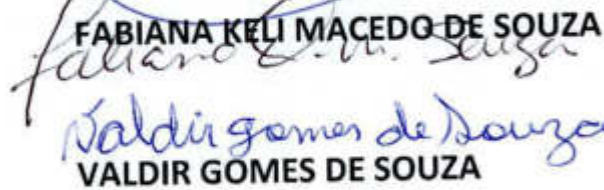
de todos os Conselheiros, anteriormente identificados.

  
ADAILTON ALVES DE OLIVEIRA

  
HELIO CUSTODIO

  
JOSÉ GARBOSSA NETO

  
ALEXANDRE FERREIRA

  
FABIANA KELI MACEDO DE SOUZA

  
VALDIR GOMES DE SOUZA



**CARTÃO DE IDENTIDADE**



Alexandre Ferreira

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO CÍVIL 5.006.681-9 DATA DE EMISSÃO 24/07/1987

NOME ALEXANDRE FERREIRA

ENDEREÇO MARIA DAS DORES FERREIRA

CIDADE/MUNICÍPIO JUNDIAÍ/PR DATA DE NASCIMENTO 03/08/1974

COMARCA=STA ISABEL IVAT/PR COMARCA=MAUA DA SERRA/PR

C.NASC 4773, LIVRO=05A, FOLHA=93V

Assinatura: Bel. Douglas Haquim

**REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

PÓLEGAR DIREITO

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

**REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**TÍTULO ELEITORAL IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA**

NOME DO ELEITOR ALEXANDRE FERREIRA

DATA DE NASCIMENTO 03/08/1974 Nº INSCRIÇÃO 0602 8804 0639 ZONA 076 SEÇÃO 0095

MUNICÍPIO / UF MAUA DA SERRA/PR DATA DE EMISSÃO 15/09/2017

JUIZ ELEITORAL Des. Adalberto Jorge Xisto Pereira

**REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**PROIBIDO PLASTIFICAR**

791935376

MAUA DA SERRA/PR

**REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**MINISTÉRIO DAS CIDADES DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO**

791935376

MAUA DA SERRA/PR

DATA DE NASCIMENTO 03/08/1974

CPF 979.582.639-53

MAUA DA SERRA/PR

DATA DE EMISSÃO 10/06/2018



Copel Distribuição S.A.  
Rua José Izidoro Bazzeto, 150  
81203-240, Curitiba - PR  
CNPJ 04.368.893/0001-06  
IE 90.233.073-99 IM 423.982-4



www.copel.com  
0800 51 00 116

Unidade Consumidora

ALEXANDRE FERREIRA

R FLOR DA SERRA, 72

CEP: 86829000

MAUA DA SERRA - PR

CPF: 97968263953

91371082

Vencimento

23/06/2018

Valor a Pagar

R\$ 249,21

Responsável pela manutenção da iluminação pública: Município 33.3454-3265

### Reaviso de Vencimento

Constatamos débitos que podem resultar no corte de energia e, após este, em 3 meses no encerramento contratual da unidade com a Copel. Neste período, haverá cobrança conforme legislação. Após 45 dias, sujeita inclusão no CADIN. Cobrança de atividade censória pode ser excluída da fatura. Desconsidere aviso, caso tenha pago.

Referência Valor  
06/2018 220,89

### Informações Técnicas

No. Medidor: 0311941074 - TRIFASICO

Mes Referência: 06/2018

Leitura Anterior	Leitura Atual	Medido	Constante de Multiplicação	Total Faturado	Consumo Medido/Dia	Data Apresentação
04/05/2018	05/05/2018	32 dias	1,00	306 kWh	9,56 kWh	06/06/2018
17068	18174	306 kWh				

Proxima Leitura Prevista: 06/07/2018

INDUSTR/FABR DE ART DE SERRALHERIA, EXC ESQ

### Indicadores de Qualidade

Conjunto: FAXINAL		Mes 04/2018		Tensão Contratada:	
DIC	FIC	DMIC	EURO (R\$)	127 / 220 volts	
Realizado Mensal:	0,26 h	1,00	0,26 h	Limite faixa adequada de Tensão:	
Limite Mensal:	5,79 h	3,36	3,37 h	117 - 133 / 202 - 231 volts	
Limite Trimestral:	11,68 h	6,72			
Limite Anual:	23,16 h	13,45			

MES	05/18	04/18	03/18	02/18	01/18	12/17	11/17	10/17	09/17	08/17	07/17	06/17
CONS	279	279	272	251	252	202	237	323	242	227	238	276
PGTO			01/05	11/04	14/03	01/02	04/01	13/12	25/10	25/10	06/08	31/07

### Valores Faturados

NOTA FISCAL CONTA DE ENERGIA ELETRICA no. 24089541 Serie B  
Emitida em 06/06/2018

Produto Descrição	Un.	Consumo	Valor Unitario	Valor Total	Base de Calculo	Aliq. ICMS
01 ENERGIA ELETRICA CONSUMO	kWh	306	0,667450	204,24	204,24	29,00%
02 ENERGIA CONS. B. AMARELA	kWh		3,90	3,90	3,90	29,00%
03 ENERGIA CONS. B. VERMELHA P2	kWh		3,62	3,62	3,62	29,00%
04 CONT. ILLUMIN. PUBLICA MUNICIPI				29,64		
06 ACRESCIMO MORATORIO				1,52		
05 JUROS CONTA ANTERIOR				2,58		
07 MULTA POR ATRASO NO PAGAMENTO				3,73		

Base de Calculo do ICMS: 211,76 Valor ICMS: 61,41 Valor Total da Nota Fiscal: 249,21

Composicao dos Valores	
Energia	81,27
Distribuicao	42,50
Transmissao	7,41
Tributos	71,99
Encargos	6,59
TOTAL	211,76

Reservado ao Fisco

6FEE.71B4.FB34.E827.904E.092A.55DF.3244

INCLUSO NA FATURA PIS R\$ 1,88 E COFINS R\$ 9,70, CONFORME RES. ANEEL 130/2005.

ESTA UNIDADE CONSUMIDORA ESTA SUJEITA A SUSPENSÃO DE FORNECIMENTO

A qualquer tempo pode ser solicitado o cancelamento de valores não relacionados

a prestação do serviço de energia elétrica, como convênios e doações.

Atraso superior a 45 dias, com multa de 0,1% ao dia sobre o valor devido, IN/PR.

Agora e possível recorrer a Inscrição Estadual de São Paulo.

DEBITOS: 04/2018 R\$ 219,99 05/2018 R\$ 29,22

Periodos Band. Tarif.: Amarela: 05/06-31/06 Vermelha P2: 01/06-06/06





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

MOLEDA DIREITO

ADAILTON ALVES DE OLIVEIRA

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 6.108.816-4 DATA DE EXPEDIÇÃO 09/11/1990

NOME: ADAILTON ALVES DE OLIVEIRA

FILIAÇÃO: AGENOR ALVES DE OLIVEIRA  
MARIA HELENA DE OLIVEIRA

NATURALIDADE: FAXINAL/PR DATA DE NASCIMENTO: 10/01/1975

DDO ORIGEM: COMARCA=FAXINAL/PR, DA SEDE  
C.NASC 2944E, LIVRO=28A, FOLHA=6

CPF: [assinatura]

CURITIBA-PR ASSINATURA DO DIRETOR: Bel. Douglas Haquin  
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

ADAILTON ALVES DE OLIVEIRA

ASSINATURA DA IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA

NOME DO ELEITOR: ADAILTON ALVES DE OLIVEIRA

DATA DE NASCIMENTO: 10/01/1975 N. INSCRIÇÃO: 0567 9375 0680 ZONA: 076 SEÇÃO: 0113

MUNICÍPIO / UF: MAJÁ DA SERRA/PR DATA DE EMISSÃO: 24/07/2017

JUIZ ELEITORAL: Des. Adalberto Jorge Xisto Pereira

VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

Cartão de uso pessoal e intransferível.  
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.

ETV 05/09/2006

www.correios.com.br

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas  
Número de Inscrição: 017.595.199-36

Nome: ADAILTON ALVES DE OLIVEIRA

Nascimento: 10/01/1975





FOR SANEPAR: 0800-200-0115

2773.0124

1045

06.828-000 MALA DA SERRA

356-00-24-000-19940 Y16F611000-4-1 011 001

NAME	Turnover	Cap	Down	Year	Year
NAME	22	5	22	-	22
NAME	22	22	22	10	22
NAME	22	22	22	8	22

FORAM SOLUCIONADAS AS AMOSTRAS QUE NAO ATENDERAM A LEGISLACAO

2017	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO
2018	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	X
DESCRICAO DOS SERVICOS LANCADOS												SANEPAR(R\$)
AVISO DEBITO C/FITA												4.84
MULTA AGUA												2.10
AL. MONET. P/ ATRASO												0.56

FAIXAS DE CONSUMO	VOLUME	VALOR M3/R\$		TOTAIS	ESGOTO
		AGUA	AGUA		
RES. Mínimo	5		34,58		
De 6 a 10m3	5	1,07	5,35		
De 11 a 15m3	5	5,96	29,80		
De 16 a 20m3	5	5,99	29,95		

HISTÓRICO DE CONSUMOS											
01/18	02/18	03/18	04/18	05/18	06/18	07/18	08/18	09/18	10/18	11/18	
13	16	13	12	15	19	21	23	20	20	22	
DAS DE CONSUMO - DATA SUPRIM				LEITURA ANTERIOR -		LEITURA ATUAL -		CONSUMO -		REFERENCIAL	
29				12/12/2018		245		265		20	
MOTIVO DA REMISSÃO DE LEITURA -								21		24/12/2018	
PREMIO PROPOSTA (R\$) -				TOTAL		DEBITO		TOTAL		107,18	
11/01/2019				99,68				7,50			

BAIXE O SANEPAR MOBILE - GOOGLE PLAY OU APP STORE.  
RELATORIO DA QUALIDADE DA AGUA: WWW.SANEPAR.COM.BR

TRIBUTOS FEDERAIS - LEI 12.741 - VALOR APROXIMADO R\$ 8,95

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: **8.570.215-7** DATA DE EXPEDIÇÃO: 03/07/2008

NOME: **FABIANA QUELI DE MACEDO DE SOUZA**

FILIAÇÃO: HELIO JOSE DE MACEDO  
MARIA ROSA DE MACEDO

NATURALIDADE: APUCARANA/PR DATA DE NASCIMENTO: 03/07/1986

DOC. ORIGEM: COMARCA=MARILANDIA SUL/PR, DA SEDE AG 00871-0  
C.CAS=2042, LIVRO=8B, FOLHA=23 0360100-2

CURITIBA/PR AG 00871-0  
0012003-0

ASSINATURA DO DIRETOR  
LEI Nº 7.116 DE 2003

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

RG: **8.570.215-7**

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR  
CARTEIRA DE IDENTIDADE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

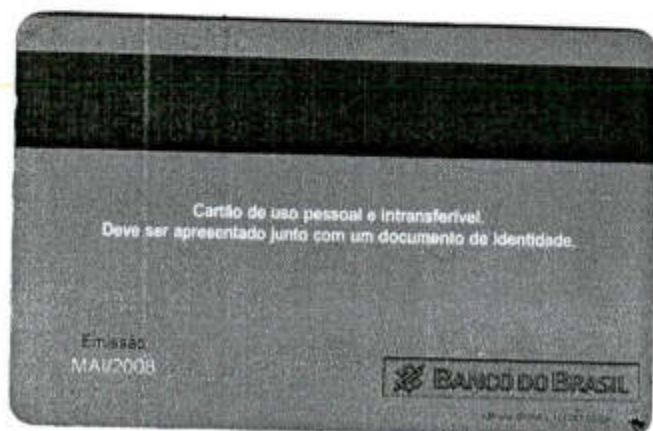
TÍTULO ELEITORAL IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA

NOME DO ELEITOR  
**FABIANA QUELI DE MACEDO DE SOUZA**

DATA DE NASCIMENTO: 03/07/1986 Nº INSCRIÇÃO: 0869 3402 0647 ZONA: 076 SEÇÃO: 0109

MUNICÍPIO / UF: MAUÁ DA SERRA/PR DATA DE EMISSÃO: 01/08/2017

JUIZ ELEITORAL  
Des. Adalberto Jorge Xisto Pereira





**COPEL**

Copel Distribuição S.A.

CNPJ nº 06.940.188/0001-90 | Endereço: Rua Manoel de Medeiros, 100 - Centro - Curitiba/PR - CEP: 81200-000

PARANÁ

www.copel.com

0800 51 00 116

VAGNER GOMES DE SOUZA  
R ANTONIO MANOJO, 270 - FRENTE  
CENTRO I - MAUA DA SERRA - PR - CEP: 86828-000

CPF 043.921.219-76

Mês de referência

**Outubro/2018**

Vencimento

**20/10/2018**

Unidade Consumidora

**95353356**

VALOR A PAGAR

**R\$ 272,52**

FAT-01-20186842412095-84

Responsabilidade da Manutenção de Iluminação Pública: Município 43 3464-1265

**Informações Técnicas**

Nº Medidor: MD 0333832735 - BIFASICO

Reside/Residencial

Leitura Anterior	Leitura Atual	Medido	Constante de Multiplicação	Total Faturado	Consumo Médio Diário	Data de Apresentação	Próxima Leitura Prevista
01/09/2018 11149	02/10/2018 11425	31 dias 276 kWh	1	276 kWh	8,90 kWh	15/10/2018	01/11/2018

**Histórico de Consumo e Pagamento**

Mês	kWh	Dt. Pgto.	Valor
09/2018	270	23/10/2018	294,32
08/2018	290	22/08/2018	279,39
07/2018	272	22/08/2018	274,41
06/2018	220	22/08/2018	171,68
05/2018	243	26/06/2018	223,92
04/2018	232	19/06/2018	176,51
03/2018	199	04/04/2018	181,57
02/2018	219	04/04/2018	175,33
01/2018	235	04/04/2018	203,10
12/2017	236	05/02/2018	225,16
11/2017	238	05/02/2018	209,13
10/2017	221	07/11/2017	191,86

**Valores Faturados**

NOTA FISCAL/CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA Nº 042.914.665- SÉRIE B

Emitida em 02/10/2018

Produto Descrição	Un.	Consumo	Valor Unitário	Valor Total	Base Calc.	Aliq. ICMS
ENERGIA ELÉTRICA CONSUMO	kWh	276	0,788478	217,62	217,62	29,00%
ENERGIA CONS. B.VERMEILHA P2	kWh			21,44	21,44	29,00%

CONT ILUMIN PUBLICA MUNICIPIO

33,48

**Indicadores de Qualidade**Conjunto IAXINAI  
Mês Ref: 09/2018

	DIC	FIC	DMIC	DICRI	EUSD (R\$)
Realizado:	0,35	1,00	0,35	-	
Limite Mensal	5,79	3,36	3,37	12,22	63,60
Limite Trimestral	11,58	6,72	-	-	
Limite Anual	23,16	13,45	-	-	

Tensão Contratada: 127/220V - 30A

Limite Adequado Tensão: 117 a 133/202 a 231V

O não cumprimento dos indicadores DIC, FIC, DMIC e DICRI definidos pela ANEEL resulta em compensação financeira ao consumidor pela concessionária no faturamento. É direito do consumidor solicitar a apuração destes indicadores a qualquer tempo.

**Reaviso de Vencimento**

Constatamos débitos que podem resultar no corte de energia e, após este, em 3 meses na encerramento contratual da unidade com a Copel. Neste período, haverá cobrança conforme legislação. Atraso de 45 dias sujeita inclusão no CADIN. Cobrança de atividade acessória pode ser excluída da fatura. Desconsidere o aviso, caso tenha pago.

Referência	Valor (R\$)	Vencimento
09/2018	294,32	20/09/2018

Base de Cálculo do ICMS 239,06	Valor ICMS 69,33	Valor Total da Nota Fiscal 272,52
<b>Composição dos Valores</b> Distribuição 40,80 Enc. Setoriais 12,66 Energia 93,35 Transmissão 7,06 Tributos 85,19 <b>Total 239,06</b>	<b>Reservado ao Fisco</b>  <b>93A0.452C.332C.6183.7CE3.DF84.5268.95B0</b>	

INCLUSO NA FATURA PIS R\$2,87 E COFINS R\$13,04 CONFORME RES. ANEEL 130/2005.  
A PARTIR DE 01/10/2018 - PIS/PASEP 1,65% e COFINS 7,60%.  
Atraso superior a 45 dias sujeita inclusão no cadastro de inadimplentes CADIN/PR.  
Agora é possível recorrer à Ouvidoria da Copel pelo Site ou Mobile.  
A qualquer tempo pode ser solicitado o cancelamento de valores não relacionados à prestação do serviço de energia elétrica, como convênios e doações.  
DEBITOS: 09/2018 R\$ 294,32  
Períodos Band.Tarif. Vermelha P2 02/09-02/10



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA

NOME DO ELEITOR  
**JOSE GARBOSSA NETO**

DATA DE NASCIMENTO **31/03/1950** Nº INSCRIÇÃO **0353 3525 0847** ZONA **076** SEÇÃO **0080**

MUNICÍPIO / UF **MAIÁ DA SERRA/PR** DATA DE EMISSÃO **25/04/2017**

JUIZ ELEITORAL

*Adalberto Jorge Xisto Pereira*

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

*Jose Garbossa Neto*

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

REGISTRO GERAL **222.729**

NOME **JOSE GARBOSSA NETO**

FILIAÇÃO **Sebastião Garbossa**  
**Maria Inez Garbossa**

Londrina/PR **31/Março/1950**

\*POUP-B\* **0871-0** **1001095-0** CURTILIA PR **21/Junho/1977**

TUDO O TERRITÓRIO NACIONAL

CEDULA DE IDENTIDADE

*Jose Garbossa Neto*

ASSINATURA DO PORTADOR

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MINISTÉRIO DAS CIDADES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME **JOSE GARBOSSA NETO**

DOC. IDENTIDADE / CNIL EMISSOR / UF **1922729-4** **SESP** **PR**

CPF **144.174.809-15** DATA NASCIMENTO **31/03/1950**

FILIAÇÃO **SEBASTIAO GARBOSSA**  
**MARIA INEZ GARBOSSA**

PERMISSÃO **B** ACC **B** CAT. HAB **B**

Nº REGISTRO **06288828832** VALIDADE **07/02/2019** 1ª HABILITAÇÃO **27/01/2015**

*Jose Garbossa Neto*

ASSINATURA DO PORTADOR

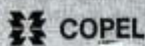
LOCAL **MAIÁ DA SERRA, PR** DATA EMISSÃO **03/02/2016**

*Adalberto Jorge Xisto Pereira*

ASSINATURA DO EMISSOR

75817860509  
PR910435579

DETRAN-PR (PARANÁ)



Copel Distribuição S.A.  
Rua José Isidoro Biazoto, 108  
81200-240 Curitiba - PR  
CNPJ 04.305.895/0001-06  
IE 90.233.073-99 IM 423.992-4



www.copel.com  
0800 51 00 116

Unidade Consumidora

13998650

Vencimento

21/12/2018

Valor a Pagar

R\$ 270,61

JOSE CARROÇA NETO

R SAO PEDRO, 33

CEP: 86828000

CPF: 14417480915

MAJÁ DA SERRA - PR

Responsável pela manutenção da iluminação Pública Municipal 43.331.1.1265

### Reaviso de vencimento

### Informações Técnicas

No. Medidor: 0041403958 - MONOFÁSICO

Mes Referência: 12/2018

Letura Anterior	Letura Atual	Medido	Constante de Multiplicação	Total Faturado	Consumo Médio/Dia	Data Apresentação
03/11/2018	04/12/2018	31 dias	1,00	284 kWh	9,16 kWh	04/12/2018
2072	2366	284 kWh				

Proxima Letura Prevista: 03/01/2019

RESIDUÁRIOS DENCIAL

### Indicadores de Qualidade

AS 11.5.81.71

Conjunto: FAXINAL	Mes 10/2018				Tensão Contratada:
	DIC	FIC	DMIC	EUSD (R\$)	127 volts
Realizado Mensal	4,80 h	3,00	2,68 h		
Limite Mensal	5,79 h	3,36	3,37 h	47,81	Limite faixa de queda de Tensão
Limite Trimestral	11,58 h	6,72			117 - 133 volts
Limite Anual	23,16 h	13,45			

Consumo e Perda em kWh Média 3 meses 102 kWh

MES	11/18	10/18	09/18	08/18	07/18	06/18	05/18	04/18	03/18	02/18	01/18	12/17
CONS	226	218	219	248	216	236	243	263	225	260	296	299
PGTO	20/11	19/10	11/05	15/06	21/07	19/08	10/05	09/04	14/03	14/02	12/01	14/12

### Valores Faturados

NOTA FISCAL CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA nº 62909033 Série B  
Emitida em 04/12/2018

Produto	Un	Consumo	Valor Unitário	Valor Total	Base de Cálculo	Aliq ICMS
01 ENERGIA ELÉTRICA CONSUMO	kWh	284	0,821160	233,38	233,38	29,00%
02 ENERGIA CONS. B. AMARELA	kWh			4,00	4,00	29,00%
03 CONT. ILUMIN. PÚBLICA MUNICIPI				33,23		
Base de Cálculo do ICMS	237,38	Valor ICMS	68,84	Valor Total da Nota Fiscal		270,61
Reservado ao Fisco						
E3C6.4301.25C9.5736.C6F9.371E.F369.87D1						
Composições dos Valores:						
Energia						
Distribuição						
Transmissão						
Tributos						
Encargos						
TOTAL						

INCLUSO NA FATURA PIS R\$ 3,92 E COFINS R\$ 19,03 CONFORME RES. JANEEL 130/2005.  
A qualquer tempo pode ser solicitado o cancelamento de valores não relacionados  
à prestação do serviço de energia elétrica, como convênios e doações.  
Atraso superior a 45 dias sujeita inclusão no cadastro de inadimplentes CADIN/PR.  
Agora é possível recorrer à Ouvidoria da Copel pelo Site ou Mobile.  
Períodos Band Tarif. Amarela 04/11-30/11 Verde 01/12-04/12



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

*Valdir Gomes de Souza*

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA

NOME DO ELEITOR  
**VALDIR GOMES DE SOUZA**

DATA DE NASCIMENTO  
**17/10/1969**

Nº INSCRIÇÃO  
**0449 0888 0655**

UF  
**076**

MUNICÍPIO (UF)  
**MAUÁ DA SERRA/PR**

DATA DE EMISSÃO  
**11/09/2017**

JUIZ ELEITORAL  
*Des. Adalberto Jorge Xisto Pereira*

Cartão de uso pessoal e intransferível.  
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.

Emissão

**CORREIOS**

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal

**CPF**

Cadastro de Pessoas Físicas  
Número de Inscrição  
**759.186.179-49**

Nome  
**VALDIR GOMES DE SOUZA**

Nascimento  
**17/10/1969**

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Nº 5.290.528-1 DATA DE EMISSÃO 12/04/1988

NOME  
**VALDIR GOMES DE SOUZA**

LOCAL  
**MARCELINO GOMES DE SOUZA  
ANTONIA GUIMARÃES DE SOUZA**

DATA DE NASCIMENTO  
**17/10/1969**

LOCAL DE NASCIMENTO  
**NOVA FATIMA/PR**

COMARCA=NOVA FATIMA/PR, DA SEDE

C.NASC 17385, LIVRO=16, FOLHA=5

*Valdir Gomes de Souza*

ASSINATURA DO TITULAR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

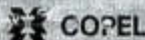
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

*Valdir Gomes de Souza*

ASSINATURA DO TITULAR

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO





Copel Distribuição S.A.  
Rua José Isidoro Bizetto, 158  
81200-240 Curitiba - PR  
CNPJ 04.358.898/0001-06  
IE 90.233.073-98 IM 423.992-4



www.copel.com  
0800 51 00 116

Unidade Consumidora

OTAMIRO GOMES DE SOUZA

R PEDRO GEFFER, 519 - 65268-003 848800

CEP: 86828000

MAJADA SERRA - PR

CPF: 7294329949

49919334

Vencimento

21/12/2018

Valor a Pagar

R\$ 148,42

Responsável pela manutenção da iluminação pública: Município d/3 3464-1265

### Reaviso de Vencimento

Constatamos débitos que podem resultar no corte de energia e, após este, em 3 meses no encerramento contratual da unidade com a Copel. Neste período, haverá cobrança conforme legislação. Atraso de 45 dias sujeita inclusão no CADIN. Cobrança de atividade acessória pode ser excluída da fatura. Desconsidere o aviso, caso tenha pago.

Referência 11/2018  
Valor 196,17

### Informações Técnicas

No Medidor: 0301111281 MONOFÁSICO

Ver Referência: 12/2018

Lectura Anterior	Lectura Atual	Medido	Constante de Multiplicação	Total Faturado	Consumo Medido	Data Apresentação
03/11/2018	04/12/2018	31 dias	1,00	149 kWh	4,61 kWh	04/12/2018
8766	8906	149 kWh				

Proxima Lectura Prevista: 03/01/2019

RESIDUÁRIO CENICAL

### Indicadores de Qualidade

AS 14-5-6171

Conjunto: FAXINAL

Mes 10/2018

Tensão Contratada

127 volts

	DIC	FIC	DMIC	EUSD (R\$)
Realizado Mensal	2,22 h	2,00	1,45 h	
Limite Mensal	6,79 h	3,36	3,77 h	34,67
Limite Trimestral	11,58 h	6,72		
Limite Anual	23,16 h	13,46		

Limite faixa de queda de Tensão  
117 - 133 volts

Histórico de Consumo e Pagamento Média 3 meses: 149 kWh

Mes	11/18	10/18	09/18	08/18	07/18	06/18	05/18	04/18	03/18	02/18	01/18	12/17
CONS	172	169	159	174	163	190	172	191	176	214	236	162
PGTO	26/11	01/10	01/10	01/10	27/08	20/06	20/06	11/05	04/04	29/03	26/02	

### Valores Faturados

NOTA FISCAL CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA no. 62905711 Série 0

Emitida em 04/12/2018

Produto Descrição	Un.	Consumo	Valor Unitário	Valor Total	Base de Cálculo	Aliq. ICMS
01 ENERGIA ELÉTRICA (CONSUMO)	kWh	149	0,82 R\$12	122,45	122,45	29,00%
02 ENERGIA CONS. B. AMARELA	kWh			2,09	2,09	29,00%
03 CONT. ILUMIN. PÚBLICA MUNICÍPI				17,43		
04 ACRESCIMO MORATÓRIO				1,67		
05 JUROS CONTA ANTERIOR				1,84		
06 MULTA POR ATRASO NO PAGAMENT				2,96		
Base de Cálculo do ICMS	124,63	Valor ICMS	36,11	Valor Total da Nota Fiscal	148,42	

Composição dos Valores

Energia	44,25
Distribuição	22,02
Transmissão	3,61
Tributos	47,62
Encargos	6,03
TOTAL	124,63

Reservado ao Fisco

2679.A006.3E74.1F60.8DE9.E/10.1193.5DJA

INCLUSO NA FATURA PIS R\$ 2,05 E COFINS R\$ 9,46, CONFORME RES. ANEEL 130/2006

A qualquer tempo pode ser solicitado o cancelamento de valores não relacionados

a prestação do serviço de energia elétrica, como convênios e doações.

Atraso superior a 45 dias sujeita inclusão no cadastro de inadimplentes CADIN/PR

Agora é possível recorrer à Ouvidoria da Copel pelo Site ou Mobile

DEBITOS: 11/2018 R\$ 196,17

Períodos Band Tarif.: Amarela 04/11-30/11 Verde 01/12-04/12



**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**  
**CERTIDÃO**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **ANA CLAUDIA DOS SANTOS**

Inscrição: **0906 7980 0663**

Zona: 076      Seção: 0080

Município: 74543 - MAUA DA SERRA

UF: PR

Data de nascimento: 29/09/1990

Domicílio desde: 30/07/2007

Filiação: - CLAUDETE DE OLIVEIRA SANTOS  
- PAULINO GONÇALVES DOS SANTOS

Certidão emitida às 09:37 em 07/02/2019

Res.-TSE nº 21.823/2004:

O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.  
Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

**F9EP.SYQE.ZM2H.EDMJ**



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA  
DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO  
SETOR DE INFORMAÇÕES CRIMINAIS



ATESTADO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nome: ANA CLAUDIA DOS SANTOS  
Número do RG: 10368622-9  
Nome mãe: CLAUDETE DE OLIVEIRA SANTOS  
Nome pai: PAULINO GONÇALVES DOS SANTOS  
Data nascimento: 29/09/1990  
Naturalidade: APUCARANA/PR

A pessoa acima qualificada não possui antecedentes criminais no Instituto de Identificação do Paraná, até a presente data.

Documento emitido nos termos do artigo 20 do Código do Processo Penal, Dec. Lei nº 3.689/1941 e artigo 202 da Lei de Execução Penal, Lei nº 7.210/1984.

CURITIBA, 01 de fevereiro de 2019

  
MARCUS VINICIUS DA COSTA MICHELOTTO  
DIRETOR







SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA  
DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO  
SETOR DE INFORMAÇÕES CRIMINAIS



ATESTADO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nome: CRISTIANE DE OLIVEIRA PINHEIRO  
Número do RG: 8568435-3  
Nome mãe: CLEONICE APARECIDA DE OLIVEIRA  
Nome pai: APARECIDO PINHEIRO  
Data nascimento: 26/04/1986  
Naturalidade: FAXINAL/PR

A pessoa acima qualificada não possui antecedentes criminais no Instituto de Identificação do Paraná, até a presente data.

Documento emitido nos termos do artigo 20 do Código do Processo Penal, Dec. Lei nº 3.689/1941 e artigo 202 da Lei de Execução Penal, Lei nº 7.210/1984.

CURITIBA, 31 de janeiro de 2019

  
MARCUS VINICIUS DA COSTA MICHELOTTO  
DIRETOR





SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA  
DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO  
SETOR DE INFORMAÇÕES CRIMINAIS



ATESTADO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nome: LIZEU KOZAN  
Número do RG: 7035940-5  
Nome mãe: JUELINA DOS SANTOS KOZAN  
Nome pai: LAURO KOZAN  
Data nascimento: 31/12/1973  
Naturalidade: APUCARANA/PR

A pessoa acima qualificada não possui antecedentes criminais no Instituto de Identificação do Paraná, até a presente data.

Documento emitido nos termos do artigo 20 do Código do Processo Penal, Dec. Lei nº 3.689/1941 e artigo 202 da Lei de Execução Penal, Lei nº 7.210/1984.

CURITIBA, 01 de fevereiro de 2019

  
MARCUS VINICIUS DA COSTA MICHELOTTO  
DIRETOR





SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA  
DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO  
SETOR DE INFORMAÇÕES CRIMINAIS



ATESTADO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nome: SEBASTIÃO SANTOS DE SOUZA  
Número do RG: 3206230-0  
Nome mãe: MARIA APARECIDA DE SOUZA  
Nome pai: JOAQUIM JOSE DE SOUZA  
Data nascimento: 17/07/1959  
Naturalidade: SENGES/PR

A pessoa acima qualificada não possui antecedentes criminais no Instituto de Identificação do Paraná, até a presente data.

Documento emitido nos termos do artigo 20 do Código do Processo Penal, Dec. Lei nº 3.689/1941 e artigo 202 da Lei de Execução Penal, Lei nº 7.210/1984.

CURITIBA, 01 de fevereiro de 2019

  
MARCUS VINICIUS DA COSTA MICHELOTTO  
DIRETOR







SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA  
DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO  
SETOR DE INFORMAÇÕES CRIMINAIS



ATESTADO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nome: CLAUDINEI GONÇALVES ARAUJO  
Número do RG: 8063185-5  
Nome mãe: ANAIR BATISTA ARAUJO  
Nome pai: SEBASTIÃO GONÇALVES ARAUJO  
Data nascimento: 18/05/1983  
Naturalidade: APUCARANA/PR

A pessoa acima qualificada não possui antecedentes criminais no Instituto de Identificação do Paraná, até a presente data.

Documento emitido nos termos do artigo 20 do Código do Processo Penal, Dec. Lei nº 3.689/1941 e artigo 202 da Lei de Execução Penal, Lei nº 7.210/1984.

CURITIBA, 01 de fevereiro de 2019

  
MARCUS VINICIUS DA COSTA MICHELOTTO  
DIRETOR





SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA  
DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO  
SETOR DE INFORMAÇÕES CRIMINAIS



ATESTADO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nome: JOSE RAIMUNDO SIDRIM  
Número do RG: 3046656-0  
Nome mãe: MARIA MACEDO DA CONCEIÇÃO  
Nome pai: RAIMUNDO SIDRIM CRUZ  
Data nascimento: 05/11/1945  
Naturalidade: MARILANDIA DO SUL/PR

A pessoa acima qualificada não possui antecedentes criminais no Instituto de Identificação do Paraná, até a presente data.

Documento emitido nos termos do artigo 20 do Código do Processo Penal, Dec. Lei nº 3.689/1941 e artigo 202 da Lei de Execução Penal, Lei nº 7.210/1984.

CURITIBA, 01 de fevereiro de 2019

  
MARCUS VINICIUS DA COSTA MICHELOTTO  
DIRETOR





**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA**

NUMERO DE INSCRIÇÃO 02.797.500/0001-21 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 16/10/1998
NOME EMPRESARIAL CONSELHO COMUNITARIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, EDUCACIONAL E ECONOMICO DE MAUA - CODESEM.		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) CODESEM.		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada		
LOGRADOURO R IVAL.	NUMERO S/N.	COMPLEMENTO QUADRA 11, LOT 02,03.
CEP 86.828-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO MAUA DA SERRA
UF PR		
ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE 43-99983-0940	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 31/01/2019 às 09:25:13 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



IMPRIMIR

VOLTAR

**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 02797500/0001-21  
**Razão Social:** CONSELHO COMUNIT DE DESENV SOCIAL EDUC E ECON DE MAUA  
**Nome Fantasia:** CODESEM  
**Endereço:** RUA IVAI SN QD 11 LT 02 E 03 / CENTRO / MAUA DA SERRA / PR / 86828-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 16/01/2019 a 14/02/2019

**Certificação Número:** 2019011604291961218245

Informação obtida em 31/01/2019, às 13:38:33.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)



Estado do Paraná  
Secretaria de Estado da Fazenda  
Coordenação da Receita do Estado

**Certidão Negativa**  
de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual  
Nº 019431335-02

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **02.797.500/0001-21**

Nome: **CNPJ NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS/PR**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

**Válida até 31/05/2019 - Fornecimento Gratuito**

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet  
[www.fazenda.pr.gov.br](http://www.fazenda.pr.gov.br)



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: CONSELHO COMUNITARIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, EDUCACIONAL E ECONOMICO DE MAUA - CODESEM. (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 02.797.500/0001-21

Certidão nº: 167053566/2019

Expedição: 31/01/2019, às 13:42:34

Validade: 29/07/2019 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **CONSELHO COMUNITARIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, EDUCACIONAL E ECONOMICO DE MAUA - CODESEM. (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 02.797.500/0001-21, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: CONSELHO COMUNITARIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, EDUCACIONAL E ECONOMICO DE MAUA - CODESEM.**  
**CNPJ: 02.797.500/0001-21**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 07:56:12 do dia 20/02/2019 <hora e data de Brasília>.

Válida até 19/08/2019.

Código de controle da certidão: **12C8.26E4.D4F4.C961**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

**Ministério da Ciência,e Tecnologia,Inovação e Comunicação**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa,Comunitária e de Fiscalização

**Coordenação –Geral de Fiscalização de Outorgas**

Esplanada dos Ministérios, Bloco 'R',Anexo,Ala Oeste,Sala 307

CEP:70044900- Brasília – DF

Assunto:Resposta ao Ofício nº3655810/2018/SEIMCT

Referencia :Processo nº53900.041686/2015-04



(ETIQUETA OU CARIMBO ME)

CONSELHO COMUNITARIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
EDUCACIONAL E ECONOMICO DE MAUA – CODESEM  
(02.797.500/0001-21)

Avenida Ponta Grossa, nº 550, Centro  
86828-000 Mauá Da Serra/PR.




[Menu Principal](#)

BOA TARDE  
**LUIS FELIPE SOUZA DA SILVA**  
 Sistemas Interativos

[SRD](#) » [RADCOM](#) » [Consultas](#) » [Geral](#) | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

## Consulta Geral - RADCOM

### Identificação do Pedido RADCOM

**UF:** PR  
**Município:** Mauá da Serra  
**Canal:** 200  
**Fase:** 3

**Distrito:**  
**Sub Distrito:**  
**Local Especifico:**

### Dados da Entidade

**Entidade:** CONSELHO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, EDUCACIONAL E ECONÔMICO DE MAUÁ CODESEM  
**Nome Fantasia:** RÁDIO MAUÁ FM  
**Logradouro:** AVENIDA PONTA GROSSA  
**Telefone:** (00) 0000000000  
**Situação:** Atenção: Entidade devedora (Não bloqueada)

**CNPJ:** 02.797.500/0001-21  
**Bairro:** CENTRO  
**Número:** 550  
**Fax:** Não Informado

### ☐ Dados da Outorga

#### Dados da Entidade

**CNPJ:**

**Razão Social:** CONSELHO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, EDUCACIONAL E ECONÔMICO DE MAUÁ CODESEM  
**Tipo de Usuário:** Integral

#### Endereço Sede

**País:** Brasil  
**Número do CEP:** 86828000  
**Número:** 550  
**Município:** Mauá da Serra  
**Telefone:** 00 0000000000

**Logradouro:** AVENIDA PONTA GROSSA  
**Complemento:**  
**Distrito:**  
**Bairro:** CENTRO  
**SubDistrito:**  
**Estado:** PR  
**Fax:**

#### Endereço de Correspondência

**País:** Brasil  
**Número do CEP:** 86828000  
**Número:** 550  
**Município:** Mauá da Serra

**Logradouro:** AVENIDA PONTA GROSSA  
**Complemento:**  
**Distrito:**  
**Bairro:** CENTRO  
**SubDistrito:**  
**Estado:** PR

**Telefone:**   **Fax:**   **E-mail:**

### Dados da Outorga

**Data Publicação Contrato/Convênio:**  **Data Limite Instalação:**

**Número do Processo:**  **Fistel:**

**Caixa:**  **Sequência:**

### ☐ Documentos Emitidos

#### Atualização de Documentos

Protocolo	Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
<input type="text"/>	<input type="text" value="166"/>	<input type="text"/>	<input type="text" value="Portaria"/>	<input type="text" value="MC"/>	<input type="text" value="16/04/2004"/>	<input type="text" value="06/05/2004"/>	Autoriza Executar Serviço	<input type="text" value="Jur."/>
<input type="text"/>	<input type="text" value="51279"/>	<input type="text"/>	<input type="text" value="ATO"/>	<input type="text" value="CMPRL"/>	<input type="text" value="30/06/2005"/>	<input type="text" value="01/07/2005"/>	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	<input type="text" value="Téc."/>
<input type="text"/>	<input type="text" value="1074"/>	<input type="text"/>	<input type="text" value="Decreto Legislativo"/>	<input type="text" value="CN"/>	<input type="text" value="28/11/2005"/>	<input type="text" value="29/11/2005"/>	Deliber. do C. Nacional	<input type="text" value="Jur."/>
<input type="text"/>	<input type="text" value="61064"/>	<input type="text"/>	<input type="text" value="ATO"/>	<input type="text" value="CMPRL"/>	<input type="text" value="26/09/2006"/>	<input type="text" value="28/09/2006"/>	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	<input type="text" value="Téc."/>
<input type="text"/>	<input type="text" value="740"/>	<input type="text"/>	<input type="text" value="Portaria"/>	<input type="text" value="MC"/>	<input type="text" value="18/10/2010"/>	<input type="text" value="23/02/2011"/>	Multa	<input type="text" value="Jur."/>

<input type="text"/>	<input type="text" value="470"/>	<input type="text" value="Portaria"/>	<input type="text" value="MC"/>	<input type="text" value="04/10/2012"/>	<input type="text" value="05/10/2012"/>	Multa	<input type="text" value="Jur."/>
<input type="text"/>	<input type="text" value="7294"/>	<input type="text" value="Portaria"/>	<input type="text" value="MC"/>	<input type="text" value="18/12/2017"/>	<input type="text" value="12/01/2018"/>	Multa	<input type="text" value="Jur."/>

☐ Característica da Estação Instalada[» Endereços](#)☐ Estação Transmissora

## Endereço

País: Brasil  
Cep: 86828000  
Número: 550  
Município: Mauá da Serra

Logradouro: AVENIDA PONTA GROSSA  
Complemento:  
Distrito:  
Bairro: CENTRO  
SubDistrito:

UF: PR

## Coordenadas Geográficas do Município

Município: Latitude:  Longitude:  Raio:

## Coordenadas Geográficas Estação

Latitude:  Longitude:

Distância ao Centro  
do Município:  Km

Azimute:  (Azimute da estação transmissora em relação ao centro da localidade.)

## Informações da Estação

Cota Base Torre:  m

Raio da Área de  
Serviço:  km

☐ Estúdio Principal

País: Brasil  
Cep: 86828000  
Número: 550  
Município: Mauá da Serra

Logradouro: AVENIDA PONTA GROSSA  
Complemento:  
Distrito:  
Bairro: CENTRO  
SubDistrito:

UF: PR

[» Estação Principal](#)☐ Antena Principal

Fabricante:

Modelo:

Ganho:  dBd

Polarização:

Orient. NV:  graus

Beam-Tilt:  graus

Preenchimento de  
nulos:  (%)

HCI:  metros

Descrição:

Máximo: 200 Digitados: 11

☐ Transmissor Principal

Código  
Equipamento:  ☒ Ex.: (Produto)(Ano)(Solicitante)(Fabricante)

Potência:  W

Fabricante: JWSAT-IND.COM.EQ.ELETR. E RADIODIFUSÃO LTDA EPP

Modelo:

Validade: 27/07/2003

Potência  
Equipamento: 25 W

OBS.: Para consultar produtos, [Clique Aqui](#).

☐ Linha Transmissão

Fabricante:

Modelo:

Impedância:

Comprimento:  mAtenuação:  dB/100m

## » Potência Efetiva Irradiada

☐ Potência Irradiada $ERP_{MAX}(P_T \times G \times E_F)$ :  W Ex.: 1234,5678

## » Número do Processo e Observações Gerais

☐ Num. Processo/ObservaçõesNum. do Processo da Portaria:  .  /  Ex.: 53521.000235/2003Num. do Processo do Ato de RF:  .  /  Ex.: 

Observação:

Máximo: 200 Digitados: 0



Este campo será apresentado nas observações da Licença.

☐ Dados do Licenciamento

## Dados da Estação

Entidade: CONSELHO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, EDUCACIONAL E ECONÔMICO DE MAUÁ CODESEM - CNPJ/CPF(02.797.500/0001-21)

Município/UF: MAUÁ DA SERRA/PR

Indicativo: ZYT852

Situação: [Atenção: Entidade devedora \(Não bloqueada\)](#)

Canal: 200

Dia Início

Dia Fim

Hora Início

Hora Fim

X

Domingo ▼

Sábado ▼

06:00 ▼

24:00 ▼

X



## DESPACHO

Processo nº: **53900.041686/2015-04.**

Assunto: **Processo tecnicamente instruído.**

1. Informo que o processo nº 53900.041686/2015-04, de interesse da **Conselho Comunitário de Desenvolvimento Social Educacional e Econômico de Mauá - CODESEM**, entidade que requer renovação da autorização do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Mauá da Serra / PR**, encontra-se tecnicamente instruído, uma vez que os endereços indicados no requerimento de renovação conferem com os cadastrados no Sistema de Controle de Radiodifusão (SRD) da Agência Nacional de Telecomunicações (4032369).
2. Encaminhem-se os autos para análise dos demais documentos.



Documento assinado eletronicamente por **Luis Felipe Souza da Silva, Analista**, em 04/04/2019, às 13:00 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4032371** e o código CRC **89B19312**.

### Minutas e Anexos

Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD (4032369)

**Referência:** Processo nº 53900.041686/2015-04

SEI nº 4032371

Processo nº 53900.041686/2015-04.

Entidade: **CONSELHO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL EDUCACIONAL E ECONÔMICO DE MAUÁ - CODESEM**

CNPJ nº 02.797.500/0001-21

Localidade: Mauá da Serra / PR.

Documentos exigidos para a renovação:

1) Interesse de renovação: Petição 0779938.

1.1) Protocolo no SEI: 21/10/2015.

1.2) Tempestividade: (X) Sim ( ) Não.

1.3) Novo requerimento assinado por todos os dirigentes: fls. 5 a 7 (Requerimento 3879606).

2) Declaração de conformidade: fls. 5 a 7 (Requerimento 3879606).

3) Estatuto Social: fls. 24 a 41 (Requerimento 3879606).

3.1) Adequação à Portaria:

a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: art. 3º, parágrafo único;

b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: art. 28-A, **caput**;

c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: art. 28-A, I;

d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: art. 28-A, II;

e) Órgão administrativo e cargos: art. 7º;

f) Atribuições do Órgão administrativo: art. 12, 15 e ss.;

g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: art. 36 (quatro anos);

h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: arts. 31-A a 31-D.

3.2) Adequação ao Código Civil:

a) Denominação: art. 1º;

b) Fins: art. 3º;

c) Sede: art. 1º;

d) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: art. 28-A e 46;

e) Direitos dos associados: art. 29;

f) Deveres dos associados: art. 30;

g) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa: art. 28-A, § 3º;

h) Fontes de recursos para sua manutenção: art. 31;

i) Modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos: arts. 5º, 10 e 11;

j) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: art. 43 e 43-A;

k) Forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: arts. 7º, 11, "b", 13 e 16;

l) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral e quórum para as deliberações relativas a esses assuntos: arts. 10, § 1º, e 10-A;

m) Critérios de eleição dos administradores: art. 23-A;

n) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: art. 10, § 2º;

o) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio: arts. 43-A e 52.

4) Ata de Eleição da Diretoria: fls. 3/4 (Ata 1649158). (13/1/2017 - 13/1/2021).

Presidente: Cristiane de Oliveira Pinheiro;

1º(a) Vice-Presidente: Sebastião Santos de Souza;

2º(a) Vice-Presidente: José Raimundo Sidrim;

3º(a) Vice-Presidente: Claudinei Gonçalves Araújo;

Secretário(a): Ana Cláudia dos Santos;

Tesoureiro(a): Lizeu Kozan.

5) Comprovantes de maioria e nacionalidade: fls. 24, 26, 31, 34 e 36 (Ata 1649158).

6) CNPJ: Certidões CNPJ 0814183.

7) Certidão Negativa da Anatel: 4 (Carta 2083796).

8) Relatório do Conselho Comunitário sobre a programação da emissora: fls. 42 a 51 (Requerimento 3879606).

9) Certidão que comprove a regularidade da entidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS): Certidão FGTS 3363518.

10) Certidão expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal: fl. 73 (Requerimento 3879606).

11) Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho: Certidão JT 3363519.

**\*\*\*CONCLUSÃO:**

- Foi realizada pesquisa no(s) sítio(s) da Anatel, Receita Federal (PGFN), Caixa Econômica (FGTS) e Justiça Trabalhista (CNDT) e verificou-se que a Radiodifusora se encontra com a situação regular.
- Foi realizada pesquisa de vínculo e não se verificou irregularidade.
- Foi realizada pesquisa na Justiça Federal e não se verificou irregularidade.
- Foi realizada pesquisa na Justiça Estadual e não se verificou irregularidade.
- Será elaborada Nota Técnica a fim de corrigir a(s) pendência(s) observada(s).

- O Processo foi corretamente instruído.
- Será elaborado e-mail solicitando informações Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorgas acerca de processos de apuração de infração em andamento ou já concluídos que resultaram em sanção à Radiodifusora.

**DADOS DOS DIRIGENTES:**

CARGO	NOME	D. NASC.	CPF	RG	FILIAÇÃO	TÍTULO	PARTIDO	OBS
Presidente	Cristiane de Oliveira Pinheiro	26/04/1986	052.924.469-12	8.568.435-3 (SSP/PR)	Cleonice Aparecida de Oliveira / Aparecido Pinheiro	081617530647	-	
1º(a) Vice-Presidente	Sebastiao Santos de Souza	17/07/1959	437.287.159-72	3.206.230-0 (SSP/PR)	Maria Aparecida de Souza / Joaquim Jose de Souza	020969060663	DEM	
2º(a) Vice-Presidente	Jose Raimundo Sidrim	05/11/1945	357.165.419-68	3.046.656-0 (SSP/PR)	Maria Macedo da Conceicao / Raimundo Sidrim Cruz	020993900604	DEM	
3º(a) Vice-Presidente	Claudinei Gonçalves Araujo	18/05/1983	045.734.879-80	8.063.185-5 (SSP/PR)	Anair Batista Araujo / Sebastiao Gonçalves Araujo	071460740680	MDB	
Secretário(a)	Ana Claudia dos Santos	29/09/1990	083.597.439-16	10.368.622-9 (SSP/PR)	Claudete de Oliveira Santos / Paulino Gonçalves dos Santos	090679800663	-	
Tesoureiro(a)	Lizeu Kozan	31/12/1973	917.002.569-04	7.035.940-5 (SSP/PR)	Juvelina dos Santos Kozan / Lauro Kozan	056390890604	-	



**Data de Envio:**

04/04/2019 14:43:17

**De:**

MCTIC/Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária <cgrc.sei@mctic.gov.br>

**Para:**

Lilian <lilian.misquita@mctic.gov.br>

leandro.lima@mctic.gov.br

**Assunto:**

Informação sobre entidade que requer renovação da outorga

**Mensagem:**

Solicito informação acerca da existência de eventual Processo de Apuração de Infração (concluído ou em trâmite) instaurado em desfavor do CONSELHO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL EDUCACIONAL E ECONÔMICO DE MAUÁ - CODESEM, entidade que requer renovação de outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Mauá da Serra / PR (processo nº 53900.041686/2015-04), devendo ser esclarecida a situação, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

Atenciosamente,

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária


Zimbra

natalia.froemming@mctic.gov.br

**Re: Informação sobre entidade que requer renovação da outorga**

**De :** Lilian Magalhaes de Misquita Vieira  
<lilian.misquita@mctic.gov.br>

Qui, 04 de abr de 2019 15:55

 1 anexo

**Assunto :** Re: Informação sobre entidade que requer renovação da outorga

**Para :** MCTIC <cgrc.sei@mctic.gov.br>

À Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária – CGRC

Em atenção ao e-mail, informamos que foram encontrados registros de processos atribuídos à Interessada no banco de dados de controle de Processos de Apuração de Infração - PAIs e no Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, cujo resultado segue abaixo:

Descrição	Nº Processo	Situação Atual
Registros de PAIs ativos	53516.002771/2015	<ul style="list-style-type: none"><li>• Em trâmite;</li><li>• Processo aguardando análise de recurso;</li><li>• Irregularidade apurada: Art. 40, inciso XXII do Decreto 2.615/98.</li><li>• Infração: (data de ocorrência: 14/05/2015).</li></ul>
Registros de PAIs ativos	53516.003030/2015	<ul style="list-style-type: none"><li>• Em trâmite;</li><li>• Processo aguardando análise o Informe da Anatel;</li><li>• Irregularidade apurada: Art.40, inciso XV do Decreto 2.615/98; Art.38, alínea "h" do CBT e item 21.1 da Norma 01/2011.</li><li>• Infração: (data de ocorrência: 01/06/2015).</li></ul>
Registros de PAIs concluídos (relação de antecedentes no SRD*)	53000.007018/2011	<ul style="list-style-type: none"><li>• PAI encerrado. Verificar relatório do SRD (anexo);</li><li>• Portaria nº 740, de 18/10/2010, publicada no Diário Oficial da União de 23/02/2011 - MULTA;</li><li>• Irregularidade apurada: Art.40, inciso XV do Decreto 2.615/98 e Item 19.1 da Norma 01/2004.</li><li>• Infração: (data de ocorrência: 03 e 04/01/2011).</li></ul>
Registros de PAIs concluídos (relação de antecedentes	53000.062291/2009	<ul style="list-style-type: none"><li>• PAI encerrado. Verificar relatório do SRD (anexo);</li><li>• Portaria nº 470, de 04/10/2012, publicada no Diário Oficial da União de 05/10/2012 - MULTA;</li></ul>

no SRD*)		<ul style="list-style-type: none"><li>• Irregularidade apurada: Art. 40, inciso XV do Decreto 2.615/98.</li><li>• Infração: (data de ocorrência: 08/10/2009).</li></ul>
Registros de PAIs concluídos (relação de antecedentes no SRD*)	53900.068018/2015	<ul style="list-style-type: none"><li>• PAI encerrado. Verificar relatório do SRD (anexo);</li><li>• Portaria nº 7294, de 18/12/2017, publicada no Diário Oficial da União de 18/01/2018 - MULTA;</li><li>• Irregularidade apurada: Art. 11 c/c Art. 21, IV da Lei 9.612/98.</li><li>• Infração: (data de ocorrência: 09/11/2015).</li></ul>

\* SRD - Sistema de Controle de Radiodifusão

**De:** "MCTIC" <cgrc.sei@mctic.gov.br>

**Para:** "lilian misquita" <lilian.misquita@mctic.gov.br>, "Leandro Pedro de Lima" <leandro.lima@mctic.gov.br>

**Enviadas:** Quinta-feira, 4 de abril de 2019 14:43:18

**Assunto:** Informação sobre entidade que requer renovação da outorga

Solicito informação acerca da existência de eventual Processo de Apuração de Infração (concluído ou em trâmite) instaurado em desfavor do CONSELHO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL EDUCACIONAL E ECONÔMICO DE MAUÁ - CODESEM, entidade que requer renovação de outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Mauá da Serra / PR (processo nº 53900.041686/2015-04), devendo ser esclarecida a situação, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

Atenciosamente,

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

--

**Lilian Magalhães de Misquita Vieira**

**SEDEG/CGFI/DECEF/SERAD-MCTIC**

Ramal: 6811

MINISTÉRIO DA  
CIÊNCIA, TECNOLOGIA,  
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES



 **SRD - MAUÁ DA SERRA.pdf**  
231 KB




[Menu Principal](#)

 Sistemas  
Interativos

[SRD](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

## Consulta Geral - RADCOM

### Identificação do Pedido RADCOM

**UF:** PR  
**Município:** Mauá da Serra  
**Canal:** 200  
**Fase:** 3

**Distrito:**  
**Sub Distrito:**  
**Local Especifico:**

### Dados da Entidade

**Entidade:** CONSELHO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, EDUCACIONAL E ECONÔMICO DE MAUÁ CODESEM  
**Nome Fantasia:** RÁDIO MAUÁ FM  
**Logradouro:** AVENIDA PONTA GROSSA  
**Telefone:** (00) 0000000000  
**Situação:** Atenção: Entidade devedora (Não bloqueada)

**CNPJ:** 02.797.500/0001-21  
**Bairro:** CENTRO  
**Número:** 550  
**Fax:** Não Informado

### Dados da Outorga

#### Dados da Entidade

**CNPJ:** 02797500000121

Pesquisar

**Razão Social:** CONSELHO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, EDUCACIONAL E ECONÔMICO DE MAUÁ CODESEM  
**Tipo de Usuário:** Integral

#### Endereço Sede

**País:** Brasil  
**Número do CEP:** 86828000  
**Número:** 550  
**Município:** Mauá da Serra  
**Telefone:** 00 0000000000  
**Logradouro:** AVENIDA PONTA GROSSA  
**Complemento:**  
**Distrito:**  
**Bairro:** CENTRO  
**SubDistrito:**  
**Estado:** PR  
**Fax:**

#### Endereço de Correspondência

**País:** Brasil  
**Número do CEP:** 86828000  
**Número:** 550  
**Município:** Mauá da Serra  
**Logradouro:** AVENIDA PONTA GROSSA  
**Complemento:**  
**Distrito:**  
**Bairro:** CENTRO  
**SubDistrito:**  
**Estado:** PR  
**Telefone:**    
**Fax:**    
**E-mail:**

### Dados da Outorga

**Data Publicação Contrato/Convênio:** 29/11/2005  
**Data Limite Instalação:**   
**Número do Processo:** 537400013851998  
**Fistel:** 50400849607  
**Caixa:**   
**Sequência:**

### Documentos Emitidos

#### Atualização de Documentos

Protocolo	Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
<input type="text"/>	166		Portaria	MC	16/04/2004	06/05/2004	Autoriza Executar Serviço	Jur.
<input type="text"/>	51279		ATO	CMPRL	30/06/2005	01/07/2005	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	Téc.
<input type="text"/>	1074		Decreto Legislativo	CN	28/11/2005	29/11/2005	Deliber. do C. Nacional	Jur.

	61064	ATO	CMPRL	26/09/2006	28/09/2006	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	Téc.
	740	Portaria	MC	18/10/2010	23/02/2011	Multa	Jur.
	470	Portaria	MC	04/10/2012	05/10/2012	Multa	Jur.
	7294	Portaria	MC	18/12/2017	12/01/2018	Multa	Jur.

#### Característica da Estação Instalada

#### Dados do Licenciamento

##### Dados da Estação

**Entidade:** CONSELHO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, EDUCACIONAL E ECONÔMICO DE MAUÁ CODESEM - CNPJ/CPF(02.797.500/0001-21)

**Município/UF:** MAUÁ DA SERRA/PR

**Indicativo:** ZYT852

**Situação:** [Atenção: Entidade devedora \(Não bloqueada\)](#)

**Canal:** 200

**Dia Início**

**Dia Fim**

**Hora Início**

**Hora Fim**

**X**

Domingo

Sábado

06:00

24:00

X



Tela Inicial



Imprimir



Ministério das Cidades

CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO  
RESOLUÇÃO Nº 156, DE 22 DE ABRIL DE 2004

Dispõe sobre a alteração do prazo estabelecido no art. 14 da Resolução do CONTRAN nº 149 de 19 de setembro de 2003, publicada no DOU de 16 de outubro de 2003.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO - CONTRAN, usando da competência que lhe confere o art. 12, inciso VIII, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB e conforme Decreto nº 4.711, de 29 de maio de 2003, que dispõe sobre a coordenação do Sistema Nacional de Trânsito - SNT, resolve:  
Referendar a Deliberação nº 40, do Presidente do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, publicada no DOU de 08 de abril de 2004;  
Art. 1º. Prorrogar até o dia 15 de julho de 2004, o prazo máximo para os órgãos e entidades de trânsito adequarem seus procedimentos à Resolução CONTRAN nº 149, de 19 de setembro de 2003, publicada no DOU em 16 de outubro de 2003.  
Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

- AILTON BRASILIENSE PIRES  
Presidente do Conselho
- LUIZ CARLOS BERTOTTO  
Ministério das Cidades - Titular
- RENATO ARAUJO JUNIOR  
Ministério da Ciência e Tecnologia - Titular
- JUSCELINO CUNHA  
Ministério da Educação
- CARLOS ALBERTO F DOS SANTOS  
Ministério do Meio Ambiente - Suplente
- AFONSO GUIMARÃES NETO  
Ministério dos Transportes - Titular
- EUGENIA MARIA SILVEIRA RODRIGUES  
Ministério da Saúde - Suplente

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIAS DE 16 DE ABRIL DE 2004

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos artigos 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, resolve autorizar

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES  
CONSELHO DIRETOR

ATO Nº 44.110, DE 30 DE ABRIL DE 2004

Processo nº 29101001391/1987. Transfere para a empresa LIG TENHA TAXI SERVIÇOS E AGENCIAMENTOS LTDA. ME a autorização para exploração do Serviço Limitado Especializado, submodalidade Serviço de Radiotáxi Especializado, de interesse coletivo, na região metropolitana do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, bem como a outorga de autorização de uso da radiofrequência 38,94 MHz associada à autorização para exploração do Serviço, expedida e outorgada à empresa LIG TENHA SERVIÇOS E AGENCIAMENTOS LTDA.ME, por meio da Portaria nº 067 -DMC/RJ, de 31 de julho de 1995, publicada no Diário Oficial da União em 21 de agosto de 1995.

PEDRO JAIME ZILLER DE ARAÚJO  
Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO  
GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO  
ESCRITÓRIO REGIONAL EM BELEM

ATO Nº 44.078, DE 29 DE ABRIL DE 2004

Outorga autorização para uso de radiofrequências à MARGEN AGROINDUSTRIA S/A - Processo nº 53569.000368/00.

JOÃO ALBERTO REIS LUZ  
Gerente

ESCRITÓRIO REGIONAL EM RECIFE

ATO Nº 44.148, DE 5 DE MAIO DE 2004

Processo nº 53532.000796/04. RÁDIO ITABAIANA FM LTDA - FM - Itabaiana/PB. Autoriza o Uso de Radiofrequência.

JOÃO BATISTA FURTADO FILHO  
Gerente

ESCRITÓRIO REGIONAL NO RIO DE JANEIRO

ATO Nº 44.079, DE 29 DE ABRIL DE 2004

O GERENTE DO ESCRITÓRIO REGIONAL (ER-02) DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, no uso de suas competências, por delegação constante do Art. 2º, inciso V, da Portaria nº 82, de 20 de março de 2000, com Alteração publicada no Boletim de Serviço nº 003, de 12/03/2001, da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL:

CONSIDERANDO que as autorizadas manifestaram seu desinteresse pela continuidade na prestação de serviços, resolve;  
Art. 1º Decretar a extinção da Autorização para uso de Radiofrequência, declarando extinta a autorização do Serviço Limitado, de caráter restrito e para uso próprio, das entidades a seguir relacionadas:

SERVIÇO: LIMITADO PRIVADO

Ord.	PROCESSO	FISTEL	ENTIDADE
1.	53660.000440/96	50000739910	ANTÔNIO AUTO PEÇAS LTDA
2.	53660.000422/96	50000683000	AÇO ART MECÂNICA DÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA ME
3.	53660.000707/96	50000824356	COMPANHIA DE TRANSPORTES URBANOS DA GRANDE VITÓRIA
4.	29117.000149/86	01021088706	JOSÉ GUILHERME MODENESI
5.	53512.000396/04	50005454948	MARCOS FERREIRA DE AMORIM
6.	53512.000058/02	50012088072	MIBRAL - MINÉRIOS BRASILEIROS LTDA
7.	53660.000291/96	50000639613	ZEZIL NUNES DE MORAES

Art. 2º Proceder a exclusão da entidade no Banco de Dados Técnicos e Administrativos da Anatel - BDTA e encaminhar os processos para o arquivo inativo.

WERNER STEINERT JUNIOR

ATO Nº 44.080, DE 29 DE ABRIL DE 2004

O GERENTE DO ESCRITÓRIO REGIONAL (ER-02) DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, no uso de suas competências, por delegação constante do Art. 2º, inciso V, da Portaria nº 82, de 20 de março de 2000, com Alteração

as entidades abaixo relacionadas a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária. Os atos de autorização somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do artigo 223 da Constituição.

Nº da Portaria	Nº do Processo	Nome da Entidade	Localidade/UF
144	53650.000788/99	Instituto de Radiodifusão de Desenvolvimento Comunitário de Sobral	Sobral/CE
146	53670.001512/01	Associação Comunitária dos Moradores de Cachoeira Dourada - GO e Distritos	Cachoeira Dourada/GO
148	53680.000671/98	Associação Comunitária Rádio Samaritana FM	Bela Vista do Maranhão/MA
150	53710.000594/99	Associação Comunitária de Comunicação da Região Norte	Belo Horizonte/MG
152	53710.001021/98	Associação Movimento Comunitário Nossa Bom Repouso	Bom Repouso/MG
154	53710.000105/00	Associação Cultural de Heliodora - ACHÉ	Heliodora/MG
158	53670.001764/01	Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico, Cultural, Informativo e Social da Cidade de Planalto da Serra - MT	Planalto da Serra/MT
160	53000.003284/01	Associação dos Amigos do Portal do Alvorda/Salgado São Félix-PB	Salgado de São Félix/PB
162	53103.000862/98	Associação Comunitária Beneficente de Lagoa dos Gatos	Lagoa dos Gatos/PE
164	53740.000944/98	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Florestópolis	Florestópolis/PR
166	53740.001385/98	Conselho Comunitário de Desenvolvimento Social, Educacional e Econômico de Mauá - CODESEM	Mauá da Serra/PR
168	53740.001509/98	Associação Comunitária de Comunicação, Cultura e Desenvolvimento	Reserva do Iguaçu/PR
170	53740.000486/99	Associação Cultural e Artística de Sertaneja - ACASE	Sertaneja/PR
172	53790.000523/02	Associação de Difusão Comunitária Barraconense	Barracão/RS
174	53740.002253/99	Associação Comunitária Rádiorcom FM Chapecó	Chapecó/SC
176	53830.000168/00	Associação Comunitária Amigos de Álvares Florence	Álvares Florence/SP
178	53830.000329/01	Associação de Cultura e Ciência Clementina	Clementina/SP
180	53830.000793/99	Associação Cultural Comunitária	Duartina/SP
182	53830.001974/98	Associação Comunitária Panorama FM	Panorama/SP
184	53830.001809/98	Associação Movimento Comunitário Rádio Rodovia FM	Taquarivaí/SP

EUNÍCIO OLIVEIRA

publicada no Boletim de Serviço nº 003, de 12/03/2001, da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL:

CONSIDERANDO que a autorizada manifestou seu desinteresse pela continuidade na prestação de serviços, resolve;  
Art. 1º Decretar a extinção da Autorização para uso de Radiofrequência, declarando extinta a autorização do Serviço Limitado, de caráter restrito e para uso próprio, da entidade a seguir relacionada:

SERVIÇO: LIMITADO PRIVADO

Ord.	Processo	Fistel	Entidade
1.	53660.000468/96	50000730882	DORICO RONCETTI

Art. 2º Proceder a exclusão da entidade no Banco de Dados Técnicos e Administrativos da Anatel - BDTA e encaminhar o processo para o arquivo inativo.

WERNER STEINERT JUNIOR

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PRIVADOS

ATO Nº 44.129, DE 3 DE MAIO DE 2004

Processo nº 53500.006869/2004 - Expedir autorização ao HOSPITAL METROPOLITANO S/A, para executar o Serviço Limitado Privado de Radiochamada (SLPR), de interesse restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, na Rua Marcelina, 441 - Vila Romana, Município de São Paulo/SP, em um raio de atuação de 01 (um) Km. Outorgar autorização de uso do canal 02, frequência 456,575 MHz, constante da Tabela II da Norma 17/96.

JARBAS JOSÉ VALENTE  
Superintendente

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE  
Em 21 de outubro de 2003

Nº 576-PBQI/SPB - Ref.: PADO nº 53500.008077/2000 - TELEMAR/AL - Resolve retificar o Despacho nº 145/2003/PBQI/SPB, de 24 de abril de 2003, em virtude da constatação de erro material, no que se refere ao mês mencionado no citado Despacho, ou seja, onde se lê “no mês de dezembro de 2000”, leia-se “no mês de setembro de 2000”.

MARCOS BAFUTTO





sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santo Antônio de Aracanguá, Estado de São Paulo.  
Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de novembro de 2005  
Senador RENAN CALHEIROS  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 1.074, DE 2005

Aprova o ato que autoriza o CONSELHO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, EDUCACIONAL E ECONÔMICO DE MAUÁ - CODESEM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mauá da Serra, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:  
Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 166, de 16 de abril de 2004, que autoriza o Conselho Comunitário de Desenvolvimento Social, Educacional e Econômico de Mauá - CODESEM a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mauá da Serra, Estado do Paraná.  
Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de novembro de 2005  
Senador RENAN CALHEIROS  
Presidente do Senado Federal

## Atos do Poder Executivo

### DECRETO Nº 5.596, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2005

Dispõe sobre a execução do Quadragésimo Quarto Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 35, entre os Governos da República Argentina, da República Federativa do Brasil, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai, na condição de Estados Partes do MERCOSUL, e da República do Chile, de 26 de setembro de 2005.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e

Considerando que o Tratado de Montevideu de 1980, que criou a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), firmado pelo Brasil em 12 de agosto de 1980 e aprovado pelo Congresso Nacional, por meio do Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, prevê a modalidade de Acordo de Complementação Econômica;

Considerando que os Plenipotenciários da República Argentina, da República Federativa do Brasil, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai, na condição de Estados Partes do MERCOSUL, e da República do Chile, com base no Tratado de Montevideu de 1980, assinaram em Montevideu, em 25 de junho de 1996, o Acordo de Complementação Econômica nº 35, incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro pelo Decreto nº 2.075, de 19 de novembro de 1996;

Considerando que os Plenipotenciários da República Argentina, da República Federativa do Brasil, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai, na condição de Estados Partes do MERCOSUL, e da República do Chile, com base no Tratado de Montevideu de 1980, assinaram em Montevideu, em 26 de setembro de 2005, o Quadragésimo Quarto Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 35, entre os Governos da República Argentina, da República Federativa do Brasil, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai, na condição de Estados Partes do MERCOSUL, e da República do Chile;

#### DECRETA:

Art. 1º O Quadragésimo Quarto Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 35, entre os Governos da República Argentina, da República Federativa do Brasil, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai, na condição de Estados Partes do MERCOSUL, e da República do Chile, apenso por cópia ao presente Decreto, será executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 28 de novembro de 2005; 184º da Independência e 117º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA  
*Celso Luiz Nunes Amorim*

### ACORDO DE COMPLEMENTAÇÃO ECONÔMICA Nº 35 CELEBRADO ENTRE OS GOVERNOS DOS ESTADOS PARTES DO MERCOSUL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO CHILE

#### Quadragésimo Quarto Protocolo Adicional

Os Plenipotenciários da República Argentina, da República Federativa do Brasil, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai, em sua condição de Estados Partes do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) por uma parte, e da República do Chile por outra, acreditados por seus respectivos Governos segundo poderes que foram outorgados em boa e devida forma, depositados oportunamente na Secretaria-Geral da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI).

TENDO EM VISTA A Resolução MSC-CH Nº 06/2005,

#### CONVÊM EM:

Artigo 1º - Os óleos vegetais dos itens NALADI/SH 96, 1507.10.00, 1507.90.00, 1508.10.00, 1508.90.00, 1509.10.00, 1509.90.00, 1510.00.10, 1510.00.90, 1511.10.00, 1511.90.00, 1512.11.10, 1512.11.20, 1512.19.10, 1512.19.20, 1512.21.00, 1512.29.00, 1513.11.00, 1513.19.00, 1513.21.10, 1513.21.20, 1513.29.10, 1513.29.20, 1515.21.00, 1515.29.00, 1515.50.10, 1515.50.90, 1515.90.91 e 1515.90.99 gozarão, a partir da formalização do presente Protocolo, de maneira permanente, de preferências tarifárias de 100% no comércio entre o Chile e Argentina, tanto sobre a tarifa *ad valorem* como sobre eventuais direitos específicos.

Artigo 2º - Para o trigo e a farinha de trigo, o Chile e o MERCOSUL acordam aplicar, no comércio bilateral recíproco, as preferências abaixo detalhadas, tendo como base a tarifa consolidada do Chile junto à OMC (31,5%).

Ano	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Pref. %	0,0	0,0	0,0	8,3	16,6	24,9	33,3	49,9	66,6	83,3	100,0

A tarifa máxima a cobrar, incluído *ad valorem* e específico, será a resultante da aplicação do cronograma antes indicado.

Caso o Chile, como consequência da aplicação da Lei Nº 19.897 ou do Decreto Supremo Nº 831/2003 do Ministério da Fazenda, ou de qualquer outro mecanismo, aplique um encargo tarifário inferior ao resultante do cronograma antes indicado, a tarifa aduaneira chilena aplicada às mercadorias importadas do MERCOSUL será a menor das tarifas vigentes aplicadas com base de Nação Mais Favorecida ou das tarifas aplicadas às mesmas mercadorias importadas de outras origens ao amparo de regimes preferenciais.

Artigo 3º - A partir de 1º de janeiro de 2015 o Chile se compromete a manter preferências tarifárias, para o trigo e para a farinha de trigo, de 100%, tanto para a tarifa *ad valorem* como para eventuais direitos específicos.

Artigo 4º - Durante o período entre a formalização do presente Protocolo e 1º de janeiro de 2015, o Chile adquire o compromisso de não modificar ou substituir a Lei Nº 19.897 ou o Decreto Supremo Nº 831/2003 do Ministério da Fazenda, ou efetuar mudanças em sua legislação, de modo que signifique uma deterioração das condições de acesso do trigo e da farinha de trigo do MERCOSUL para o mercado chileno vigentes a partir da assinatura do presente Protocolo.

Artigo 5º - O presente Protocolo entrará em vigor bilateralmente aos 30 dias da comunicação pela Secretaria-Geral da ALADI do recebimento das notificações da República do Chile por um lado, e de cada Estado Parte do MERCOSUL por outro, informando a incorporação deste Protocolo a seus respectivos ordenamentos jurídicos.

A Secretaria-Geral da ALADI será depositária do presente Protocolo, do qual enviará cópias devidamente autenticadas aos Governos signatários.

EM FÉ DO QUE, os respectivos Plenipotenciários assinam o presente Protocolo na cidade de Montevideu, aos vinte e seis dias do mês de setembro de dos mil e cinco, em um original nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente válidos. (a.) Pelo Governo da República Argentina: Juan Carlos Olima; Pelo Governo da República Federativa do Brasil: Bernardo Pericás Neto; Pelo Governo da República do Paraguai: Juan Carlos Ramírez Montalbetti; Pelo Governo da República Oriental do Uruguai: Jorge Jure; Pelo Governo da República do Chile: Carlos Appelgren Balbontín.

### DECRETO Nº 5.597, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2005

Regulamenta o acesso de consumidores livres às redes de transmissão de energia elétrica e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 59 do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, 2ª e 3ª-A da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e 15 da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004,

#### DECRETA:

Art. 1º O acesso de consumidores atendidos em tensão igual ou superior a 230 kV à rede básica de transmissão de energia elétrica deverá ser efetuado pelas formas a seguir descritas:

I - atendimento por intermédio do concessionário local de distribuição de energia elétrica;

II - atendimento por intermédio do concessionário de transmissão de energia elétrica, nos termos do § 2º do art. 4º do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957; ou

III - mediante construção das instalações necessárias para o acesso diretamente pelo próprio consumidor.

§ 1º O acesso de consumidores nas formas referidas nos incisos II e III deste artigo será objeto de autorização a ser expedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

§ 2º As autorizações de que trata o § 1º serão concedidas apenas nos casos de atendimento exclusivo ao respectivo consumidor.

Art. 2º O acesso a que se refere o art. 1º, para atendimento exclusivo de um único consumidor, deverá ser precedido de:

I - portaria do Ministério de Minas e Energia fundamentada em parecer técnico, o qual deverá considerar o critério de mínimo custo global de interligação e reforço nas redes, além de estar compatibilizado com o planejamento da expansão do setor elétrico para um horizonte mínimo de cinco anos; e

II - parecer de acesso emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

Parágrafo único. Quando da elaboração do parecer de acesso, pelo ONS, deverão ser observados os Procedimentos de Rede aprovados pela ANEEL e os padrões técnicos da instalação de transmissão acessada.

Art. 3º O acesso de que tratam os incisos II e III do art. 1º será autorizado apenas nos seguintes casos:

I - ligação de nova unidade consumidora não conectada anteriormente, desde que seja tecnicamente compatível com o nível de tensão igual ou superior a 230 kV, nos termos do que dispuser a portaria do Ministério de Minas e Energia prevista no inciso I do art. 2º; ou

II - alteração da forma de conexão de unidade consumidora já atendida em tensão inferior a 230 kV, em decorrência de:

a) aumento de carga; ou

b) necessidade de melhoria de qualidade, devidamente demonstrada pelo consumidor interessado e reconhecida pela ANEEL.

Parágrafo único. O consumidor autorizado na forma deste artigo somente poderá efetivar o acesso após a celebração de contratos de conexão e de uso dos sistemas de transmissão.

Art. 4º A autorização de que trata o art. 3º poderá incluir as seguintes instalações, sujeitas à fiscalização da ANEEL:

I - a construção de entradas de linhas de transmissão igual ou superior a 230 kV na subestação da rede básica;

II - o seccionamento de linhas do sistema de transmissão;

III - o barramento de alta tensão da subestação da unidade consumidora; e

IV - as linhas de transmissão em tensão igual ou superior a 230 kV, para conexão da unidade de consumo com o sistema de transmissão.

§ 1º No caso de o acesso, previsto na forma do inciso II deste artigo, ser promovido pelo próprio consumidor, os bens e instalações necessários ao seccionamento e acesso serão cedidos sem qualquer ônus ao concessionário de transmissão acessado, na forma de doação, e incorporados à rede básica.

§ 2º Caso o acesso do consumidor, previsto no referido inciso II, seja feito por meio do concessionário de transmissão, os bens e instalações e adequações necessários ao seccionamento e acesso deverão ser remunerados pelo respectivo consumidor, nos termos previstos no contrato de conexão de transmissão celebrado entre o consumidor e a concessionária de transmissão acessada.

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b> <b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>	
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>02.797.500/0001-21</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA <b>16/10/1998</b>
NOME EMPRESARIAL <b>CONSELHO COMUNITARIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, EDUCACIONAL E ECONOMICO DE MAUA - CODESEM.</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>CODESEM.</b>			PORTE <b>DEMAIS</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte</b> <b>94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - Associação Privada</b>			
LOGRADOURO <b>R IVAL.</b>	NÚMERO <b>S/N.</b>	COMPLEMENTO <b>QUADRA 11, LOT 02,03.</b>	
CEP <b>86.828-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CENTRO</b>	MUNICÍPIO <b>MAUA DA SERRA</b>	UF <b>PR</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>03/11/2005</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **05/04/2019** às **07:37:34** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**



## **CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:** CONSELHO COM.DE DES.S.EDUC.E ECON.DE MAUA DA SERRA -  
CODESEM

**CNPJ:** 02.797.500/0001-21

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 13:05:13 do dia 04/04/2019 (hora e data de Brasília).

Válida até 04/05/2019.

Certidão expedida gratuitamente.





IMPRIMIR

VOLTAR



## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 02797500/0001-21  
**Razão Social:** CONSELHO COMUNIT DE DESENV SOCIAL EDUC E ECON DE MAUA  
**Nome Fantasia:** CODESEM  
**Endereço:** RUA IVAÍ SN QD 11 LT 02 E 03 / CENTRO / MAUA DA SERRA / PR / 86828-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 02/04/2019 a 01/05/2019

**Certificação Número:** 2019040204273408030360

Informação obtida em 05/04/2019, às 07:40:45.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: CONSELHO COMUNITARIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, EDUCACIONAL E ECONOMICO DE MAUA - CODESEM.**  
**CNPJ: 02.797.500/0001-21**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 07:38:31 do dia 05/04/2019 <hora e data de Brasília>.

Válida até 02/10/2019.

Código de controle da certidão: **9BF5.39DA.C73E.DC1A**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: CONSELHO COMUNITARIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, EDUCACIONAL E ECONOMICO DE MAUA - CODESEM.

(MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 02.797.500/0001-21

Certidão nº: 170467459/2019

Expedição: 05/04/2019, às 07:38:53

Validade: 01/10/2019 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **CONSELHO COMUNITARIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, EDUCACIONAL E ECONOMICO DE MAUA - CODESEM.**  
(MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº **02.797.500/0001-21**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E  
COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)  
2027-6535/6196

---

**PARECER n. 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**

**NUP: 01250.011668/2016-79**

**INTERESSADO: SERAD - SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO**

**ASSUNTOS: RENOVAÇÃO DE OUTORGA DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

**I – Relatório**

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica em execução junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

**II – FUNDAMENTAÇÃO**

**II.I. Preliminarmente**

4. Inicialmente, cumpre esclarecer que o novo regramento infralegal responsável por disciplinar os procedimentos de outorga e pós-outorga relativos ao Serviço de Radiodifusão Comunitária é a Portaria nº 4334/2015, publicada no Diário Oficial da União em 21 de setembro de 2015.
5. Em virtude disso, o Parecer Referencial Nº 475/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU, que fora elaborado à luz da antiga Portaria nº 462/2011, perdeu sua aplicação prática, uma vez que a nova Portaria nº 4334/2015 revogou a referida Portaria anterior, de modo que se faz necessária a elaboração de novo Parecer Referencial, desta vez com base na atual legislação.

**II.II. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.**

6. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

*"ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.*

*O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:*

*I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.*

*II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.*

*Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014*

*LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS"*

7. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.

8. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 55% (cinquenta e cinco por cento) dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação - CGJC se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de 700 (setecentos) processos idênticos em tramitação na Secretaria de Radiodifusão, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.

9. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.

10. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.

11. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.

12. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas, sob a égide do novel regramento já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

### **II.III. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.**

13. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite "a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes".

14. Por seu turno, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.

15. Atualmente, como assentado nos albores desta peça, o dispositivo infralegal responsável por disciplinar os procedimentos de outorga e pós-outorga relativos ao Serviço de Radiodifusão Comunitária é a Portaria nº 4.334/2015,



publicada no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2015. No que tange especificamente à renovação de outorga de radiodifusão comunitária, assim dispõe a citada norma em seu art. 136:

*“Art. 136. Os pedidos de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária em trâmite no Ministério das Comunicações na data de publicação desta Portaria serão processados em conformidade com as disposições desta Portaria”*

16. No que tange à tempestividade do pedido de renovação, cumpre observar o disposto nos arts. 130, *caput*, e 131, §4º, da indigitada norma:

*“Art. 130. O procedimento de renovação será processado eletronicamente e iniciado por ato do Ministério das Comunicações no prazo de até doze meses antes do termo final da outorga.*

*Art. 131. Instaurado o processo de renovação, a entidade será notificada para, no prazo de trinta dias, manifestar interesse na renovação, mediante a apresentação dos seguintes documentos:*

*(...)*

*§ 4º Independentemente da notificação de que trata o caput deste artigo, a entidade interessada poderá dirigir requerimento ao Ministério das Comunicações, observado o prazo de até um mês antes do vencimento da respectiva outorga”.*

17. Consoante se extrai dos dispositivos suso reproduzidos, a atual Portaria nº 4334/2015 conferiu ao Ministério apenas a atribuição de iniciar o procedimento de renovação no prazo de até doze meses antes do final da outorga, consistindo na instauração do processo, instruído com os documentos arrolados (art. 130, *caput*), e notificação da outorgada para manifestação e juntada dos demais documentos (art. 131, *caput*), não isentando a entidade da intransferível obrigação de formular, tempestivamente, sua manifestação de interesse na renovação da autorização, manifestação esta que deve ter concretude no atendimento da notificação ministerial (art. 131, *caput*) ou na apresentação de requerimento específico, na eventualidade de não ter recebido a notificação da Administração para tanto (art. 131, § 4º). Sobre este especialíssimo aspecto obrigacional, a norma *sub exame* determina:

*“Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que:*

*I – não tenha sido observado o prazo do § 4º do art. 131”.*

18. Portanto, na hipótese em que o Ministério não tenha instaurado *de ofício* o processo de renovação da outorga, incumbe à entidade apresentar requerimento em até um mês antes do vencimento da respectiva outorga, sob pena de extinção desta.

19. Impende consignar, ainda, os casos de renovação abarcados pela Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013, que conheceu como tempestivos os requerimentos formulados até 30 de novembro de 2013, mesmo que não atendessem ao prazo previsto na legislação aplicável à época, senão vejamos:

*“Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30 de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.*

*§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.*

*§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.*

*§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:*

*I - na hipótese do § 2º deste artigo; e*

*II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação”.*

20. Ultimados os esclarecimentos preambulares pertinentes, urge frisar que a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

21. Igualmente se adequam às disposições da ON AGU nº 55/2014 os casos de inércia da entidade, os quais se configuram quando a interessada sequer formula requerimento de renovação (inércia pura e simples) e quando não são atendidas no prazo as exigências impostas pelo Ministério, conforme disposto nos art. 131, §3º, e 132, inciso II, da Portaria nº 4334/2015:

*“Art. 131. (omissis)*

*(...)*

*§ 3º A interessada será notificada para suprir, no prazo de trinta dias, eventuais omissões ou irregularidades constatadas na documentação apresentada.*

*Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que:*

*(...)*

*II - não tenham sido apresentados os documentos ou regularizadas as pendências, conforme solicitação do Ministério das Comunicações;”.*

22. Destarte, entende-se que também não se vislumbram maiores empecilhos jurídicos quando configuradas as hipóteses de inércia da entidade, seja pela ausência pura e simples de requerimento de renovação, seja pelo não atendimento a contento das exigências impostas, de modo que caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, a ocorrência ou não de inércia da interessada.

23. Verificada a tempestividade do requerimento, bem como a inoccorrência de inércia, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial o art. 131 da Portaria nº 4334/2015:

(1) requerimento de renovação, conforme modelo constante do Anexo V;

(2) estatuto social atualizado, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(3) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(4) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(5) último relatório do Conselho Comunitário;

(6) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

24. A respeito de tais documentos, cumpre tecer as seguintes considerações.

25. O documento 6 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério da ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

26. Por sua vez, o Estatuto Social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 2 e 3) têm por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua

adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a constatação de irregularidade ou inconsistência nesses documentos em vista do que determina a norma de regência. Neste sentido, o feito somente deverá ser encaminhado à CONJUR em caso de materialização de fundada dúvida jurídica, mediante formulação de consulta específica, devidamente justificada.

27. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 4), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia de um dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de Identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos; passaporte e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.

28. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

29. O relatório do Conselho Comunitário (documento 5) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no art. 116 da Portaria nº 4334/2015.

30. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Assim, constatada a aplicação, de forma definitiva, de pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.

31. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento, a inércia e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.

32. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da Secretaria de Radiodifusão e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.

33. Como antes assentado, nos casos de fundada dúvida jurídica, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR, devendo estar instruídos como manifestação conclusiva da Secretaria de Radiodifusão, explicitando sua opinião técnica a indicar a especificidade da questão a ser dirimida.

### III - Conclusão

34. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.

35. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Radiodifusão ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada, conforme delimitado neste Parecer.

À consideração superior.

Brasília, 28 de dezembro de 2016.

JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA



Assistente Jurídico da União  
Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação

**ANEXO**

**PARECER REFERENCIAL Nº 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**  
**RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

	DOCUMENTOS		SIM	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento de renovação, conforme modelo constante do Anexo V da Portaria nº 4334/2015.			
1.1.		O requerimento é tempestivo?		
1.2	Em caso de constatação de pendências, a entidade atendeu tempestivamente e a contento às exigências impostas?			
2	Estatuto social atualizado, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
3	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
4	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.			
5	Último relatório do Conselho Comunitário, nos moldes do art. 116 da Portaria nº 4334/2015.			
6	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
7	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
8	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
9	Relatório de apuração de infrações.			

9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?		
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.		

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250011668201679 e da chave de acesso 7ef117a9

---

Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 18967103 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA. Data e Hora: 28-12-2016 11:54. Número de Série: 13692269. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

---



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E  
COMUNICAÇÕES

GABINETE

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)  
2027-6535/6196

---

**DESPACHO n. 03085/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**

**NUP: 01250.011668/2016-79**

**INTERESSADOS: MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES -  
MCTIC**

**ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO**

1. Aprovo o **PARECER n. 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**, de natureza referencial, da lavra do Dr. Julio Cesar Ferreira Pereira, Assistente Jurídico da União e Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação.
2. Encaminhe-se memorando à Secretaria de Radiodifusão, especialmente à Coordenação de Radiodifusão Comunitária, a fim de que sejam cientificados do teor do referido Parecer.

Brasília, 30 de dezembro de 2016.

GIORDANO DA SILVA ROSSETTO  
ADVOGADO DA UNIÃO  
CONSULTOR JURÍDICO ADJUNTO

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250011668201679 e da chave de acesso 7ef117a9

---

Documento assinado eletronicamente por GIORDANO DA SILVA ROSSETTO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 19055384 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): GIORDANO DA SILVA ROSSETTO. Data e Hora: 30-12-2016 14:47. Número de Série: 13149438. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

---



# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Coordenação de Processos de Rádio Comunitária

Divisão de Processos de Rádio Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

## DESPACHO

Processo nº: **53900.041686/2015-04.**

Entidade: **CONSELHO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL EDUCACIONAL E ECONÔMICO DE MAUÁ - CODESEM.**

Assunto: **Pesquisa aos sítios das Justiças Federal e Estadual.**

1. Informo que, após consultas aos sítios eletrônicos do Tribunal Regional Federal e da respectiva Seção e Subseção Judiciária e do Tribunal de Justiça do domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas que inviabilizem o deferimento da renovação da outorga.
2. Encaminhem-se os autos para revisão final.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Letícia Barbosa Duarte Miele, Analista**, em 05/04/2019, às 07:59 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4034751** e o código CRC **723CB49D**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 53900.041686/2015-04

SEI nº 4034751

# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Coordenação de Processos de Rádio Comunitária

Divisão de Processos de Rádio Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

## **NOTA TÉCNICA Nº 5204/2019/SEI-MCTIC**

Processo nº: **53900.041686/2015-04.**

Assunto: **RENOVAÇÃO DE OUTORGA. REVISÃO FINAL.**

### **SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. O processo versa sobre a renovação da outorga para o Serviço de Radiodifusão Comunitária deferida ao **CONSELHO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL EDUCACIONAL E ECONÔMICO DE MAUÁ - CODESEM**, na localidade de **Mauá da Serra**, estado do **Paraná**, por meio da Portaria nº 166, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 6/5/2004 (4034744), e Decreto Legislativo nº 1074, publicado no DOU de 29/11/2005 (4034747).

### **ANÁLISE**

2. O prazo de 10 (dez) anos concedido à Entidade para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária expirou em 29/11/2015. A Radiodifusora, que doravante passa a ser tratada como Requerente, protocolou, tempestivamente, pedido de renovação da outorga em 21/10/2015, à Petição 0779938, subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e do art. 131 da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/9/2015, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU, respectivamente, em 9/4/2018 e em 13/4/2018.

REQUERENTE
CONSELHO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL EDUCACIONAL E ECONÔMICO DE MAUÁ - CODESEM
QUADRO DIRETIVO
Presidente: Cristiane de Oliveira Pinheiro; 1º(a) Vice-Presidente: Sebastião Santos de Souza; 2º(a) Vice-Presidente: José Raimundo Sidrim; 3º(a) Vice-Presidente: Claudinei Gonçalves Araújo;

<p>Secretário(a): Ana Cláudia dos Santos;</p> <p>Tesoureiro(a): Lizeu Kozan.</p>
--

3. Após análise da documentação apresentada, com base nas disposições previstas na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e na Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC, verificou-se a completa instrução do processo, conforme *check-list* abaixo:

	DOCUMENTOS	FLS. / Nº DO DOCUMENTO
1	Requerimento de renovação tempestivo.	Petição 0779938 / novo requerimento assinado por todos os dirigentes: fls. 5 a 7 (Requerimento 3879606)
1.1	Após diligências deste Ministério, a entidade atendeu a contento às exigências impostas.	Sim.
2	Estatuto social atualizado e registrado no Livro A do Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.	fls. 24 a 41 (Requerimento 3879606)
3	Ata de eleição da diretoria em exercício, registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.	fls. 3/4 (Ata 1649158)
3.1	Mandato da diretoria em exercício	13/1/2017 - 13/1/2021
4	Comprovantes de nacionalidade e maioria dos dirigentes.	fls. 24, 26, 31, 34 e 36 (Ata 1649158)
5	Último relatório do Conselho Comunitário, nos moldes do art. 116 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 9/4/2018).	fls. 42 a 51 (Requerimento 3879606)
6	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora se encontra com as instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes na respectiva licença de funcionamento da estação.	fls. 5 a 7 (Requerimento 3879606)
7	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da Fazenda, válido e atual.	CNPJ 4034721



8	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).	Certidão Anatel 4034722
9	Certidão que comprove a regularidade da entidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).	Certidão FGTS 4034723
10	Certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal.	Certidão PGFN 4034724
11	Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.	CNDT 4034725
12	Relatório de apuração de infrações.	E-mail CGFI 4034708
12.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação da autorização?	Não.

## CONCLUSÃO

4. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária se posiciona pelo **deferimento** do pedido de renovação de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *check-list* constante do **item 3** desta Nota Técnica. Sugere-se, ainda, que o Processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, com dispensa de análise individualizada pela Consultoria Jurídica, nos termos do Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (4034728).

À consideração superior.

### MINUTA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.041686/2015-04, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Conselho Comunitário de Desenvolvimento Social Educacional e Econômico de Mauá - CODESEM, inscrita no CNPJ nº 02.797.500/0001-21, explore pelo prazo de dez anos a partir de 29 de novembro de 2015, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Mauá da Serra,

estado do Paraná, em conformidade com o que dispõe o *caput* do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 5204/2019/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.

3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº XXXX, de XX, XXXXXXXXX de XXXX, publicada no Diário Oficial da União de XX/XX/XXXX.

4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

MARCOS CESAR PONTES  
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

PORTARIA Nº MINUTA  
DE DE DE 2019.

**O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53740.001385/1998 e nº 53900.041686/2015-04, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 29 de novembro de 2015, a autorização outorgada ao Conselho Comunitário de Desenvolvimento Social Educacional e Econômico de Mauá - CODESEM, inscrito no CNPJ nº 02.797.500/0001-21, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Mauá da Serra, estado do Paraná.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES  
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Leticia Barbosa Duarte Miele, Analista**, em 05/04/2019, às 08:21 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 02/05/2019, às 14:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Karine Braga Monteiro, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização substituto**, em 14/05/2019, às 11:53 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elifas Chaves Gurgel do Amaral, Secretário de Radiodifusão**, em 20/05/2019, às 17:48 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4034756** e o código CRC **372B5414**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.



# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Coordenação de Processos de Rádio Comunitária

Divisão de Processos de Rádio Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

## DESPACHO

Processo nº: **53900.041686/2015-04.**

Entidade: **Conselho Comunitário de Desenvolvimento Social Educacional e Econômico de Mauá - CODESEM**

Assunto: **Minutas de Portaria de Renovação e Exposição de Motivos.**

À Secretaria de Radiodifusão,

Em razão da Nota Técnica nº 5204/2019/SEI-MCTIC (evento SEI 4034756), que opinou pelo deferimento do pedido de renovação de outorga apresentado pela **Conselho Comunitário de Desenvolvimento Social Educacional e Econômico de Mauá - CODESEM**, executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Mauá da Serra**, estado do **Paraná**, encaminho as minutas da Portaria de Renovação e da Exposição de Motivos, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 22/05/2019, às 15:16 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Karine Braga Monteiro, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização substituto**, em 22/05/2019, às 16:22 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elifas Chaves Gurgel do Amaral, Secretário de Radiodifusão**, em 23/05/2019, às 18:20 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador



## Minutas e Anexos

### MINUTA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.041686/2015-04, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Conselho Comunitário de Desenvolvimento Social Educacional e Econômico de Mauá - CODESEM, inscrita no CNPJ nº 02.797.500/0001-21, explore pelo prazo de dez anos a partir de 29 de novembro de 2015, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Mauá da Serra, estado do Paraná, em conformidade com o que dispõe o *caput* do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 5204/2019/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº XXXX, de XX, XXXXXXXXXX de XXXX, publicada no Diário Oficial da União de XX/XX/XXXX.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

MARCOS CESAR PONTES  
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MINUTA

**O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53740.001385/1998 e nº 53900.041686/2015-04, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 29 de novembro de 2015, a autorização outorgada ao Conselho Comunitário de Desenvolvimento Social Educacional e Econômico de Mauá - CODESEM, inscrito no CNPJ nº 02.797.500/0001-21, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Mauá da Serra, estado do Paraná.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

---

**Referência:** Processo nº 53900.041686/2015-04

SEI nº 4212067



# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Gabinete da Secretaria de Radiodifusão

## DESPACHO

**Processo nº:** 53900.041686/2015-04

De ordem do Secretário de Radiodifusão, encaminha-se a Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro para providências subseqüentes, tendo em vista o que consta no despacho SEARC (4212067), encaminha-se minuta (4232492).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 27/05/2019, às 11:48 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4232500** e o código CRC **218AF159**.

**Referência:** Processo nº 53900.041686/2015-04

SEI nº 4232500

## MINUTA DE

### Portaria

**O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53740.001385/1998 e nº 53900.041686/2015-04, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 29 de novembro de 2015, a autorização outorgada ao Conselho Comunitário de Desenvolvimento Social Educacional e Econômico de Mauá - CODESEM, inscrito no CNPJ nº 02.797.500/0001-21, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Mauá da Serra, estado do Paraná.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCOS CESAR PONTES**

**Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**

#### AVISO:

***O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.***

*A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.*

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 27/05/2019, às 11:48 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4232492** e o código CRC **CD83D15C**.

# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria-Executiva

Processos de Radiodifusão para a SEXEC

## DESPACHO

**Processo nº:** 53900.041686/2015-04

**Referência:**

**Interessado:** Conselho Comunitário de Desenvolvimento Social Educacional e Econômico de Mauá - CODESEM.

**Assunto: Renovação de Outorga.**

Trata-se de minuta de portaria e de exposição de motivos, que visa a Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 29 de novembro de 2015, a autorização outorgada ao Conselho Comunitário de Desenvolvimento Social Educacional e Econômico de Mauá - CODESEM, inscrito no CNPJ nº 02.797.500/0001-21, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Mauá da Serra, estado do Paraná.

Considerando as manifestações das áreas técnica e jurídica acostadas nos autos do presente processo, manifesto-me favorável ao prosseguimento do trâmite.

À consideração do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

**JULIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO**

Secretário-Executivo



Documento assinado eletronicamente por **Julio Francisco Semeghini Neto, Secretário Executivo**, em 15/08/2019, às 15:01 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4436972** e o código CRC **2D973F12**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 53900.041686/2015-04

SEI nº 4436972





**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
**GABINETE DO MINISTRO**

**PORTARIA Nº 4706/2019/SEI-MCTIC**  
**DE 11 DE SETEMBRO DE 2019**

**O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53740.001385/1998 e nº 53900.041686/2015-04, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 29 de novembro de 2015, a autorização outorgada ao Conselho Comunitário de Desenvolvimento Social Educacional e Econômico de Mauá - CODESEM, inscrito no CNPJ nº 02.797.500/0001-21, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Mauá da Serra, estado do Paraná.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCOS CESAR PONTES**



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Cesar Pontes, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 17/09/2019, às 12:36 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4622420** e o código CRC **F3C015FE**.

Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República  
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias  
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

**Data de envio:** 18/09/2019 16:49:10  
**Origem:** Secretaria de Radiodifusão  
**Operador:** ISRAEL ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA  
**Ofício:** 5506634  
**Data prevista de publicação:** 19/09/2019  
**Local de publicação:** Diário Oficial - Seção 1  
**Forma de pagamento:** Nota de Crédito

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
12033781	ATO PORTARIA Nº 4665 MIN.rtf	4e5cc6fa8c74db2d 17897eb155f20ed5	6,00	R\$ 198,24
	<b>Total da matéria</b>		<b>6,00</b>	<b>R\$ 198,24</b>
12033822	ATO PORTARIA Nº 4708 MIN.rtf	abf3d502bffc6495 b351256af2c5c1af	7,00	R\$ 231,28
	<b>Total da matéria</b>		<b>7,00</b>	<b>R\$ 231,28</b>
12033823	ATO PORTARIA Nº 4709 MIN.rtf	8dd9c4a0fce6093c 34626d8099eaf7b8	7,00	R\$ 231,28
	<b>Total da matéria</b>		<b>7,00</b>	<b>R\$ 231,28</b>
12033824	ATO PORTARIA Nº 4710 MIN.rtf	24aa4b884ca8aad8 c618958eed36e77f	7,00	R\$ 231,28
	<b>Total da matéria</b>		<b>7,00</b>	<b>R\$ 231,28</b>
12033825	ATO PORTARIA Nº 4711 MIN.rtf	9e2298247033d4dc b1592397ff7efab3	7,00	R\$ 231,28
	<b>Total da matéria</b>		<b>7,00</b>	<b>R\$ 231,28</b>
12033826	ATO PORTARIA Nº 4712 MIN.rtf	a1d520c41e9441d8 73cd6e14d2bfdfdf	7,00	R\$ 231,28
	<b>Total da matéria</b>		<b>7,00</b>	<b>R\$ 231,28</b>
12033827	ATO PORTARIA Nº 4713 MIN.rtf	c781fe7534494a0e aba9aa7604a4a258	7,00	R\$ 231,28
	<b>Total da matéria</b>		<b>7,00</b>	<b>R\$ 231,28</b>
12033828	ATO PORTARIA Nº 4666 MIN.rtf	cb277e73bfdadda6 44b973de91f42522	6,00	R\$ 198,24
	<b>Total da matéria</b>		<b>6,00</b>	<b>R\$ 198,24</b>
12033829	ATO PORTARIA Nº 4667 MIN.rtf	b36a0ab14cb18f7f 7d05c7c8d568f79b	6,00	R\$ 198,24
	<b>Total da matéria</b>		<b>6,00</b>	<b>R\$ 198,24</b>
12033830	ATO PORTARIA Nº 4668 MIN.rtf	263f01dcf533aedc d09f1f3e5dd823fc	6,00	R\$ 198,24
	<b>Total da matéria</b>		<b>6,00</b>	<b>R\$ 198,24</b>
12033831	ATO PORTARIA Nº 4669 MIN.rtf	6bda8d614d1223c5 4a2eeff4a97f99cc	6,00	R\$ 198,24
	<b>Total da matéria</b>		<b>6,00</b>	<b>R\$ 198,24</b>

12033832	ATO PORTARIA Nº 4670 MIN.rtf	1bc60d9605634cd5 6b28e3cfd3b27654	8,00	R\$ 264,32
	<b>Total da matéria</b>		<b>8,00</b>	<b>R\$ 264,32</b>
12033833	ATO PORTARIA Nº 4705 MIN.rtf	1d29966ed9e8be4b 37beaac672887aa0	7,00	R\$ 231,28
	<b>Total da matéria</b>		<b>7,00</b>	<b>R\$ 231,28</b>
12033834	ATO PORTARIA Nº 4706 MIN.rtf	4ed28b0dea8b3cb0 ca5839a4b9818c15	7,00	R\$ 231,28
	<b>Total da matéria</b>		<b>7,00</b>	<b>R\$ 231,28</b>
12033835	ATO PORTARIA Nº 4707 MIN.rtf	695df5a0c914716f d2088c7275084dd2	7,00	R\$ 231,28
	<b>Total da matéria</b>		<b>7,00</b>	<b>R\$ 231,28</b>
<b>TOTAL DO OFICIO</b>			<b>101,00</b>	<b>R\$ 3.337,04</b>



PORTARIA Nº 4.668-SEI, DE 11 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º-B, § 5º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53640.000310/1999 e nº 53900.045905/2016-05, resolve:

Art. 1º Declarar perempta a autorização outorgada à Associação dos Jovens Unidos de Lagoa Real (CNPJ nº 16.416.182/0001-16), por meio da Portaria nº 413, publicada no Diário Oficial da União de 24 de novembro de 2004, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Lagoa Real, estado da Bahia, em razão da não apresentação tempestiva do requerimento de renovação da referida outorga.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.669-SEI, DE 11 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º-B, § 5º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53830.002290/1998 e nº 53900.045580/2016-52, resolve:

Art. 1º Declarar perempta a autorização outorgada à Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural Z (CNPJ nº 02.159.909/0001-12), por meio da Portaria nº 272, publicada no Diário Oficial da União de 16 de junho de 2005, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Mauá, estado de São Paulo, em razão da não apresentação tempestiva do requerimento de renovação da referida outorga.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.670-SEI, DE 11 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 9º, inciso II, e no art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, c/c a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 53900.036651/2016-26, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Cultural e Ambiental de Formosa - ASCAF, CNPJ nº 24.242.066/0001-56, cuja sede se situa na Avenida G, nº 45 - Jardim Panorâmico, na localidade de Formosa, Estado de Goiás, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 87,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.705-SEI, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53670.000081/1999 e nº 53900.043348/2015-07, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 12 de Agosto de 2014, a autorização outorgada à Associação de Preservação Ambiental Entre Rios, CNPJ nº 03.001.939/0001-69, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Ipameri, estado de Goiás.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.706-SEI, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53740.001385/1998 e nº 53900.041686/2015-04, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 29 de novembro de 2015, a autorização outorgada ao Conselho Comunitário de Desenvolvimento Social Educacional e Econômico de Mauá - CODESEM, inscrito no CNPJ nº 02.797.500/0001-21, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Mauá da Serra, estado do Paraná.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.707-SEI, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53820.000604/1998-82 e nº 53900.041554/2015-74, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 25 de novembro de 2015, a autorização outorgada à Associação Comunitária da Ponte Para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico, inscrita no CNPJ nº 01.043.341/0001-07, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Ponte Serrada, estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.708-SEI, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53830.002049/1998 e nº 53900.034597/2015-01, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 16 de setembro de 2015, a autorização outorgada à Associação Comunitária Penapolense para o Desenvolvimento, CNPJ nº 01.794.529/0001-97, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Penápolis, estado de São Paulo.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.709-SEI, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53700.000110/2001 e nº 53900.034491/2015-08, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 16, de setembro, de 2015, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Arapuá, inscrita no CNPJ nº 04.520.016/0001-86, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Três Lagoas, estado de Mato Grosso do Sul.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.710-SEI, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019

MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53740.001482/1998-41 e nº 53900.008153/2014-21, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 13 de agosto de 2014, a autorização outorgada à Associação Comunitária do Município de Laranjal, CNPJ nº 02.666.355/0001-40, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Laranjal, estado do Paraná.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.711-SEI, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53790.000723/2000 e nº 53900.007685/2014-41, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 13 de julho de 2014, a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural Amigos de São Luiz Gonzaga, CNPJ nº 04.085.679/0001-10, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São Luiz Gonzaga, estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.712-SEI, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53830.001934/1998 e nº 53000.055764/2011-60, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de novembro de 2011, a autorização outorgada à Associação Beneficente Comunitária e Social Ajuda Fraterna, CNPJ nº 02.462.594/0001-88, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Torrinha, estado de São Paulo.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.713-SEI, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53670.000183/1999 e nº 53900.017553/2015-17, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 3 de junho de 2015, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Abadia de Goiás, inscrita no CNPJ nº 03.120.163/0001-04, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Abadia de Goiás, estado de Goiás.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.822, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019

Reconhecimento de bem desenvolvido no País, de acordo com o art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e art. 7º do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991, e art. 7º do Decreto nº 5.906, de 2006, resolve:



# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

## DESPACHO

Processo nº: **53900.041686/2015-04.**

Entidade: **Conselho Comunitário de Desenvolvimento Social Educacional e Econômico de Mauá - CODESEM.**

Assunto: **Encaminhamento de Cópia de Processo à Presidência da República.**

Por meio da Portaria nº 4706 de 11 de setembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 19/09/2019, renovou-se a outorga da **Conselho Comunitário de Desenvolvimento Social Educacional e Econômico de Mauá - CODESEM** para o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Mauá da Serra, estado do Paraná. Dessa forma, em atenção ao § 3º do art. 223 da Constituição, encaminho a cópia do processo n.º 53900.041686/2015-04, acompanhado do ato de renovação de outorga e exposição de motivos, ao Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, para posterior envio à Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Yroa Robledo Ferreira, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 24/09/2019, às 16:29 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4654007** e o código CRC **788C60C6**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 53900.041686/2015-04

SEI nº 4654007

Brasília, 11 de Novembro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.041686/2015-04, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Conselho Comunitário de Desenvolvimento Social Educacional e Econômico de Mauá - CODESEM, inscrita no CNPJ nº 02.797.500/0001-21, explore pelo prazo de dez anos a partir de 29 de novembro de 2015, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Mauá da Serra, estado do Paraná, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 5204/2019/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 4.706-SEI, de 17 de Setembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 19 de setembro de 2019.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes*





**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
Gabinete do Ministro  
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 45699/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor  
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53900.041686/2015-04.**

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA  
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 02/12/2019, às 15:14 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4908370** e o código CRC **5451F36B**.